



Henrique Mendes dos Santos

**Terra que não vale um vintém? Luta
por moradia, formação e urbanização
da favela Vila do Vintém (1943-1965)**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Serviço Social
pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, do Departamento de Serviço Social da
PUC-Rio.

Orientador: Prof^o Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro
setembro de 2024



Henrique Mendes dos Santos

Terra que não vale um vintém? Luta por moradia, formação e urbanização da favela Vila do Vintém (1943-1965)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Andreia Clapp Salvador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Deivison Gonçalves Amaral

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Mario Sergio Ignácio Brum

UERJ

Prof. Leandro Benmergui

Sunny

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Henrique Mendes dos Santos

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Castelo Branco (2004). É Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio (2012). Trabalha como Professor Auxiliar no curso de Serviço Social da Universidade de Vassouras – Campus Maricá. (Univassouras). É coordenador das comissões temáticas do Direito à Cidade e Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ), sendo conselheiro desta autarquia. É conselheiro suplente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro (CEDH), representando o CRESS-RJ. Faz parte das subcomissões de Crise Hídrica e Orçamento no âmbito deste órgão. Desenvolveu pesquisas sobre o nascimento das favelas da Zona Oeste carioca (UCB). É pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos (LEUS) da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Santos, Henrique Mendes dos

Terra que não vale um vintém? : luta por moradia, formação e urbanização da favela Vila do Vintém(1943-1965) / Henrique Mendes dos Santos ; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2024
221 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Favela. 3. Habitação. 4. Urbanização. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Para o povo da Vila do Vintém.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Rafael Soares Gonçalves pela inestimável contribuição para o desenvolvimento desta tese. Referência no assunto quando a temática é a favela, suas observações e indicações de textos e livros contribuíram de forma decisiva para a confecção desta pesquisa.

A todo o corpo docente do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, pela possibilidade de, através das diferentes disciplinas do Programa de Pós-Graduação, aprender e dialogar sobre os conteúdos ministrados. Não há dúvidas de que os debates propostos ao longo destes quatro anos auxiliaram no processo de reflexão contínuo que uma tese de doutorado suscita.

A Prof^a Valéria Pereira Bastos por ter sido desde sempre uma grande parceira e incentivadora, nome importante no âmbito do Serviço Social, sobretudo naquilo que diz respeito à relação das cidades com a questão socioambiental.

À PUC-Rio pelo auxílio e estrutura concedidos, sem os quais o desenvolvimento desta tese não teria sido possível.

Aos trabalhadores do Departamento de Serviço Social, pelo empenho e trabalho desenvolvido com excelência.

Aos funcionários e estagiários da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), cujo auxílio na busca de Diários Oficiais foi crucial para o desenvolvimento desta tese.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Mario Sérgio Ignácio Brum e Prof. Deivison Gonçalves Amaral, cujas contribuições me levaram a analisar de outra maneira o objeto a ser pesquisado.

Aos membros da banca final, Prof^a Andreia Clapp Salvador, uma referênciadese desde sempre, Prof. Mario Sergio Ignácio Brum, Prof. Deivison Amaral e Prof. Leandro Benmergui, pela disponibilidade na leitura do trabalho desenvolvido.

Aos meus familiares, aos colegas de turma e a todos os companheiros dos diferentes espaços sócio-ocupacionais pelos quais transito, que sempre me trouxeram palavras de incentivo e conforto em momentos de angústia e tensão.

A todos os suburbanos e favelados do Rio de Janeiro, sobretudo os da Zona Oeste.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Muito obrigado!

Resumo

Santos, Henrique Mendes dos; Gonçalves, Rafael Soares. **Terra que não vale um vintém? Luta por moradia, formação e urbanização da favela Vila do Vintém (1943-1965)**. Rio de Janeiro, 2024. 221p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Vila do Vintém é uma favela situada entre os bairros de Realengo e Padre Miguel na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Esta tese tem como objetivo investigar o processo de formação e expansão desta localidade, para isso foram analisados discursos parlamentares, bem como aqueles proferidos por Carlos Lacerda como governador do Estado da Guanabara, reportagens de diferentes periódicos, além de fichas do arquivo da polícia política do antigo DOPS. Verificou-se que, entre os anos de 1943 e 1965, esta favela passou por um intenso processo de crescimento, acompanhado por uma série de lutas por moradia cujos protagonistas eram os seus habitantes, o que acabou por colocar a Vila do Vintém como uma das favelas de maior destaque no período, ao lado daquelas situadas nas regiões norte, sul e central da cidade.

Palavras-chave

Favela; luta por moradia; remoção; habitação; urbanização.

Abstract

Santos, Henrique Mendes dos; Gonçalves, Rafael Soares (Advisor). **Land that isn't worth a buck? Struggle for housing, training and urbanization in the Vila do Vintém favela (1943-1965)**. Rio de Janeiro, 2024. 221p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Vila do Vintém is a favela located between the neighborhoods of Realengo and Padre Miguel in the west zone of the city of Rio de Janeiro. This thesis aims to investigate the process of formation and expansion of this location, for this purpose, parliamentary speeches were analyzed, as well as those given by Carlos Lacerda as governor of the State of Guanabara, reports from different periodicals, as well as files from the political police archive of the former DOPS. It was found that between the years 1943 and 1965 this favela went through an intense process of growth, accompanied by a series of struggles for housing whose protagonists were its inhabitants, which ended up placing Vila do Vintém as one of the most prominent favelas of the period, alongside those located in the north, south and central regions of the city.

Keywords

Favela; struggle for housing; eradication; Housing; Urbanization.

Sumário

1. Introdução.	16
1.1 Conhecendo a Vila do Vintém de hoje	23
1.2 Procedimentos metodológicos	25
2. Entre o bairro “moderno” e “operário” e os casebres: Realengo e a Vila do Vintém nos anos 1940	46
2.1 A habitação social em um contexto de industrialização no pós- segunda guerra mundial.....	46
2.2 Aquele abraço? Realengo e o espaço urbano em disputa. Entre a construção do IAPI e a Vila do Vintém	54
2.3 Nasce uma nova favela em Moça Bonita	66
2.4 Associativismo e organização dos moradores da Vila do Vintém: os personagens entram em cena.....	89
3. A Vila do Vintém em disputa: o combate aos grileiros e a busca por reconhecimento	118
3.1 O sertão carioca, os grileiros e os favelados: a luta pela terra e pelo direito a permanecer nos anos 1950	121
3.2 A próxima batalha: a Casa Popular x Vila do Vintém	130
3.3 A batalha se prolonga	141
3.4 “Em defesa do meu barraco vou até o inferno”, a Vintém reage.....	149

4. os anos 1960 O início dos anos 1960 e a urbanização em regime de mutirão	173
4.1 Os anos 1960, a reforma urbana e as favelas	175
4.2 As favelas e a operação mutirão: a comunidade em voga	181
4.3. “Aos homens de pouca fé”. A Vila do Vintém virou uma ex-favela?.....	195
5. Considerações finais	205
6. Referências bibliográficas.....	209

Lista de tabelas

Tabela 1 - Reportagens eleitas a partir da pesquisa na hemeroteca digital	37
Tabela 2 - Fundo da Polícia Política – APERJ	40
Tabela 3 - Debates e documentos da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal – ALERJ	41
Tabela 4 - Debates e documentos da Câmara dos Deputados – ALERJ	42
Tabela 5 - Fundo Carlos Lacerda – Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro	43

Lista de figuras

Figura 1 - Visita de Eurico Gaspar Dutra ao IAPI	61
Figura 2 - Reportagem de O Globo sobre o IAPI, Realengo e a Vintém	63
Figura 3 - Propaganda do IAPI no JB.....	64
Figura 4 - Vila do Vintém como local de sujeira, lama e doenças	83
Figura 5 - Propaganda da Construtora Casa Popular	133
Figura 6 - Propaganda da Construtora Casa Popular	134
Figura 7 - Comissão de moradores presentes na redação do jornal Luta Democrática	152
Figura 8 - Eurípedes Cardoso e os moradores da Vintém	160
Figura 9 - Moradores da Vintém se encontram com o presidente da CPI das Favelas	165
Figura 10 - Dom Hélder Câmara e Eurípedes Cardoso participam de missa com moradores da Vila do Vintém	171
Figura 11 - Carlos Lacerda inicia sua campanha na Vila do Vintém	182
Figura 12 - Carlos Lacerda inicia campanha no sertão carioca	183
Figura 13 - Arthur Rios com representantes da Vila do Vintém e Praia do Pinto	191
Figura 14 - Obras na Vila do Vintém.....	200
Figura 15 - Carlos Lacerda visita a Vila do Vintém no 1º de maio	201

Lista de abreviaturas e siglas

AMVV – Associação de Moradores da Vila do Vintém

AP – Área de Planejamento

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEAS – Congresso Estadual de Assistentes Sociais

CPC – Centro Popular de Cultura

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CTF – Centro dos Trabalhadores Favelados

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FAB – Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PDF – Prefeitura do Distrito Federal

PRT – Partido Republicano Trabalhista

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Sagmacs – Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

Serfha – Serviço de Reabilitação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas

Sursan – Superintendência de Urbanização e Saneamento

UCB – Universidade Castelo Branco

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPM – Unidos de Padre Miguel

UTF – União dos Trabalhadores Favelados

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.

Henri Lefebvre

1. Introdução

Nada pode ser
Mais Democrático
Mais ditador
Mais comunista
Mais anárquico
Que a rua
Nada pode ser

Mailson Furtado

Em matéria publicada pelo jornal carioca “Meia-Hora”, em 06 de junho de 2022, há um relato de uma operação policial na Vila do Vintém, favela situada na Zona Oeste carioca entre os bairros de Realengo e Padre Miguel. O periódico aponta para uma operação policial na localidade, além de retratar que dois veículos blindados circulavam pela região. Essa é a tônica quando a “Vintém” é alvo de pesquisas na internet, sendo classificada como local perigoso, violento e que também se caracteriza pela ausência de serviços públicos.

A caracterização das favelas¹ pela “falta” em detrimento das suas potencialidades já foi bem retratada por autores como Silva (2009) e Gonçalves (2020), ou seja, esses espaços são qualificados por aquilo que “não seriam” ou “não teriam”. Além disso, outro problema crônico quanto às reflexões sobre as favelas seria o da sua homogeneização. Nesse caso, os diferentes arranjos associativos, bem como as particularidades históricas, geográficas e econômicas, via de regra, não se levam em conta quando esses lugares são abordados.

De acordo com Pestana (2022), a compreensão sobre as favelas deve trazer consigo as dinâmicas sociais que produzem estes espaços. Logo, o autor as destaca da seguinte maneira:

(...) espaços de concentração das parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora, ainda que sejam caracterizadas por processos de relativa diferenciação interna e não se deva supor homogeneidade absoluta de suas populações. Esse perfil predominante entre seus habitantes é acompanhado por um processo de estigmatização – conduzido por uma miríade de agentes, como o Estado e a mídia empresarial – que produz uma diferenciação em relação às demais áreas da cidade, aí incluídas aquelas em que se concentram parcelas consideráveis do proletariado (como loteamentos irregulares, cortiços e periferias). É, a partir da conexão destes dois processos fundamentais que se define a especificidade da constituição dos territórios referidos como favelas, abarcando

¹ Sobre o aspecto histórico que envolve o surgimento das primeiras favelas, recomendamos o trabalho de Valladares (2016), além das contribuições de Campos (2012), Gonçalves (2013) e Silva (2005).

tanto as características físicas que assumem sua multiplicidade, quanto a prática de diversos agentes em seu espaço (Pestana, 2022, p. 255).

Na contramão das perspectivas que apontam para a homogeneização e estigmatização das favelas, estudos importantes foram empreendidos para compreender estes espaços, detalhando com riqueza o seu surgimento nas Zonas Sul, Norte e na região central da cidade do Rio de Janeiro (Araújo e Silva, 2008; Brum, 2012; Costa, 2019; Simões, 2008; Zylberberg, 1992). Sob distintas perspectivas, essa dinâmica que envolve as favelas também tem sido retratada recentemente pelos próprios moradores, resultado de um importante aspecto de expansão e incorporação deles ao circuito acadêmico².

Silva (2010) assinala que há um projeto segregador na cidade e que este projeto também atinge uma diferenciação entre as favelas segundo o lugar que ocupam no espaço urbano, neste caso, as favelas da Zona Norte, cuja maior representação foi a do Jacarezinho, que seriam aquelas compostas pelo operariado, já as favelas da Zona Sul seriam compostas por trabalhadores da construção civil e empregadas domésticas, o que denotaria uma diferença social construída a partir do trabalho.

No entanto, os textos que citam as favelas ainda apresentam como lacuna a investigação sobre as favelas da Zona Oeste carioca. Se é verdade que as favelas majoritariamente ainda são retratadas de maneira homogênea e pela ideia de ausência, o que dizer de um lugar que está encravado em uma das áreas mais “invisíveis” da cidade? Cidade cuja produção dos sentidos e representações ainda permanece ancorada na Zona Sul e ultimamente, e de forma ainda tímida, em favelas e subúrbios da Zona Norte.

Cabe inclusive, para efeitos do debate proposto por esta tese, delimitar o que compreendemos como Zona Oeste. Concordamos com a explicação de Araújo e Davies (2022), os autores apresentam, a partir do seu texto, um imaginário comum em torno de duas zonas oeste, uma, ocupada pelas camadas mais privilegiadas e mais próximas ao mar, e uma segunda, que seria tomada pela pobreza urbana e que está conectada ao centro pela via férrea e pela Avenida Brasil³. No caso específico da pesquisa desenvolvida a partir desta tese, a escolha

² O trabalho de Brum & Knauss (2012), ao analisar as produções sobre as favelas, sobretudo nos programas de pós-graduação em História, aponta para uma maior diversificação das fontes de pesquisa, havendo um maior compromisso com os habitantes desses espaços, compreendendo-os a partir de suas formas de organização e pensamento, entendendo-os como sujeitos do processo histórico. Para isso, tornou-se necessário o uso de suportes como a história oral e a história da imagem, por exemplo.

³ A divisão oficial do espaço urbano carioca expressa, de certa forma, esta dupla representação. Assim, na denominada Zona Oeste, temos a Área de Planejamento (AP) 4.0, que abrange as regiões

pela abordagem da Zona Oeste ligada a esta espécie de segundo imaginário se dá pelo fato de a favela eleita como lócus de pesquisa estar situada em bairros pertencentes a este território.

Por sua vez, ao pesquisar essa região da cidade, Oliveira (2017) sinaliza que as representações dos seus moradores passam por aspectos positivos e negativos. No que diz respeito aos aspectos positivos, a autora destaca um passado agrícola, a ideia de tranquilidade, de uma vida pacata e resquícios de uma natureza⁴ preservada. Em relação aos aspectos negativos, podem ser percebidos o abandono por parte do Estado, pobreza, certa falta de refinamento dos seus moradores e a ausência de serviços públicos e privados.

Ao abordar a relação entre rural e urbano na Zona Oeste, a escritora de *Zona Oeste revisitada* destaca que o processo de integração social, política, cultural e ambiental foi construído em torno de uma ideia de natureza e vocação agrícola, algo que ainda não está apagado da memória coletiva, havendo, a partir do estudo produzido, a identificação de tensões envolvendo a construção das representações sociais por parte dos seus habitantes, uma vez que suas representações simbólicas acabam por mesclar ícones da ruralidade e daquilo que é considerado urbano⁵⁶.

Não há dúvidas de que as pesquisas citadas cumprem papel significativo para auxiliar no preenchimento das lacunas existentes a respeito da produção de conhecimento sobre a Zona Oeste carioca. Entendemos que essas reflexões podem auxiliar a pensar as próprias favelas erguidas nesse vasto espaço urbano, uma vez que sua dinâmica de crescimento guarda relação com processos mais amplos de metropolização, urbanização e industrialização da região.

Deixamos claro que, para efeitos da tese aqui apresentada, o objeto de estudo é o processo de formação e expansão da favela Vila do Vintém, situada entre os bairros de Realengo e Padre Miguel. Além das questões apresentadas nos parágrafos anteriores, outros pontos são necessários para a compreensão das motivações para a eleição deste objeto de pesquisa, pois, além da vivência

administrativas da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Cidade de Deus, e Área de Planejamento (AP) 5.0, que envolve as regiões administrativas de Bangu, Realengo, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

⁴ Oliveira (2017) reflete que as próprias representações acerca da natureza são muito distintas se compararmos as Zonas Sul e Oeste do Rio de Janeiro, enquanto, na primeira área da cidade, essas representações têm a ver com a ideia de contemplação, na segunda, aparece a ideia de trabalho e sustento.

⁵ Tanto em *o Direito à Cidade* quanto em *A cidade do capital*, Henri Lefebvre (2016, 1999), ao comentar a relação entre rural e urbano, a partir do processo de industrialização e urbanização das cidades, estabelece que tal relação se intensifica neste quadro e que, com isso, tensões surgem, tornando-se conflitos latentes se exasperam.

⁶ Ver Oliveira (2016).

do pesquisador que escreve a presente tese como morador do bairro de Realengo, também houve um trabalho desenvolvido como docente entre os anos de 2017-2019 em uma Universidade⁷ da região desta favela.

Foi justamente como docente de uma unidade de ensino que, a partir do ano de 2017, houve a inserção em um projeto de extensão universitária denominado “UCB-Favela”, cujo objetivo era justamente o de aproximar a universidade das favelas da região através de um trabalho interdisciplinar e que envolvia uma série de atividades socioeducativas junto aos moradores⁸. Tal projeto marca o início de nossa preocupação com o desenvolvimento e a história da Zona Oeste, sobretudo de suas favelas.

O início do trabalho ocorreu junto à favela denominada Jardim Batam, situada no bairro de Realengo⁹. Durante o período de dois anos no qual estivemos presentes, foi possível observar que os moradores sempre falavam sobre a história do lugar. Isto envolvia, sobretudo, a forma sob a qual os terrenos em que vivem foram adquiridos, personagens históricos da favela, e até mesmo situações de conflito com o poder público.

A partir daí, iniciamos uma pesquisa cuja ideia seria registrar o nascimento do Jardim Batam através do relato dos seus moradores. A pesquisa teve a direção do autor desta tese e contou com o trabalho desenvolvido por cinco estagiárias do curso de Serviço Social. Foram entrevistadas dez pessoas, cuja seleção foi realizada com o apoio da Associação de Moradores local¹⁰.

A partir do ano de 2019, a Vila do Vintém foi eleita como lócus das práticas extensionistas. Apenas a linha férrea separa a favela da Universidade em que trabalhávamos, entretanto, é preciso fazer uma ressalva: proximidade geográfica nem sempre é sinônimo de partilha de conhecimento, de acolhimento e de produção de trabalho em conjunto por parte das unidades de ensino. Os muros da academia, por vezes, se erguem da mesma forma que os dos condomínios fechados, em vista disso, o conhecimento e as trocas necessárias acabam ficando em segundo plano.

A recíproca não é verdadeira quando se trata da relação da favela com a universidade, sempre acolhedora, mas, ao mesmo tempo, e com razão, desconfiada de quem a utiliza sem devolver os conhecimentos adquiridos. Em

⁷ Mais precisamente, a Universidade Castelo Branco, situada no bairro de Realengo.

⁸ Atividade que envolvia outros cursos, como Direito e Comunicação Social.

⁹ O Jardim Batam está situado às margens da Avenida Brasil. O censo de 2010 aponta uma população estimada de 3.254 pessoas.

¹⁰ Parte dos resultados desta pesquisa podem ser encontrados nos Anais dos Congressos Estadual e Brasileiro de Assistentes Sociais (CEAS-RJ e CBAS). O relatório final da pesquisa foi encaminhado e apresentado à Associação de Moradores do Jardim Batan, no mês de dezembro de 2018.

todo caso, nossa chegada à Vintém foi marcada por muito apoio e receptividade por parte de moradores e lideranças comunitárias.

O ano de 2019 marcou o início do desenvolvimento do trabalho junto à Vila do Vintém; assim como ocorreu no Jardim Batan foram previstas atividades socioeducativas cuja ação envolveria diferentes áreas do saber, incluindo o Serviço Social. As ações contaram com o apoio da Associação de Moradores, cuja atuação foi fundamental na identificação do espaço e das demandas.

Ao pesquisar sobre a Vila do Vintém durante a realização das atividades extensionistas, não foi possível encontrar produções acadêmicas sobre o processo de formação desta favela, fato que nos intrigou. Ao tentar expandir a pesquisa para os bairros de Realengo e Padre Miguel, poucos foram os trabalhos que, à época, puderam ser usados como referência para a compreensão da formação desses espaços¹¹. Logo, algumas perguntas vieram à tona: como um lugar tão importante para a Zona Oeste e para a própria cidade trazia consigo informações tão escassas? Como teria sido a sua formação? Quem teria participado ativamente da construção deste lugar chamado Vila do Vintém? Quais foram as lutas ocorridas no processo de formação desta favela? Essas perguntas começaram a ecoar no decorrer do trabalho desenvolvido.

A atividade realizada anteriormente no Jardim Batan serviu de inspiração para uma nova proposta de trabalho junto à Vila do Vintém. Pretendíamos, por meio do recurso da história oral, compreender alguns elementos que levaram à formação daquele espaço. A Associação de Moradores da Vila do Vintém nos forneceu todo apoio necessário e, a partir do segundo semestre de 2019, foram realizadas entrevistas com 6 moradores, com o intuito de compreender suas histórias de vida articuladas com o processo de expansão da Vila do Vintém¹².

O rico processo de pesquisa trouxe a necessidade de um aprofundamento das questões levantadas e, com isso, a ideia de inscrição em uma seleção de Doutorado se tornou um desdobramento natural.

Uma ressalva importante deve ser feita: esta tese não tem a pretensão de contar a história da Vila do Vintém. Entendemos que essa história é contada todos os dias pelos moradores da favela em suas casas, nos bares, nas igrejas, escolas de samba, ongs, centros comunitários e demais instituições constituintes desse importante espaço, porém os resultados obtidos através da pesquisa podem se

¹¹ Importantes exceções são os trabalhos de Mansur (2009, 2011, 2016) e Viana (2009).

¹² O resultado desta pesquisa foi devolvido para a Associação de Moradores da Vila do Vintém (AMVV). É preciso citar que a ocorrência da pandemia de Covid-19 acabou por interromper a realização de novas entrevistas.

caracterizar como elementos que irão auxiliar a pensar sobre um importante lugar da Zona Oeste carioca e que merece a devida atenção.

Outras considerações são fundamentais quando tratamos da Vila do Vintém: o primeiro ponto é de que se trata da segunda maior favela da Zona Oeste carioca¹³, isso por si só reforça a necessidade de compreensão das dinâmicas intrínsecas a esse espaço, bem como dos seus processos históricos, incluindo as particularidades de sua formação. O segundo ponto é que esperamos que esta pesquisa contribua com a produção de elementos que auxiliem a pensar não apenas esta favela, mas a sua relação com a cidade, através dos arranjos associativos e da organização dos seus moradores. Assim como as demais favelas erguidas no espaço urbano carioca, a Vila do Vintém não pode ser compreendida como algo isolado e “à parte” da cidade. Ela foi e continua sendo parte integrante da sua história, influenciando e sendo influenciada por um espectro amplo de dinâmicas políticas, sociais e culturais.

Esta tese está dividida em três capítulos: o primeiro capítulo pretende apresentar a construção do conjunto do IAPI¹⁴ em Realengo, durante os anos 1940. O intuito, neste caso, é refletir como, através da construção deste conjunto, o bairro era tratado como uma construção “moderna” e “operária”, estando de acordo com a ideologia dominante da época, mais precisamente o pós-segunda guerra mundial, e que trazia um local da então longínqua zona rural como uma de suas referências. Ao mesmo tempo, neste mesmo bairro e durante o mesmo período histórico, uma nova favela nascia e crescia: a Vila do Vintém. Havia, portanto, uma contradição: se havia garantia de moradia para alguns, para tantos outros o que havia era a possibilidade iminente de perda de suas residências, uma vez que as favelas, mesmo aquelas mais distantes das áreas centrais, estavam no alvo das autoridades, fato que levou os moradores a uma importante mobilização por suas casas. Dessa forma, procuramos retratar também o “nascimento” da Vila do Vintém como favela e as repercussões disso nos órgãos de imprensa e no parlamento.

Ainda no capítulo 1, procuramos demonstrar os arranjos associativos da Vila do Vintém. O seu crescimento e as tensões que dele surgiam acabaram por

¹³ Segundo o Censo de 2010, a favela conta com aproximadamente 15.298 habitantes, ficando atrás da favela Fazenda Coqueiro, em Senador Camará. Até o momento da escrita desta tese, não foram liberados os dados referentes ao último levantamento do IBGE.

¹⁴ Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, criado pelo governo Vargas através da Lei n. 367, de 31 de dezembro de 1936. O instituto era uma instituição previdenciária, mas, a partir de 1937, acaba por direcionar sua atuação também para o campo habitacional. Um dos objetivos dessa política, como veremos adiante, seria intervir nas condições gerais da reprodução da força de trabalho.

levar os moradores a buscar uma série de alianças cujos objetivos primordiais eram a implementação de melhorias e o direito de permanecer no local, logo, os personagens insurgentes também são componentes relevantes nesta seção. Outra questão que mereceu destaque foi o monitoramento de órgãos de repressão aos arranjos políticos que os moradores da Vila do Vintém fizeram. Tais arranjos foram combatidos com uma extrema vigilância, acrescida de formas assistencialistas de se fazer política, como foi o caso da Fundação Leão XIII.

No capítulo 2, destacamos que a luta por moradia que se inicia no final dos anos 1940 e se estende aos anos 1950, envolveu, por um lado, os moradores da favela e, por outro, grileiros de terra. Nesse caso, há que se considerar a articulação dos moradores com partidos de diferentes espectros políticos que iam desde o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), passando pelo Partido Social Democrático (PSD) e, até mesmo, a União Democrática Nacional (UDN), além da aproximação de políticos como Tenório Cavalcanti, e a utilização de espaços importantes que também iriam compor a luta política como o parlamento e as redações dos jornais. Este capítulo também contextualiza, mesmo que de forma breve, a luta por terras no antigo sertão carioca, uma vez que esse vasto espaço foi ocupado de maneira, por muitas vezes, bastante violenta, fato noticiado pelos periódicos e que também acabou por tomar os discursos parlamentares nas bancadas dos vereadores e da câmara federal. A articulação dos moradores contra os grileiros, o amplo processo de debates sobre o despejo dos favelados e uma possível extinção da Vila do Vintém são a tônica abordada neste capítulo.

Por fim, o terceiro capítulo investigou o processo de urbanização da Vila do Vintém, no início dos anos 1960, com o governo Carlos Lacerda. Nesse caso, os moradores da favela atuaram no sentido de pressionar o processo de urbanização, mas também serviram como força de trabalho atuando a partir de mutirões. Ao mesmo tempo que favelas eram removidas de espaços cujo valor do solo era mais caro, dada a sua localização, em outras partes da cidade, novas favelas eram urbanizadas e bairros construídos. Na época, havia uma crença de que as melhorias trazidas a determinadas favelas as transformariam em bairros operários e, nesse bojo, se encontrava a favela pesquisada.

Sobre o início do período a ser estudado, mais precisamente os anos 1940, temos a indicação através de reportagens de diferentes periódicos de um momento de nascimento e crescimento da Vila do Vintém, o que também se aplica à época em que foram analisados os arquivos de diferentes instituições, como o

APERJ¹⁵ e a biblioteca da ALERJ¹⁶, portanto, o início dos anos 1960 apresenta o ponto de encerramento do material pesquisado, uma vez que demonstra o início do processo de urbanização da favela e, conseqüentemente, o aparecimento de novas lutas sociais.

Por fim, é preciso ressaltar que a linha mestra que orienta os capítulos desta tese é a luta e a organização dos moradores da Vila do Vintém em prol da defesa de suas moradias. Como bem afirma Lefebvre (1999), apoiando-se nos escritos de Marx, a cidade concentra a população, os instrumentos de produção, as necessidades e os prazeres, sendo, por excelência, o lugar da luta de classes, caracterizando-se como um grande laboratório das lutas sociais. O entendimento da produção da cidade a partir da organização dos moradores que viviam em uma nova favela, que crescia distante das regiões centrais do Rio de Janeiro, é uma contribuição significativa que a produção desta tese pode trazer.

1.1. Conhecendo a Vila do Vintém hoje

Situada entre os bairros de Padre Miguel e Realengo está a Vila do Vintém, considerada por muitos a favela mais antiga da região. Não há informações mais precisas sobre as origens do nome que a favela carrega, todavia, Pereira (2013) defende que a denominação se refere a um local que, antigamente, congregava setores que viviam em situação de extrema pobreza. Quem vivia lá, portanto, “não valeria um vintém”, segundo os dizeres da época. Ainda de acordo com a autora, a habitação da área teve início nos anos 1920, porém a favela passou a crescer a partir da construção da linha férrea nos anos 1930. Trata-se de uma favela situada em terreno plano, o que a diferenciava de boa parte das favelas cariocas à época. Além disso, as casas são dispostas uma ao lado da outra, quasesempre com dois ou três andares, levantados quando os herdeiros se casam e as famílias crescem.

Na produção do espaço dessa favela, desigualdades podem ser percebidas até os dias atuais, uma vez que ainda há uma forte desigualdade socioterritorial, de modo que a parte central, atravessada pela Rua Belisário de Souza, é tomada por habitações com melhor infraestrutura, ao passo que regiões

¹⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁶ Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

próximas ao IAPI e à localidade denominada Maloca possuem habitações cuja construção ocorreu precariamente, não possuindo acesso à rede de esgoto.

No que diz respeito aos equipamentos públicos, a Vila do Vintém conta com uma escola municipal e uma Estratégia de Saúde da Família. Os demais equipamentos, como unidades de pronto atendimento (UPAs), hospital, centros de referência de assistência social (CRAS), centros de referência especializado de assistência social (Creas) e demais escolas, são acessados pelos moradores nos bairros próximos, principalmente Realengo, Padre Miguel e Bangu.

Observa-se, também, a profusão de Igrejas. No interior dessa favela, essas Igrejas convivem com uma intensa atividade cultural, sobretudo o baile *funk*, que ocorre todos os sábados. Aliás, aqui, é preciso ressaltar uma curiosidade: o baile que acontece na Rua Belisário de Souza é um ponto de referência que possibilita compreender a divisão entre os bairros de Realengo e Padre Miguel, ou seja, ao lado esquerdo do baile, está situado o bairro de Realengo e, ao lado direito, o bairro de Padre Miguel.

A Vila do Vintém é berço de duas agremiações do carnaval carioca: uma delas é a Mocidade Independente de Padre Miguel¹⁷, cuja quadra tradicional está situada na Rua Coronel Tamarindo, bem próxima à estação de Padre Miguel. A agremiação fundada em 1955 é uma das mais tradicionais do Rio de Janeiro, sendo campeã do carnaval no grupo especial por seis vezes, além de um título no grupo de acesso na segunda divisão por uma vez. Da agremiação verde e branca nomes de intérpretes importantes foram projetados para o carnaval carioca, como Ney Vianna, Paulinho Mocidade, além de Elza Soares, que, já consagrada, assumiu os microfones da agremiação entre os carnavais de 1973 e 1976. Outra personagem importante é Mestre André, que foi o principal responsável por fazer a bateria da Mocidade ser conhecida como uma das melhores do carnaval. A compra do terreno onde se situa uma das quadras da escola na Vila do Vintém ocorreu em sua gestão como presidente nos anos 1960. Na Vila do Vintém, também se encontra a Unidos de Padre Miguel ou UPM, como denominam os moradores. Recém-promovida ao grupo especial das escolas de samba, a UPM foi fundada em 1957 e carrega as cores vermelho e branco com a intenção de homenagear a Fábrica de Tecidos Bangu, uma vez que Guilherme da Silveira Filho doava todo o tecido para o desfile da escola e bem como para o Bangu Atlético Clube¹⁸, cuja sede se localiza na Rua Mesquita, uma das principais ruas

¹⁷ Fruto do time de futebol Independente Futebol Clube (Pereira, 2013).

¹⁸ De acordo com o site Galeria do Samba. Ver <https://www.galeriadosamba.com.br/>. Galeria do Samba - Unidos de Padre Miguel.

da Vila do Vintém. Mocidade e UPM desfilaram juntas no grupo especial em 1971 e repetirão a façanha em 2025.

Escrever sobre lugar tão importante para a Zona Oeste e para o Rio de Janeiro é, sem sombra de dúvidas, um desafio imenso do tamanho das escolas de samba que a “Vintém” abriga. Pensar a cidade a partir desta região é tarefa que se impõe de maneira urgente, inclusive para o Serviço Social, já que a produção de conhecimento é um dos pilares da nossa formação contínua. Conhecer parte da história da Vila do Vintém pode auxiliar o processo de valorização desse vasto espaço urbano, assim como pode contribuir para qualificar políticas públicas que tenham como foco a memória e a história de bairros e favelas periféricas.

No entanto, apesar dos dados já levantados através de fontes oficiais e não oficiais, percebemos a necessidade de obtenção de maiores registros sobre a história dessa localidade. Nesse caso, a partir da curiosidade inicial que foi compreender como se deu o processo de formação de uma importante favela da Zona Oeste carioca, alguns procedimentos metodológicos foram levantados. O próximo item fará uma descrição dos procedimentos, bem como do caminho percorrido no processo de pesquisa que acabou por levar à escolha deste tema para o desenvolvimento desta tese.

1.2. Procedimentos Metodológicos

A escolha dos métodos empregados em uma pesquisa pode por muitas ocasiões constituir-se em tarefa árdua para um pesquisador. Envolve o diálogo necessário entre a eleição do objeto de pesquisa e seu posterior recorte com a teoria empregada a partir do estado da arte, questão que por si só pode oferecer um leque de procedimentos que precisam ser examinados com cuidado, tendo em vista que sua eleição se configura como momento chave para a obtenção das respostas decorrentes de uma questão geradora.

O diálogo entre realidade-teoria e método é fundamental para que o pesquisador evite equívocos e não caia nas armadilhas que podem aparecer durante o percurso acadêmico. Para Netto (2011), um método de pesquisa não se resume a qualquer posicionamento face ao conhecimento existente para classificá-lo como “bom ou mal”. A análise científica pretende sempre realizar a crítica ao conhecimento acumulado, trazendo ao exame racional os seus

fundamentos, condicionantes e limites a partir de conteúdos históricos reais. Neste caso, o método não resultaria de intuições geniais ou descobertas abruptas, mas de um rigoroso e demorado processo de investigação.

Uma das principais armadilhas é pensar que o recorte do objeto de pesquisa estabelecido após processo seletivo, assim como o percurso metodológico e a eleição das categorias de análise, em nível de mestrado ou de doutorado, se configurem como algo definitivo. Nossa própria experiência, durante o Doutorado, apontou que a análise e as impressões iniciais sobre o objeto de pesquisa eleito podem ser modificadas, o que leva à necessidade de estabelecimento de novas metodologias e categorias de análise.

Segundo Leite (2008), fazer pesquisa sem conhecer os seus instrumentos é inviável, ressaltando também que o conhecimento científico deve ir além do empírico, à procura de conhecer, além do fenômeno, suas causas e suas leis. Há um importante dinamismo, já que deve haver uma constante revisão e reavaliação dos resultados atingidos, uma vez que devemos estar cientes da própria condição de falibilidade da ciência e de suas leis.

Becker (2015), por sua vez, assinala que, em um processo de pesquisa, discorrer sobre os problemas existentes é um percurso primordial a ser tomado em vez de simplesmente eliminar tais dificuldades, o que significa também revisar a própria relação que o pesquisador tem com o seu objeto de pesquisa. Em nosso caso específico, isso significou modificar a abordagem e a própria compreensão sobre o processo de formação da Vila do Vintém. Para isso, a contribuição das disciplinas obrigatórias e eletivas foram fundamentais para uma mudança da compreensão sobre a favela eleita para esta pesquisa.

Nesse contexto, as disciplinas História Oral e Produção do Espaço, As Cidades a partir das Margens e Direito à Cidade, oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação da PUC-RIO e ministradas pelo Professor Rafael Soares Gonçalves, apresentaram perspectivas teórico-analíticas cruciais quanto ao processo de reflexão a respeito do objeto de estudo.

Assim, foi possível compreender que uma pesquisa acadêmica não cumpre o papel de “dar voz” a alguém ou a algum grupo de pessoas. Isso significaria dizer que estas por si só não conseguem estabelecer relações capazes de possibilitar circulação de conhecimentos, histórias e tradições em determinados espaços, nada mais falso, uma vez que há no âmbito dos diferentes espaços que permeiam uma cidade, um processo constante de construção de conhecimentos e identidades.

Grynszpan e Pandolfi (2007) assinalam que o que está em jogo na verdade não é apenas o direito de ter uma memória, mas a possibilidade de tê-la reconhecida e de ser o seu próprio gestor e guardião.

As identidades de regiões, espaços, estão também associadas às identidades e memórias dos grupos que os ocupam. Inversamente, as identidades dos grupos que ocupam determinados espaços, determinadas regiões, ressemantizam-se, a partir da redefinição das identidades destes espaços e de suas memórias. Portanto, as lutas pelas memórias regionais, são também batalhas discursivas em torno da definição das formas de percepção das identidades destes espaços, tanto quanto dos grupos neles presentes (Grynszpan; Pandolfi:2007, p. 69).

Assim, construir ou reconstruir a história de uma favela carioca traz consigo os seus percalços, uma vez que a história destes espaços quase sempre é contada pelas classes dominantes. Este “contar da história”, vem, portanto, impregnado de estigmas, de ode ao “vencedor” e de diminuição do outro, tratado como coisa sem valor e mesmo como mero acessório.

A partir das inquietações iniciais e da pergunta geradora da pesquisa, ou seja, como ocorreu o processo de formação e expansão da Vila do Vintém, optamos inicialmente pelo procedimento metodológico intitulado história oral como o principal caminho que levaria a obter respostas para esta indagação. A escolha se explicava até então por algumas razões que julgávamos bastante pertinentes, a primeira delas é que se trata de uma favela da Zona Oeste carioca, região da cidade ainda bastante estigmatizada pela história oficial e, portanto, longe dos “holofotes”. Assim entender o processo de construção da Vila do Vintém a partir dos seus moradores parecia algo importante e justo.

A segunda questão é que o contato com o material produzido por Portelli (1996, 2010) acabou por despertar interesse na utilização deste procedimento. Em consonância com o objeto eleito para a pesquisa, a história oral parecia o caminho mais seguro a trilhar. Chamou atenção a reflexão proposta pelo autor já que Portelli vislumbra uma relação relevante entre oralidade e democracia, uma vez que a consonância desses dois elementos depende das relações de poder, da concentração econômica, do monopólio dos meios de comunicação e do poder político que isso traz consigo. Na maioria esmagadora dos casos, parte considerável da humanidade acaba por ser excluída das amplas possibilidades que a comunicação apresenta. Nesse caso, o advento da História Oral poderia oportunizar o ingresso de importante contingente populacional na esfera pública. Assim, o acesso a histórias, tradições, costumes e formas de vida pode ser socializado, alcançando diversos setores da sociedade.

No entanto, o percurso estabelecido nos quatro primeiros semestres do Doutorado trouxe algumas dúvidas sobre a utilização deste método para a realização da pesquisa proposta. Começamos a indagar a respeito da existência de fontes documentais sobre essa favela específica, caso a resposta fosse positiva algumas novas possibilidades poderiam surgir e, com elas, novos questionamentos, o que nos levou a pensar em outras possibilidades de investigação.

A disciplina de metodologia de pesquisa ofertada no terceiro semestre do curso proporcionou um amadurecimento dessas questões. Logo, movido pela curiosidade, que é processo inerente ao fazer científico, realizou-se uma série de buscas no site da Biblioteca Nacional em busca de ocorrências a respeito da temática escolhida.

Para nossa grata surpresa, foi possível encontrar uma série de ocorrências a respeito da Vila do Vintém, em diferentes jornais entre os anos 1940 e 1960. Durante os quatro primeiros semestres, o trabalho concentrou-se na seleção das reportagens que estavam de acordo com a indagação inicial e catalogá-las a partir de diferentes momentos da história da favela, sendo possível perceber um importante caminho para a realização desta pesquisa.

Mesmo assim, alguns dilemas permaneciam: seria possível mesclar a história oral e a análise documental? Haveria tempo hábil para tal? Como fazer a escolha?

Após um período de reflexão e com a ajuda de meu orientador, foi possível perceber que o importante material encontrado como fonte documental traria elementos para a análise que viria *a posteriori*, além do mais as reportagens dos periódicos também indicaram outras possibilidades de busca de fontes, o que será detalhado mais adiante, logo, decidimos optar pela análise documental como proposta metodológica para a execução da tarefa imposta para a investigação aqui apontada. Foram levados em consideração a disponibilidade de tempo para a realização da pesquisa¹⁹, o importante material encontrado no site da hemeroteca digital e o quadro ainda instável no que diz respeito ao acesso às fontes orais, devido aos desdobramentos advindos da pandemia de covid-19.

Outro ponto relevante para a escolha da análise documental como método é que os documentos descobertos ao longo da jornada de pesquisa jamais haviam sido tratados, sobretudo naquilo que tange à Vila do Vintém. O ineditismo das

¹⁹ Gil (2002) também aponta que este tipo de pesquisa traz como vantagem uma série de fontes ricas e estáveis de dados, além do seu custo.

fontes bem como o seu tratamento acabaram por se constituir na justificativa definitiva por essa escolha. Ao mesmo tempo, compreendemos que o fato de encontrarmos um material inédito traria desafios instigantes, uma vez que suscitaria a necessidade de sua eleição, catálogo e posterior análise.

A análise dos documentos foi acompanhada da devida contextualização, já que as mudanças pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passava também incidem como fator a ser considerado. A circunstância de a cidade ter se constituído como capital federal também contribuiu para o xadrez político, em que as favelas representavam peça relevante do tabuleiro, bem como os personagens que se movimentavam nesse jogo. Assim, também foi tarefa desta pesquisa entender o contexto político e econômico, articulando-o com os resultados descobertos no processo de pesquisa.

Tendo sido explicado o caminho percorrido quanto à escolha do método de pesquisa, faz-se necessário ressaltar a compreensão do que seja um documento, já que a diversidade de possibilidades a respeito pode suscitar uma série de dúvidas, portanto, é imprescindível resgatar a definição de Cellard (2008, p.297) visto que: “Consiste em todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel. Mais precisamente as fontes, primárias ou secundárias, que, por definição, são exploradas – e não criadas – no contexto de um procedimento de pesquisa”.

Por sua vez, Barros (2020) aponta para a necessidade de constituição de um universo de fontes adequado, sendo o *corpus* documental definido como:

(...) o conjunto de fontes que serão submetidas à análise do historiador (ou qualquer outro tipo de pesquisador) com vistas a lhe oferecer evidências, informações, discursos e materiais passíveis de interpretação historiográfica. Sua constituição não é aleatória, implica escolha e seleções que deverão atender a determinadas regras e critérios (Barros: 2020, p. 26).

Nesse caso, em consonância com o pensamento de Cellard (2008), entende-se que documentos escritos podem possibilitar algum tipo de reconstrução, sendo insubstituíveis para retomar um passado relativamente distante. Além disso, Barros (2020) ao dissertar sobre as fontes históricas, aponta que se constituem como base empírica ao discurso do historiador, seu uso crítico e analítico constitui um dos fatores que permitem uma distinção efetiva entre realidade e ficção.

Algumas precauções, com certeza, devem ser tomadas de antemão. Os periódicos e demais documentos que serão objeto de análise não se constituem como elementos neutros. São, entretanto, frutos de ideias ancoradas em

perspectivas de classe, raça e gênero, a partir de determinadas estruturas de poder, que, ao mesmo tempo e por dentro do jogo de contradições inerentes à luta de classes, podem ser utilizados também como instrumentos dos processos de luta dos trabalhadores.

Dessa forma, cabe destacar que:

O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material. Em primeiro lugar, ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como sua representatividade. O autor do documento conseguiu reportar fielmente os fatos? Ou ele exprime mais as percepções de uma fração particular da população? Por outro lado, o pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e contentar-se com o que estiver à mão: fragmentos eventualmente, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhe são estranhos e foram redigidos por um desconhecido, etc., etc. É, portanto, em razão desses limites importantes, que o pesquisador terá de tomar um certo número de precauções prévias que lhe facilitarão a tarefa e serão, parcialmente, garantias da validade e dasolidéz de suas explicações (Cellard:2008, p. 296).

No caso específico da pesquisa aqui apresentada, as precauções dizem respeito à análise prévia dos periódicos e dos demais documentos que servirão como base para a construção dos resultados da investigação. Essa filtragem inicial permitiu a eleição dos jornais consultados e do período eleito para a realização da pesquisa.

Como parte integrante da pesquisa, sobretudo no segundo ano de Doutorado, foram intensificadas as consultas na hemeroteca digital, o que permitiu maior aprofundamento sobre a história da Vila do Vintém. Um primeiro levantamento dos periódicos da antiga capital federal nos permitiu maior aproximação com o objeto de pesquisa aqui retratado. Foi possível identificar que, entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950, houve uma série de tentativas de remoção da favela, levando à necessidade da realização de novas investigações, articulando-as ao material recém-descoberto. Identificamos, também, que forças políticas de diferentes matrizes teóricas tinham ligações com os moradores da Vila do Vintém.

A pesquisa na hemeroteca digital proporcionou a descoberta de alguns nomes de moradores que estariam envolvidos em um processo de luta e resistência que nos despertou imensa curiosidade. Além disso, os jornais também apontaram para um importante movimento de uso, valorização e ocupação do solo na localidade, contando com a presença de grileiros de terras, o que aguçou nossa curiosidade.

Isso nos conduziu a levantar os fundos da Polícia Política do DOPS, no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Para a nossa grata surpresa, foi possível descobrir uma importante atuação do PCB²⁰ na Vila do Vintém e também nas obras do conjunto do IAPI em Realengo. Em seu período de legalidade, a atuação do partido envolvia moradores da favela e tinha, justamente a partir das demandas do cotidiano, como a habitação e as melhorias na questão da infraestrutura, a linha mestra que envolvia favelados e o partido.

Outro fato que nos surpreendeu foi o de que havia uma ligação entre a construção do conjunto do IAPI no bairro de Realengo e a Vila do Vintém. Como já descrito pelo relatório Sagmacs²¹, parte dessa favela foi removida para a construção do referido conjunto habitacional, todavia foi possível verificar que alguns operários que trabalhavam no conjunto eram moradores da favela, o que enseja uma importante reflexão: aqueles que, ao mesmo tempo, participavam da construção de moradias em um bairro como Realengo tinham que lutar para que suas casas não fossem demolidas.

A análise prévia dos periódicos aponta para uma tentativa de construção do bairro de Realengo como bairro operário. Essa ideia estava alicerçada em uma perspectiva de modernidade e de adequação da cidade aos “novos tempos”, por outro lado, a Vila do Vintém aparece retratada como sua antítese, local de “doenças”, “casebres”, “lama” e sujeira, aspecto que nos chamou a atenção.

Ao mesmo tempo, a época aponta para uma importante movimentação política, as fichas levantadas nos arquivos do APERJ também apontavam para a existência de células do PCB junto a operários que participavam da construção do conjunto habitacional e que viviam na Vila do Vintém. escortinava-se, portanto, outro flanco importante de pesquisa e que entendemos que deveria ser mais bem explorado nesta tese. Verificamos, também, que a ação dos comunistas se alastrava e se organizava para além da favela, envolvendo os bairros do seu entorno, como foi o caso de Realengo. Procurava-se, de alguma forma, integrar moradia e trabalho, pensando a própria cidade de maneira mais abrangente, fato que nos chamou a atenção.

²⁰ Partido Comunista Brasileiro.

²¹ SAGMACS – Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais. Esse estudo socioeconômico foi promovido pelo jornal O Estado de São Paulo e contou com a orientação do Padre Louis Joseph Lebet, a direção técnica do Professor José Arthur Rios e a coordenação de Carlos Alberto de Medina. Seu objetivo conforme descrito na página 2 do relatório seria o de “Oferecer a esses destinatários um trabalho o mais completo possível sobre as favelas que trouxesse a chancela dos mais notórios pesquisadores e estivesse isento de paixões políticas e ideológicas” (1960, p. 2).

Foi possível, também, descobrir, a partir da pesquisa realizada no APERJ e junto aos periódicos da época, que a Vila do Vintém se articulou com partidos como o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Essas articulações se espalharam para a defesa dos interesses dos seus moradores no âmbito legislativo, tornando-se canal institucional importante e que traria substanciais conquistas para a referida favela.

Logo, verificamos a necessidade de acessar os anais e diários oficiais da União e da prefeitura do antigo Distrito Federal na biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Os documentos encontrados, entre os anos de 1947 e 1955, envolvem desde debates parlamentares a solicitações de vereadores e deputados por melhorias no local, e nos trouxeram novas perspectivas sobre a pesquisa desenvolvida, possibilitando a análise de fontes que, até então, não haviam sido tratadas, pelo menos naquilo que tange especificamente à Vila do Vintém. Os arquivos da biblioteca da ALERJ também possibilitaram acesso a decretos e publicações oficiais que tinham as favelas como alvo de suas ações, auxiliando a compreender como a favela eleita como objeto desta pesquisa se enquadrava naquele contexto.

O material consultado suscitou uma série de reflexões sobre as favelas, uma vez que as problematizações de autores citados nesta pesquisa continuam bastante atuais e pertinentes (Brum, 2011, Gonçalves, 2013, Oliveira, 2019, Almeida; Gonçalves, 2020). No caso, das reportagens e matérias dos periódicos, as favelas eram retratadas enquanto lócus da violência, lugar da delinquência e marginalidade. Não obstante a súplica pela remoção dos moradores também ganhava destaque, em diferentes jornais, a sua erradicação, segundo os periódicos, se constituía no melhor caminho a ser trilhado pelas autoridades.

Ao mesmo tempo, também foi possível observar como os movimentos envolvendo os favelados estiveram sob a mira dos órgãos repressivos do Estado, mais precisamente o DOPS²², no final dos anos 1940. A preocupação com a organização e a luta política dos moradores, especificamente no caso da Vila do Vintém, reverberavam o temor com a possibilidade de articulação das questões cotidianas que envolviam a vida dos favelados com a contestação em nível mais amplo das condições materiais em que estavam inseridos.

O primeiro registro sobre o nascimento da Vila do Vintém ocorre em 1943 a partir de reportagem do jornal O Globo. Em 1947, a Tribuna Popular dedica uma página inteira à favela, detalhando com riqueza de detalhes o seu crescimento.

²² Departamento de Ordem Política e Social.

Ao final dos anos 1930, é possível verificar, em alguns jornais, a venda de terrenos naquela localidade, a partir da sessão de classificados, o que leva a entender que o processo de ocupação do terreno, situado às margens da linha férrea, começa a se adensar nesse período histórico, despertando a atenção das autoridades da época.

No que diz respeito aos arquivos consultados no APERJ, há uma proeminência de resultados que remetem ao final dos anos 1940, especialmente aos anos de 1947 e 1948, período em que podemos observar uma forte preocupação de órgãos de repressão do Estado junto a essa favela e, sobretudo, com a infiltração comunista.

No que diz respeito à hemeroteca digital, o exame das fontes de pesquisa verificou ao todo 73 reportagens e duas propagandas que compreendem esses distintos momentos, que se dividem em periódicos com diferentes orientações editoriais que devem ser levadas em conta ao se efetuar a análise.

Foram eleitos os seguintes periódicos: Tribuna Popular²³, Diário Notícias²⁴, Diário da Noite²⁵, Tribuna da Imprensa²⁶, Correio da Manhã²⁷, Jornal do

²³ Jornal Carioca, criado em 22 de maio de 1945 e fechado em dezembro de 1947, vinculado ao PCB. Caracterizou-se pela defesa constante do trabalhador em sua luta contra os empregadores, posição que lhe valeu grande popularidade. Tem sua suspensão decretada em dezembro de 1947, como decorrência da cassação do partido no mês de maio deste mesmo ano. Fonte: FGV/CPDOC.

²⁴ Jornal fundado em 1934 por Orlando Ribeiro Dantas. Durante o período de redemocratização nos anos 1940, apoiou o candidato Eduardo Gomes da UDN à presidência, além de fazer ferrenha oposição a Getúlio Vargas. A morte de seu proprietário em 1953 inicia o processo de declínio do jornal, segundo alguns jornalistas, seu fechamento ocorreu no ano de 1974. Fonte: FGV/CPDOC.

²⁵ Vespertino carioca fundado em 1929 por Assis Chateaubriand. Sua linha editorial é marcada por apoios e rupturas junto ao governo Vargas. O suicídio do presidente em 1954 levou o jornal a ser apedrejado pela população, já que o periódico nesta época era crítico ao governo. O jornal saiu de circulação em 1961. Fonte: FGV/CPDOC.

²⁶ Jornal carioca fundado por Carlos Lacerda em 27 de dezembro de 1949. O periódico tinha como linha principal a representação das proposições da UDN, fazendo oposição ao Getulismo. Em seus primeiros números, a Tribuna da Imprensa desencadeou uma campanha contra o marechal Mendes de Moraes, prefeito do Distrito Federal, e contra a transformação da Fábrica Nacional de Motores, autarquia vinculada ao Ministério da Viação, em sociedade anônima, liderada pelo grupo Soares Sampaio. Ao longo do ano de 1950, o jornal denunciou a importação de automóveis de luxo através de uma possível interferência do Banco do Brasil e divulgou um plano de criação de colônias agrícolas na Zona Rural do Distrito Federal, acreditando ser uma forma de melhorar as condições de vida das populações marginalizadas das favelas. Fonte: FGV/CPDOC.

²⁷ Jornal carioca diário e matutino, fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt e extinto em 8 de julho de 1974. Durante grande parte de sua existência, foi um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo sempre se destacado como um "jornal de opinião". Em novembro de 1946, durante a fase em que o Partido Comunista estava na legalidade, o Correio da Manhã perguntava como o governo oporia uma barreira à epidemia comunista. Apoiou sem restrições o nome do brigadeiro Eduardo Gomes ao pleito de 1950. Adotou linha crítica a Getúlio Vargas. Fonte: FGV/CPDOC.

Comercio²⁸, Jornal do Brasil²⁹, Luta Democrática³⁰, Imprensa Popular³¹ O Globo³², A Noite³³, O Jornal³⁴ e Folha do Povo³⁵.

²⁸ Fundado em 1827 por Pierre René François Plancher de La Noé. Durante quase toda a sua existência, pautou-se por uma orientação conservadora. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Jornal do Comércio manteve posição contrária ao Eixo, manifestando-se pelo rompimento de relações do Brasil com a Alemanha, concretizado em 28 de janeiro de 1942. E a 30 de outubro de 1945, como era de seu estilo, a notícia da queda de Vargas só apareceu na página quatro, sem chamada na primeira, toda ocupada com o noticiário internacional. Em 1957, o jornal foi vendido a Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Deputado Federal filiado ao PTB. Nesta época, o jornal define uma linha nacionalista, todavia, os constantes prejuízos acelerados por um incêndio na sede do Jornal fizeram com que mudasse novamente de mãos, sendo adquirido por Assis Chateaubriand no ano de 1959. Deixa de circular no ano de 2016. Fonte: FGV/CPDOC.

²⁹ Jornal carioca diário e matutino, fundado em 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Nos anos 1930, se engaja mais abertamente nas lutas políticas, sendo um dos veículos da plataforma autonomista. Devido à crise financeira que atravessa essa época, o JB se volta quase que exclusivamente para os anúncios classificados. Mantendo suas primeiras páginas inteiramente ocupadas por anúncios, o jornal recebeu, nessa época, o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”. Ainda assim, o Jornal do Brasil não se omitiu totalmente diante dos principais fatos políticos do momento. Dentro de uma perspectiva conservadora e católica, criticou os movimentos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora, e repudiou a Revolta Comunista de 1935. Por outro lado, ainda de acordo com sua posição antiextremista, o jornal viu com maus olhos o movimento integralista. Iniciado o segundo governo Vargas, o JB discutiu sua política econômica anti-inflacionária. Em relação ao debate entre Horácio Lafer, ministro da Fazenda, e Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, o jornal apoiou a posição ortodoxa do primeiro que pregava o combate à inflação através da restrição do crédito. Na área trabalhista, o jornal fez restrições à atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho, sem, contudo, radicalizar suas críticas, temendo desagradar seus leitores, que, em sua grande maioria, segundo Martins Alonso, eram gente do povo. Fonte: FGV/CPDOC.

³⁰ Jornal carioca fundado em 1954 por Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque e Hugo Baldessarini. Em fevereiro de 1954, Tenório, considerado por muitos como uma “janela da UDN para o povo”, fundou a Luta Democrática, com o objetivo de veicular as ideias da oposição entre as classes menos favorecidas da sociedade. O novo órgão logo seria considerado uma espécie de Tribuna da Imprensa dos pobres: de fato, a Tribuna, de propriedade do jornalista udenista Carlos Lacerda, tinha sido o mais importante órgão de combate a Vargas desde o início de seu segundo governo, em 1951. Outro ponto importante é que a fórmula da Luta Democrática consistiu, em resumo, em mesclar apelos ilusórios com fotografias em close de cadáveres do noticiário policial, retratos de mulheres em trajes sumários e uma coluna diária, “Escreve Tenório Cavalcanti”, que ensinava ao deputado a defesa de sentidas reivindicações populares. Fonte: FGV/CPDOC.

³¹ Jornal carioca diário criado em 1948 e fechado em 1958, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com o fechamento do jornal Tribuna Popular em dezembro de 1947 (ano da cassação do registro do PCB), tornou-se necessário criar um órgão de imprensa que preenchesse as mesmas funções do primeiro: ou seja, um órgão que funcionasse como um jornal de massa, apresentando formulações mais amplas do que o jornal oficial do partido. Com esse objetivo, no decorrer do ano de 1948, foi fundada a Imprensa Popular. Encerra sua circulação no ano de 1957 devido a cisões internas no PCB. Fonte: FGV/CPDOC.

³² Jornal fundado por Irineu Marinho em 1925. Durante os anos 1940, mostra-se favorável às políticas sociais de Getúlio Vargas, todavia, apoia a sua deposição. Não fez oposição sistemática ao Governo Dutra. O jornal solidarizou-se com o lançamento do PCB na ilegalidade no ano de 1947, fazendo campanha para que fossem cassados os parlamentares comunistas. Naquilo que diz respeito aos rumos da economia, o jornal foi o principal porta-voz da linha liberal, defendendo a fórmula de Thomas Skidmore de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado como o principal determinante do desenvolvimento. Durante o governo Dutra, fez campanha contra os jogos de azar, procurando gratificar os anseios moralistas das camadas urbanas, garantindo uma quantidade cada vez maior de leitores. Com a vitória de Vargas em 1950, desencadeou-se o debate em torno da legitimidade de sua vitória, levantado pelo líder oposicionista Carlos Lacerda sob a alegação de que o candidato não havia obtido maioria absoluta nas eleições. Segundo Ricardo Marinho, O Globo omitiu-se diante da questão, uma vez que não desfrutava de base política para apoiar um movimento de caráter inconstitucional. Após a posse de Vargas, no entanto, o jornal fez intensa oposição a seu governo. À medida que se intensificava a crise política do governo Vargas, O Globo acirrava a oposição ao presidente, encampando a tese do impeachment proposta pela UDN e participando da intensa campanha que a imprensa movia contra o jornal situacionista Última Hora, de Samuel Wainer. Segundo Ricardo Marinho, O Globo justificava sua atitude contra um governo eleito constitucionalmente em função dos “desmandos” que este cometera. O Globo fez ampla cobertura do chamado atentado da Tonelero, em 5 de agosto de 1954, contra Carlos Lacerda, cuja vítima foi

A consulta realizada na biblioteca da ALERJ apontou que a questão das favelas cariocas, especialmente a Vila do Vintém, foi debatida na Câmara dos Vereadores da Prefeitura do antigo Distrito Federal e na Câmara dos Deputados. Os debates construídos pelos vereadores ganham amplitude nos anos 1940; os debates parlamentares cujo protagonismo era dos deputados federais ganha corpo nos anos 1950. Ambos traziam em comum uma mescla interessante do tema que abrangia os Poderes e as instituições da municipalidade e que, simultaneamente, ganhava um caráter nacional, haja vista a própria condição do Rio de Janeiro como capital da República – a questão das favelas.

Por fim, as reportagens, principalmente as de O Globo, e o acesso ao fundo Carlos Lacerda no arquivo da Cidade do Rio de Janeiro possibilitaram ao pesquisador entender a Vila do Vintém em um outro contexto: o do início de sua urbanização, nos anos 1960. Nos primeiros anos do governo Lacerda, favelas do subúrbio continuavam a passar por um processo de crescimento e urbanização. Entender como a Vila do Vintém se enquadra nesse período histórico foi a tarefa cumprida a partir dos elementos eleitos para análise.

Entendemos que escrever uma tese a partir da pesquisa nos diferentes arquivos da cidade é também poder escrever sobre os contratempos advindos dessa escolha, primeiro, porque a própria formação de um Assistente Social, via de regra, a partir dos objetos escolhidos na graduação e pós-graduação, acaba, muitas vezes, por privilegiar elementos de outra ordem metodológica, havendo, ainda, a nosso ver, pouca familiaridade com a peregrinação nos arquivos, isso

seu acompanhante, o major-aviador Rubens Vaz. O jornal cobriu igualmente o inquérito policial-militar instaurado pela Aeronáutica para apontar os responsáveis. O inquérito, instalado na Base Aérea do Galeão, dispôs de amplos poderes para convocar autoridades suspeitas de envolvimento no crime e constituiu importante elemento no quadro do acirramento da campanha contra Vargas. O Globo publicou todo o relatório do inquérito num tabloide sob o título O livro negro de corrupção. O suicídio de Vargas, 19 dias após o atentado da Tonelero, em 24 de agosto de 1954, determinou apedrejamento da sede de O Globo e a queima de caminhões de entrega do jornal. Em consequência disso, o jornal evitou tecer comentários sobre o episódio, limitando-se a noticiá-lo. O governo de João Café Filho, vice-presidente de Getúlio e seu substituto imediato, foi, contudo, apoiado pelo jornal por causa de sua aproximação política com a UDN. Café Filho chegou a nomear Eugênio Gudin ministro da Fazenda. Nos anos 1960, O Globo ficou conhecido por declarar-se contrário às reformas prometidas pelo Presidente João Goulart, sendo partícipe do golpe que o derrubaria. Fonte: FGV/CPDOC.

³³ Jornal carioca diário e vespertino, fundado em 18 de junho de 1911 e extinto em 27 de dezembro de 1957. Em 1940 o jornal é encampado pela união, sendo tomado pelo empreguismo e desperdício de recursos, sendo transformado em uma espécie de “Diário Oficial”. Fonte: FGV/CPDOC.

³⁴ Jornal carioca fundado em 17 de julho de 1919 por Renato de Toledo Lopes, sendo adquirido posteriormente por Assis Chateaubriand. O periódico apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República e prestou apoio às medidas de Eurico Gaspar Dutra quando este esteve no poder. Apoiou discretamente a eleição de Vargas em 1950, mas logo passou a oposição. Durante o governo Juscelino Kubitschek assumiu uma postura contraditória, apoiando apenas aquelas de interesse nacional. Prestou apoio ao golpe civil-militar de 1964. O periódico encerrou suas atividades em abril de 1974. Fonte: FGV/CPDOC.

³⁵ Segundo a pesquisa de Lira (2007), a Folha do Povo fazia parte de uma rede de jornais do Partido Comunista alocados nos principais centros urbanos do país como: Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador.

inclui os procedimentos, a compreensão da maneira e da rotina de funcionamento desses espaços, segundo, por meio da articulação com esses últimos elementos, fomos surpreendidos com o fechamento para reformas de duas importantes fontes documentais durante o processo de pesquisa para esta tese: a biblioteca de ALERJ, durante o ano de 2022, e o APERJ entre 2022 e 2024, o que nos levou, no primeiro caso, a adensar as visitas no ano de 2023 e, no segundo caso, a buscar outro tipo de consulta de material via troca de e-mails, por exemplo.

Nenhum desses contratempos, entretanto, inviabilizou o processo de pesquisa. Demonstraram, na verdade, que é necessário, além do planejamento prévio, haver alguma flexibilidade no decorrer do processo, isso inclui, por exemplo, a diversificação de fontes e a reorganização do tempo indispensável para a coleta dos dados e sua posterior análise.

Outro elemento a ser destacado foi a confecção do último capítulo da tese, mais precisamente, os subitens que tratam do processo de urbanização da Vila do Vintém no governo Carlos Lacerda (1960-1965). Durante seu governo, a remoção de uma série de favelas da cidade do Rio de Janeiro tornou-se prática frequente, é de largo conhecimento essa experiência de Lacerda como mandatário, ao mesmo tempo que conjuntos como Vila Aliança e Vila Kennedy eram construídos. Destacamos, inclusive, a tese de Brum (2011) sobre a Cidade Alta, que pode ser considerada como um marco neste ponto, bem como as reflexões propostas por Benmergui (2021). No entanto, faltam ainda maiores reflexões sobre o momento de urbanização das favelas promovido pelo antigo membro da UDN, o que acabou por causar alguma dificuldade para a análise dos elementos encontrados no processo de pesquisa. Refletir sobre o processo de urbanização levado a cabo no início dos anos 1960 não nos deve levar, porém, a algum tipo de revisionismo sobre o período, uma vez que continua, a nosso ver, a ser marcado pela forma como o Estado tratou a população das favelas, sobretudo aquelas situadas nas áreas centrais da cidade, alijando-as de seus territórios de origem e do próprio direito à cidade.

Apresentamos, a seguir, a seleção dos arquivos encontrados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, no fundo da Polícia Política do antigo do DOPS no APERJ, os decretos e discursos parlamentares encontrados nos antigos diários oficiais da biblioteca da ALERJ e as fotos e os discursos de Carlos Lacerda encontrados no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 1 – Reportagens eleitas a partir da pesquisa na hemeroteca digital

Periódico	Título da Reportagem	Ano
Diário da Noite	Entre as duas rivais havia um juramento de vingança	1939
Jornal do Brasil	Ministro visita as obras do IAPI	1940
Correio da Manhã	Visita à cidade industriária	1940
O Globo	E uma Cidade surgiu no Realengo...	1943
Jornal do Brasil	Onde mora o operário e onde viveu até ontem	1943
Tribuna Popular	Prestes fala em Realengo	1945
Tribuna Popular	Comitê Progressista de Realengo	1945
Tribuna Popular	Centro de cultura de Realengo reivindica casas na Vila do Vintém	1946
Tribuna Popular	Nasce uma Nova Favela em Moça Bonita	1947
Tribuna Popular	Centro de cultura de Realengo reivindica casas populares na Vintém	1947
Diário de Notícias	Construtora da Casa Popular vende casas na Vila do Vintém	1947
Diário de Notícias	Propaganda de venda de terrenos na Vila do Vintém	1947
Diário de Notícias	Melhoramentos para a Vila do Vintém	1947
Jornal do Commercio	Interdito probatório da construtora Casa Popular	1947
Jornal do Brasil	Venda de lotes na Vila do Vintém	1947
A manhã	Incêndio na Vila Vintém	1947
A manhã	Novas moradias para os associados do IAPI	1948
Diário da Noite	Moradores reclamam bica d'água	1948
Diário carioca	Inauguração da Associação Pró-Melhoramentos	1948
Diário da Noite	A Casa Popular e as casas proletárias	1948
Jornal do Commercio	Parecer da prefeitura sobre as reivindicações dos moradores	1948
Correio da Manhã	Mandado de segurança contra a prefeitura	1948
Diário de Notícias	Apesar de medidas judiciais tiveram seus barracões demolidos	1948

Jornal do Comercio	Abaixo-assinado contra a remoção	1948
Diário de Notícias	A explicação da casa popular	1948
Diário de Notícias	Aumenta vertiginosamente a Vila do Vintém	1949
Diário Carioca	Atividade partidária na Vila do Vintém	1949
Jornal do Brasil	Sessão de ontem	1949
Correio da Manhã	Construtora Casa Popular entra em concordata	1949
Correio da Manhã	Escola Presidente Roosevelt – Crítica aos vândalos de Moscouzinho	1949
Diário da Noite	Inoperante a lei que regula as casas proletárias	1949
Correio da Manhã	Municipalismo às avessas	1950
Tribuna da Imprensa	Chega à Vila do Vintém a Campanha das Favelas	1952
Voz Operária	Mais de 500 posseiros ameaçados	1953
A Noite	Ocuparam terrenos alheios	1953
Luta Democrática	Querem expulsar os moradores da Vila do Vintém	1955
Imprensa Popular	É grilo o despejo dos moradores da Vintém	1955
Imprensa Popular	Porá a prefeitura advogados contra o despejo	1955
Imprensa Popular	Dona do terreno se existe é a prefeitura	1955
Luta Democrática	A construtora de fato é dona do terreno	1955
Imprensa Popular	Reagem os favelados da Vila do Vintém	1955
Luta Democrática	Suspensa o despejo dos favelados da Vila do Vintém	1955
Imprensa Popular	Reclamam os favelados a desapropriação dos terrenos	1955
Imprensa Popular	Parlamentares visitarão hoje a Vila do Vintém	1955
Imprensa Popular	Será apresentado projeto de desapropriação da Vila do Vintém	1955
Imprensa Popular	Urgência no projeto de desapropriação	1955
Imprensa Popular	Favelados preparam a festa da vitória	1955
Diário da Noite	Desapropriada pelo prefeito a Favela do Vintém	1955
Imprensa Popular	Vitória dos favelados	1955

A Noite	Pelo cristão favelado	1955
O Globo	Centenas de famílias ameaçadas de passar o natal em desabrigo	1955
Luta Democrática	Cardoso de Menezes <i>versus</i> Prefeito	1956
Diário da Noite	Sem água a população da Vila do Vintém	1956
Luta Democrática	Ilegítimos os títulos de propriedade do Morro da Vintém	1956
Luta Democrática	Urbanização das Favelas	1956
Diário da Noite	Reunidos em congressos de favelados na central	1956
Tribuna da Imprensa	Favelados lutaram como puderam: em vão	1960
Tribuna da Imprensa	Sertão carioca recebe Lacerda no primeiro dia de campanha	1960
Jornal do Brasil	Lacerda começou campanha na Vila do Vintém: promete acabar com o analfabetismo	1960
Luta Democrática	Agenda do Tenório	1960
Luta Democrática	Governo e favelados assinam termo de compromisso	1961
Jornal do Brasil	Rios começará com Vintém e Pinto a fazer da favela uma lembrança do passado	1961
Diário Carioca	“Operação-mutirão”: vida nova às favelas	1961
Correio da Manhã	“Operação Mutirão vai transformar favelas em lembrança histórica”	1961
Jornal do Brasil	Reforma urbana no Rio começa com acordo de CR\$ 1 bilhão	1962
O Globo	Vai ser iniciado o saneamento das favelas cariocas	1962
O Jornal	Favelados transformam a Vila do vintém em um bairro moderno	1962
Diário Carioca	Loures: Daremos solução ao problema das favelas	1962
Correio da Manhã	Prefeito de Porto Rico vai à favela	1962
Tribuna da Imprensa	Favela Vila do Vintém está virando bairro	1963
O Globo	A Vila do Vintém, sem crimes, quer melhorias e um novo nome	1965

Correio da Manhã	Depois da inundação, o perigo continua	1971
Meia-Hora	PM faz operação na comunidade Vila Vintém, na Zona Oeste do Rio	2022

Fonte: elaboração própria – 2024

Tabela 2 - Fundo da Polícia Política - APERJ

Título do arquivo	Número da ficha (se houver) / Ano
Sindicâncias feitas na Associação Pró-Melhoramentos	1250/1948
Reportagem da Folha do Povo	1780/1948
Reportagem da Folha do Povo	1780/1948
Célula Idaeto de Freitas (IAPI)	000061/1948
Arlindo Antônio de Pinho	1061
João Augusto da Silva	1446
José Paulino dos Santos	1245
Joaquim Costa da Silva	1954
José Bezerra Neto	1922
José Bezerra Neto	1923
Manuel Peri Lima Lobo	1921
Simplício Tavares da Silva	2316
Vicente Correia da Silva	461

Fonte: elaboração própria - 2024

Tabela 3 - Debates e documentos da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal - ALERJ

ARQUIVO	ANO
Vereador Luís Paes Leme (UDN) solicita a instalação de uma comissão para tratar o “problema” das favelas	1947
Solicitação de instalação de bica d’água na Vila do Vintém	1947
A Vereadora Odília Schmidt e os Vereadores Leite de Castro e Agildo Barata solicitam melhoramentos para a Vila do Vintém	1947
Circular do Prefeito Mendes de Moraes ao Secretário-Geral aderindo a “Batalha” do Rio de Janeiro	1948
Prefeito Mendes de Moraes cria a comissão das favelas	1948
Plano geral para solução das favelas	1948
Discurso do Vereador Breno da Silveira (UDN) reclamando sobre a derrubada de barracos na Vila do Vintém	1948
Debate dos Vereadores Leite de Castro e Gama Filho sobre a derrubada dos barracos na Vila do Vintém	1948
Discurso do Vereador Breno da Silveira sobre a questão das favelas no Rio de Janeiro	1949
Solicitação de criação de um posto de vigilância na Vila do Vintém por parte do Vereador Faim Pedro	1953
Solicitação de instalação de uma praça entre a Vila do Vintém e Padre Miguel por parte do Vereador Valdemar Viana	1955

Fonte: elaboração própria - 2024

Tabela 4 - Debates e documentos da Câmara dos Deputados - ALERJ

ARQUIVO	ANO
Breno da Silveira mostra preocupação com a situação envolvendo o Morro da União	1954
Breno da Silveira mostra preocupação com as favelas	1954
Requerimento solicitando instauração da CPI das favelas	1955
Instauração da CPI das favelas	1955
Deputado Cardoso de Menezes (PSD) fala sobre os trabalhos da CPI das favelas	1955
Deputado Cardoso de Menezes comunica haver estudos em andamento sobre a Vila do Vintém	1955
Deputado Cardoso de Menezes diz que os títulos de propriedade do terreno onde está situada a Vila do Vintém pertencem à União	1955
Deputado Cardoso de Menezes recomenda a desapropriação da Vila do Vintém	1955
Deputado Cardoso de Menezes comunica a desapropriação da Vila do Vintém	1955
Deputado Cardoso de Menezes critica o decreto que desapropriou a Vila do Vintém	1956
Integrar-se ao definitivamente os favelados na vida comum da cidade	1956
Bruzzi de Mendonça critica a Lei de Favelas	1956

Fonte: elaboração própria – 2024

Tabela 5 - Fundo Carlos Lacerda - Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

ARQUIVO	ANO
Carlos Lacerda visita as obras da Vila do Vintém – Fotografia	1962
Obras na Vila do Vintém – Fotografia	1960–1965
Obras na Vila do Vintém – Fotografia	1962
Carlos Lacerda comenta sobre as obras na Vila do Vintém	1962
Carlos Lacerda fala sobre a urbanização da Vila do Vintém	1962
Carlos Lacerda comemora o êxito das obras na Vintém	1963
Carlos Lacerda visita a Vila do Vintém – Fotografia	1965

Fonte: elaboração própria - 2024

É importante salientar que o acervo existente na cidade do Rio de Janeiro em suas diferentes instituições permitiu uma análise das ações do poder público junto à Vila do Vintém e, até mesmo, do contexto da época. Houve a possibilidade de acesso a informações fundamentais e que contribuíram de forma decisiva para as reflexões contidas nesta tese.

É essencial salientar que a busca pelos arquivos em diferentes instituições foi prazerosa e angustiante simultaneamente. O fechamento de duas instituições para obras no decorrer da pesquisa acabou por atrasar o cronograma estabelecido inicialmente, o que nos levou a tentar diversificar as fontes, mas, ao mesmo tempo, contamos com equipes muito bem preparadas e que souberam nos conduzir sem maiores entraves aos arquivos pretendidos.

Sem dúvidas, foi emocionante construir, aos poucos, parte da história da Vila do Vintém, através dos arquivos e das fontes analisadas. Cada descoberta trazia consigo um sentimento de surpresa e também apontava caminhos importantes que deveríamos seguir.

Harvey (2013), ao analisar o capítulo V de *O Capital*, que trata do processo de trabalho e processo de valorização, chega à conclusão de que, segundo a concepção marxista, não podemos transformar o que se passa ao nosso redor sem transformar a nós mesmos, o que implicaria uma compreensão de que há,

na ação humana, sempre um momento “ideal”, um momento utópico. Entretanto, o autor alerta para o fato de que esse momento utópico, do sonho e da fantasia, não pode nos levar a um aprisionamento de nossos produtos e projetos, o que vale também para as pesquisas que desenvolvemos, uma vez que nossas concepções e paixões iniciais podem muito bem sofrer alterações durante o percurso, sobretudo, quando lidamos com mudanças conjunturais e que envolvem questões políticas e econômicas.

A pesquisa sobre a Vila do Vintém mostrou a necessidade de um planejamento prévio das nossas ações, porém, ao mesmo tempo, apontou para o fato de que a realidade em que estávamos imersos necessitava de flexibilização, já que novas possibilidades se apresentaram no decorrer do processo. Foi preciso, portanto, modificar concepções iniciais, rever procedimentos e, de certa forma, deixar que os documentos descobertos durante o processo de pesquisa nos levassem para um outro caminho.

Nesse ponto, Harvey (2013) salienta que o cerne do trabalho estaria no seu processo, sendo o trabalho que realizamos compreendido como um grande processo de fabricação. No caso específico da produção de uma tese, espera-se sempre que os resultados estejam de acordo com os objetivos propostos, que as hipóteses sejam ou não confirmadas e que seja produzido conhecimento novo e fidedigno. Todas essas afirmações nos parecem corretas e fazem todo o sentido, entretanto, cabe ressaltar que tão importante quanto o resultado produzido foi o processo riquíssimo de produção deste trabalho, uma vez que envolveu o “mergulho” em uma série de arquivos públicos e, conseqüentemente, trouxe descobertas que contribuiriam para a nossa constante formação profissional.

Entendemos que a tese apresentada aqui traz diálogos relevantes com áreas do saber, tais como História, Antropologia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, fato que também se constituiu como imenso desafio, na medida que nos levou a estabelecer diálogos com essas áreas do conhecimento. No entanto, cabe ressaltar que é uma tese produzida por um Assistente Social e que foi, justamente, a partir das ações realizadas como um profissional desta área do conhecimento que a ideia de sua produção surgiu. Não temos a pretensão de substituir a produção acadêmica das referidas categorias profissionais, mas, sim, de nos somarmos aos demais como produtores de conhecimento a respeito de espaços tão importantes como as favelas, sobretudo aquelas situadas na Zona Oeste da cidade.

Esperamos que esta tese possa trazer reflexões importantes sobre a construção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, especificamente sobre

as favelas da Zona Oeste. Entendemos que essa região merece ser melhor explorada nos estudos urbanos, uma vez que sua rica história e seu processo de formação têm muito a dizer sobre as dinâmicas que construíram e que continuam a construir a nossa cidade.

Pretendemos, também, contribuir com a produção acadêmica sobre as favelas cariocas, uma vez que compreender o seu processo de formação significa compreender também a formação da própria cidade do Rio de Janeiro. Entender esses processos em uma favela da Zona Oeste se constitui em um enorme desafio. Logo, esperamos que, mesmo de forma modesta, possamos contribuir para o desenvolvimento de estudos posteriores que tenham como objeto esta região específica, e, sobretudo, suas favelas.

2. Entre o bairro “moderno” e ‘operário” e os “casebres: Realengo e a Vila do Vintém nos anos 1940

Neste capítulo, pretendemos apresentar a formação do bairro de Realengo a partir de uma concepção de bairro operário e moderno no contexto dos anos 1940 e, ao mesmo tempo, investigar como, no referido período histórico, a Vila do Vintém crescia como favela, ocupando o entorno da localidade. Se, por um lado, a habitação social começa a ganhar um certo caráter de centralidade, a partir do contexto do pós-segunda guerra, beneficiando bairros como Realengo através de conjuntos como o IAPI, por outro lado, favelas cresciam na região e despertando a atenção das autoridades. Tal contradição entre provisão estatal de moradia, bancada e financiada pelo Estado, e autoconstruções, alvo das ações estatais, consiste no tema que nos interessa destrinchar neste capítulo. A luta por permanência e os arranjos associativos dos moradores também são elementos que compõem esta seção.

Contudo, para isso, compreendemos que antes é necessário entender a importância da política de habitação no período, uma vez que se concatenava com o projeto de desenvolvimento do país, sendo atravessada também pela necessidade de industrialização e inserção do Brasil nas dinâmicas mais modernas do capitalismo. Nesse sentido, iniciaremos o próximo item destacando a relevância da política de habitação no pós-segunda guerra e os principais elementos que conferiam à ação um lugar de destaque.

2.1. A habitação social em um contexto de industrialização e urbanização no pós-segunda guerra mundial

Os anos que vão do final da década de 1930 ao pós-segunda guerra mundial vão marcar um importante ponto de inflexão no que diz respeito às ações do Estado brasileiro junto às cidades. Tomada como questão fundamental, a questão habitacional passa a ser compreendida como um dos vetores do desenvolvimento do país, tendo em vista que poderia ser pensada no sentido de assegurar as condições necessárias à reprodução da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, como uma das molas propulsoras do desenvolvimento econômico.

Lefebvre (2005), ao pensar o papel do Estado na produção do espaço urbano, afirma que, a partir da sua consolidação em escala mundial, o Estado vai

agir com todo o seu peso, uma vez que vai planificar, organizar racionalmente a sociedade com base em uma série de contribuições e técnicas, além de impor medidas, quaisquer que sejam as ideologias políticas, o passado histórico e a origem social das pessoas no poder. No entanto, esta suposta racionalidade, através de uma série de planos e técnicas também suscitaria a contestação, haveria, então, uma contradição entre a planificação e a racionalidade e os arranjos, as práticas e as ações dos trabalhadores.

O final dos anos 1930 e o início dos anos 1940 mostram que há uma necessidade do Estado de organizar, planificar e direcionar parte dos seus investimentos para os subúrbios. Nesse caso, a cidade do Rio de Janeiro, ainda capital da República e gozando de prestígio político, é parte do projeto de desenvolvimento que tinha como norte a expansão rumo a espaços ainda pouco habitados. Nesse sentido, bairros situados na antiga zona rural ganham proeminência e passam a contar com importantes iniciativas no quesito habitacional através da provisão estatal de moradia. Ao mesmo tempo, o planejamento que colocava em ênfase um bairro como Realengo também produziria tensionamentos com os seus futuros habitantes, visto que a provisão estatal de moradia se mostraria incapaz de resolver a crise de habitação pela qual o Brasil e, especialmente, a cidade do Rio de Janeiro passavam.

Pestana (2016) aponta que, a partir dos anos 1930, o Rio de Janeiro registrava um vertiginoso crescimento populacional, acompanhado de um adensamento de sua ocupação, havendo, portanto, uma readequação de sua estrutura urbana para acompanhar a nova dinâmica do processo de acumulação capitalista, fruto da substituição de um modelo agrário-exportador para outro cuja ênfase recai na produção industrial. Considerando especificamente o Rio de Janeiro, há que se considerar um aspecto específico: a dinâmica de industrialização e urbanização da cidade obedeceu a expansão paulatina da estrada de ferro e, nesse bojo, os subúrbios passam a ser espaços privilegiados³⁶.

Ainda, segundo o autor, o reordenamento do espaço urbano carioca ocorreu, prioritariamente, com o intuito de propiciar melhores condições de uso da terra como suporte para a produção e circulação de mercadorias. Aravecchia-Bottas (2016) salienta que a própria atuação do setor industrial também acabava por dotar as novas áreas de infraestrutura, gerando empregos, atraindo mão de obra numerosa, dando origem a novos bairros e às favelas suburbanas. Os estabelecimentos fabris passam a se fixar nesses locais, já que os empresários

³⁶ Sobre a expansão dos subúrbios via estrada de ferro, recomendamos o artigo de Lins (2010).

industriais buscavam terrenos baratos, com uma linha férrea recém-instalada, o que facilitava a chegada de matérias-primas e o escoamento da produção (Albernaz; Diógenes, 2023).

Ganham corpo as reformas urbanas, fato que lança as bases de um urbanismo moderno. Há um destaque para as obras de saneamento, de embelezamento paisagístico e também àquelas de cunho habitacional, sobretudo nas grandes cidades do país. Ao mesmo tempo, segundo Rolnik (2013), há uma ambiguidade entre ruptura e continuidade, uma vez que os atores que assumiam o controle político antes de 1930 não são totalmente substituídos no processo de urbanização e industrialização brasileiro.

Autores como Fernandes (1975) e Ianni (2004) definem esse processo como sendo um desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, elementos de modernização capitalista estariam em voga concomitantemente a elementos sociais conservadores³⁷. Segundo Fernandes (2008), o caso brasileiro seria distinto daquele visto na Europa, na medida que a escravidão nas Américas introduziu um fator de regressão no sistema social. O trabalhador era visto pelo empresário industrial através de categorias que tinham eficiência aparente na época da escravidão e da transição para o trabalho livre. Nas palavras do autor:

Qualquer atitude expressa ou ações do operário, que parecem colidir com os interesses da empresa, dão origem a avaliações agonísticas, no fundo das quais o trabalhador se vê potencialmente representado como uma espécie de inimigo natural da ordem pública e do progresso social (Fernandes, 2018, p. 81).

No Brasil do início do século XX, o desenvolvimento urbano, conforme o autor assinala, se configurava como algo recente, superficial, restrito e descontínuo (2008, p. 69) e que, por isso, mal conseguia esconder os escombros da ordem rural da qual emergira, sendo insuficiente para assegurar as bases de uma economia de mercado capaz de garantir vitalidade e integração às tendências de crescimento urbano e industrial.

É o que ressalta, por exemplo, o trabalho de Reis (2023) sobre a Fábrica de Tecidos Bangu, ao mostrar que, no local, se desenvolvia, uma tecnologia de trabalho complexa, mas se mantinha uma relação tipicamente senhorial, fruto de relações baseadas em um recente passado escravocrata³⁸. Em suma, a partir da

³⁷Fernandes, F. (2008) aponta que, nas fases que antecederam ou se seguiram imediatamente à desagregação da ordem de castas, escravocrata e senhorial, a urbanização foi o elemento que polarizou o desenvolvimento industrial.

³⁸Ao analisar os comentários de Olavo Bilac sobre a Fábrica de Tecidos Bangu em 1908, Reis (2023) demonstra como o escritor ficara decepcionado ao perceber a existência no local das chamadas "Reúnas", ex-escravizadas da região que permaneciam trabalhando por sua

combinação entre moderno e arcaico e entre o desenvolvido e o pré-desenvolvido, são criadas marcas internas e externas nos países com desdobramentos na formação urbana (Farage, 2023).

Por sua vez, o geógrafo David Harvey (2014) aponta como as cidades, inclusive aquelas situadas na periferia, acabam sendo fruto do excedente de capital. As reformas urbanas em si acabam por obedecer a necessidade de seu escoamento a partir de intervenções em sua paisagem, nas modificações do espaço urbano e, mesmo, nas desigualdades espaciais que são geradas. Assim, uma série de mudanças acaba por produzir novas necessidades que vão sendo atendidas paulatinamente.

Nesse caso, tanto Lefebvre (2005) quanto Harvey (2014) assinalam que o próprio processo de urbanização tem sido impulsionado como atividade em razão da necessidade de aumentar o espaço da atividade capitalista lucrativa. Tal atividade desempenha papel particularmente ativo ao absorver as mercadorias excedentes cuja produção pelos capitalistas não cessou em busca de mais-valia. Teríamos, então, o espaço das autoestradas, dos aeroportos e das redes de informação. A cidade seria tomada, ela própria, como berço da acumulação.

Todavia, é preciso considerar, inclusive ao tratarmos do caso brasileiro e especificamente do Rio de Janeiro, que toda essa expansão não ocorreu apenas pela via do mercado, pois era fruto também de uma política que tinha o Estado como ente articulador de um projeto de desenvolvimento. Tal projeto, apesar de não ser consensual, conquistou hegemonia com a inserção do país na dinâmica capitalista do pós-segunda guerra.

Fernandes (2012) aponta que, mesmo em uma conjuntura na qual o setor agrário ainda dispunha de importância econômica, em que as ideias antiurbanas eram defendidas com vigor. O conjunto de transformações políticas, econômicas e institucionais no período evidencia a centralidade das cidades no processo de transformação do Brasil. A autora também afirma que o período entre 1930 e 1945 foi muito relevante, já que são estruturadas institucionalidades que contribuem efetivamente para a constituição de uma política nacional para as cidades.

Ainda de acordo com a autora:

São assim construídas formas de atuação no período que contemplam um programa variado e complexo que vai desde a esfera da habitação – uma das mais agudas e prementes no período – à criação de novas cidades, ao desenvolvimento de planos diretores até a estruturação de um sistema técnico de administração, entre outros. Ou seja, o quadro de transformações urbanas estruturais, que

sobrevivência. Essas mulheres eram as responsáveis por fazer a limpeza dos dejetos da fábrica em águas sujas e escassas.

caracterizava aquele momento, acoplado a um novo regime de acumulação, com grandes fluxos migratórios e de investimentos, particularmente imobiliários e de infraestrutura, ensejava a necessidade de enfrentamento da complexa questão urbana de forma mais articulada, indicando que a construção do urbanismo como política geral poderia constituir uma alternativa importante para o problema. Esse movimento também refletia e potencializava diversas iniciativas e experiências que aconteciam no âmbito local, sobretudo nas capitais dos Estados brasileiros, que superavam os planos setoriais e de embelezamento das cidades, em direção a planos de caráter mais geral, que buscassem equacionar a cidade entendida em sua totalidade (Fernandes, A: 2013, p. 52).

Ao abordar a relação entre Estado e o Urbano, o sociólogo Francisco de Oliveira (1982) demonstra que, do ponto de vista da divisão social do trabalho, o Estado vai direcionar, nesse contexto, a potência de seu poder de coerção com vistas a tentar modificar o padrão de acumulação, fazendo a transposição de excedente de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroindustrial e canalizando esforços para a acumulação industrial. O autor entende, assim, que a industrialização no Brasil foi fundamentalmente urbana, uma vez que não havia uma pretérita divisão do trabalho nas unidades agrícolas.

Em todo caso, a adoção de uma política de cunho mais centralizador e intervencionista por parte do Estado não ocorreu sem conflitos, sendo fruto de amplos debates internos. Leopoldi (2022) aponta que o pós-segunda guerra no Brasil opôs liberais e diferentes defensores de orientações de cunho desenvolvimentista (keynesianos, empresários e comunistas). Os primeiros tinham maior conexão com empresas estrangeiras ou uma visão mais internacionalista da economia. Para essa corrente, o protecionismo industrial levaria a uma alta dos preços e baixa produtividade. Já a segunda corrente apoiava maior intervenção do Estado, acreditando no papel da industrialização e na necessidade de proteção da produção nacional.

Embora a partir de 1945, com a queda de Getúlio Vargas, tenha havido, durante o governo Eurico Gaspar Dutra, uma guinada rumo a posições mais liberais não se aplicou de forma duradoura. A agenda desenvolvimentista foi retomada a partir de 1950, o que não significou, porém, um abandono completo da agenda adotada no pós-segunda guerra, mas a sua flexibilização.

Ademais, o contexto brasileiro do pós-segunda guerra apresenta a construção de um pacto baseado na ideia de cidadania regulada (Santos, 1979). A inserção no mundo do trabalho e o reconhecimento da condição de trabalhador por parte do Estado permitia a um contingente ainda restrito de pessoas o acesso a direitos e benefícios via fundo público. A questão social³⁹ passava também a

³⁹ Sobre a questão social, sua gênese, seu reconhecimento e sua “tergiversação” a partir do ideário conservador, ver Carvalho e Yamamoto (1982) e Netto (1999).

ocupar a agenda política e, nesse bojo, a habitação popular conquistava caráter de centralidade.

Outro ponto importante é que o período também vai marcar uma mudança nos aspectos analíticos sobre a questão habitacional vinculada à classe trabalhadora. Por conseguinte, se a questão, na República Velha, ficava a cargo de médicos e sanitaristas, a partir dos anos 1940, outros profissionais como advogados, assistentes sociais, sociólogos, urbanistas e geógrafos passam a se dedicar à temática, abrindo uma nova fase em que o debate sobre moradia se torna multidisciplinar.

Bonduki (1999) aponta que esse aspecto foi facilitado pela ampliação do ensino superior e da burocracia estatal, isso acabou por gerar novos enfoques que possibilitaram um diagnóstico das condições habitacionais e dos obstáculos para a sua melhoria. Com isso, havia também a produção de propostas que levavam em consideração os aspectos físicos, institucionais, urbanísticos, econômicos, sociais e jurídicos da questão, cujo objetivo seria viabilizar soluções habitacionais para a população de baixa renda, sobretudo através da casa própria.

Nesse caso, é preciso citar que a habitação social ganha as colunas dos jornais nos anos 1940. O interesse pelo assunto ocorre pela denúncia da crise da moradia e da necessidade da melhoria da infraestrutura nas grandes cidades. Contribuíram muito para esse quadro os jornais comunistas no período de legalidade, atuando na denúncia das precárias condições de vida da população.

Ao mesmo tempo, houve o esforço de diversas categorias profissionais no sentido de convencer a população que habitava cortiços e favelas a deixar esses locais, convencendo-a de que a aquisição de habitação dependia também da própria vontade dos trabalhadores, que deveriam optar por viver nas periferias das grandes cidades, uma vez que seria preferível viver nesses locais a habitar cortiços e favelas nas regiões centrais.

O artigo de Nascimento (2006) mostra, por exemplo, como agentes sociais, visitantes, recreadores e educadores, todos de nível técnico, surgiam como profissões que atuavam junto aos “desvalidos”. No âmbito do nível superior, as Assistentes Sociais merecem destaque. O trabalho junto aos moradores de favela, sobretudo, tinha um forte apelo moral, considerando que esses deveriam ser educados para que pudessem sair das condições em que se encontravam. Desqualificadas as formas de vida e organização dos favelados, uma das saídas no âmbito habitacional seria o investimento em habitações provisórias, como foi o caso dos parques proletários.

O contexto da época também é exemplo de como o projeto habitacional foi utilizado para forjar a figura do “novo homem”, cujo exemplo do trabalho poderia trazer a ideia de dignidade, ao mesmo tempo que representaria o triunfo do regime. Nada melhor do que a conquista de um lar como representação dessas ideias. A questão sanitária, segundo Bonduki (1999), acaba por ficar em segundo plano quando o assunto é habitação social, já que a habitação passa a ser vista como condição fundamental para a reprodução da força de trabalho, fazendo parte dos esforços econômicos visando à modernização do país⁴⁰.

O projeto de modernização do país apoiava-se também na habitação como maneira de atender aos interesses do capital, ao mesmo tempo, que produzia, a preços módicos, algum tipo de habitação para os trabalhadores. Ao analisarmos o subúrbio carioca, percebemos que também havia como objeto a ocupação dos espaços vazios nessas regiões, acelerando o seu processo de urbanização e atrelando-o à industrialização da cidade.

O ideário do Estado Novo também pretendia forjar consensos em torno da dimensão envolvendo o trabalho. A figura do trabalhador disciplinado, atuando em coesão com o novo regime, era não apenas valorizada, mas sobretudo incensada. Assim, nada melhor do que vincular a ética do trabalho à aquisição de moradia, tornando o trabalhador também um proprietário.

A partir do desenvolvimento industrial, a habitação passou a ser compreendida como um dos vetores da reprodução da força de trabalho, o que também acabava, de certa forma, por diminuir o custo dos salários. A produção estatal de moradia tornou-se estratégia focal, incluindo a dimensão ideológica a partir da concepção de uma espécie de modelo de trabalhador urbano, ou seja:

Na corrente do desenvolvimento industrial, a habitação passou a ser vista como condição básica da reprodução da força de trabalho, e, nesse sentido, a diminuição de seu custo final ao trabalhador representaria também a diminuição dos salários. A exigência da intervenção estatal na produção de moradia proletária tornou-se parte da estratégia de industrialização e elemento da formação ideológica do novo trabalhador urbano que o regime queria forjar (Aravecchia-Bottas: 2016, p. 41).

No entanto, não são apenas os fatores ideológicos que levam o Estado a reorientar suas práticas para o enfrentamento da questão social, e a habitação,

⁴⁰ O autor ainda assinala que a criação de novas entidades públicas e privadas, como o Instituto de Engenharia, acabou por estimular os debates sobre o desenvolvimento nacional desta instituição. Ocorreu a produção, em 1931, do I Congresso de Habitação e do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), que promoveu, em 1941, as Jornadas de Habitação Econômica. Todavia, o autor também sinaliza ausências importantes como as daqueles que estavam produzindo obras importantes como as do conjunto de Realengo. Na opinião do autor, isso pode ter ocorrido porque a maior parte dos arquitetos que trabalharam na construção deste conjunto eram do Rio de Janeiro.

aqui pensada como uma de suas expressões, mas é, sobretudo, a crise deste setor que precipita uma série de políticas no sentido de minimizar/apaziguar os conflitos que dela advinham:

Tanto interesse pelo tema não pode ser explicado, contudo, senão em decorrência da crise de moradia que o país atravessava e do fato de a conjuntura requerer novos modelos de moradia operária. Também foi importante o fato da crise ter afetado não só a população de baixa renda, mas também a classe média – grande formadora da opinião pública – que até então morava predominantemente em casas de aluguel (Bonduki: 1999, p. 76).

Dessa forma, a questão urbana emerge como expressão da questão social, sendo que o pensamento urbanístico aparece com um tom de reforma social, em vista disso, observou-se ser necessária a construção de um discurso que pudesse “servir” às reais necessidades do país. Nesse contexto, modernização, desenvolvimento e construção de uma pretensa nacionalidade serão os temas que submeterão a questão social e darão um caráter distinto à discussão sobre o urbano no Brasil (Ribeiro, 2016).

Para esse autor, o período varguista percebe a necessidade de produção de um novo diagnóstico para a sociedade. Se, anteriormente, o Estado liberal percebia a pobreza como algo inevitável e útil, neste novo contexto, tais sentenças passam a ser vistas como anacrônicas, uma vez que a nação necessitaria da produção de uma intervenção racional do poder, o que reforçaria a crença em uma espécie de objetivismo tecnocrático.

Nesse caso, dois campos seriam abertos: o campo da previdência e assistência social, voltado para a recuperação/manutenção da força de trabalho, e um segundo campo cuja incidência seria “o das condições de vida dos trabalhadores, o que evitaria que houvesse um extravio da capacidade de trabalho” (Ribeiro, 2016, p. 61). Ainda de acordo com o autor, havia um sentido estratégico naquilo que diz respeito ao setor habitacional, que passaria a ser responsável pelo aumento da capacidade de trabalho e por produzir uma pretensa paz nas famílias.

A escolha do bairro de Realengo como espaço urbano que acolheria um importante projeto habitacional como o do conjunto do IAPI traz implicações importantes para a formação e expansão da localidade. Além do número de pessoas que ali habitariam, a proposta do IAPI traria consigo uma possibilidade de reordenamento urbanístico do local e de mudança substancial de sua paisagem, fato que não ocorreria, porém, sem tensões e contradições.

2.2 Aquele abraço? Realengo e o espaço urbano em disputa. Entre a construção do IAPI e a Vila do Vintém

Se Gilberto Gil, com seu fabuloso álbum “Cérebro Eletrônico”, lançado em 1969, soubesse do impacto da música “Aquele abraço”, talvez pudesse ter dedicado mais algumas linhas ao bairro do subúrbio carioca. Embora seja de amplo conhecimento que a inclusão de Realengo na canção tenha obedecido a uma certa aleatoriedade⁴¹, fato é que o bairro seria imortalizado através da famosa letra do cantor baiano. Entretanto, antes de Gil ter lançado essa música, Realengo já figurava, décadas antes, no contexto do pós-segunda guerra mundial, como uma possibilidade de construção de algo moderno, circunscrito em um contexto de industrialização e urbanização do país, mais precisamente, na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, nos interessa compreender, neste subitem, como o bairro de Realengo, configurava-se como possibilidade de bairro “moderno” e “operário”, fazendo parte de uma configuração que primava justamente pelo incremento destas duas ideias: a modernização, mesmo que, em um contexto de desenvolvimento capitalista em um país da periferia do sistema, e a construção de um ideário que envolvia a imagem do trabalhador ligado ao regime varguista, cuja produção estatal de moradia ganhava contornos importantes, sendo considerada como um dos fatores necessários à sua reprodução.

Ao mesmo tempo que o Estado começava a dedicar os seus esforços para resolver a crise de moradia, reconhecendo-a como expressão da questão social, as favelas cresciam e despertavam atenção tanto do Estado quanto da sociedade civil. Se, por um lado, iniciativas como as do conjunto do IAPI eram incensadas, por outro lado, o debate que envolvia as favelas clamava, de forma hegemônica, pela sua erradicação, ou quando muito por uma ideia de tolerância precária⁴².

O bairro da antiga zona rural assistia na mesma velocidade ao crescimento do moderno conjunto dos industriários e da Vila do Vintém, para os primeiros, “casas do mesmo tamanho das de Copacabana”, para os últimos “casebres⁴³”. Essas lógicas entrelaçadas fizeram com que um bairro do subúrbio, até então

⁴¹ Embora o bairro de Realengo nunca tenha feito parte daquilo que se considera “zona norte”, vale considerar a explicação do autor: “A ideia em ‘Aquele Abraço’ era citar um local qualquer da zona norte do Rio (onde ficamos), um daqueles beira-estrada-de-ferro (Beira Central, Beira Leopoldina), e Realengo é um deles. Uma associação inexata, feita por aproximação; eu nem queria me referir ao lugar certo onde havia ficado preso.” (GIL, 1996, p. 110).

⁴² Sobre o conceito de tolerância precária, ver Gonçalves (2013).

⁴³ O Globo, 31 de julho de 1943, p. 7.

afastado do noticiário, ganhasse destaque, na medida que ocorre uma série de lutas por moradia, cujos protagonistas eram os moradores de favela.

Realengo é uma localidade margeada pela Avenida Brasil ao norte e pela Estrada de Ferro Central do Brasil ao sul. Tem como vizinhos os bairros de Bangu, Padre Miguel e Deodoro, também situados na Zona Oeste, e Guadalupe, localizado na Zona Norte. No que diz respeito à origem do termo que dá nome ao local, duas versões merecem destaque: a primeira delas seria a de que o nome Realengo seria na verdade uma abreviação do nome Real Engenho, gravado nas placas que indicavam os caminhos para o bairro, já a segunda versão indica que o nome Realengo é uma variação do nome terras realengas, ou seja, terras que *a priori* eram “reais” e “sem dono”, pois pertenciam à coroa portuguesa e poderiam ser apreendidas como de “uso público” (Mansur, 2009; Lopes, 2012).

O lugar ganha importância a partir de 1811, com a fundação da Academia Militar por D. João VI. Tanto a escola militar como a fábrica de cartuchos, criada em 1898, acabaram por impulsionar as atividades econômicas na localidade, sobretudo nos anos 1920 e 1930, já que a freguesia era constituída por funcionários que ali trabalhavam. Estes também são momentos marcantes: a eletrificação da Estrada de Ferro em 1937, que possibilitava o deslocamento em massa dessa região para a área central da cidade, e a inauguração do conjunto IAPI em 1943, que expressava a necessidade de o Estado ocupar territórios vazios. Segundo o censo do IBGE realizado em 2010, a população de Realengo é estimada em 180.123 habitantes, sendo o quarto bairro mais populoso da cidade, ficando atrás somente de Campo Grande, Bangu e Santa Cruz (Aravecchia-Bottas, 2011; Fróes, 2004; Mansur, 2009; Viana, 2010; Wenceslau, 2004).

O processo de urbanização de Realengo é bastante peculiar. O espaço foi ocupado de acordo com uma lógica militar, integrando-o às funções das instituições do Exército. Entretanto, a partir de 1944 com a transferência da Escola Militar para o município de Resende, os equipamentos construídos foram parcialmente abandonados (Vianna, 2013). Os primeiros anos do século XXI marcam uma tentativa de recuperação de espaços relevantes, resignificando o bairro com a construção de uma sede do Colégio Pedro II e a inauguração do Parque de Realengo em antigas instituições militares, nesse caso, o complexo da fábrica de cartuchos, que ocupa praticamente um quarteirão do bairro.

Frankie Davies (2022) aponta a característica da militarização como aspecto formativo da cidade do Rio de Janeiro, havendo, portanto, regulação e apropriação por parte dos espaços públicos. A transformação da paisagem rural

em paisagem urbana conta, segundo o autor, com expressiva participação dos militares, principalmente se analisarmos bairros como Deodoro e Realengo.

Ao dissertar especificamente sobre Realengo, Davies também aponta para o entrelaçamento de dinâmicas da produção do espaço entre as lógicas militares e práticas civis, sobretudo a partir dos anos 1940, uma vez que:

(...) no início do século XX, Realengo já apresentava uma configuração urbana definida, entremeada pelo crescimento e a incorporação das organizações militares. Nos anos seguintes, parte destas localidades foram ocupadas por condomínios privados, conjuntos habitacionais, loteamentos informais e favelas. Em outras palavras, ainda que as corporações militares preservem marcas importantes na história e no cotidiano destas localidades, é verdade que outros agenciamentos e dinâmicas aconteceram e seguem assim configurando e produzindo esse espaço urbano (Davies:2022, p. 176).

Os anos 1940, portanto, serão marcados pelo processo de urbanização dessa localidade. Além da eletrificação da linha férrea e da construção de habitações de interesse social, hospital e escolas também foram inaugurados. Nesse contexto, houve uma retração das atividades militares, inclusive com o repasse de antigas terras pertencentes ao exército para a construção do Instituto de Aposentadorias e Pensões do Industriários (IAPI)⁴⁴.

A eletrificação da linha férrea, em 1937, e a possibilidade de maior proximidade entre as áreas suburbanas e o centro comercial da cidade se tornaram atrativos para o bairro. A construção e a inauguração do conjunto do IAPI também se configuraram como elemento importante no esforço de ocupação das áreas periféricas a partir de políticas habitacionais. A proposta do IAPI era inovadora à época e articulava o morar com outros elementos necessários à reprodução das condições de vida, como comércio, lazer e creches para os filhos dos operários. Da mesma forma, a política habitacional era pensada como um dos elementos do planejamento urbano, reforçando a configuração metropolitana que a cidade vinha adquirindo.

Com a finalidade de se adequar ao crescimento metropolitano, após a promulgação da República, a cidade do Rio de Janeiro sofreu, uma série de reformas urbanas, assim como planos e códigos se voltaram para pensar a cidade e fomentaram novas dinâmicas urbanas. Como afirma Torres (2018), se, em 1890, a população suburbana correspondia a 17,8% da população do Rio de Janeiro, três décadas depois já correspondia a 30,8%.

A estatística predial de 1933 já identificava o crescimento da cidade em, pelo menos, três direções: i) aos bairros marítimos, sobretudo Copacabana; ii)

⁴⁴ O conjunto é conhecido pelo nome de “coletivo” por parte de seus moradores.

para o extremo norte, com um enorme crescimento da área de Irajá; e iii) na ocupação de áreas relativamente mais distantes do centro da cidade em direção ao oeste, como o bairro de Jacarepaguá (Departamento de Estatística e Publicidade, 1935).

Como o bairro de Realengo seria retratado em tal contexto? Em que medida as condições de desenvolvimento e expansão produzidas e conduzidas pelo Estado afetariam a localidade? Seria Realengo um novo bairro operário?

A reportagem de 5 de junho de 1940 do *Jornal do Brasil*⁴⁵, intitulada *Obras da Cidade Operária*, mostra uma visita do então ministro do trabalho em companhia do Sr. Plínio Catanhede, diretor do IAPI, a um aprazível terreno situado entre Realengo e a antiga estação Moça Bonita, atual estação Padre Miguel, onde seriam construídas 2.321 confortáveis casas que seriam vendidas a partir de módicas prestações aos associados do Instituto. A previsão era de que 12 mil pessoas poderiam viver no local, que também contaria com creche, mercado, ambulatório médico e praça de esportes. Realengo passa a constar como um bairro moderno e que, a partir da construção de moradias populares, expressaria a expansão da cidade rumo aos subúrbios, logo, o bairro começa a adquirir importante atenção das autoridades, havendo uma valorização e ressignificação do espaço urbano.

Trata-se também de verificar como a ideia de formação de um bairro moderno e operário ganha contornos importantes quando abordamos o caso de Realengo, especialmente após a construção do conjunto IAPI. Manchetes de periódicos com os dizeres “Cidade operária e Vila Operária” passam a ser comuns, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1940, o que denota uma simbologia especial para o bairro.

Aravecchia-Bottas (2016), ao analisar as diretrizes técnicas e econômicas por parte do Instituto de Pensão dos Industriários, identifica alguns elementos relevantes para a escolha dos locais onde os prédios seriam erguidos. A partir da análise de relatório publicado pelo IAPI em 1940, as seguintes condições eram expostas:

- A – Facilidade e economia de transporte, de preferência ferroviário
 - B – Boas condições de salubridade e boa formação topográfica
 - C – Proximidade dos centros industriais ou fácil acesso ao mesmo
 - D – Baixo custo unitário do terreno, de forma que os conjuntos residenciais operários possam ser planejados dentro dos princípios da técnica urbanística.
- (Instituto..., 1941, p. 90, *apud* Aravecchia-Bottas, 2016, p. 189)

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 5 de junho de 1940, p. 6.

Mais precisamente em 1943, ergueu-se a primeira etapa do conjunto do IAPI, porém a construção das últimas unidades ocorreu apenas em 1950. Segundo Aravecchia-Bottas (2011, p. 187), o conjunto, ao ser erguido nas grandes glebas do subúrbio, distante das áreas mais consolidadas, reforçava as críticas modernistas voltadas para a densidade urbana e para os amontoados humanos característicos das áreas mais centrais. A construção do conjunto foi fundamental para o processo de urbanização do bairro, uma vez que foram abertas, em sua função, praças, ruas e escolas.

Corroborando a análise feita por Aravecchia-Bottas, a reflexão de Gonçalves (2013, p. 124) demonstra que:

Ao mesmo tempo que os IAPs se apropriaram de vários elementos da arquitetura modernista, tais como a construção sobre pilotis, a importância dos espaços verdes e a grande densidade por edificação, eles estimularam notadamente a construção de grandes conjuntos em detrimento da moradia individual, com vistas a reduzir substancialmente os custos da construção das moradias. Os poderes públicos contemplavam a construção de cidades modelos onde o Estado poderia concretizar o ideal de proteção e controle social dos moradores. Esses institutos favoreceriam, sobretudo, os trabalhadores da indústria e dos transportes, em detrimento dos trabalhadores informais, condenados a morar em casas de cômodo ou nos barracos da cidade (2013, p. 124).

Dessa forma, a coletivização dos espaços e a gestão interna não poderiam prescindir da intervenção do Instituto. A intervenção direta nos conjuntos proporcionava o controle do modo de vida dos trabalhadores e impossibilitava modificações nos aspectos urbanísticos ou nas moradias, sem prévia autorização. Isso não significa, porém, que este ideal de construção de um “novo homem”, cuja política de habitação figurava como um dos elementos centrais, foi aceita de maneira passiva pelos trabalhadores que foram viver no conjunto. Mangabeira (1989), ao analisar as práticas políticas dos moradores, identifica que, sobretudo no período de legalidade do Partido Comunista nos anos 1940, houve uma forte prática associativa, inclusive com moradores que eram filiados ao partido, ocorrendo uma recusa em aceitar passivamente a imposição de hábitos por parte do IAPI. Os moradores acabavam por buscar “soluções” arquitetônicas que estavam em desacordo com aquelas estabelecidas pelo Instituto, como, por exemplo, a construção de muros que visavam delimitar o espaço entre as casas⁴⁶.

⁴⁶ Curiosamente, o conjunto recebeu o apelido de “Moscouzinho”. Há duas possíveis explicações: a primeira foi a campanha pública realizada em favor dos candidatos comunistas feita por alguns moradores nas eleições de 1945 e os esforços empreendidos pelos moradores comunistas no sentido de melhorar as condições de vida da comunidade, já a segunda explicação tem a ver com o surgimento do nome no próprio Instituto ou em elementos externos à comunidade, neste caso, o nome “Moscouzinho” funcionaria como uma categoria de acusação que tinha como objetivo enfraquecer a comunidade (Mangabeira, 1989).

Por sua vez, o trabalho de Silva (2019) aponta que, com o intuito de assegurar a centralização política, o Estado acabava por inaugurar o planejamento territorial estratégico e uma burocracia estatal de forte intervenção na economia, agindo também no controle social e nas liberdades individuais. O autor assinala que este tipo de estratégia tinha como função assegurar o atendimento aos interesses das oligarquias regionais, colaborando também para a integração econômica do território brasileiro sob o signo da industrialização fordista e da urbanização metropolitana.

O trabalho de Veríssimo (2005) aponta que bairros como Realengo e Bangu já estavam em processo de transição de uso do solo rural para o urbano, reunindo junto com Jacarepaguá 9% da população da cidade. No caso específico de Realengo, 42% da população economicamente ativa estava ocupada em atividades industriais e de administração pública, ou seja, os interesses fabris acabaram sendo essenciais para o processo de urbanização de bairros como Realengo. Aravecchia-Bottas (2016) salienta que, através das ações do Estado, pessoas foram alocadas próximas às indústrias, concentrando, nessas localidades, a maior parte dos conjuntos habitacionais produzidos por institutos de previdência. Com as melhorias, chegavam novos contingentes populacionais.

Ao analisar o impacto que os conjuntos residenciais trouxeram para as cidades brasileiras, Bonduki (1999) afirma:

Os conjuntos residenciais tiveram grande impacto nas cidades brasileiras nos anos 40 e 50, não só pela área construída, mas sobretudo pelos seus programas inovadores, onde se associavam edifícios de moradia com equipamentos sociais e recreativos, áreas verdes e de lazer, sistema viário, etc. Nesses verdadeiros núcleos urbanos, procurou-se criar um espaço capaz de propiciar o surgimento de um novo modo de vida operário, moderno, coletivo, adequado ao modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado. Nas suas origens, portanto, a habitação social, no Brasil, articulou-se com o embrião de um projeto de sociedade e de desenvolvimento nacional e sua arquitetura refletia tal preocupação (Bonduki, 1999, p. 163).

No caso específico de Realengo, é importante considerar que:

(...) a implantação dos conjuntos, assim como a ferrovia e a sua eletrificação, concorreu de maneira significativa para a transformação dos subúrbios cariocas nos anos 1940 e 1950. Em que pesem todas as dificuldades que representam o cotidiano nestes lugares, a presença do Estado, que, com os conjuntos, levava equipamentos de serviço público, conferiu um aspecto de urbanidade para os bairros que tinham se originados das freguesias rurais, e eram, até então, habitados em condições de precariedade externa. É certo também, que, por meio dessa ação, houve um incremento significativo da população dessas regiões, o que se pode aferir pelo percentual de crescimento dos bairros mais afastados, relacionados à implantação desses conjuntos (Aravecchia-Bottas, 2016, p. 46).

O censo de 1940 traz elementos significativos para exemplificarmos a questão apontada pela autora. Na ocasião de sua produção, o bairro de Realengo apresentava a contagem de 90.387 habitantes, sendo que, desse contingente, a maioria em idade economicamente ativa estava alocada no setor de atividades “domésticas e escolares”, seguido por indústrias de transformação e defesa nacional e segurança pública, o que comprova dois fatores: o crescimento da concepção de Realengo como bairro operário\industrial e os resquícios da produção do espaço urbano no local a partir de uma lógica militarizada⁴⁷. Já o censo do Distrito Federal de 1950 aponta para uma população estimada de 150.712 pessoas, ou seja, houve expressivo incremento populacional de 66,7%.

Realengo passa a fazer parte de um importante processo de expansão da cidade rumo à então zona rural, sendo a construção do conjunto do IAPI um aspecto relevante. O aspecto ideológico da construção da figura do operário, somado a iniciativas já consolidadas na região como a Fábrica de Tecidos Bangu, colocariam o bairro e seus vizinhos como “modernos” e em desenvolvimento.

A ocupação do território estava diretamente relacionada à estratégia de acomodar os interesses fabris. A maior parte dos conjuntos habitacionais foram implantados próximos às fábricas e, com eles, outras melhorias acabavam por atrair novos contingentes populacionais. A produção habitacional, assim como a ferrovia e sua eletrificação, concorreu para a transformação dos subúrbios cariocas nos anos de 1940 e 1950. O investimento público levou um aspecto de urbanidade para os bairros que tinham se originado das freguesias rurais e eram, até então, habitados em condição de precariedade extrema (Aravecchia-Bottas; Koury:2014, p. 5).

A construção do conjunto também descortinava a ideia incipiente de promoção de assistência que deveria oferecer diversos serviços atendendo a necessidades diversas. Citamos abertura de escolas primárias, esforço pela alfabetização de adultos, instalação de cursos profissionalizantes, creches e teatro. O plano do conjunto contava com uma escola, um mercado e um clube⁴⁸.

Exemplo disso é a reportagem do jornal A manhã, de 04 de outubro de 1948, onde se retrata uma visita do então Presidente da República a diferentes conjuntos erguidos pelo Instituto, uma vez que bairros como Penha e Honório Gurgel também receberam unidades habitacionais. Especificamente no caso de Realengo, a reportagem mostra o chefe de governo percorrendo “Serviços Sociais”, como a creche recém-inaugurada, além de trazer a fala do Presidente

⁴⁷ 28.837, 7.852 e 6.930 pessoas respectivamente.

⁴⁸ Segundo a autora, Assistentes Sociais foram inseridas nestes serviço, mais precisamente, em 1945.

do IAPI, Alim Pedro, que louva a iniciativa governamental e o fato de Eurico Gaspar Dutra acompanhar sempre de “perto” as atividades da autarquia.

NOVAS MORADIAS PARA OS ASSOCIADOS DO I. A. P. I.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA VISITA OS CONJUNTOS RESIDENCIAIS DA PENHA, DE HONORIO GURGEL E DE REALENGO - 1.050 NOVAS MORADIAS INAUGURADAS ESTE MES PELO INSTITUTO DOS INDUSTRIÁRIOS



Aspecto da visita do presidente da Republica aos conjuntos residenciais do I.A.P.I., sendo-se o Chefe do Governo entre o ministro do Trabalho e o engenheiro Alim Pedro.

O Presidente da Republica, general Eurico Gaspar Dutra, a convite do engenheiro Alim Pedro, presidente do Instituto dos Industriários, inaugurou, nesta capital, centenas de moradas operárias nos conjuntos residenciais que essa autarquia vem construindo, conforme recomendação do próprio Chefe do Governo. No momento em que se estão realizando as obras, o país, as realizações objetivas do atual governo, demonstram o sucesso do plano econômico, e o presidente Eurico Gaspar Dutra, na prática, que é realmente uma das suas maiores preocupações a construção de conjuntos residenciais, começando pelo da Penha, onde inaugurou 160 apartamentos residenciais dos 1.300 que o I. A. P. I. possui no conjunto RESIDENCIAL DA PENHA.

Estabelecida nesta hora a presidente da Republica chegou a Penha, onde esteve acompanhado pelo ministro do Trabalho, sr. Honório Monteiro.

Foi o presidente Eurico Gaspar Dutra escoluido pelo engenheiro Alim Pedro, presidente do I. A. P. I., e outros representantes autorizados e altos funcionarios dessa autarquia.

Vinte e duas outras pessoas, o senador Ivo de Aquino, líder do maioria no Senado, o Deputado Auxiliar do Rio de Janeiro, D. Rosalvo da Costa Rego, o senador Noel de Novaes Filho, os deputados Azeiteiro Alves, Rui Santos, João de Deus, e Carlos Humberto, os senhores Hilton Santos, Remy Archer e Milton de Souza, e o sr. Honório V. C. da Silva, diretor geral do D. N. P. S.

Dentre os convidados estavam os membros da Republica per capita e operários.

O presidente da Republica percorreu os conjuntos residenciais da Penha, bastante adiantados e se demorou no interior de um dos apartamentos então inaugurados, com sete e quartos, de belas dependências. Os blocos contêm as unidades, e os conjuntos residenciais da Penha são erguidos em concreto armado, com 3 e 4 banheiros, constituindo edifícios modernos e arrojados e apresentando todos os requisitos técnicos das construções desse gênero. A diversidade de linhas, que ostentam o aproveitamento máximo da área construída e outras características modernas, porém, logo a primeira visita, a preocupação de economia com que foram planejadas e executadas as construções.

AS NOVAS RESIDENCIAS DE HONORIO GURGEL. Es- ta Penha dirigida- se a uma companhia de iniciativa do Trabalho, do presidente do Instituto, engenheiro Alim Pedro e demais entidades da Linha Auréola, e de Honório Gurgel. Nas proximidades dessa estação elétrica da Linha Auréola, o Chefe do Governo percorreu algumas das primeiras casas ali concluídas, inaugurando 72 residências do conjunto, que terá ao todo 120 moradias.

NO REALENGO

Seguiu depois o presidente Eurico Gaspar Dutra para o Con- junto de Realengo, onde inau- gurou 184 novas unidades resi- denciais. O Chefe do Gover- no alguns dos serviços sociais prestados pelo I. A. P. I. no Rea- lengo, tendo estado, na creche que pessoalmente inaugurou no ano passado. Dirigiu-se, depois, sempre acompanhado das auto- ridades presentes, ao local em que se encontram as casas ora concluídas, inaugurando-as.

Em seguida o general Eurico Gaspar Dutra seguiu para o salo- til pavilhão onde lhe foi ofe- recido um lanche durante o qual saudou o sr. Decretado- presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, e o sr. presidente do atual governo no terreno da pre- vidência social e da construção de residências operárias, parti- cipando a grande contribuição do I. A. P. I., observada por todos, pouco antes, nos conjun- tos residenciais.

FALA O PRESIDENTE DO

I. A. P. I. AGRADECENDO A VISITA DO CHEFE

O I. A. P. I. continuasse a obra iniciada, de iniciativa do próprio Governo da Republica.

Na manhã, em nome do presidente da Republica, falou o ministro do Trabalho, sr. Honório Fernandes Monteiro, que agradeceu as referências feitas ao general Eurico Gaspar Dutra e a CONTRIBUICAO DO I. A. P. I. O general Eurico Gaspar Dutra, tendo assumido o governo da Republica, em 1946, logo manifestou seu interesse em desenvolver o programa de assistência às populações, consagrando especial atenção ao problema da moradia dos trabalhadores. Reconhecendo a importância das obras competentes, para que se possa construir, dentro do mais curto prazo possível, o máximo de casas com o referido objetivo.

Nesse particular, o Instituto dos Industriários vem cooperando ativamente com o governo da Republica. Devido a que o general Eurico Gaspar Dutra ficou esse programa, em 1946, até agora, a sua administração de

A DESPEDIDA DE CARLOS RAMIREZ

Figura 1: Visita do então Presidente Eurico Gaspar Dutra, acompanhado do Presidente do IAPI Alim Pedro, aos conjuntos de Honório Gurgel, Penha e Realengo.

Fonte: A Manhã, 04 de outubro de 1948.

Com a devida pompa, a reportagem do jornal O Globo, cujo título era “Uma cidade surgiu no Realengo”⁴⁹, vai mostrar como o conjunto do IAPI modifica a paisagem do bairro que seria apresentado como abrigo dos operários. O fato de o jornal apresentar o conjunto como moderno também guarda relação com a propaganda do próprio regime Vargas, que, na reportagem, é apresentado como um benfeitor visionário, preocupado com as condições de vida do povo.

Meia hora em trem elétrico partindo da estação D. Pedro II e chegamos a Realengo, onde uma nova cidade, de largas ruas e amplas praças, com casinhas claras e alegres, entre jardins floridos, se estende por uma vasta área há bem pouco tempo inteiramente abandonada. Cerca de oito mil pessoas – trabalhadores na indústria e suas famílias – estão habitando quase 1.300 residências, das 1.400 concluídas até agora. As 100 restantes aguardam os seus moradores e mais 300 estão sendo ultimadas para serem alugadas aos industriários nos moldes das anteriores. E as construções prosseguem até atingir o total de 2.300 casas previsto no plano que se está exercendo, total que mais tarde se elevará a 5.000 residências, quando for aproveitada a grande área que se estende além da estação Moça Bonita, em direção a Bangu. Plano grandioso que demonstra o interesse pelo problema do lar operário.

⁴⁹ O Globo, 31 de julho de 1943, p. 7.

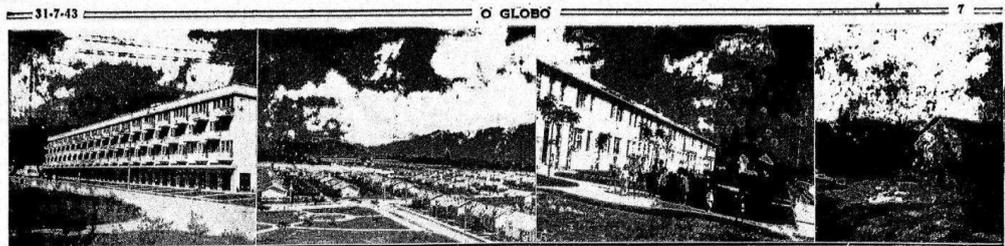
A reportagem de O Globo mostrava os apartamentos do conjunto como tão bons quanto os de Copacabana, com a diferença nos preços dos aluguéis, também aponta para as novidades que o conjunto trazia consigo, a ideia de habitação conjugada com demais serviços, retratados como ambulatório com assistência médica gratuita, gêneros a preço de custo, escolas, playground e, até mesmo, a existência de um cinema.

No entanto, sem o exagero da reportagem, o estudo empreendido por Bonduki (1999) demonstra que a proposta inicial era a de construção de 2.344 unidades, levando em conta casas e apartamentos. O autor aponta que o conjunto de Realengo tinha uma infraestrutura que contemplava rede de água, luz e esgoto e galeria de águas pluviais. Era o sonho dourado da habitação que se consumava para o operário, tendo o bairro de Realengo como pano de fundo.

O bairro de Realengo, segundo a reportagem, ganhava destaque nas páginas dos jornais, sendo apresentado como uma “cidade operária”. Mas, em que medida, de fato, a iniciativa conseguiria alcançar os objetivos propostos, entre eles a construção de 5.000 moradias até o bairro de Bangu? O investimento de um país situado na periferia do sistema conseguiria construir em um bairro do subúrbio moradias que possibilitasse, verdadeiramente, aos trabalhadores as condições necessárias à sua reprodução, eliminando o déficit habitacional? Haveria favelas crescendo no seu entorno, uma vez que não eram apenas fruto do desenvolvimento, mas também eram condição necessária a este, uma vez que forneciam mão de obra para a indústria e comércio que se desenvolvia?

A resposta a esses questionamentos não tardaria a aparecer. O Instituto mostrou-se incapaz de conduzir a ideia da cidade operária por muito tempo. Realengo veria de perto um traço da política habitacional no Brasil: a sua descontinuidade e o abandono dos projetos. Assim, a ideia de pensar a habitação concatenada com demais políticas e serviços não duraria muito tempo. Os altos custos dos serviços e a própria incapacidade do Instituto para geri-los fizeram com que, paulatinamente, fossem abandonados ou relegados a outras entidades.

O relatório-estudo, publicado pelo IAPI em 1950, faz o balanço do alcance e da possibilidade de manutenção do serviço social no conjunto, considerando as características socioeconômicas dos moradores. A passagem demonstra que o plano de ação inicial fora abandonado: “a educação, os hábitos de trabalho, a constituição do grupo familiar e o poder aquisitivo de uma determinada coletividade é que condicionam os programas de assistência a eles aplicáveis. De nada vale sonhar realizações grandiosas, quando a conjuntura social e econômica, traça linha além das quais não podemos passar” (Aravecchia-Bottas, 2016, p. 188).



EXPRESSIONS APERTOS COLINHOS PELO FOTÓGRAFO DO GLOBO NA CIDADE OPERÁRIA DO REALENGO — O grande edifício de apartamentos, em cuja laje funciona um dos estabelecimentos comerciais da cidade, que vende tudo de propósito a preço de custo; uma vista geral do parte do conjunto residencial; detalhe de um grupo de casas, com jardins e frente, onde as crianças brincam alegremente; e, finalmente, a "Vila do Vintem", com os seus cascos de sapo, num contraste chocante com os confortáveis e higiênicos casarões da cidade dos industriários

... E UMA CIDADE SURTIU NO REALENGO

Como vivem em suas casinhas alegres e confortáveis os trabalhadores da indústria -- Mil e trezentas residências já estão habitadas por uma população de oito mil pessoas -- Novas construções estão sendo realizadas, inclusive o estádio, a piscina, o cinema, a creche, os ambulatórios e as escolas -- Casas comerciais que tudo vendem a preços de custo -- A "Vila do Vintem"... Uma reportagem do GLOBO no grande conjunto residencial dos industriários

Apenas 4 cigarros por dia para os espanhóis

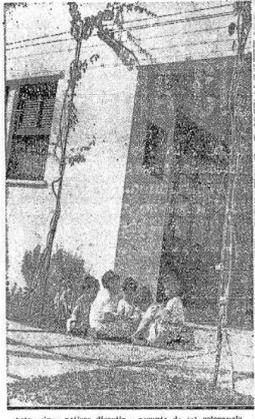
O rigor do racionamento de todos os produtos da pátria de Cervantes e as possibilidades que se oferecem às exportações do Brasil

Só de fumo baiano poderão ser adquiridos cinco milhões de quilos... Perspectivas de um tratado comercial -- Decididos simpáticos pela causa aliada



Sr. Frederico Perez

RAIVADOR, 30 (Especial para GLOBO) -- Com a prática mercantil em consequência do que se tem observado, o Brasil tem apresentado vantagens evidentes, em termos comerciais, com a Espanha, o fato talvez pouco conhecido de que os espanhóis, em consequência do racionamento de produtos, não podem comprar mais que quatro cigarros por dia para os seus habitantes. Este fato tem sido aproveitado por alguns brasileiros para a venda de cigarros de fumo baiano, com o intuito de obter vantagens financeiras. Sr. Frederico Perez, um dos diretores da Companhia de Tabacos de Filipinas, afirma que os espanhóis estão comprando cigarros de fumo baiano em quantidade, para a venda no Brasil, com o intuito de obter vantagens financeiras. Sr. Perez afirma em Manila, durante uma viagem, que a Espanha está comprando cigarros de fumo baiano em quantidade, para a venda no Brasil, com o intuito de obter vantagens financeiras.



D. Belmira Botelho, com o seu filho espala ao colo -- A primeira criança a nascer na cidade operária -- Ela que está satisfeita com a sua casinha

Realengo, plano grandioso, que bem demonstra o interesse do governador para com os problemas do conjunto residencial, em cuja laje funciona um dos estabelecimentos comerciais da cidade, que vende tudo de propósito a preço de custo. O conjunto residencial, em cuja laje funciona um dos estabelecimentos comerciais da cidade, que vende tudo de propósito a preço de custo. O conjunto residencial, em cuja laje funciona um dos estabelecimentos comerciais da cidade, que vende tudo de propósito a preço de custo.

Uma massa de oito mil pessoas, esse número é estimado, e que demonstra o interesse do governador para com os problemas do conjunto residencial, em cuja laje funciona um dos estabelecimentos comerciais da cidade, que vende tudo de propósito a preço de custo. O conjunto residencial, em cuja laje funciona um dos estabelecimentos comerciais da cidade, que vende tudo de propósito a preço de custo.

Estes cinco milhões deverão assumir de tal reservatório, que nem poderiam a aproximação do fôlego. Notou-se o aspecto agradável da casa, com certezas à janela.

Uma grande massa de oito mil pessoas, esse número é estimado, e que demonstra o interesse do governador para com os problemas do conjunto residencial, em cuja laje funciona um dos estabelecimentos comerciais da cidade, que vende tudo de propósito a preço de custo.

Uma grande massa de oito mil pessoas, esse número é estimado, e que demonstra o interesse do governador para com os problemas do conjunto residencial, em cuja laje funciona um dos estabelecimentos comerciais da cidade, que vende tudo de propósito a preço de custo.

ROUBOU UM CAMINHÃO LOGO DEPOIS DA FUGA!
A Polícia empenhada em recapturar o perigoso ladrão de automóveis...
NERVOSOS (Anestesia, insônia, delírio, neurose, etc.)
A SITUAÇÃO DOS MENORES NO BRASIL
Colaborar a Legião Brasileira de Assistência para o maior benefício do Congresso Nacional da Criança

GRAJAU
Validade a qualquer tempo para poder renovar...
VIAS URINARIAS
Dr. ACKERMANN
Rins -- Hepática -- Próstata (necrológica) -- Útero e Óvarios
BLEORRAGIA -- TRATAMENTO RÁPIDO
Aparelhagem completa para diagnóstico das infecções das vias urinárias...
CR\$ 50,00
Limonete para Jato de Furo
EXPRESSO AZUL

"Vida Doméstica"
Polhemus com agrado o número de jogos de "Vida Doméstica"...
Dr. Asdrubal Rocha
GINECOLOGIA
Prat. em doenças do aparelho genitor-urário em moléstias ginecológicas...
DR. HEITOR ACHILES
Doenças de pele, sífilis, Niterói, 157, 7º andar -- RJ. Niterói, 65-2671 e 27-340

DEPÓSITO SEU DINHEIRO EM CONTA CORRENTE
9%
NO BANCO DELAMARE
FUNDAÇÃO EM 1915
RUA DE SÃO PAULO, 118 -- 10º ANDAR -- RJ. 20.140
GRATO AO HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO
Expressiva carta do major Landry Salles ao diretor do estabelecimento
CARLOS BRANCO ALEXANDRE DE ALI E NAC MUDE
Partidas do Rio de Janeiro
12.50
14.50
16.00
17.15
18.00
MAI DE 1944
1000
LIMONETE PARA JATO DE FURO
EXPRESSO AZUL

Figura 2: Reportagem de O Globo sobre o novo conjunto que estava sendo erguido em Realengo. Fonte: Jornal O Globo, de 31 de junho de 1943.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

CIDADE OPERÁRIA DE REALENGO

**MAIS UMA GRANDE OBRA
SOCIAL DO GOVERNO**

CLUBE
CINEMA
CRÉCHE
ESCOLA
JARDINS
PARQUES
MERCADO
AMBULATORIO
JARDIM DE INFANCIA
CENTRO COMERCIAL
PRAÇA DE ESPORTES
REDE DE ESGOTOS
ABASTECIMENTO D'ÁGUA

A 30 MINUTOS DO CENTRO
EM TREM ELÉTRICO

ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA 1.400 CASAS

TOTAL DE BENEFÍCIOS PAGOS
O INSTITUTO CUMPRE COM
O SEU PROGRAMA

PROJETO E
CONSTRUÇÃO
DO I.A.P.I.

INFORMAÇÕES NA CARTERA MOBILIÁRIA
AVENIDA ALVARADO BARRETO 78 - TORREO
N.º 10 - BARRIO DE GUATUBA 20-12 E 10-11 - PR. DA BANDEIRA
ESCRITÓRIO DAS OBRAS - VILA MAR. - JARDIM PARCO - REALENGO
VISTAS DIARIAMENTE INCLUSIVE DOMINGOS

Figura 3: Anúncio da construção do IAPI no bairro de Realengo, nos anos 1940. Detalhe para a proximidade da linha do trem e o bairro sendo retratado como cidade operária.

Fonte: Jornal do Brasil, 20 de setembro de 1942.

Dessa forma, abriu-se um flanco entre duas perspectivas quanto aquilo que tangia a gestão do conjunto: uma primeira que via o investimento em habitação social como um fim em si mesmo, e uma segunda que considerava que isso seria demasiadamente dispendioso para o Instituto e que a oscilação entre essas duas perspectivas eram, na verdade, o resultado desta tensão (Aravecchia-Bottas, 2016; Bonduki, 1999).

O conjunto do IAPI foi uma tentativa importante no sentido de tentar aliar a questão habitacional às exigências de urbanização/industrialização pelas quais o país passava. Sua importância para o bairro de Realengo é inegável, uma vez que possibilitou o incremento populacional da localidade e contribuiu para o seu desenvolvimento. Até os dias atuais, o “coletivo” é uma das obras mais conhecidas

e que chamam atenção tanto por sua importância histórica quanto por sua disposição arquitetônica.

Em todo caso, a construção do conjunto ocorre na mesma época em que uma favela próxima às suas instalações nascia e se expandia. A Vila do Vintém, conforme veremos nos próximos itens, iria apresentar justamente uma espécie de antítese dessa tentativa de arranjo estatal no sentido de pensar a moradia aliada a outras condições do viver.

Julgamos importante destacar, ainda neste item, um pequeno trecho da reportagem, visto que, a partir de nossas buscas em diferentes arquivos, constatamos que esta é a primeira matéria sobre esta favela que tenta, ao menos, trazer maiores detalhes sobre o seu processo de nascimento, configurando-se em documento de extrema importância.

Percebe-se que, mesmo as exageradas linhas escritas na reportagem de O Globo, de 13 de julho de 1943⁵⁰, louvando o crescimento do conjunto em Realengo, não foram capazes de negligenciar uma vizinha que crescia na mesma época e na mesma proporção. Na mesma reportagem que louvava o conjunto do IAPI, o periódico opinava desta forma:

Ao lado da cidade operária, num contraste chocante, fica a Vila do Vintém, com os seus casebres de sapê e de barro. Eram assim quase todas as casas de trabalhadores naquelas redondezas. Sem conforto e sem higiene. Nelas não há água, nem esgotos. E parece que até o ar e a luz são racionados...

O bairro operário de Realengo ganhava, na sua paisagem, uma favela, composta igualmente por operários, mas sem o tratamento com a mesma pompa. A reportagem apresentada por O Globo marcaria uma tônica como a Vila do Vintém e as favelas, em geral, eram tratadas nos anos 1940, local da sujeira, da desordem, e todas as concepções negativas sobre o seu nascimento. Assim, se configuravam como obstáculo ao desenvolvimento, uma vez que eram compreendidas como sintomas do nosso atraso e inserção tardia e demorada na ideia de urbanidade.

Entre provisão estatal de moradia aos associados do IAPI e as autoconstruções dos favelados da Vila do Vintém, o bairro de Realengo seria palco de uma série de lutas que teriam como pano de fundo justamente o crescimento de duas localidades importantes e que, conforme mostraremos adiante, estariam entrelaçadas por uma luta política que envolveu moradores da “Vintém” e funcionários do Instituto.

⁵⁰ O Globo, 31 de julho de 1943, p. 7.

Se, ao mesmo tempo, o Estado produzia esforços para transformar o bairro de Realengo em algo moderno, o mesmo ente concentraria esforços para tentar eliminar e remover uma nova favela que crescia em grandes proporções naquele mesmo espaço urbano, começando a ganhar as capas dos periódicos da época e chamando a atenção para a luta por moradia e pela organização dos seus moradores: a Vila do Vintém.

2.3. Nasce uma nova favela em Moça Bonita

A iniciativa do IAPI, apesar de se apresentar enquanto novidade, pois trazia consigo um viés de “modernidade”, acoplando diversas dimensões ao morar, não foi capaz de, sozinha, resolver a crise da habitação no Rio de Janeiro. Pressionados pelas parcas condições de vida, trabalhadores e trabalhadoras tiveram que apelar para as autoconstruções, tendo em vista que a provisão estatal de moradia se mostrava insuficiente para dar conta da demanda, bem como a lógica de mercado.

Ao mesmo tempo que essa expansão do bairro de Realengo e a criação do mencionado conjunto traziam possibilidades de melhoria das condições de vida para determinados segmentos de trabalhadores, a urbanização e a industrialização permitiam que movimentos e partidos ligados à causa operária pudessem se organizar e estabelecer suas ações políticas. Os bairros e as favelas operárias, inclusive aqueles situados em áreas suburbanas, passaram também a ser palco dessas ações, principalmente através da atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB), cujos comitês populares locais permitiram a execução de ações voltadas para as demandas dos moradores. Assim, a mobilização política se dava pela leitura das realidades dos bairros e favelas.

Todavia, não apenas partidos ligados à esquerda tinham o radar apontado para esses moradores, partidos como a UDN também apostaram em uma ação mais efetiva junto a esses espaços, tanto a partir da criação de comitês quanto na ação parlamentar nas tribunas das Câmaras Federal e de Vereadores.

O bairro de Realengo, tomado “moderno” e “operário”, passa a ser palco de uma disputa que envolveria favelados de uma nova localidade que crescia e o poder público, interessado em remover da paisagem qualquer tipo de iniciativa em torno de construção de moradias que estivesse fora da órbita do embelezamento e da modernidade apregoados à época.

Para além da disputa por espaço que envolvia favelados e o Estado, outros atores também participaram da trama, cujo objetivo de ocupação e uso do solo era o ponto principal, uma vez que grileiros de terra também acabam por se aproveitar da condição de crescimento populacional e expansão da cidade para tomar terras, em sua grande parte de origem pública, para vendê-las ou alugá-las a um grande contingente de trabalhadores.

Interessa-nos particularmente, a partir dos elementos e atores citados, apresentar, neste subcapítulo, o nascimento da Vila do Vintém, já que esta favela ganha as manchetes dos veículos de imprensa, assim como os debates parlamentares, justamente na mesma época em que Realengo e o conjunto do IAPI ganham importância também. O relatório Sagmacs, por exemplo, afirma que foi através do conjunto erguido pelo IAPI que a favela de fato cresceu. Embora o nascimento da Vila do Vintém seja apontado de maneira inexata, nos parece plausível afirmar que as obras do IAPI contribuíram para a expansão dessa favela.

De acordo com o relatório:

A favela da Vila do Vintém está situada na estação de Padre Miguel, na Estrada de ferro Central do Brasil, e começou a formar-se em 1945, crescendo, em 1948, com a construção, nas suas proximidades, de um conjunto residencial do IAPI. Todas as casas e barracos, com poucas exceções, pertencem aos moradores (Sagmacs, 1960, p. 18).

Outro ponto que nos parece interessante na relação entre a Vila do Vintém e o conjunto do IAPI é uma possível disputa de espaço entre ambos e uma ligação entre pessoas que trabalharam na sua edificação. Tais pessoas estavam ligadas diretamente às lutas por moradia na Vila do Vintém, visto que o contexto da época mostra que as ações do Estado no âmbito da provisão de habitação não conseguiram beneficiar o conjunto dos trabalhadores, de sorte que viver em favelas era uma solução habitacional para um considerável contingente populacional, inclusive para muitos trabalhadores com carteira assinada (Gonçalves, 2022).

Não é possível afirmar com exatidão quando e como a Vila do Vintém nasce de fato, mas já é possível encontrar em classificados de jornais a venda de lotes na favela no final dos anos 1930⁵¹, o que demonstra determinada valorização e procura pelo lugar como local de moradia. Isso se aplica também ao se questionar quando a Vila do Vintém passa a ser considerada uma favela. Nos anos 1930, a Rua Belisário de Sousa, principal rua da localidade, além de figurar

⁵¹ Jornal do Brasil de 7 de outubro de 1939, p. 9.

como local da venda de terrenos nos classificados, também aparecia na estatística predial de 1933 (Departamento de Estatística e Publicidade, 1935) com sessenta construções, sendo 26 apontadas como casebres de madeira.

O relatório produzido pela Sagsmacs (1960) aponta para o poder público, através do Exército, que intermediou a organização do local onde hoje se encontra a favela, uma vez que:

O local era campo de treinamento de tropas do exército. O comando dessa tropa procurou dar certa orientação aos barracos. Mandou dividir o terreno em lotes e estabeleceu um alinhamento dentro do qual seriam construídos os casebres. Esse alinhamento permanece até hoje, com ligeiras alterações, e evitou o amontoamento dos barracos (Sagsmacs, 1960, p. 18).

Não deixa de ser curioso perceber que o próprio Estado em sua relação de ambiguidade com as favelas, passa a ser, em alguns casos, paradoxalmente, um elemento organizador desses locais, favorecendo e até estimulando o seu crescimento. Em todo caso, ao mesmo tempo que promovia o crescimento de algumas favelas, agia no sentido de destruir, perseguir e eliminar da paisagem urbana a existência de outras, o que acabaria culminando, além de uma relação absolutamente contraditória, em uma série de estratégias por parte das lideranças faveladas com o fim de participar do jogo político, tecendo as alianças necessárias para a sua sobrevivência.

A segunda metade dos anos 1940 apresentará um relativo aumento de destaque à Vila do Vintém, o que pode ser notado principalmente quando analisamos ocorrências que envolve a favela nos periódicos da época. O bairro industrial que começava a crescer também abrigaria uma “nova favela”.

A reportagem da Tribuna Popular⁵² destaca a seguinte manchete: “Nasce Uma Nova Favela em Moça Bonita”⁵³. O periódico aponta para uma “ligeira palestra” com os moradores de barracos miseráveis e para uma greve que deveria ser extinta pelas autoridades, a greve das torneiras. Ao apresentar a favela, a reportagem ressalta:

A Vila do Vintém é a mais nova das favelas do Rio de Janeiro. Está nascendo agora. São centenas e centenas de trabalhadores escorraçados da cidade pela crise de moradia. Gente cujo salário insuficiente não lhe permite, sequer, morar numa “cabeça de porco”. Naqueles terrenos que a princípio diziam ser da Prefeitura e, agora, já afirmam ter como dono a Viúva Pinheiro Machado, a favela cresce espantosamente com o trabalho diário dos moradores. Não custa nada. É só chegar, armar quatro esteios de bambu, cobrir com folhas de zinco e, pronto, está construída uma nova moradia. Algumas têm reboco, outras desafiam a chuva, o vento e as intempéries...

⁵² Tribuna Popular, 4 de fevereiro de 1947, p. 4.

A reportagem do periódico faz lembrar que, enquanto a Vila do Vintém crescia, na Zona Sul da cidade, “milhares de apartamentos vazios aguardam indiferentes o leilão das luvas e do quem dá mais”, chamando justamente a atenção para o uso da moradia não como um direito, mas como uma mercadoria, problema que a crise das moradias nos anos 1940 agudizou, tornando-se cada vez mais complexo.

Sobre as favelas em um aspecto geral, o trabalho de Gonçalves (2013) já indicara que sua existência havia sido tolerada, permitindo-se que fossem construídas pequenas melhorias, como bicas d’água, biroschas e pequenas cabines de luz, mas que o seu reconhecimento jurídico de fato sempre esbarrava nas ações do Estado. Dessa forma, tínhamos um quadro complexo envolvendo as favelas que apontava para a lógica do “tolerar sem consolidar”.

No caso específico de uma favela que crescia na antiga zona rural e futura zona oeste do Rio de Janeiro, nos questionamos em que medida essa lógica também poderia prevalecer, tendo em vista que seu crescimento ocorria distante do circuito central e da zona sul. No entanto, é possível verificar que, no final dos anos 1940, a Vila do Vintém também era fruto de importantes debates nos quais diversas solicitações parlamentares eram encampadas para garantir melhorias, mesmo que de maneira paulatina, o que indica uma prevalência dessa ideia também em novas favelas.

A precariedade das instalações na Vila do Vintém chamava a atenção. O relatório Sagmacs (1960) menciona a questão relativa à busca por água e as dificuldades enfrentadas pelos moradores ao tentar acessar o serviço. A descrição do relatório sobre a favela é a seguinte:

Na Favela do Vintém, o pesquisador observou dois tipos de fila para água. Na bica maior, formam-se duas filas, uma para água de uso pessoal, outra para comerciá-la. Esta é formada de pessoas que levam vasilhames maiores, ou então os garotos que também se dedicam a esse comércio. As pessoas que vão apanhar água para vender ficam no fim da fila, mesmo que tenham chegado antes dos demais. Têm de esperar até que todos tirem água para seu uso. Só depois é que podem tirar água para vender a pessoas que moram nos pontos mais distantes. Pagam uma média de quatro cruzeiros por lata de vinte litros. Para o conjunto do IAPI ou mesmo para pontos mais distantes, carregam barris em lombo de burro ou puxam-no com cordas (Sagmacs, 1960, p. 20).

Consta, nos Anais da Câmara dos Vereadores do antigo Distrito Federal, requerimento de nº 455/1947, de autoria dos vereadores Amarílio Vasconcelos e

Aloísio Neiva Filho (PCB)⁵³, em que se solicita uma torneira pública entre as ruas Belisário de Sousa e Piraquara, segundo a justificativa dos vereadores:

Os moradores da denominada Vila do Vintém, onde se aglomeraram centenas de famílias pobres, são obrigados a longas caminhadas conforme esclarecimentos que nos trouxe uma comissão de moradores daquele bairro (Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, 1947, p. 244).

Como historicamente a ocupação de terrenos era algo considerado ilegal, as moradias acabavam por não ter o *status* de existência oficial, sendo os moradores tratados como não pertencentes à cidade. As mobilizações políticas nas favelas – e a Vila do Vintém se insere neste contexto a partir dos anos 1940 – ocorriam com a finalidade de lutar pela permanência de seus residentes, sendo seu principal objetivo a consolidação das favelas na cidade. É importante salientar que as primeiras associações baseavam-se na instalação local de serviços diversos, ou seja, a luta por habitação estava mais relacionada a uma possível melhoria do local, nesse caso, a luta se dava em função da moradia, mas também da localidade em que residiam os favelados (Gonçalves, 2021).

Os jornais da época, principalmente a partir de 1947, começam a apontar para um início da organização dos habitantes da Vila do Vintém cujo objetivo era a luta por melhorias de suas condições de vida. Essa luta começa paulatinamente a chegar ao parlamento, sendo noticiada pelos jornais. A reportagem do Diário de Notícias⁵⁴ aponta as reivindicações dos moradores, lidas na Tribuna da Câmara dos Vereadores por Odila Schmidt⁵⁵, Agildo Barata⁵⁶ e Leite de Castro⁵⁷:

A Sra. Odila Schimdt acompanhada dos Srs. Leite de Castro e Agildo Barata requereram os seguintes melhoramentos para a Vila do Vintém: A – Instalação de redes de esgoto; B – Instalação de pelo menos quatro bicas d'água; C – Instalação de luz; D – Canalização de dois córregos: um que passa próximo à estação e outro que separa a Vila do Vintém das casas do IAPI.

⁵³ Oliveira. S (2011) demonstra em artigo como os comunistas influenciaram a agenda a favor dos favelados na Câmara. A partir de uma série de requerimentos, cobram-se melhorias nas favelas e a valorização desses espaços.

⁵⁴ Diário de Notícias, 28 de outubro de 1947, p. 3.

⁵⁵ Nascida no Estado de São Paulo, em 1909. Militou ativamente pela organização das mulheres nas fileiras do PCB entre 1945 e 1948. Chegou a ser presa por 49 dias por articular uma greve entre empregados da Light, o que gerou uma campanha de solidariedade. Eleita vereadora pelo PCB no Distrito Federal, com 2.129 votos. Quando o PCB foi colocado na ilegalidade, continuou a dedicar sua militância para a organização das mulheres (Correa; Visco, 2022).

⁵⁶ Nascido no Rio de Janeiro em 1905. Ingressa no PCB em 1935. Capitão do Exército, acabou por fazer parte da ANL (Aliança Nacional Libertadora). Após um levante fracassado conhecido também como Intentona Comunista, da qual fora um dos expoentes, é condenado a 10 anos de prisão. É anistiado em 1945. Foi eleito vereador pelo Distrito Federal representando o PCB em 1947. Fonte. FGV:CPDOC.

⁵⁷ Eleito vereador do Distrito Federal pelo PTN.

De acordo com Rodrigues (2020), a formação das favelas obedece a aspectos mais gerais de segregação espacial da cidade que, embora tenham como fundamento econômico a busca de terrenos mais baratos, também eram condicionados por outros fatores importantes, como os planos e programas voltados para habitações populares, no caso específico da Vila do Vintém, nos parece necessário salientar que seu crescimento é parte do contexto de remodelação dos bairros situados no seu entorno, incluindo o incremento da habitação social a partir do conjunto do IAPI. Isso não nos permite dizer que a favela cresceu especificamente em função desta política específica, mas que esta, junto a outras melhorias como a eletrificação da linha férrea e a abertura da Avenida Brasil⁵⁸, contribuiu para o seu surgimento.

O censo de favelas da Prefeitura do Distrito Federal, produzido em 1948⁵⁹, indica, por exemplo, que, naquelas favelas situadas na região que hoje é denominada como zona oeste, ainda eram inexpressivas e que nelas residiam “pobres serviçais que trabalham nas imediações” (Prefeitura do Distrito Federal, 1949, p. 14), o que corrobora com nossa reflexão. É preciso, no entanto, lembrar que a abertura da via expressa e a possibilidade de um maior deslocamento pela linha férrea também podem ser considerados elementos importantes para se pensar uma relação trabalho-moradia que estava para além das imediações.

Outro dado relevante do Censo de Favelas de 1948 é que a Vila do Vintém aparecia como uma favela que tinha 949 construções residenciais, 10 comerciais, 10 de uso misto (Prefeitura do Distrito Federal, 1949, p. 22). Já o Censo Nacional de 1950 assinalava que viviam na Vila do Vintém 5.938 pessoas (IBGE, 1953, p. 40). Tais números demonstram que a favela, já nos anos 1940, despontava como espaço que paulatinamente ganhava relevância na cidade, mesmo diante dos holofotes da região central e zona sul, que mereciam a devida atenção dos poderes públicos e órgãos de imprensa.

Entendemos que essas pesquisas possuem metodologias distintas que não nos permitem verificar com exatidão como ocorreu o crescimento processual da Favela do Vintém. De qualquer maneira, nos parece inegável que tínhamos um espaço, encravado na antiga zona rural da cidade do Rio de Janeiro, que crescia de maneira exponencial, conforme retratado pelos órgãos de imprensa.

⁵⁸ Seu primeiro trecho foi inaugurado em 1944, segundo Torres (2018).

⁵⁹ Sobre o caráter racista deste censo, indicamos as reflexões de Gonçalves (2013, 2020) e Oliveira (2021).

A reportagem de 7 de fevereiro de 1948 da Tribuna Popular informa que, ao lado da favela, grupos residenciais estavam em construção. Cita as obras do IAPI, reclamando que se encontravam há dois meses paradas. Se, por um lado, cogitava-se à época, de acordo com o periódico, uma extensão do conjunto até o bairro de Bangu, por outro lado, demonstrava-se uma flagrante preocupação com a morosidade das construções em Realengo/Moça Bonita⁶⁰. A reportagem indicava que o conjunto já apresentava as marcas do tempo, com as paredes infestadas de lodo e com alguns rasgões, o que indicaria uma certa “decadência”. Ao entrevistar um morador da Vila do Vintém chamado Sebastião Teotônio, a reportagem verifica que, além de morador, ele era trabalhador das obras do IAPI. Ao comentar as obras, Sebastião Teotônio dispara: “O Instituto quer fazer casas com meia dúzia de trabalhadores, o resultado é que isso não acaba nunca”.

O relatório Sagmacs aponta uma importante relação da Vila do Vintém com o conjunto do IAPI. Nesse caso, é curioso perceber que a produção de moradias populares significou a destruição de parte dessa favela, mostrando, mais uma vez, uma política ambígua por parte do Estado. O relatório Sagmacs traz as seguintes informações:

Em 1948, iniciada a construção, no local, de um conjunto residencial do IAPI, parte da favela foi demolida. Os que moravam nessa parte do terreno foram transferidos para barracos construídos pelo Instituto. Estes já foram construídos dentro da Favela atual, aproveitando o espaço existente nos lotes. Essa medida despertou forte reação nos moradores, os quais lograram impedir que a frente dos lotes fosse ocupada por novos barracos (Sagmacs:1960, p. 18).

Como já sinalizado anteriormente, o relatório aponta que a ocupação inicial do espaço estimulada e organizada pelo exército e a sua transformação posterior, incitada pelas obras do conjunto IAPI, foram realizadas a partir de práticas estatais. Trata-se, a nosso ver, de claros exemplos de como o Estado acaba sendo, em muitas ocasiões, o principal promotor da ocupação dos espaços onde hoje se encontra boa parte das favelas. Tais exemplos jogam por terra qualquer tese de ação unilateral por parte dos favelados ou de ação deliberadamente à margem da lei por parte deles.

Outros aspectos importantes também são sinalizados pela pesquisa no que diz respeito a uma das mais novas favelas do Rio de Janeiro. A luz era fruto de uma ligação que vinha do conjunto IAPI, havia uma distribuição heterogênea das casas, sendo que casas de alvenaria conviviam com barracos em precárias

⁶⁰ Atual bairro de Padre Miguel. Sobre isso, ver Mansur (2018).

condições. O relatório Sagmacs também aponta para a ação de grileiros que se diziam donos dos terrenos e cobravam taxas para a construção de novas casas.

Praticamente nascendo e, sobretudo, crescendo durante os anos 1940, a Vila do Vintém, assim como outras favelas, seria alvo de disputas envolvendo a utilização do solo. O fato de o Rio de Janeiro constituir-se capital da República naquela época colocava a questão das favelas nos holofotes, como uma questão de prioridade nacional. A mídia empresarial e os diversos partidos políticos trataram da questão a partir de diferentes interesses, o que causaria reverberação no parlamento, tornando o debate sobre a matéria algo bastante comum.

Inicialmente, entendemos, se considerarmos a relação entre Estado e favelas, incluindo a Vila do Vintém, que três elementos são importantes: a tentativa sistemática de erradicação das favelas através de ações que envolviam o Estado com o apoio da mídia empresarial; a ação de grileiros de terra, principalmente no antigo sertão carioca; e os movimentos de favelados que se apresentavam como resposta a tais ações.

No que tange ao primeiro elemento, vigorava à época a construção de uma ideia que tinha como foco a extinção das favelas, entendendo-as como problemas que deveriam ser resolvidos o quanto antes pela municipalidade. Logo, nos anos 1940, duas ações merecem destaque: a chamada batalha do Rio de Janeiro e o plano de erradicação das favelas.

Quanto à batalha do Rio de Janeiro, trata-se de uma série de artigos escritos pelo então jornalista Carlos Lacerda no jornal Correio da Manhã, que apontava para a necessidade de intervenção do poder público junto às favelas, com vistas a proporcionar condições para que os favelados deixassem esses locais. Tais artigos tiveram forte impacto e auxiliaram a moldar a opinião pública sobre a questão que envolvia o crescimento das favelas e a atuação do Estado.

Definindo o “egoísmo e a inércia” como os grandes inimigos da cidade, o jornalista clama, em artigo publicado no Correio da Manhã, em 19 de maio de 1948, p. 2, por uma união de amplos setores da sociedade civil e pela participação do Estado na resolução do “problema” chamado favela. Dessa forma, alguns pontos foram estabelecidos para o encaminhamento de pretensas soluções, entre as quais, a resolução de casos individuais envolvendo questões que iam de higiene a organização familiar, promoção de medidas administrativas e legislativas visando à solução de casos gerais, além da criação de cooperativas e organização de bolsas de trabalho visando à união entre empregados e empregadores.

No caso específico da aposta de Lacerda, não se tratava de consolidar as favelas no tecido urbano, mas de fazer algumas concessões esperando a sua

supressão definitiva, ou seja, promover pequenas melhorias visando fortalecer os seus moradores para que buscassem o seu futuro fora dali, de acordo com o próprio em artigo escrito no periódico:

Melhorar uma favela não é contribuir para mantê-la, desde que melhorá-la significa dar aos seus habitantes melhor oportunidade e possibilidade de comer melhor, de educar-se, de ter mais saúde etc., dando-lhes assim forças para sair da favela.

Os moradores das favelas eram retratados, a partir da ótica de Lacerda, como seres passivos, incapazes de reivindicarem por si sós melhores condições de vida, o que incluiria a melhoria das condições habitacionais das favelas e o pleito por programas de urbanização. Sob essa ótica, os favelados seriam seres desprovidos da força necessária para “sair” desses espaços, necessitando de “ajudas” externas.

A favela também aparece como lócus do atraso, como empecilho à formação da cidade e como um “problema” que deveria ser resolvido. Se a sua supressão definitiva tornava-se difícil, que, pelo menos, segundo a ótica de Lacerda, eles saíssem daqueles locais. De acordo com Gonçalves (2013), a convocação de Lacerda reproduzia a representação dualista da sociedade carioca: de um lado, os “pobres favelados” e, de outro, os “cidadãos honrados” que deveriam abandonar sua indiferença em relação ao problema.

Ferreira (2016) assinala que as favelas já estavam em voga nas páginas de jornal, pelo menos, desde os anos 1920, mas que a campanha empreendida pela “batalha” acabou por se destacar por seu forte apelo social. Segundo a autora, a campanha tinha uma determinada concepção de “economia da caridade”, as favelas apareceriam, portanto, como algo que deveria ser tratado a partir da consciência social de cada indivíduo. Além disso, a série de artigos produzidos traria um outro caráter: criticar o pretense “assistencialismo” herdado da era Vargas.

O artigo de Oliveira (2022) demonstra que a experiência democrática da época traz alguns traços característicos das favelas. Fundamentado nas análises oriundas da sociologia urbana e da história social, o autor reflete sobre o fato de que as favelas se caracterizavam a partir de uma retórica de “marginalidade social”, que ora identificava os moradores como “operários” e “trabalhadores do Brasil”, portadores de direitos, ou como uma espécie de “rurícolas”, inadaptados ao espaço urbano, parte de uma classe perigosa que deveria ser “reprimida”, “educada” ou enviada de volta para o interior.

Assim, o Prefeito do Distrito Federal, General Mendes de Moraes⁶¹, aproveitaria a campanha empreendida por Lacerda para traçar uma estratégia de guerra em relação às favelas. Constituiu-se uma comissão de favelas, cujo intuito seria solucionar o “problema”⁶². Inclusive, é preciso salientar que a primeira metade do século XX é repleta de planos e comissões, cujo objetivo seria resolver a questão das favelas. Quase todos percebiam a questão apenas como fruto direto do problema das moradias, além de uma série de estigmas imputados aos favelados, principalmente a partir de análises que se diziam técnicas, mas que apelavam para o aspecto comportamental, classificando-os, sempre ou quase sempre, como inaptos, suburbanos e desajustados à nova realidade que o país e a cidade produziam.

Fato é que, imediatamente, a Prefeitura do Distrito Federal reagiria ao apelo de Lacerda. Quase que como uma continuidade das matérias publicadas pelo jornalista, o Prefeito Mendes de Moraes dirige circular ao Secretário-Geral, no dia 21 de maio de 1948, com os seguintes dizeres:

Como é conhecimento de todos o “Correio da Manhã”, secundado por outros órgãos de prestígio da imprensa carioca, resolveu iniciar um movimento que denominou “A batalha do Rio de Janeiro”, com fim de articular as forças vivas da cidade, representadas pelo povo e pelos poderes públicos, visando à solução dos problemas das favelas. 2 – De pleno acordo com essa campanha e obedecendo a orientação do chefe do Estado, que mais uma vez me fez sentir suas preocupações diante de tão grave e importante matéria, tanto que constituiu uma comissão interministerial, de que tenho a honra de fazer parte – já adiantei as declarações – que me cumpria ao primeiro sinal dado para o começo dessa admirável cruzada⁶³.

A Prefeitura do antigo Distrito Federal também passava por mudanças relevantes. Saía de cena o Prefeito Hildebrando de Góes⁶⁴, cujo mandato coincidiu com a atuação do partido comunista em seu período de legalidade, sendo sucedido pelo General Mendes de Moraes. Segundo Silva (2005), sua escolha foi um sintoma do período, uma vez que o General era afinado com o Presidente

⁶¹ Militar, foi Prefeito do Distrito Federal entre 1946 e 1951, sofreu forte oposição de figuras como Carlos Lacerda. Após o mandato como Prefeito, foi eleito Deputado Federal em 1958 em coligação formada pelo Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Candidatou-se a Governador pelo Estado da Guanabara em 1960, ficando em último lugar. No contexto de Ditadura Civil-Militar, filiou-se à ARENA, exercendo mandato como Deputado, chegando a assumir a vice-liderança da bancada em 1966. Candidata-se a Senador do Estado da Guanabara pela ARENA, em 1970, ficando em último lugar. Já em tempos de abertura política, filia-se ao MDB em 1981. Morre em 1990. Fonte: FGV; CPDOC.

⁶² DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1948, p. 6.976.

⁶³ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1948, p. 22.

⁶⁴ A administração de Hildebrando de Góes foi curta (janeiro a junho de 1946), porém, marcante. Em sua gestão, a Fundação Leão XII foi criada. A instituição tinha um forte apelo moral e objetivava “recuperar” os favelados, além de se apresentar como um contraponto à presença comunista nas favelas.

Dutra. Isso passaria a representar, no contexto local, um endurecimento em relação à esquerda, que, mais tarde, viria a sofrer com a cassação do PCB e a perda dos direitos políticos de seus parlamentares.

Apesar disso, a mensagem do Prefeito também faz menção a uma atuação que primaria por se constituir em uma frente “sem distinção partidária ou de classes”, a partir de uma ação que seria “entusiástica” e “desinteressada”. A mensagem ordenava que todos os departamentos subordinados ao Prefeito colaborassem por todos os meios, apresentando-se como “soldados” na batalha.

No entanto, por trás da ideia de indistinção partidária e de uma suposta negação da perspectiva de classes, a batalha do Rio de Janeiro guardava em si um forte apelo ideológico, uma vez que Carlos Lacerda procurava se contrapor à influência comunista e mesmo trabalhista nas favelas. Segundo Gonçalves (2013), o conservador Lacerda se apropriou das contradições da crise habitacional e as transformou em capital político, tentando criar um espaço de contrapoder local manifestado pela presença do PCB nas favelas. Em matéria publicada no Correio de Manhã em 26 de maio de 1948, o jornalista deixa clara a sua real intenção:

Se o governo quer eliminar as fontes do comunismo, começa por deixar que se melhorem as condições de vida dos favelados. Se os defensores da liberdade, que o governo ameaça por suas providências policiais, querem contê-lo, comecem a trabalhar para aliviar a tensão criada pela existência de focos de miséria de quese alimentam, ao mesmo tempo, os comunistas e a polícia, para se devorarem entre si, devorando *en passant* as garantias constitucionais.

A análise gramsciana possibilitou elementos essenciais para a compreensão da maneira pela qual o Estado, em sua forma ampliada⁶⁵, pôde se organizar com a finalidade de obter hegemonia⁶⁶ para as suas ações ao utilizar os chamados aparelhos privados de hegemonia. Há a criação de discursos que podem *a posteriori* legitimar uma série de atividades que tenham como ponto central o acolhimento dos interesses das classes dominantes. Ao comentar sobre a intitulada opinião pública, Gramsci afirma que:

⁶⁵ De acordo com essa concepção o Estado ampliado estaria conformado em dois elementos: a sociedade política e a sociedade civil, a primeira seria composta pelos órgãos responsáveis pela coerção como a Polícia e o Judiciário. Já a segunda teria como fundamento a disseminação de ideias com vistas à conquista de hegemonia e à consequente legitimação das ações da sociedade política.

⁶⁶ Para Gramsci (2011, p. 48), o exercício de hegemonia é caracterizado “pelo equilíbrio entre a força e consenso, sem que a força supere em muito o consenso, mas antes que apareça apoiada pelo consenso da maioria pelos assim chamados órgãos da opinião pública”. A luta por hegemonia não tem a ver somente com o domínio econômico que uma classe tem sobre a outra, ela se desdobra para outras áreas como a cultura e as questões de cunho ético e moral. O local de busca por hegemonia é a sociedade civil, lócus por meio do qual uma ideologia é difundida.

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (Gramsci, 2011, p. 265).

Ainda segundo o autor, a opinião pública é o conteúdo da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isso, existe uma luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, parlamento – de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional. Além disso, Gramsci destaca elementos fundamentais que figuram sempre na linha de frente: a imprensa marrom e o rádio, já que esses elementos podem suscitar, de maneira temporária, explosões de pânico ou de entusiasmo fictício.

Na concepção de Gramsci (2011), o Estado, a partir da ótica das classes dominantes, é concebido como um organismo próprio de um grupo, mas com um “verniz” de orientação universal destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Tais desenvolvimento e expansão se concebem como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias nacionais, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida.

Lefebvre (2005), ao produzir a sua famosa teoria do espaço, também dedicou algumas importantes linhas a pensar a relação entre a produção do espaço e hegemonia. De acordo com o autor, para além da utilização da violência, a hegemonia seria exercida sobre a sociedade inteira, o que incluiria, sobretudo, a cultura e o saber. Justamente por isso, o espaço jamais poderia ser deixado de lado, pois, muito longe de ser apenas o local passivo das relações sociais, é eivado de contradições e se apresenta como o lugar dos “espíritos sistemáticos”, que oscilam entre as imprecações contra o capitalismo, a burguesia e suas instituições repressivas.

A organização dos chamados aparelhos privados de hegemonia e a luta de movimentos dos trabalhadores em seu interior buscam uma contra-hegemonia, que não nos deve fazer esquecer que o viés da atuação do Estado é condicionada, de maneira geral, pela luta de classes. Assim, momentos de ofensiva da burguesia tendem a ser mais propícios à implementação de políticas autoritárias junto às favelas, “ao passo que, em conjunturas de fortalecimento dos dominados, se mostram mais amplamente favoráveis ao desenvolvimento de políticas de urbanização destes locais” (Pestana, 2022, p. 267).

Considerando tais elementos, tanto as fracções das classes dominantes quanto aquelas pertencentes às classes dominadas tentam, a partir desses

elementos, articular suas visões de mundo e impor os seus projetos de sociedade através de uma vontade construída coletivamente. No caso específico das classes dominadas, é inegável que a luta se torna mais difícil, uma vez que, em se tratando principalmente da mídia empresarial, não há o controle de suas linhas editoriais, sendo necessária, portanto, boa dose de criatividade e vontade política.

O mesmo pode ser observado com relação à sociedade política ou ao parlamento, se formos tomar estritamente essa instituição como campo de “batalha”. Nas democracias burguesas, sua formação tem, via de regra, privilegiado quadros oriundos das classes dominantes, impedindo que interesses dos dominados sejam colocados em pauta. Entretanto, isso não significa que tais espaços não tenham sido ocupados e pensados estrategicamente por uma série de atores, incluindo os favelados e seus representantes.

Nesse contexto, Mendes de Moraes apresentaria um plano de erradicação das favelas do Rio de Janeiro, ou seja, o “Plano Geral para a Solução das Favelas”. Mais radical até do que a ideia de Lacerda, o então Prefeito do Distrito Federal propôs expurgar os moradores, enviando-os para bem longe da cidade.

De acordo com Oliveira (2021), o vocabulário utilizado pelo Plano criava categorias de exceção e extremamente acusatórias. O documento também seguiria uma lógica típica de guerra. A batalha do Rio de Janeiro sairia de um caráter metafórico e adquiriria um caráter real.

As ações estabelecidas pelo Plano ocorreriam da seguinte forma:

A - Interdição absoluta da favela

B - Encaminhamento dos “expurgados”

1. Amparados pelos Institutos de Previdência e Indústria (Ministério do Trabalho)
2. Entrega à Polícia Civil (vadios, prostitutas, criminosos e exploradores)
3. Fechamento e demolição de “biroscas”
4. Suspensão de pagamento de aluguel por parte dos favelados
5. Encaminhamento para asilos, institutos, internatos e hospitais de velhos, crianças e enfermos
6. Destruição dos casebres abandonados e desocupados
7. Demolição dos que oferecem perigo, encaminhado às famílias para o albergue e os outros destinos
8. Entrega aos governos estaduais daqueles que desejarem retornar à origem
9. Encaminhamento dos desempregados que possuem profissão e desejam emprego aos órgãos competentes
10. Encaminhamento dos estrangeiros indesejáveis à Polícia Civil e ao Ministério do Interior (Diário Oficial da União, 1948, p. 4.824)

O documento citado aponta a intenção clara de declaração de guerra contra as favelas cariocas. A divisão entre categorias que iam do trabalhador ao vagabundo estabelece uma série de classificações absolutamente arbitrárias e preconceituosas do poder público em relação aos favelados. De acordo com Oliveira (2021), o documento trazia uma noção de “expurgo” e “depuração” que carregava um viés racista e higienista. Além disso, o plano em questão seria um ato público, inserido nos parâmetros culturais da época, cuja compreensão sobre as favelas era de que eram espaços transitórios da cidade.

Os moradores das favelas eram compreendidos como objetos. A classificação do Plano Geral deixa isso muito claro a partir de sua classificação em diversas categorias, aliás essa era uma tônica da época, pouco ou quase nada era considerado a partir das vivências, arranjos associativos e da própria relação dos favelados com a cidade como um todo.

Ao dissertar sobre a relação entre as favelas e a democracia, Machado da Silva e Leite (2004) afirmam que, naquilo que diz respeito à questão urbana, o acesso à terra significa acesso à moradia, sendo também um meio de consumo, convertendo-se em condição de reprodução social da classe trabalhadora. Nesse caso, a moradia seria condição prévia para a participação no mercado de trabalho, espécie de porta de entrada das condições de vida urbana, sem a qual se tornaria impraticável a venda da força de trabalho e de mercadorias e serviços produzidos pela classe trabalhadora.

Ainda segundo os autores, nesse contexto, a favela se consolida como uma espécie de “problema”, uma vez que a moradia passa a ser um bem de consumo que deve ser administrado pelo Estado, portanto sua eliminação seria considerada necessária e viável, sendo as intervenções produzidas pela esfera estatal justificadas como questões de saúde pública.

Por outro lado, os movimentos organizados de favelados souberam explorar o espaço do parlamento e dos jornais para denunciar as arbitrariedades das quais estavam sendo vítimas. Mais do que isso, esses movimentos utilizaram canais que iam desde partidos de esquerda, como o PCB, ainda em período de legalidade, até partidos, como o PTB, o PSD e a UDN, o último no campo da direita. Deve-se salientar que as redações dos jornais foram palco das mobilizações dos favelados, garantindo, mesmo em condições adversas, uma disputa por hegemonia.

A disputa se convertia também em conquistar corações e mentes dos vizinhos dos bairros que cercam uma favela, conhecida, muitas vezes, como resultado da “cidade informal” e como algo à parte da cidade. As favelas eram

vistas como espaços que deveriam ser pulverizados, até mesmo, pelos seus vizinhos, mesmo que se beneficiassem, de alguma maneira, de sua existência. É o que mostra, por exemplo, o jornal Diário de Notícias, de 14 de janeiro de 1949, em sua página 2. A sessão dedicada ao leitor vai apresentar com alarde o crescimento da Vila do Vintém. Através da visão de um morador do bairro de Realengo, a matéria clama por sua extinção e pede providências ao poder público. Se havia um plano para a erradicação das favelas, nada mais justo, segundo esta ótica, que novas construções fossem proibidas. A favela estaria atrapalhando a passagem dos moradores do “moderno bairro” e se constituía como um entrave na localidade. Dessa forma, o periódico descreve a seguinte situação:

Embora pareça inacreditável – observa um leitor – em face das providências oficiais visando acabar com as favelas, figurando entre as medidas constantes do plano em execução, a proibição determinante de construir novas casas ou barracos em favelas existentes – o que se observa na Vila do Vintém em Moça Bonita, entre Realengo e Bangu, é o desenvolvimento vertiginoso desse aglomerado de construções irregulares que aumenta dia a dia. A situação se agrava de tal forma que está dificultando o acesso do moderno bairro dos industriários às suas residências, pois as construções já estão impedindo a passagem, obrigando-os a dar uma longa volta. Não é exagero, acentua, afirmar que a média de construção dos barracos é alarmante, o que poderá ser facilmente verificado pela mesma autoridade que presidiu a última estatística da citada favela, havendo agora mesmo, bem visíveis, quatro casas em construção. É verdade – acrescenta ainda – que há, no local, dois guardas que, segundo informam, têm instruções para não permitir novas construções. Entretanto, o que se observa é o crescimento vertiginoso da favela, em que pesem as providências para a sua extinção dentro do plano traçado.

Já nos anos 1940, a mencionada matéria do Diário de Notícias traz, ao abordar o crescimento da Vila do Vintém, uma dualidade que iria se expressar por meio das análises sobre as favelas e autoconstruções de uma forma geral, a antítese entre formalidade x informalidade. Nesse sentido, a conotação mais comum é a de uma suposta ausência por parte do Estado. Os clamores por sua presença, quase sempre feitos pelos pertencentes a uma pretensa cidade formal, se dão no sentido da destruição do outro, ou de uma suposta urbanização daqueles que são considerados inferiores, atrasados ou não inseridos em uma suposta modernidade. Em todo caso, ao contrário dessa perspectiva, entendemos que o Estado nunca esteve ausente desses espaços, constituindo-se, em muitos casos, no principal ator do desenvolvimento dessas áreas, logo:

O problema em questão é conhecer, com maior precisão, modalidades específicas de exercício do poder do Estado nos espaços informais: as formas de negociação, de tramitação de conflitos, de construção de zonas liberadas, de criação de tributos informais, entre outros (Gonçalves, Bautés, Maneiro: 2018, p. 16).

Nesse sentido, os autores defendem a importância de compreendermos a dimensão política da informalidade, uma vez que deve ser entendida como um conjunto de práticas que revelam arranjos e negociações diversas a partir das quais a cidade é produzida. Ao mesmo tempo, defendem a ideia de que sequer há fronteiras claras entre formal e informal, portanto, essa distinção não teria cabimento, já que essa consideração é fruto das ideias das instituições dominantes, com a finalidade evidente de controle e repressão.

Ainda segundo tal linha de pensamento, Rolnik (2015, p. 175) estabelece que a categoria “ilegal” não pode ser absolutizada, tendo em vista que, em muitos casos, a maioria dos habitantes vive em sistemas de posse que podem ser considerados paralegais, semilegais ou quase legais. Esses regimes, portanto, seriam tolerados ou legitimados pelo uso da tradição, reconhecidos ou, simplesmente, ignorados pelas autoridades.

A origem de muitos bairros, segundo Rolnik, não tem necessariamente relação com alguma violação da lei, o que nos leva à necessidade de análise para além de determinadas ambiguidades e para a superação da ideia, no caso dos moradores das favelas como invasores de terras. A reportagem do Diário de Notícias, ao tratar as construções na Vila do Vintém como “irregulares”, toma para si a tarefa de porta-voz das classes dominantes, determinando, em consonância com o pensamento hegemônico da época, o que seria regular ou irregular, ou quem poderia e deveria fazer parte da cidade.

Cabe aqui, mais uma vez, a reflexão da autora:

Quando os futuros moradores ocupam uma terra vazia, sem consentimento de seu proprietário, estão, em princípio, violando a lei e podem estar sujeitos a punições legais por isso. Entretanto, em muitos casos, a terra pode não ter “proprietário” formal, ou ainda ser objeto de disputa entre vários postulantes. Assim, mesmo numa situação em que parece, a princípio, claramente configurada como ilegal a presença dos ocupantes pode não ser imediatamente contestada, levando muitas vezes à consolidação da ocupação (Rolnik, 2015, p. 175).

No campo de antropologia, Das e Poole (2004) argumentam que se compreende o Estado ao compreender sua relação com as “margens”, já que, nessas áreas, as práticas políticas acabam por moldar as práticas do próprio Estado. Nesse sentido, Velho (2015), ao citar a obra das antropólogas, sinaliza que a própria fronteira entre aquilo que seria legal e ilegal se desvanece, percorrendo as instituições e repartições que dão corpo e forma ao Estado, que passaria a ser então reconfigurado a partir das margens, havendo, inclusive, uma quebra da suposta solidez que lhe seria atribuída.

Em que pese a hegemonia de uma classe sobre outra e a utilização do aparato estatal no sentido de valer os seus interesses, nos parece plausível que os referidos postulados possam ser assumidos como verdadeiros, pois, caso contrário, a luta por moradia e as práticas dos moradores de favelas, como a Vila do Vintém, seriam amplamente negligenciadas pelo poder público. Certamente, a constatação de que essas práticas, acrescidas das lutas por moradia, são incorporadas pelo Estado, significa também compreender que os conflitos daí advindos bem como as negociações e os possíveis acordos também são frutos de uma conjuntura que ora se apresenta como mais ou menos democrática.

Vale lembrar que o próprio Estado traz consigo uma série de instituições que carregam diferentes agendas e que se relacionam com diferentes circunscrições em diferentes momentos da história, ou seja, a ordem estatal seria, por si mesmo, bastante plural. Há, portanto, o desenvolvimento de uma série de situações em que legalidades e ilegalidades colidem, por exemplo, no direito urbanístico, civil e ambiental. Assim, esse campo de indefinições se constitui em algo amplamente mobilizado pelos moradores em suas lutas (Rolnik, 2015).

Em todo caso, há que se considerar a correlação de forças, mesmo que em tempos democráticos, como algo desfavorável junto àqueles e àquelas que pertencem à classe trabalhadora, uma vez que a democracia liberal e a própria dinâmica do capitalismo em um país de periferia são incapazes de incorporar vastos contingentes populacionais. Tal aspecto se torna ainda mais dramático quando se analisa a questão habitacional tomada como valor de troca e fruto de planejamentos episódicos por parte do Estado.

Logo, a partir da incapacidade de resolver o problema de moradia, o Estado e as organizações da sociedade civil criam lentamente, mas, de forma persistente, um campo de ação que mobiliza a opinião pública, e aqui tratamos, especificamente, das favelas, no sentido de depurá-las, apresentando-as como problemas que devem ser resolvidos à força. O Diário de Notícias apresenta a Vila do Vintém como uma antítese à “modernidade”, como algo que estaria a atrapalhar a passagem dos moradores de bairros modernos, como Realengo e Bangu. O favelado aqui é percebido como o outro, e a favela é retratada como paisagem indesejada, devendo ser eliminada o quanto antes.

Outro ponto que nos chama atenção é que a matéria sobre a Vila do Vintém está muito longe de ser a exceção que confirmaria a regra. A tônica das reportagens sobre essa favela específica era a de notícias recorrentes sobre assassinatos e crimes no seu interior. Um exemplo é a reportagem do jornal

Tribuna da Imprensa⁶⁷ que retrata a favela como local de “muita sujeira, lama e doenças”, além de alardear o seu crescimento, uma vez que apontava para a existência de aproximadamente seis mil barracos com ruas desordenadas e crescendo sempre.



Figura 4: A Vila do Vintém como local de muita lama, sujeira e doenças.
Fonte: Tribuna da Imprensa.

Esse tipo de reportagem, muito comum à época, nos leva a considerar as reflexões de Almeida e Gonçalves (2022). Ao analisar o contexto do pós-segunda guerra, os autores refletem que a hegemonia do planejamento modernista e funcionalista daquele período acabou por definir um modelo de cidade, bem como sua antítese. Subjaz, neste contexto, a identificação do “outro”, identificados como o favelado, o negro, o sertanejo, o indígena e o imigrante, que, a partir desta concepção, eram tratados como ignorantes, doentes, sujos e subdesenvolvidos.

No caso específico das reportagens que apresentam a insatisfação dos leitores do jornal com o crescimento da Vila do Vintém, nos chama a atenção a oposição entre “cidade maravilhosa” x “cidade indesejada” que ocorre não a partir apenas de uma oposição entre zona sul x subúrbios, mas também no interior desse último, fato que implica por si só uma análise mais atenta às próprias dinâmicas produzidas por um bairro como Realengo, que expressaria uma contradição entre bairro operário x favelas.

⁶⁷ Tribuna da Imprensa, 2 de abril de 1952, p. 9.

Consideramos também que o aspecto racial deve ser acessado quando falamos de favelas como a Vila do Vintém, uma vez que reportagens e matérias como aquelas veiculadas pelo Diário de Notícias e pela Tribuna de Imprensa eram bastante comuns. Ao abordar a questão, os autores Brum e Gomes (2022) salientam que, mesmo na década de 1940, ainda eram muito fortes no imaginário social representações sociais que tinham como base o ideal de eugenia em locais habitados por negros, caso de cortiços e favelas. Dessa forma, estes espaços seriam tomados por vagabundos, além da descrição constante desses locais como sujos e perigosos.

Favelas como a Vila do Vintém eram tratadas como chagas, como uma espécie de patologia urbana que destoava do desenvolvimento do país e do prisma de modernidade. Assim, as intervenções do Estado seriam justificadas como uma espécie de remédio para esses problemas. Leandro (2019) traz outro aspecto importante: ao tratar da relação entre Direito à Cidade e a questão racial, é importante lembrar que, no Brasil, a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano têm sido mecanismos de manutenção das opressões nas cidades, logo, historicamente, a exclusão dos negros é aspecto que conforma a construção do espaço urbano. Os grandes planos urbanísticos, apesar da contínua resistência, não apenas desconsideraram modos de vida e aspectos culturais desta população, como também fizeram questão de eliminar da paisagem urbana qualquer vestígio da cultura negra através de seus símbolos, incluindo, neste caso, suas habitações.

O excelente estudo de Panta (2020), ao analisar a relação entre população negra e direito à cidade, nos leva a refletir que havia uma imagem depreciativa com relação aos territórios ocupados majoritariamente por essa população.

De acordo com a autora:

A imagem depreciativa dos territórios negros foi intensificada devido à aglomeração de pessoas, tidas como desclassificadas, que dividam habitações coletivas da região central; à proximidade excessiva entre aqueles que nem sequer pertenciam ao mesmo núcleo familiar; à densidade de contatos, gestos, linguagem, danças; enfim, a uma série de elementos que conduziam a ideia de promiscuidade, destoante da disciplina, organização e padrões morais dos grupos economicamente mais abastados (Panta: 2020, p. 88).

Havia, portanto, um contexto desfavorável aos moradores da Vila do Vintém. A batalha do Rio de Janeiro ganhava os jornais e conquistava eco na Câmara dos Vereadores. Os periódicos, sobretudo o Correio da Manhã, atuavam como porta-voz dos interesses dominantes, e o plano de erradicação das favelas colocava as moradias dos favelados em situação de constante ameaça. Observa-

se, então, uma necessidade latente de ação por parte dos favelados. Aliás, o dia 7 de agosto de 1948 marcaria o primeiro registro das ações truculentas contra os moradores da Vila do Vintém por parte da Prefeitura. A reportagem do Diário de Notícias apresenta a demolição de 46 casebres, fato que colocaria a Vila do Vintém em alerta⁶⁸:

No dia 7 do corrente demos publicidade à reclamação de um grupo da favela Vila do Vintém (Realengo), que nos vieram cientificar da demolição de 46 casebres, procedida ali por autoridades municipais. O fato teria acontecido apesar de os moradores dos barracões exibirem às autoridades o mandado de manutenção de posse que a seu favor expediu o juiz da 5ª Vara Cível em março último. Em suas declarações disseram-nos os visitantes que representantes da Construtora Casa Popular acompanhavam os funcionários da municipalidade na ingrata tarefa.

Os tribunais bem como os jornais passaram a ser arenas importantes de batalha escolhidas pelos moradores da Vila do Vintém. O Correio da Manhã⁶⁹ mostra uma ação relevante dos favelados, já que entram com um mandado de segurança contra a Prefeitura do Distrito Federal. Segundo o periódico:

O Sr. João Marques de Almeida e mais 30 componentes da sociedade pró-melhoramentos da Vila do Vintém, favela de Moça Bonita-Realengo, requereram ao judiciário mandado de segurança contra a Prefeitura, alegando que um engenheiro dessa repartição, acompanhado de um colega seu da Fundação da Casa Popular e de vários operários haviam mandado derrubar vários barracos daquela Vila, no que os impetrantes afirmam ser ilegal (...) Pretendem os impetrantes com a medida, cujos autos foram distribuídos à 2ª Vara da Fazenda Pública, sustar qualquer atos idênticos em questão.

A nota, *a priori*, nos chama atenção pelo fato de a Fundação Casa Popular estar envolvida na tentativa de derrubada das casas da Vila do Vintém, o que se configurou tendo em vista a possibilidade de construção de algum conjunto envolvendo a Fundação no espaço que hoje pertence à favela. Todavia, os documentos analisados em diferentes arquivos não apresentaram qualquer ligação da Fundação com a Vila do Vintém, o que nos faz supor que a reportagem talvez quisesse retratar a presença de funcionários da Construtora Casa Popular, que, anos antes, construiu casas nas principais ruas dessa favela: Belisário de Sousa e Lomas Valentinas.

Em todo caso, a articulação dos moradores da Vila do Vintém mostra que no contexto democrático os favelados acabaram por utilizar os canais institucionais para fazer valer os seus direitos, ou seja, tanto o Judiciário quanto o Legislativo foram acessados de maneiras significativas por movimentos

⁶⁸ Diário de Notícias, 10 de agosto de 1948, p. 9.

⁶⁹ Correio da Manhã, 10 de agosto de 1948, p. 2.

organizados que envolviam esta categoria, por outro lado, as eleições para os cargos executivos acabavam por servir como importante elemento de barganha, com os interesses dos favelados sendo cumpridos em troca dos votos e de apoio a determinados candidatos.

Além dos pressupostos da batalha do Rio de Janeiro e do plano de erradicação das favelas, havia, no caso específico da Vila do Vintém, uma ação coordenada que envolvia grileiros de terra e a própria prefeitura, fato que colocava os moradores em nítida desvantagem. A questão urgente ganha também as manchetes dos jornais que defendiam a causa operária e que estavam ligados à esquerda, sobretudo daqueles ligados ao PCB. Não tardaria para que a Folha do Povo noticiasse o evento no dia 10 de agosto de 1948 com o título: “Organiza-se a Favela do Vintém contra a ameaça de remoção”⁷⁰. A reportagem destaca que a Prefeitura estava disposta a fazer o jogo dos grileiros e que tentava açambarcar os terrenos das favelas. A reportagem também mostra a ação dos vereadores Pedro Pomar⁷¹ e Leite de Castro para fazer valer os interesses dos favelados.

A favela da Vila do Vintém em Realengo está sendo ameaçada de demolição pela Construtora da Casa Popular e a Prefeitura. Ainda nos primeiros dias de agosto, foram destruídos ali cerca de 46 barracos, sendo o autor dessa miserável tarefa o conhecido demolidor de favelas Gastão Vinhaes. Derrubados os casebres e abandonados os seus moradores ao relento nas piores condições de abandono, ficou sobre a favela a ameaça de que para breves dias os demais barracões teriam a mesma sorte.

A reportagem também mostra que uma comissão de moradores se dirigiu à Câmara Municipal e Federal com o intuito de entregar um memorial ao deputado Pedro Pomar e ao vereador Leite de Castro, pedindo providências e sobretudo proteção aos seus lares. Outro destaque, segundo a matéria, foi para o discurso da moradora Lélia Gonçalves que, em nome das mulheres da favela, pedia a união de todas as mães de família e de todos que habitam os barracos para a luta que tinha como objetivo manter suas casas.

Ainda na reportagem de 10 de agosto de 1948, A Folha do Povo⁷² denunciaria novamente as ações contra os moradores da Vila do Vintém:

⁷⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Ficha nº 1780/1948. Fundo PolPol. Procuramos pelo jornal Folha do Povo nos arquivos da hemeroteca digital, porém não encontramos menção ao periódico.

⁷¹ Ingressa no PCB em 1935. Passa a atuar na clandestinidade com a deflagração do Estado Novo em 1937. É preso em 1940, mas foge em 1941 com demais companheiros, vindo para o Rio de Janeiro. Com a redemocratização elegeu-se Deputado Federal por São Paulo com cem mil votos, obtendo a maior votação do Estado, em coligação com o PSP. É assassinado pela polícia em 16 de dezembro de 1976 ao final de uma reunião do comitê central do PC do B em São Paulo. Fonte: FGV, CPDOC.

⁷² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PolPol. Code 1.250.

Há vários meses a Vila do Vintém, em Realengo, sustenta vigorosa luta em defesa de seus barracos ameaçados pela Prefeitura e a Casa Popular, agora unidas contra a favela. Em uma investida feita em meados desse ano a Prefeitura demoliu ali cerca de quarenta casebres, lançando seus moradores ao relento e dando destino ignorado aos seus barracões.

A Câmara dos Vereadores passa a figurar enquanto importante instância dos debates dos problemas do Rio de Janeiro. Silva (2005) aponta que a instituição estava bastante inserida nas questões locais, tornando-se polo de ressonância das demandas apresentadas em diferentes espaços da cidade, configurando-se como local de negociação. É preciso lembrar que bairros como São Cristóvão, Caju e Jacarezinho aumentaram a sua atividade fabril, além disso a expansão da cidade para os subúrbios e a antiga Zona rural traziam novos desafios para a política habitacional, o que levou para esse espaço debates calorosos sobre a questão da moradia.

O Executivo se via obrigado a tomar decisões que, por um lado, iam no sentido de recrudescer a ação junto aos favelados, atuando a partir da lógica do expurgo e das remoções, por outro lado, buscavam atender às suas reivindicações, uma vez que estes também se configuravam enquanto importante força eleitoral. Conforme relatado na reportagem da Folha do Povo, não tardaria para que a promessa do Vereador Leite de Castro fosse cumprida. A tribuna da Câmara presenciaria a leitura de um abaixo-assinado dos moradores da Vila do Vintém denunciando a derrubada de suas casas.

Não demorou para que o movimento organizado dos favelados da Vila do Vintém chegasse ao Parlamento, logo, a batalha do Rio de Janeiro haveria de conquistar seus opositores. O debate entre os vereadores Leite de Castro e Gama Filho⁷³ na tribuna da Câmara mostra que os favelados reclamaram com razão da derrubada de suas casas. Ao chegar ao Parlamento e às redações dos jornais, a Vila do Vintém se tornava um fato político, sua existência entrava no radar das autoridades. Não eram, portanto, apenas as favelas das regiões centrais e sul da cidade aquelas que contavam com movimentos organizados, uma favela do antigo sertão carioca também entrava no radar, e a bravura de seus moradores se faria notar a partir do discurso dos vereadores.

A sessão da Câmara dos Vereadores, de 11 de agosto de 1948, traz um ponto relevante sobre a questão: o vereador Leite de Castro sobe à tribuna para ler um abaixo-assinado dos moradores da Vila do Vintém reclamando sobre o despejo da favela, no que é interpelado pelo vereador Gama Filho. O debate que

⁷³ Cumpriu dois mandatos como vereador do Distrito Federal: 1947 a 1951; 1957 a 1958. Como Deputado Federal cumpriu mandato entre 1951 e 1953, todos pelo PSD. Fonte: www.camara.leg.br.

se segue é uma prova de como a questão não envolvia apenas a Vila do Vintém, já que as favelas do Rio de Janeiro ganhavam força e destaque no Parlamento.

Leite de Castro – Fui procurado por uma comissão de 35 moradores da favela Vila do Vintém em Realengo, que me vieram trazer o seguinte abaixo-assinado:

“Exmo. vereador, o abaixo-assinado dos moradores da favela Vila do Vintém, vem mui respeitosamente pedir providências para que cessem a derrubada dos seus barracos, dos quais já foram derrubados 46 do corrente por dois choques da Polícia Municipal, e ao mesmo tempo, ordenar ao senhor Prefeito adotar as seguintes providências em favor dos favelados:

Gama Filho – V.Exa. me permite um aparte?

Leite de Castro – Muito obrigado por sua gentileza

Gama Filho – Não houve derrubada de barracões, houve derrubada de futuros barracões que estavam sendo construídos, Se o governo está tentando acabar com as favelas, não é justo que surjam novas favelas.

Leite de Castro – Mas muito desses barracos já estavam quase prontos. Eu estive naquela vila e sei bem da realidade angustiante dessa pobre gente, que vem lutando contra as injustiças humanas

Gama Filho – Posso afiançar a V.Exa. que nenhuma casa foi derrubada onde residiam favelados, foram derrubadas casas que estavam sendo construídas sem licença. Era o que tinha a informar a V.Exa. em esclarecimento.

Leite de Castro – Eu não disse que essas casas são habitadas, e sim casas em construção, e como tal deveriam merecer outra atenção dos destruidores das favelas. Então, não havendo licença derrubam-se os barracos? Que teoria é essa de devastação e selvageria?⁷⁴

A Câmara e os próprios veículos de imprensa passaram a ser utilizados de maneira mais orgânica por esses movimentos. Ora, se havia hegemonia, por que não utilizá-los no sentido contrário? A imprensa escrita, hegemônica na época, era, sem sombra de dúvidas, um canal importante para acessar a massa de trabalhadores da antiga capital federal, a luta por moradia ganha destaque e as vozes dos favelados, mesmo levando em conta o contexto desfavorável, também eram ouvidas. Os aliados conquistados pelos moradores da Vila do Vintém, tanto na tribuna quanto no Judiciário, se mostrariam valiosos. Entretanto, o final dos anos 1940 mostra uma favela que começava a entrar no radar das autoridades e que corria o risco de extinção. A disputa política, as práticas associativas e a organização dos moradores seriam elementos suficientes para evitar a derrubada das casas? Quais seriam os atores que participariam diretamente desta luta?

⁷⁴ Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, 1948, p. 349.

Embora haja importância inegável dos partidos e movimentos ligados à esquerda no sentido de luta por moradia, sobretudo nas favelas, é preciso ressaltar que partidos ligados à direita também concebiam as favelas como arena de disputa. A defesa dos interesses dos favelados extrapolava partidos como o PCB e PTB em uma favela como a Vila do Vintém. Na próxima seção, veremos como os arranjos associativos e a ligação dos movimentos dos favelados da Vila do Vintém com diversas forças políticas acabaram por configurar uma etapa importante na história desta favela. Cabe ressaltar que essas práticas não ocorreram sem contradições e disputas internas como observaremos adiante.

2.4. Associativismo e organização dos moradores na Vila do Vintém: os personagens surgem na cena

O período do pós-segunda guerra no Brasil proporciona as condições necessárias para uma importante experiência associativa no âmbito das favelas. Influenciados por diversos atores que iam desde a Igreja Católica a partidos políticos de diversas matrizes políticas, os favelados conseguiram criar organismos de defesa de seus direitos, incluindo a questão habitacional como um de seus aspectos fundamentais.

Essa defesa era motivada por questões urgentes. Pestana (2017) reflete que os territórios ocupados por favelas nessa época foram alvo de inúmeros conflitos, cuja origem se dava a partir da ação de pretensos proprietários, que aproveitavam os terrenos, buscando obter *a posteriori* sentenças judiciais que decretassem o despejo dos favelados. Ainda segundo autores como Pestana (2017) e Silva (2015), os favelados procuraram resistir de todas as formas possíveis, indo desde o estabelecimento de alianças com proprietários de casebres até o contato com parlamentares de diversos espectros, o apelo ao Judiciário e a visita a diversas redações dos jornais. Tais ações eram fruto de uma série de experiências associativas que seriam próprias dos moradores.

A Vila do Vintém é um exemplo claro da situação descrita no item anterior. Houve uma tentativa de erradicação da favela que culminou com a derrubada de cerca de 40 casas. A ação, que comprova a união de grileiros com a própria prefeitura, acabou por estimular a organização dos moradores. Por trás dessa organização, é possível perceber estruturas importantes como uma associação local de pró-melhoramentos, assim como a emergência de lideranças políticas.

Por outro lado, isso não significa que a defesa dos direitos por parte dos favelados ocorreu sem tentativas de controle. Em muitas ocasiões, os moradores

de favela eram tratados como cidadãos de segunda classe, incapazes de decidir o seu destino. Além disso, também entendemos que essas experiências apresentavam contradições importantes, uma vez que se, por um lado, havia uma tentativa de cooptação via inserção desses no jogo político em troca de benesses, havia também, por outro lado, a utilização de canais institucionais, principalmente nos períodos eleitorais, que acabavam por representar a conquista de melhorias para as favelas, sendo uma estratégia importante e que merece ser destacada.

A literatura da época, devidamente analisada por Leeds e Leeds (1978), aponta para uma concepção, por parte da sociologia, bastante preconceituosa com relação aos moradores de favelas, já que, de maneira bastante equivocada, eram tratados a partir de uma ideia de organização social altamente alicerçada em valores rurais e não familiarizada com os modos de vida da cidade. Tais concepções, articuladas em torno da ideia de marginalidade, tratavam as favelas como algo isolado do restante da urbe, ou seja “enclaves dentro da cidade”. É preciso ressaltar que o associativismo dos moradores das favelas estava absolutamente em consonância com os aspectos de urbanização/industrialização pelos quais a cidade e, especialmente, os subúrbios passavam. A expansão da malha urbana e as precárias condições de vida da população, somadas à abertura política negociada no período do pós-guerra, trariam as condições necessárias para que essas experiências se generalizassem.

Os documentos produzidos na época, porém, tratavam os moradores das favelas, de maneira hegemônica, como incapazes de gerir o seu próprio destino. Ao mesmo tempo, os arranjos associativos eram monitorados de perto e perseguidos quando apresentavam qualquer tipo de ameaça às classes dominantes pela adesão dos favelados a qualquer tipo de ideia que colocasse em xeque o regime vigente. Foram criadas políticas e instituições de controle das favelas, produzindo arranjos que tinham como objetivo fundante a domesticação das reivindicações dos moradores. Danielle Bittencourt (2012) assinala que estudos como o relatório Sigmacs e o relatório produzido pelo IPEME⁷⁵ tratavam os favelados como figuras passivas. Essas produções negavam sua capacidade de iniciativa e de fazer escolhas. Todavia, na contramão desses estudos, entendemos que foi justamente a capacidade de organização dos moradores, feita a ressalva das especificidades de cada favela e levando em consideração

⁷⁵ Sigla para Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercado. Em 1958 esta instituição publicou um estudo intitulado A vida mental dos favelados do Distrito Federal, de cunho extremamente racista e elitista.

a sua heterogeneidade, que possibilitou que melhorias fossem feitas naqueles locais, além de evitar que muitos deles fossem removidos.

Além disso, corroboramos com a ideia da autora ao apontar para o protagonismo dos favelados quando:

Os primeiros a reconhecer esse aspecto da favela – o da solução habitacional e da integração social para uma situação de precariedade e insegurança – foram, obviamente os seus moradores e, baseados nesta vivência, justificaram sua necessidade de permanência em seus lares, afirmando esta disposição aos presidentes da República, aos demais políticos, à imprensa e outras instituições, por meio de sua luta para continuar na favela. A construção de um barraco na favela representou uma escolha racional diante das pressões da pobreza, uma única possibilidade para aguardar dias melhores, como escreveram os moradores do Morro dos Prazeres para o Presidente Dutra em 1946 (Blttencourt 2012, p. 57).

A Vila do Vintém, conforme ressaltado no item anterior, ganhava, aos poucos, destaque no radar das autoridades e da mídia empresarial, além daquela vinculada a partidos de esquerda, fruto do seu processo de nascimento e expansão. Ao mesmo tempo, esse radar também contemplaria a aproximação de partidos políticos com o intuito de arregimentar filiados, aproveitando-se da questão habitacional que figurava entre os grandes problemas da época, sendo assim, tanto a “Vintém” quanto o bairro de Realengo passam a ser palco de uma série de lutas que tinham a moradia como pano de fundo.

A visão hegemônica da época consolida a ideia de que as favelas eram consideradas como uma espécie de problema, e seus moradores eram vistos como “invasores”, mergulhados na ilegalidade e informalidade. Surge desse quadro uma série de ações por parte do Estado, com o apoio de parcelas significativas da sociedade civil, no sentido de normatizar e enquadrar a vida dos favelados naquilo que se considerava “normal”, ou seja, um padrão de vida burguês, branco, masculino e de classe média⁷⁶.

Dada a conjuntura adversa, restava aos favelados a auto-organização no sentido de defesa e proteção dos seus interesses, conforme aponta o autor:

Vale considerar que o único instrumento que as favelas possuíam eram seus moradores e a capacidade de atuarem em conjunto. Os esforços coletivos para que a favela continuasse a existir e/ou desfrutar de uma infraestrutura mínima os levou a formar associações de moradores, que organizaram a favela internamente

⁷⁶ É o que aponta, por exemplo, Benmergui (2021, 181), ao analisar a ação transnacional sobre a Vila Kennedy, na Zona Oeste carioca. O autor assinala que os manuais distribuídos pelas Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII aos moradores reproduziram cenas de domesticidade que reforçavam uma ideia de modernidade universal que não era outra senão estereótipos racializados e generalizados das famílias de classe média branca, certamente longe das realidades dos moradores de favelas.

e serviam como seus canais para se relacionarem externamente, inclusive com aparelhos do Estado (Brum, 2006, p. 47).

Quando analisamos a Vila do Vintém, não deixa de ser curioso perceber que não era apenas a esquerda aquela comprometida com os moradores desta favela, no campo da direita partidos como a UDN, a partir de suas representações, também procuravam ocupar espaços importantes junto aos moradores através da criação de associações locais, debates no interior da favela e defesa dos interesses dos favelados no parlamento. O fortalecimento das posições dos favelados levou os mesmos a ampliarem o leque de alianças no sentido de defender os seus interesses, garantindo, ainda que de forma pragmática, conquistas importantes. Nesse sentido, o autor Samuel Oliveira aponta que:

(...) a ênfase na liberdade civil de associação e no pluralismo era contextualizada por inúmeras relações tecidas entre as associações com partidos políticos, igrejas, sindicatos, autoridades públicas e outras instituições que tinham o foco de ação em áreas pobres. A defesa do interesse dos moradores ficava sujeita à capacidade de circulação e atendimento em diversas esferas, o que tornava importante a afirmação do pluralismo político. Por último, a afirmação do pluralismo era uma maneira de congregar o maior número de participantes. Era importante enfatizar a aceitação a diferentes posições religiosas e perspectivas políticas para garantir adesões e conseguir a participação da “maioria” com o objetivo de efetivamente interferir no jogo político (Oliveira, 2014, p. 213).

O pluralismo descrito pelo autor seria também uma tônica quando abordamos a Vila do Vintém, sobretudo porque a conjuntura da época mostra um breve período de atuação do Partido Comunista na legalidade, partido este que como veremos adiante colaborou com o desenvolvimento de arranjos importantes nesta localidade. Em todo caso, curto tempo de atuação do PCB na legalidade fez com que houvesse a necessidade de ampliação do leque de aliados, possibilitando que a luta por moradia ganhasse contornos mais fortes, contando com importantes adesões, sobretudo no parlamento.

A respeito do parlamento, também é importante destacar que o contexto imediato ao pós-segunda guerra mundial apresentaria uma ambiguidade quando se tratava da política junto às favelas. Se por um lado o executivo assumia a defesa das remoções enquanto maneira de resolver a crise habitacional, por outro lado, parte do legislativo encampava a defesa dos favelados, visto que buscar elementos de sustentação e fidelização deste eleitorado se configurava enquanto desafio (Oliveira, 2011).

A Vila do Vintém não passou ao largo das tentativas de controle de seus moradores por parte do Estado, ela fazia parte de um contexto mais amplo que

incluiu a criação de órgãos como a Fundação Leão XIII e a ação direta de entidades que tinham a repressão como mote, no caso, o DOPS⁷⁷.

Logo, o período do pós-segunda guerra, ao mesmo tempo em que abre perspectivas interessantes no sentido de permitir que fossem construídas práticas associativas por parte de moradores de diferentes favelas, mostra que a tradição autoritária do país continuava em voga. O associativismo era permitido, mas, ao mesmo tempo, permanecia vigiado de perto por estruturas repressivas criadas em períodos anteriores, atacado diretamente por forças policiais ou controlado via criação de instituições cujo mote era o assistencialismo e a tutela dos favelados:

Desde a emergência desta forma urbana nos anos finais do século XIX, as forças policiais têm respondido por parcela expressiva da presença do Estado em seu interior. Seja vigiando e cerceando a atuação política e reivindicativa organizada dos favelados, seja aplicando um arsenal repressivo de teor preventivo e intimidador de maneira indiscriminada sobre o conjunto das populações locais, as polícias incidem no cotidiano de tais áreas de modo a fornecer um componente coercitivo à dominação de classes (Pestana, 2022, p. 267).

Dessa forma, nos interessa neste subitem apresentar o surgimento das experiências associativas na Vila do Vintém, além de desvendar alguns de seus personagens que contribuíram com a luta política estabelecida na localidade, principalmente, na segunda metade dos anos 1940.

No campo conservador, podemos verificar que houve uma importante tentativa de aproximação das favelas. Todavia, constata-se uma flagrante contradição: se, por um lado, durante os anos 1940, personalidades como Carlos Lacerda e as diversas comissões formadas pela prefeitura⁷⁸, atuavam no sentido de extingui-las, por outro, nota-se a sua presença nessas localidades para arregimentar filiados, atendendo às suas reivindicações. Essa heterogeneidade de posições, seria, inclusive, expressa em um importante partido: a UDN.

O período do pós-segunda guerra pode ser considerado como um momento de destaque para a legenda, uma vez que ela se configura como força política atuante, sobretudo junto às camadas médias da sociedade, através de um discurso que primava por um certo moralismo político e um liberalismo

⁷⁷ Sigla para Departamento de Ordem Pública e Social. É instituído pela Lei n. 2304, de 30 de dezembro de 1924, sendo um órgão central no Estado Novo, no período de redemocratização e, posteriormente, na Ditadura Militar. Sua tônica foi a perseguição a movimentos e partidos políticos de esquerda no Brasil.

⁷⁸ Atitude criticada por Leeds e Leeds (1978, p.200), os autores citam que a criação de várias comissões “nada mais era do que uma maneira brasileira de “estudar o problema”, sem na verdade, tomar nenhuma medida para tratar dele diretamente.

econômico⁷⁹. O período histórico de existência da legenda, de 1945 a 1965, também corresponde à fase de industrialização do país, na qual o capital estrangeiro também passa a ter atuação importante. Esses elementos, segundo Picaluga (1980), devem ser levados em conta quando analisamos as práticas dos udenistas. Entretanto, consideramos que, mesmo estando situada em espectro mais à direita, as formulações e doutrinas pertencentes a esse campo não eram unânimes entre os seus membros, fato que gerava disputas internas e, por que não dizer, uma curiosa composição que não primava necessariamente por apenas uma linha de atuação.

É o que demonstra a análise de Singer (2018), que considera que as posições da sigla contra a intervenção do Estado na economia, a favor da livre entrada e saída do capital estrangeiro e hostil à desapropriação de terras, situavam-na no campo da direita, porém o autor faz uma ressalva: a de que a sigla comportava também componentes de esquerda, uma vez que funcionava como uma coligação. Autores como Kaysel (2015) e Gomes e Ferreira (2018) ressaltam, por sua vez, que a polarização política da época do pós-segunda guerra girava em torno da defesa ou rechaço do varguismo⁸⁰, estando a UDN incluída no segundo grupo, tanto é que essa legenda fazia oposição sistemática a Getúlio Vargas em seus tempos como Presidente, mas, em todo caso, isso não significa, para efeitos de análise, olvidar as diferenças e posições entre esquerda e direita.

Figurando como importante força política da época, a UDN necessitava ampliar sua base eleitoral, uma vez que sua relevância ainda era modesta junto aos extratos mais pobres, sobretudo aqueles situados nos grandes centros urbanos, de modo que a ocupação de espaços no âmbito dos subúrbios e favelas poderia se configurar como estratégia eficaz. A Vila do Vintém, inserida nesse contexto, apresentava-se como campo valioso para a ação dos partidos, inclusive porque sua própria existência estava ameaçada com as ações de despejo movidas pela Prefeitura. Buscar o maior número possível de filiados configurava-se, portanto, como estratégia que deveria ser tomada. Logo, a defesa dos moradores com relação à manutenção de suas casas contava também com a adesão de alguns udenistas. No dia 11 de agosto de 1948, o deputado Breno da

⁷⁹ Junto à UDN, partidos como o PTB e PSD disputavam a preferência nacional, ao passo que o PCB, no seu curto período de legalidade, também começava a engrossar as suas fileiras, sobretudo através da ação junto aos sindicatos e comitês de base.

⁸⁰ Kaysel (2015) também afirma que no interior do chamado Varguismo duas correntes se destacavam, sendo a primeira de cunho mais conservador, o PSD, que aglutinava as máquinas políticas locais de base agrária e o PTB, pertencente ao campo nacional-popular e que aglutinava os trabalhadores urbanos”.

Silveira⁸¹, representante do partido, sobe à tribuna da Câmara do Distrito Federal a fim de realizar a seguinte denúncia⁸²:

Sr. Presidente, Sras. Vereadores, aproveitando a oportunidade de poder vir a esta tribuna, quero trazer ao conhecimento do plenário acontecimentos gravíssimos que tiveram como palco a localidade de Moça Bonita, entre Bangu e Realengo. Desejo referir-me, Sr. Presidente, Sras. Vereadores, às demolições que a Prefeitura do Distrito Federal, por intermédio de choques da guarda municipal, realizou há dias, na conhecida Vila do Vintém. Cerca de 40 barracos foram derrubados, na Vila do Vintém, sem que os moradores recebessem sequer um aviso prévio. Aliás, mesmo que o recebessem não teriam como onde se dirigir, onde se abrigarem. Como vemos. A campanha das favelas orientada pelo Prefeito do Distrito Federal, foge agora do centro e procura as favelas da periferia, favelas localizadas entre Bangu e Realengo. Dizem que este terreno pertence a uma senhora chamada Guilhermina, Trago informações do diretório da UDN em Bangu, dizendo que incorporada e chefiada a comitiva pelo Presidente, o Professor Sgarb teve o desejo de verificar em Vila do Vintém em que medida isto corresponde à verdade.

Alguns elementos do discurso de Breno da Silveira nos chamam a atenção: o primeiro deles é que a fala do vereador aponta para uma possível articulação de moradores de uma favela distante do centro comercial da cidade, ou, como o mesmo denuncia, da “periferia”. Levamos em conta que se tratava de uma favela cujo tempo de nascimento ainda era recente, mas que já dava indícios, através da fala do vereador, de sua importância e vitalidade. O segundo deles é que o crescimento de bairros industriais, como Bangu e Realengo, faziam surgir importantes ações de cunho político partidário, com a criação de diretórios e células, aproximando-os da realidade. Fica evidente a preocupação desses partidos em ocupar e disputar espaços destacados dentro dos subúrbios, e isso incluía também as favelas suburbanas. A defesa do vereador comprova que a UDN no período democrático também poderia ser um canal utilizado pelos moradores da Vila do Vintém para fazer valer os seus direitos.

Breno da Silveira tornaria a fazer uso da tribuna da Câmara para defender a Vila do Vintém. Uma matéria de jornal⁸³ noticia que o parlamentar subiu ao púlpito para afirmar que os moradores eram os legítimos donos das terras, apresentando, para isso, uma farta documentação.

⁸¹ Breno da Silveira exerceu mandato como vereador pela UDN entre 1947 e 1950 e como Deputado Federal entre 1951 e 1955. Depois transferiu-se para o PSB, onde permaneceu até 1965. Após a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2) de 27 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos existentes e implantou o bipartidarismo no país, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agremiação oposicionista. Reeleito nessa legenda em 1966, permaneceu na Câmara até fevereiro de 1969, quando teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos por força do AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968. Faleceu em 25/09/2000. Fonte: FGV/CPDOC.

⁸² Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, 1948, p. 270.

⁸³ Jornal do Brasil, 22 de junho de 1949, p.8

Ainda no mesmo expediente, o mesmo vereador replicou uma carta que foi dirigida ao presidente da câmara pela companhia construtora casa popular, que se dizia proprietária da Vila do Vintém. Exibindo farta documentação, defendeu a Associação de melhoramentos da Vila do Vintém contra as acusações a ela dirigidas pela companhia, e mostrou os legítimos proprietários das terras, confirmada por sentença do juiz da 5ª Vara Cível.

Vale também lembrar que a defesa dos favelados por parte da UDN poderia ser compreendida como parte das diversas correntes que o partido possuía. A respeito desse tipo de composição característica da UDN, Piculaga (1980, p. 29) aponta que, mesmo heterogênea, a agremiação se manteve coesa, tomando como base o discurso a favor da liberdade de imprensa e contra a intervenção do Estado na economia. Sobre a sua composição, a autora destaca que “A UDN como partido conservador, contando com elementos de esquerda, porta-voz de setores das classes dominantes, adotou a defesa dos valores sensíveis às classes médias, capazes de lhe oferecerem suporte nacional”.

Benevides (1981), por sua vez, destaca que a UDN era composta de diversos grupos, sendo que a autora identifica cinco categorias, que “não seriam rígidas ou exaustivas”, mas que poderiam indicar origens, posições e alianças:

- a) As oligarquias destronadas com a revolução de 30;
- b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37;
- c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- d) Os grupos liberais com uma forte identificação regional;
- e) As esquerdas (Benevides, 1981, p. 29).

No caso da UDN, sobretudo os grupos liberais, com forte identificação regional, e as esquerdas, pertencentes ao partido, chamam a atenção. No âmbito fluminense, o grupo liberal era composto por bacharéis, intelectuais, jornalistas vinculados à ABDE (Associação Brasileira de Escritores) e à UTI (União dos Trabalhadores Intelectuais) em sua ala mais liberal, quando não de esquerda (Benevides, 1981).

Sobre as esquerdas no âmbito da UDN, a autora pontua que:

(...) esta categoria compõe-se de três grupos: os políticos e intelectuais de tendências socialistas, que formariam a esquerda democrática, surgida, publicamente, dois meses depois da fundação da UDN, com um manifesto de apoio ao Brigadeiro, Dom Hermes Lima e João Mangabeira, e o antigo militante da ANL, Domingos Velasco; os comunistas dissidentes da linha oficial do partido - representada pela CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória) que pregava uma aproximação com Getúlio – como Silo Meirelles, Astrogildo Pereira e o professor Marxista anti-stalinista Leônidas Rezende; os estudantes ou recém-egressos do movimento estudantil, igualmente de tendências socialistas, cuja militância, desde 1942, era especialmente atuante na Faculdade de Direito de São Paulo, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco (Benevides, 1981, p. 31).

Apesar de não ser possível se afirmar com exatidão, já que não encontramos fontes documentais, de acordo com a atuação do vereador e depois deputado Breno da Silveira, acreditamos que tenha participado de uma dessas correntes⁸⁴, principalmente pelo fato de sua defesa enfática ir na contramão daquilo que apregoavam figuras de destaque do partido, como Carlos Lacerda, sobre as favelas cariocas⁸⁵.

Ao nosso ver, outro aspecto nos chama atenção quando se trata da relação entre o partido e as favelas: a atuação parlamentar em defesa dos favelados estava, sob algum aspecto, alicerçada em planos mais abrangentes do partido no sentido de se conectar com os trabalhadores, envolvendo os favelados.

Os periódicos iriam registrar uma série de ações deste partido junto aos subúrbios e favelas: em nota publicada pelo jornal Diário de Notícias, de 12 de agosto de 1949⁸⁶, a UDN apresenta uma série de atividades no subúrbio carioca durante aquele mês: a instalação de um serviço gratuito de barbeiro para atender os seus filiados no bairro de Penha aos domingos, a oferta de uma sessão de cinema para a população na estação de Cosmos e uma homenagem da Escola de Samba Unidos do Engenho Novo ao diretório do partido naquele bairro.

A Vila do Vintém também faria parte desse circuito. É possível perceber, no final dos anos 1940, algumas atividades da UDN na favela que crescia às margens da linha férrea como a criação de comitês e a realização de atividades capitaneadas pelo partido para discutir as condições de vida dos moradores. Duas atividades estavam previstas para o mês de agosto de 1949. Segundo o Diário de Notícias, em matéria de 12 de agosto⁸⁷, seriam realizadas, em 19 de agosto, uma conferência sobre a “carestia da vida” e a fundação de uma cooperativa de consumo no centro de melhoramentos da Vila do Vintém.

A estratégia da UDN junto aos subúrbios apontava que, na época, se buscava uma popularização do partido, que ainda era visto como uma agremiação que abarcava basicamente as camadas médias da sociedade. Em linhas gerais, as estratégias adotadas pela agremiação objetivavam, através de táticas no

⁸⁴ Piculaga (1980) demonstra que parte da esquerda, por não reunir os requisitos necessários para registrar-se como partido político acabou por se incorporar a UDN em 1945 para fins eleitorais, todavia essa união foi frustrada a posteriori, este grupo optaria anos mais tarde por organizar o PSB (Partido Socialista Brasileiro). Como Breno da Silveira, nos anos 1950 faria parte da agremiação socialista, entendemos que realmente o parlamentar poderia pertencer ao grupo mais à esquerda na UDN durante a época em que enquanto vereador, saiu em defesa da Vila do Vintém.

⁸⁵ Sobre esse aspecto é importante ressaltar que ainda há a carência de maiores análises sobre a atuação da UDN junto aos subúrbios e favelas, especialmente quando se trata das realidades carioca e fluminense. Essa lacuna que a nosso ver pode ser fechada por diversas áreas de pesquisa no âmbito das ciências sociais, inclusive o Serviço Social, pode auxiliar a explicar o desenvolvimento e as formas de resistência dos moradores destas localidades no sentido de defesa dos seus direitos.

⁸⁶ Diário de Notícias, 12 de agosto de 1949, p. 3.

⁸⁷ *Idem*.

campo político cultural, estabelecer uma hegemonia junto aos trabalhadores para a divulgação de suas ideias.

Entendendo a sociedade civil como arena importante da luta de classes, considerando a batalha das ideias como algo inerente à disputa por hegemonia de uma classe sobre a outra, a análise gramsciana nos permite compreender que as atividades propostas pela UDN visavam à formação de uma opinião pública, mas não uma opinião pública “deixada a uma volátil batalha de ideias, mas organizada por uma precisa estrutura”, sendo o terreno da sociedade civil aquele designado para ser o da luta por hegemonia.

Há três momentos pensados por Gramsci (2006): o primeiro momento estaria ligado à estrutura, o segundo associado às forças políticas, e o terceiro relacionado às forças militares.

Especificamente sobre o segundo momento, é preciso considerar que:

O segundo momento passa por diversas fases, que culminam naquela mais abertamente política [...] na qual ideologias precedentemente germinadas vêm a contato e entram em embate, até que somente uma delas, tende a prevalecer, a se impor, a se difundir sobre toda a área, determinando, além da unidade política e econômica, também a unidade intelectual e moral, em um nível não corporativo, mas universal, de hegemonia” (Cospito, 2017, p. 690).

Nesse sentido, um outro flanco de atuação junto às favelas, e que contou com apoio expressivo de políticos da UDN, foi a Fundação Leão XIII. Seus efeitos junto à Vila do Vintém também foram notados. Seu objetivo seria, através de uma ação educativa junto aos moradores, administrar os conflitos existentes, mais do que isso, sua estratégia teria como finalidade recuperar, no âmbito “material” e “moral”, os moradores das favelas do antigo Distrito Federal. De acordo com Lamamoto e Carvalho (2008), a Fundação visava, na verdade, estabelecer uma ação de cunho político-assistencial junto a esses segmentos com o objetivo de contrapor a sua organização autônoma, que aparecia no discurso das autoridades como algo que frearia o avanço do “comunismo⁸⁸”.

Criada pelo Prefeito do Distrito Federal Hildebrando de Araújo Góes, cujo mandato ocorreu entre 1946 e 1947, a entidade foi governada por uma junta que contava com membros da igreja católica e da prefeitura. Foi incorporada definitivamente pela administração pública no ano de 1961. Oliveira (2014) também aponta que a Fundação acabou por ser um braço do anticomunismo oficial e católico na cidade do Rio de Janeiro, difundindo a ideia de paz social e

⁸⁸ A Fundação teria na sua junta administrativa a composição de um representante da prefeitura, um representante da fundação abrigo redentor e um representante da ação social arquidiocesana.

colaboração com o Estado, além de trabalhar com uma perspectiva assistencialista junto às famílias mais pobres.

Nesse caso, é preciso considerar que:

A criação da Fundação Leão XIII foi, além de seus aspectos de bem-estar social, um barômetro preciso das pressões políticas do Brasil do pós-guerra. A ideia de sua criação nasceu de um acordo entre Hildebrando de Góes e o conservador Cardeal D. Jaime de Barros Câmara para tentar “recuperar os favelados”. Explícito nesse pensamento inicial estava o controle da “infiltração comunista”, que era visto por muitos como uma enorme ameaça numa época em que o Partido Comunista tinha seu maior apoio popular, embora o Partido estivesse em quarto lugar dentre os partidos em número de votos, ainda assim o número de votos que ele obteve nessa eleição de 1947 foi tão grande que parecia representar um verdadeiro perigo eleitoral para o futuro (Leeds e Leeds, 1978, p. 198).

Embora Scheuermann Costa (2015) tenha escrito que, no âmbito específico das favelas, as intervenções católicas e religiosas já se faziam presentes desde o início do século XX, ainda tinham um caráter desarticulado e forjado no âmbito estritamente religioso. Para o autor, as ações da Fundação nos anos 1940 diferiam daquelas empreendidas anteriormente, tendo em vista que, dessa vez, tinham relação com a necessidade de ampliar a presença da igreja católica nas favelas, bem como do Estado, face ao tensionamento da luta de classes. As ações da entidade tinham como norte uma ideia de educação, moral cristã, saúde e assistência social, sendo esses os atributos necessários para solucionar os problemas que as favelas enfrentavam. No entanto, é preciso salientar que essa espécie de “humanização” se apresentava como uma nova faceta à época daquilo que diz respeito à relação entre o Estado e os favelados, já que contrariava tendências anteriores que consideravam os moradores como portadores de uma barbárie endêmica.

A Fundação Leão XIII procurava através de suas ações estimular o espírito associativo dos moradores. Esse estímulo, no entanto, girava em torno da criação, orientação e controle de várias associações de moradores, além de legitimar sua influência promovendo melhorias em várias favelas (Gonçalves, 2013). Todavia, esse controle não era bem aceito por parte considerável dos favelados, uma vez que a Fundação agia no sentido de se intrometer em sua vida privada, além disso as ações da entidade foram percebidas como “demagogia” por parte de alguns moradores, uma vez que a melhoria das suas condições de vida significaria a diminuição de verbas para a Fundação e, até mesmo, a extinção do seu trabalho.

Entre 1947 e 1950, a Fundação contou com recursos financeiros do governo federal e do IAPI. Os melhoramentos mais comuns eram a construção de

bicas d'água, além da constituição da entidade como organizadora da distribuição de luz e demais serviços:

(...) tentava-se registrar um morador como “responsável” pela distribuição, com o objetivo de cobrar dele providências em caso de descumprimento ou irregularidade na distribuição de energia, a Fundação iria substituir os centros sociais existentes nas favelas no que diz respeito a demandas como estas. O serviço associativo foi o órgão responsável pelo atendimento às demandas por instalação de medidores de energia em várias favelas e, dessa forma, tornou-se um importante recurso associativo e político dos católicos (Oliveira, 2021, p. 129).

Concordamos com as reflexões de Scheuermann Costa (2015) quando assinala que a Fundação primava pelo autoritarismo sobre as formas de organização política autônoma dos favelados, sendo possível compreender que a crescente coerção acabaria por expressar a perspectiva do governo, tendo em vista sua preocupação crescente com a mobilização dos favelados.

Conforme o relatório Sagmacs, a relação entre a Fundação Leão XIII e os favelados trazia alguns pontos de tensão, como:

Hoje ainda em várias favelas a Fundação vive se metendo na vida íntima dos favelados, e, se, as suas visitadoras virem um prego a mais no barraco, obrigarão a retirá-lo. (...) A Fundação passou a exercer severa vigilância sobre a favela. Ainda ouvimos de uma funcionária da fundação que os favelados estavam “perfeitamente controlados” e a favela, no caso o Cantagalo, “inteiramente congelada”. Manda deitar por terra qualquer melhoramento no barraco novo construído sem licença (Sagmacs, 1960, p. 24).

A Fundação chegava ao ponto de proibir que moradores de favelas acolhessem parentes ou amigos, pois, para isso, era necessário o seu consentimento. Caso isso ocorresse, os visitantes eram considerados clandestinos e convidados a se retirar da favela. Havia um controle de cunho religioso, uma vez que os moradores eram convidados a regularizar suas situações conjugais e a batizar seus filhos (Gonçalves, 2022).

A Vila do Vintém também seria alvo desse controle junto aos favelados. O relatório da Sagmacs (1960, p. 24) aponta para ingerência da Fundação Leão XIII no que diz respeito às construções dos moradores da favela. Os moradores desejavam melhorar suas casas por questões de segurança, no entanto, eram proibidos pela Fundação de fazê-lo. A saída, em casos como esses, consistia em recorrer a políticos da região, especialmente vereadores.

Entre 1947 e 1954, a Fundação Leão XIII interveio em cerca de 34 favelas. Em 1962, o governo assumiria o controle da entidade de maneira integral. Sua criação conseguiria evitar apenas em parte a influência dos comunistas junto às

favelas, já que, mesmo na ilegalidade, integrantes do PCB continuariam a atuar no interior desses espaços.

Sobre a luta por hegemonia no espaço urbano, sobretudo quando abordamos as favelas, Giannotti e Gonçalves (2020, p. 645) afirmam que a disputa acabou, de certa forma, por beneficiar os favelados. Ao abordar o embate entre católicos e comunistas, os autores assinalam que:

(...) las actividades de católicos y comunistas tenían un claro sentido político, que llevó a disputarse la hegemonía del espacio popular, a veces llegando a enfrentamientos violentos. Las favelas y poblaciones se transformaron en un terreno de lucha ideológica y electoral. Si esto puede haber incentivado y las relaciones clientelares, significó también la adquisición de un peso político por parte de los habitantes. Además, las actividades desarrolladas tanto por los comunistas como por los católicos, permitieron fortalecer la organización de los habitantes, contribuyendo a una mayor integración social y política. Estas actividades, se desarrollaron muchas veces alrededor de trabajos de mejoras urbanísticas, que consolidaron los barrios y facilitaron el proceso de inserción en el tejido urbano.

O Partido Comunista se converteria em verdadeiro inimigo a ser combatido pelas autoridades quando o assunto era as favelas. A sua organização, no período do pós-guerra, e a tentativa de transformá-lo em um partido de massas, arregimentando moradores de diferentes localidades da cidade, colocou os governantes em sinal de alerta, ou seja, conforme frase que ficou famosa na época: “É preciso subir os morros antes que deles desçam os comunistas”⁸⁹.

Ao contrário das abordagens mais à direita, que concebiam as favelas como espaços provisórios e que as colocavam no radar para a sua extinção, os comunistas percebiam essas localidades como espaços que estavam em constante transformação e que seriam sim definitivos como local de moradia. Segundo Giannotti e Gonçalves (2020), a ideia era a de aquisição de melhores condições de habitabilidade através de uma série de mobilizações políticas e intervenções de poder público. Entendia-se aliás, que mais do que um local de moradia, os favelados buscavam um importante lugar na cidade.

O PCB desenvolveria uma série de ações que impactaram a Vila do Vintém, trazendo uma influência marcante nas práticas associativas de seus moradores. Trazer à tona a ação do partido junto aos moradores dessa favela significava circunscrever não apenas a sua importância, mas, sobretudo, uma série de atividades desenvolvidas a partir de bairros como Realengo e favelas como a Vila do Vintém, com os quais estavam intimamente ligadas.

⁸⁹ Sagmacs (1960, p. 38).

A década de 1940 marca uma tentativa de atuação dos membros desse partido com os moradores das favelas. Nada melhor do que um trabalhador que habitava esses espaços para compreender os efeitos nocivos e perversos das políticas implementadas pelo Estado. Encontrava-se ali uma oportunidade única para a atuação política do partido e a consequente aquisição de novos membros. Dessa forma, surge, na esteira desses acontecimentos, uma importante iniciativa: os comitês populares democráticos, situados em diferentes bairros do Rio de Janeiro e mesmo em favelas.

Esses órgãos cumpriam o papel de fazer a mediação entre os anseios da população e o Estado. Nesse caso, eram comuns as denúncias das condições precárias de vida daquelas pessoas, bem como as propostas para solucionar as problemáticas apontadas. No que tange à organização desses comitês, a composição mínima deveria ser feita por um presidente, um secretário e um tesoureiro. A ideia era que, a partir dessa formação, esse grupo fosse, aos poucos, ganhando amplitude, envolvendo bairros e favelas como um todo (Pinheiro, 2014).

Os comitês funcionavam tanto a partir dos locais de trabalho quanto de moradia. Duarte (2022), ao analisar a experiência dos comitês em São Paulo, argumenta que, mesmo que a questão eleitoral fosse o motor inicial, eram as condições da periferia que emergiram como temática central, chegando a afirmar que os comitês de bairro acabaram por se tornar mais numerosos e ativos do que aqueles formados por locais de trabalho. Ainda sobre essa questão, o autor ressalta que:

A linguagem dos direitos começou a ser seguidamente pronunciada nos CDPs e passou a fazer parte do vocabulário corrente das classes populares. Ela dava forma e sentido às experiências populares – no trabalho, na moradia, no transporte, na educação e no lazer. A existência dos CDPs encenava publicamente a condição dos bairros periféricos das grandes cidades do país e, ao fazê-lo, trazia à luz as dificuldades da população pobre no imediato pós-guerra. A descrição das mazelas dos bairros operários punha em xeque o modelo de cidade que se construía e desvendava os significados da “redemocratização” do ponto de vista dos trabalhadores (Duarte, 2022, p. 247).

É preciso lembrar que, em um dos períodos em que o PCB atua na legalidade, entre 1945 e 1947, há um crescimento exponencial da agremiação tanto em número de filiados quanto em representações parlamentares. Luiz Carlos Prestes, por exemplo, consagra-se como o senador mais votado do país. Além do Cavaleiro da Esperança, outros 14 deputados são eleitos, representando São Paulo (Jorge Amado foi um dos eleitos), Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia. O PCB se constituía, portanto, no quarto maior partido da Câmara dos Deputados no ano de 1946.

O crescimento do partido foi tal que acabou se transformando no maior da América Latina. A política de frentes populares, oriundas da Internacional Comunista, auxiliaram a reverter a ascensão mundial do nazifascismo, havendo vitórias importantes em países como Itália e França. Nesse caso, o desafio que se colocava para a organização era consolidar e ampliar as suas bases, sem, contudo, perder a sua identidade. Especificamente no Brasil, a mudança principal consistia na superação de uma organização partidária de quadros e ação clandestina para a construção de um amplo partido de massas com a filiação aberta a todos aqueles que aceitassem o seu estatuto⁹⁰ (Pandolfi, 1995, p. 45).

As ações dos comunistas logo tiveram como consequência o crescimento do partido, em que pesem as tradicionais ações por parte da imprensa empresarial e partidos de direita com o intuito de desacreditá-las, principalmente por ser aquele o período de Guerra Fria. Especificamente quando tratamos do Rio de Janeiro, o desenvolvimento da cidade rumo aos subúrbios também é elemento que deve ser levado em consideração, já que ali começava a se concentrar grande massa de trabalhadores. O PCB apresentava-se como uma novidade e como um verdadeiro partido de massas. Os comícios e as mobilizações se alastraram por diversas partes do país, figuras como Luís Carlos Prestes e Carlos Marighella se tornaram amplamente conhecidas. De acordo com Pinheiro (2014):

Neste contexto, o Partido Comunista emergiu como importante novidade política, transformando-se no partido das ruas, das praças, das festas populares, dos bairros operários e das fábricas. O partido demonstrou considerável capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores. Grandes comícios e manifestações foram realizados por todo o Brasil, com a presença de Luís Carlos Prestes. Entre eles, o comício de São Januário em 23/05/1945, do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 15/07/1945, e do Parque 13 de Maio, em Recife, em 26/11/1945 (Pinheiro, 2014, p. 27).

O bairro de Realengo, mais precisamente as cercanias do conjunto do IAPI, presenciara um importante comício de Luís Carlos Prestes. A reportagem da Tribuna Popular⁹¹ mostra um comício do líder comunista no conjunto habitacional que ali se estabelecia. A matéria também informa que comitês democráticos como os de Bangu e Deodoro estavam presentes no evento.

A popularidade do partido permitiu a adoção de estratégias fundamentais com a intenção de buscar capilaridade e hegemonia junto aos trabalhadores. A

⁹⁰ Anos mais tarde, sobretudo nos anos 1980 e 1990, uma série de lembranças negativas sobre este período do partido vieram à tona: o modelo construído teria um viés autoritário, carismático e personalista, segundo alguns de seus militantes mais importantes. As críticas recaíram, sugestivamente, sobre a figura de Prestes (Pandolfi, 1995).

⁹¹ Tribuna Popular, 28 de agosto de 1945, p. 1.

criação dos comitês populares e dos subcomitês possibilitou que, a partir dos problemas advindos do cotidiano, mostrassem o líder comunista realizando uma visita ao conjunto residencial, sendo recebido pelo presidente do Instituto e conduzido *a posteriori* por moradores e funcionários com o intuito de conhecer as instalações do novo empreendimento e de debater soluções imediatas, mas que estivessem, simultaneamente, em ligação com a grande política⁹².

O PCB procurava aumentar sua capilaridade através de três iniciativas importantes: os comitês populares e subcomitês, os sindicatos e, posteriormente, as associações de moradores. Tais iniciativas, em muitas ocasiões, estavam interligadas, o que permitia o debate de questões afeitas ao mundo do trabalho em conexão com aquelas advindas do cotidiano dos bairros e favelas. Inclusive, no caso das associações, sua criação pode ser compreendida como uma estratégia dos comunistas para burlar as autoridades, sobretudo no período de ilegalidade (Pinheiro, 2014). Além disso, o partido garantiria presença territorial para além das fábricas, firmando-se como força política.

Além das lutas contra os despejos em favelas, tais instituições lutavam por melhorias nestes locais, tais como a implementação de escolas, bicas d'água, pontos de luz e policiamento. Para isso, eram organizadas discussões e debates entre candidatos, militantes e a população local. A ação comunista não descrevia as favelas como espaços provisórios ou precários, mas já as concebia como espaços em transformações, que podiam, mediante a mobilização política e a intervenção dos poderes públicos adquirir melhores condições de habitabilidade. O debate não se pautava na elaboração de políticas habitacionais com a respectiva remoção das favelas, mas sim voltava-se para a paulatina melhoria desses locais. A reflexão inseria as favelas na dinâmica urbana e compreendia que mais do que uma moradia, os favelados buscavam um lugar na cidade (Gonçalves, 2022. p. 258).

Tanto Realengo quanto a Vila do Vintém faziam parte do escopo de atividades planejadas pelo PCB para expandir suas ações rumo aos subúrbios. Um exemplo é a convocação feita para os trabalhos no comitê democrático de Realengo. Os moradores eram convocados para discutir os problemas do bairro⁹³.

Este comitê promoverá no dia 23, domingo, uma grande assembleia geral que se realizará à Estrada de Santa Cruz n. 129 (Edifício do Ipiranga Clube) para discussão de problemas de suma importância para a população de Realengo. Na mesma data, às 16 horas, no local acima mencionado, haverá uma palestra de interesse coletivo para os quais os dirigentes de Realengo pedem o comparecimento dos moradores e trabalhadores da localidade, assim como dos representantes dos comitês de todo o Distrito Federal e Estado do Rio.

⁹² Segundo Gramsci (2013), a grande política compreenderia as questões ligadas à fundação de novos Estados e à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais.

⁹³ Tribuna Popular, 16 de setembro de 1945, p. 5.

Os comitês pretendiam construir uma formação “político-partidária de uma força capaz da organização de um poder dirigente de forma piramidal⁹⁴”, ou seja, inculcir, aos poucos, uma cultura política que primasse por formações que seriam tomadas de “baixo para cima” e que primariam pela resolução de “todos os problemas brasileiros”. A etapa posterior seria a escolha de dirigentes que seriam eleitos pelo povo e destituídos a qualquer momento.

Tais organismos, segundo Pandolfi (1995), funcionavam como uma espécie de célula inicial do PCB, sendo organizados por local de moradia e trabalho. Uma das suas atividades mais frequentes foram os cursos de alfabetização de adultos. Ainda de acordo com a autora, em pouco tempo, o partido, que contava com cerca de 800 militantes, passou a ter quase 200 mil filiados conforme versão oficial⁹⁵.

Sobre a ação junto aos bairros, os comitês apresentariam a interessante proposta de trazer a discussão a partir de elementos concretos do cotidiano de bairros e favelas para a partir daí aprofundar o debate sobre condições de cunho mais estrutural que envolviam o desenvolvimento e as conseqüentes contradições de uma sociedade capitalista. A dimensão territorial ganhava evidência nas ações do partido e se configurava como importante estratégia no sentido de buscar novos filiados ou simpatizantes a causa comunista.

É necessário lembrar que estamos destacando um partido que se consolidou como fruto da entrada definitiva do país nos processos mais amplos de modernização capitalista, tendo como consequência o nascimento de um fenômeno que transformaria lentamente a paisagem das grandes cidades. Não é possível esquecer que o desenvolvimento em larga margem da urbanização e industrialização colaborou decisivamente para o seu crescimento.

Cabe destacar essa característica do PCB a partir do pleito de 1947:

Dentre as 13 agremiações partidárias, o PCB tornou-se a quarta força política do país. Tomando como referência os diversos estados e regiões do Brasil, a distribuição dos votos dos comunistas foi bastante desequilibrada. Praticamente inexpressivo no mundo rural, tinha grande influência em diversas capitais e nas cidades de maior concentração operária. Uma análise comparativa entre os principais partidos permite constatar que o PCB foi o que exerceu maior atração no meio urbano (Pandolfi, 1995, p. 147).

⁹⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polpol - Dossiê Realengo.

⁹⁵ No entanto, em depoimento à autora, o dirigente Severino Theodoro de Mello afirma que, sem obedecer a maiores critérios, fichas de filiação, foram maciçamente distribuídas, nos logradouros públicos, sendo o suficiente para o ingresso na organização. Porém, a estrutura partidária não era suficiente para acompanhar a filiação em massa, e muitos papéis foram perdidos.

Especificamente no antigo Distrito Federal o PCB conseguiu a façanha de eleger 18 vereadores em um total de 50, tornando-se, portanto, a maior bancada da câmara. Figuravam entre os nomes eleitos pelo partido comunista personalidades como Agildo Barata, Arlindo Pinho e Aparício Torelly, famoso jornalista também conhecido como Barão de Itararé. Os números mostravam então a força do partido e a adesão de parte considerável da população as suas teses, neste sentido o debate efetuado pelo PCB sobre a questão urbana e as condições de vida dos moradores de subúrbios e favelas, pode ser considerado fundamental, no caso do Distrito Federal, para a eleição de sua bancada.

O crescimento da cidade rumo à antiga zona rural, naquilo que posteriormente iria se configurar como parte integrante dos subúrbios, casos de Realengo e bairros adjacentes, seria acompanhado pelas contradições típicas de uma formação econômica em um país da periferia, ainda mais em uma região que não figurava como epicentro do projeto de cidade, ainda muito calcado no desenvolvimento econômico nas regiões centrais e na própria zona sul. As contradições desse modelo de crescimento envolveriam a instalação de serviços de maneira precária e a incorporação de maneira desordenada de amplas massas de trabalhadores em um espaço urbano recém-criado. Tais elementos iriam se configurar como terreno fértil para a atuação de partidos como o PCB, uma vez que a sua perspectiva incorporaria elementos revolucionários e de superação da ordem. Vivia-se a escalada da Guerra Fria e, nesse bojo, a atuação do partido não apenas chamava a atenção bem como entraria no radar das autoridades.

Se localidades como Realengo eram o foco do PCB, o que dizer então das favelas? Expressão direta na malha urbana das desigualdades expressas pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, seus moradores poderiam se configurar em militantes em potencial do partido, dadas as condições objetivas e materiais de vida na qual estavam imersos. O período democrático possibilitaria que importantes experiências fossem levadas a cabo nas favelas cariocas, e isso incluiria a Vila do Vintém⁹⁶.

Em 15 de junho de 1946, o jornal Tribuna Popular⁹⁷ convida para uma reunião a ser realizada na Vila do Vintém, mais precisamente, na Rua Belisário de Souza n. 11, na qual seriam tratados assuntos referentes à Célula Idaletto de Freitas. O pequeno anúncio do periódico não esclarece o teor da reunião, mas pressupomos que, dadas a conjuntura e a ideia de atuação junto às favelas,

⁹⁶ Lima (1989) afirma que a presença de militantes comunistas nas favelas refletia a atividade sindical do PCB na indústria têxtil e na construção civil.

⁹⁷ Tribuna Popular, 15 de junho de 1946, p. 4.

poderia se tratar de uma atividade de organização das ações da célula, visando pensar intervenções na Vila do Vintém e nos bairros próximos, além de servir como chamariz para a aquisição de novos membros para o partido.

A célula em questão não parece ter nascido exatamente na Vila do Vintém. As buscas realizadas em arquivos do antigo DOPS mostram que sua origem aconteceu nas obras do conjunto do IAPI, mas que alguns de seus membros eram moradores da “Vintém”, provando que o conjunto e a favela que crescia em suas cercanias tinham histórias devidamente entrelaçadas, o que também pode nos levar a compreender que muitos operários do conjunto acabaram por escolher a Vila do Vintém como local de moradia, dada a proximidade de ambos, fato que, a nosso ver, pode ter contribuído sobremaneira para a expansão da favela. Nesse caso, tínhamos uma relação ambígua que envolvia o Estado e a habitação: garantia para alguns e desproteção para outros, construção de um lado e ameaça de demolição por outro.

A informação n. 22/st.1 do DOPS, datada de 28/01/1947⁹⁸, apresenta um ofício enviado pelo Ministério do Trabalho elencando elementos “comunistas” no bairro de Realengo e pertencentes à estrutura do Partido Comunista. Figuravam membros do partido que eram moradores da Rua Marechal Marciano, Rua Marechal Falcão da Frota⁹⁹ e também da Rua Belisário de Souza.

É justamente nessa localidade que é possível identificar alguns personagens importantes que contribuíram para significativas experiências associativas na Vila do Vintém, já que residiam na principal rua da favela. Ao mesmo tempo, esses membros apresentariam algum tipo de vínculo com o conjunto do IAPI. O documento do DOPS aponta os nomes de Manoel Peri Lima Lobo, José Bezerra Neto e Leônidas de Oliveira¹⁰⁰ como elementos “subversivos” que estavam na mira dos órgãos de repressão.

Duas ocorrências estão anotadas na Ficha n. 1.922 do DOPS¹⁰¹ envolvendo o nome de José Bezerra Neto. A primeira, datada de 30 de novembro de 1946, o aponta como alguém que participava do Sindicato da Construção Civil, já a ocorrência de 22 de outubro de 1947 assinala que o investigado seria funcionário do IAPI e que professava “ideias comunistas”.

⁹⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PolPol - Dossiê Realengo.

⁹⁹ Até os dias atuais, essas ruas se configuram como uma das principais do bairro. Sua proximidade das instalações da antiga escola do exército, da linha férrea e da Avenida Brasil conferem um aspecto de grande importância, ao mesmo tempo que o caráter residencial típico dos anos 1940 ainda permanece enquanto elemento da paisagem.

¹⁰⁰ Não foram encontradas maiores ocorrências sobre este nome.

¹⁰¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polpol.

Morador da Vila do Vintém, José Bezerra Neto contribuiria de forma efusiva para experiências em termos associativos dessa favela, além de configurar-se como importante liderança. Sua presença seria notada em reportagens de jornal, fazendo parte de comissões de moradores que reivindicavam melhorias na localidade ou que lutavam contra a construtora que ameaçava os moradores de despejo. A pesquisa junto aos arquivos do DOPS também apontou que sua atuação em defesa dos favelados e o viés comunista de suas ações tornaram-no elemento a ser acompanhado de perto por parte das autoridades da época.

José Bezerra Neto era membro atuante da célula Idaletto de Freitas. De acordo com a divisão de tarefas determinada pelo partido, a célula se dividia em três funções básicas: a de secretário político, ocupada pelo próprio José Bezerra Neto, a de secretário sindical, ocupada Joaquim Costa da Silva¹⁰², e a de secretário de divulgação, ocupada por João Augusto da Silva¹⁰³.

Foi possível verificar, através de buscas realizadas na hemeroteca digital, que José Bezerra Neto¹⁰⁴ era membro do Sindicato da Construção Civil, o que denota que, realmente, o morador da Vila do Vintém trabalhava nas obras do conjunto do IAPI. A edição nº 466 da Tribuna Popular, do ano de 1946, mostra uma ata de reunião do sindicato que o tinha como um dos signatários, na ocasião tratava-se da convocação para uma reunião extraordinária cujo objetivo era designar uma junta para administrar o sindicato provisoriamente, até que fossem realizadas novas eleições.

Para além da ação sindical, foi possível verificar que José Bezerra Neto também contribuiu para a defesa dos moradores da Vila do Vintém. A demolição dos barracos em 1948 acabou por motivar uma reunião encabeçada pelo morador da favela e o deputado comunista Pedro Pomar, conforme escrito na ficha n.1.923 do DOPS¹⁰⁵:

À frente de uma comissão de moradores de Realengo, o epigrafeado avistou-se, hoje, com o Deputado Pedro Pomar, a fim de protestar junto ao mesmo contra a

¹⁰² Segundo a ficha n. 1.954 do DOPS, trabalhava nas obras do IAPI. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PolPol.

¹⁰³ Pedreiro. Residente na Rua Cezar em Realengo. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PolPol.

¹⁰⁴ Na década de 1950, José Bezerra Neto continuava intimamente envolvido com a luta política e, ao que tudo indica, com os ideais comunistas. Uma pequena nota do jornal Tribuna da Imprensa, de 20 de setembro de 1958, mostra que o militante estava envolvido com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados do Rio de Janeiro e que uma junta que assumiu provisoriamente a instituição estudava o seu afastamento devido à sua defesa dos ideais comunistas. A nota aponta que José Bezerra Neto também tivera o nome impugnado da chapa que disputou as eleições do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil anos antes. A edição de 2 de março de 1959 do jornal Última Hora apresenta uma denúncia feita pelo militante comunista sobre a existência de pelegos no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados do Rio de Janeiro, onde ele trabalhava como tesoureiro.

¹⁰⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PolPol.

demolição de barracões que, conforme alegou, vem sendo levado a efeito naquele subúrbio pela Prefeitura.

Já a ficha de Manuel Peri Lima Lobo assinala que, de acordo com as investigações do departamento, ele pertenceria ao Sindicato da Construção Civil, seria militante comunista estruturado no Comitê Democrático de Realengo, contribuindo mensalmente com a célula.

Outro membro fichado pelo DOPS era Vicente Correia da Silva. Sua luta em prol da Vila do Vintém teria destaque nos anos 1940 e 1950, sendo nome recorrente tanto nas anotações do órgão de repressão quanto dos jornais de esquerda da época. De todos os nomes analisados, Vicente Correia da Silva é justamente aquele que aparece ao longo de duas décadas de pesquisa, o que lhe confere uma importância ímpar para a história da favela do Vintém.

Morador da Rua Belisário de Sousa, 167, Vicente Correia da Silva tinha a particularidade de não estar ligado diretamente à construção civil como os demais colegas da Vila do Vintém. Segundo o prontuário 43.656 do DOPS, tratava-se de um mecânico aeroviário da Viação Cruzeiro do Sul, cuja frequência em redações de jornais, como A Tribuna Popular, era notória desde 1948. A ficha encontrada no Departamento da Polícia Política do Arquivo Público do Rio de Janeiro também apresenta registros de detenção pela venda de jornais ligados ao PCB, em 23 de julho de 1950, uma prisão seguida de espancamento em via pública, mais precisamente na Vila do Vintém, e detenção por distribuição de material “subversivo” nas cercanias do Aeroporto em 19 de fevereiro de 1953. Sua última aparição nos documentos do DOPS data de 08 de maio de 1959 quando solicitou verificação de antecedentes para uma viagem ao Paraguai, o que pode ter se configurado como o seu último destino.

Vicente Correia da Silva estaria em uma comissão que, junto a José Bezerra Neto e demais moradores, esteve na redação do jornal Diário de Notícias para denunciar a questão habitacional na Vila do Vintém e a péssima gestão por parte da prefeitura. A participação de Vicente em comissões que representavam os favelados da Vila do Vintém seria uma tônica. Podemos afirmar que Vicente Correia da Silva se configura como forte liderança para história da referida favela.

Nesse contexto, é necessário compreender que o ano de 1947 marca a cassação do PCB. A agudização da luta de classes, sobretudo no contexto urbano, a popularidade crescente do partido, inclusive junto aos mais pobres, e o contexto de Guerra Fria, acabaram por determinar a sua extinção. Contando com o apoio de parlamentares ligados ao Presidente Dutra, de parcelas significativas da UDN e da mídia empresarial, os comunistas perderiam os seus direitos

políticos, entretanto sua influência junto aos bairros suburbanos e às favelas ainda se faria notar nos anos seguintes.

Todavia, isso acabou por significar o recrudescimento das ações de órgãos repressivos junto aos moradores das favelas e subúrbios que adotassem a linha do PCB. Documentos analisados para a construção desta tese mostram que o DOPS vigiou de perto as práticas políticas dos moradores da Vila do Vintém, construindo um importante registro dos seus passos.

Os documentos também mostram a íntima ligação das atividades do PCB no bairro de Realengo e no conjunto do IAPI, com as experiências associativas na Vila do Vintém. A luta por moradia e a defesa da permanência no local face às ameaças de remoção, aparecem, através dos documentos pesquisados, como elementos que comprovam a articulação do partido junto aos moradores e a utilização por parte deles, da agremiação como órgão que poderia fazer valer os seus interesses. Nesse sentido, a luta política começa a ganhar destaque em diversos órgãos, e seus personagens passam a ganhar espaço, paulatinamente, nos órgãos de imprensa, mesmo naqueles de cunho comercial.

Por outro lado, os membros do partido e moradores da Vila do Vintém entram na mira dos órgãos de repressão. A preocupação com as concepções políticas dos favelados passa a ser uma tônica, pois se, antes o direcionamento das ações junto às favelas, trazia um verniz de saúde pública/urbanismo, naquele novo contexto, a vigilância sobre movimentos oriundos das ações políticas dos moradores passam a estar em voga. Era a organização política e os movimentos reivindicatórios que precisavam ser freados, não importasse a estratégia utilizada.

A organização política dos favelados tinha como estratégia, conforme já descrito por Silva (2005), o contato com representações parlamentares, a ida constante às redações de jornais e a utilização do Judiciário por meio de liminares que garantiam a permanência nos terrenos, sobretudo a visita às redações se configurava como importante estratégia com o intuito de estabelecer uma posição de contra-hegemonia àquilo que era veiculado na mídia empresarial. Nesse sentido, foram vários os jornais utilizados como veículo de denúncia.

Exemplo disso é a matéria do periódico Diário de Notícias, de 10 de agosto de 1948¹⁰⁶. Uma comissão de moradores da Vila do Vintém procurou a redação do jornal com o objetivo de reclamar a respeito da demolição de barracos. Sobre isso, constam as seguintes informações:

¹⁰⁶ Diário de Notícias, 10 de agosto de 1948, p. 9.

Procurou a nossa redação uma comissão de moradores da favela Vila do Vintém, no Realengo, constituída pelos senhores: José do Couto Pinto, Vicente Correia da Silva, José Bezerra Neto, José Pereira, Paulino Antônio de Menezes, Antônio Leandro Moreira, Manuel Felicíssimo de Castro, Euclides Macedo da Silva, Cizínio Jaime Ferreira Leite e Geraldo de Sousa Mota, os quais vieram reclamar contra a maneira com que está agindo a prefeitura na demolição dos barracões. Apesar de um mandado de manutenção de posse expedido em favor dos mesmos pelo Juiz Augusto Moura da 5 Vara Cível, em 23 de março, o qual nos foi exibido, alegaram os reclamantes que no dia 4, quarta-feira, chegaram à Vila, acompanhados por representantes da Construtora Fundação da Casa Popular Ltda., dois choques da Polícia municipal e vários funcionários comandados por um engenheiro, e pelo oficial de vigilância, Julio Alcântara, levando a efeito a demolição de 46 barracões cujos moradores tiveram que se abrigar com os vizinhos. Prometeram, ainda, os referidos funcionários, voltar na próxima segunda-feira a fim de concluir a demolição daqueles casebres naquele local, em número de 4.672¹⁰⁷.

Na metade dos anos 1940, de acordo com Pandolfi e Grynszpan (2002), tínhamos um quadro que apontava para as primeiras experiências em termos de associações de moradores no Rio de Janeiro, algumas delas estimuladas pelo PCB. Os autores demonstram que, com vistas a resistir ao projeto de remoção para parques proletários, foram criadas comissões de moradores no Pavão/Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia. Mais tarde, surgiram associações no Jacarezinho, na Barreira do Vasco e na Maré. Essas organizações tinham o apoio de setores da esquerda, da Igreja Católica e, até mesmo, do poder público.

Machado da Silva (2002) reflete que a conjuntura do pós-segunda guerra com a redemocratização brasileira seria a responsável pela possibilidade de organização dos favelados. O autor aponta para um abrandamento da perspectiva autoritária junto às favelas, primeiro devido à conjuntura, mas, principalmente, porque o processo de favelização da cidade impunha que fosse repensada a ideia de “solução definitiva”. Além disso, a disputa entre esquerda e direita acabava, de certa forma, por legitimar esses locais à medida que a busca pelo voto dos favelados fortalecia esses espaços.

Após o fim do Estado Novo e a consequente redemocratização, houve um aumento da competição eleitoral e da participação em âmbito municipal. Segundo Samuel Oliveira (2018):

No Rio de Janeiro, a reorganização para a Câmara Municipal do Distrito Federal e a eleição de deputados e senadores para a Câmara Federal abriu espaço para as mobilizações de diferentes partes da cidade reivindicando melhores condições

¹⁰⁷ A reportagem traz uma imprecisão ao referir-se a Construtora Casa Popular como “Construtora da Fundação da Casa Popular”, o que nos suscitou dúvidas sobre uma possível ação da Fundação na localidade, uma vez que há correspondência em termos de período histórico, entre as ações da Fundação e a tentativa de derrubada das casas da Vila do Vintém. Entretanto, buscas nos arquivos, sobretudo da biblioteca da ALERJ e da hemeroteca digital, mostram que se tratava de empresa privada que procurava comercializar terrenos no local, não se constituindo, portanto, como órgão do poder público.

de vida. Em uma cidade em que o prefeito era escolhido pelo presidente da república, a reativação de práticas políticas reprimidas durante o Estado Novo foi importante para a mobilização política dos moradores de favelas de diferentes matizes (Oliveira, 2018, p. 354).

Uma pequena nota no jornal *Diário Carioca*¹⁰⁸ divulga a inauguração, nesta mesma data, das primeiras instalações da Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém. A nota afirma que algumas autoridades compareceriam ao local, além de apresentar José Bezerra Neto como o seu presidente.

Todavia, engana-se aquele que entende a luta dos favelados como algo que ocorria ao largo dos órgãos repressivos da época, e que a Vila do Vintém e suas lideranças passariam incólumes ao amplo esquema de perseguição e monitoramento que atingiu principalmente aquelas ligadas ao PCB. As associações de moradores eram monitoradas de perto por órgãos como o DOPS, principalmente quando havia algum tipo de filiação mais à esquerda no espectro político. O perigo de uma ação que envolvesse a tomada de consciência sobre as disputas envolvendo a cidade e as desigualdades urbanas era um temor real e que precisava ser combatido.

Logo, considerar que o período de redemocratização, que é interrompido com o golpe de 1964, apenas como uma abertura indiscriminada a vontade dos favelados se converteria em erro analítico. Associações de moradores foram monitoradas e não apenas aquelas situadas nas áreas centrais e sul da cidade, mas também as que nasciam na antiga Zona rural do Rio de Janeiro.

A Vila do Vintém entraria no radar do DOPS devido à atuação de membros da célula Idaleto de Freitas e que trabalhavam nas obras do Conjunto do IAPI em Realengo. Os documentos mostram que a primeira associação de moradores teve participação decisiva do PCB e que seus membros figuram como os fundadores da instituição.

A comunicação do DOPS n. 1250, cuja data é 22 de junho de 1948, assinada por Antônio de Pádua Batista, encarregado de tendências, aponta para a seguinte análise do órgão sobre a associação de moradores recém-criada:

À vista da denúncia anexa foram feitas sindicâncias em torno da Associação Pro-melhoramentos da Vila do Vintém, apurando-se o seguinte: Foi fundada em meados de setembro do ano de 1947, na localidade denominada Vila do Vintém, uma associação de caráter comunista e orientada pelos vereadores desse partido, a qual tomou o nome de Associação Pro-melhoramentos da Vila do Vintém, cuja sede está localizada a Rua Lomas Valentinas nº95, Realengo. No local acima mencionado, residem diversas famílias que ilegalmente se apossaram de terras devolutas ali construindo seus barracos. Posteriormente, tendo conhecimento de que a fundação da Casa Popular havia adquirido os terrenos em causa para ali

¹⁰⁸ *Diário Carioca*, 18 de julho de 1948, p. 11.

construir casas populares, reuniu-se um grupo de habitantes que seriam prejudicados com tal medida, resolveram solicitar o auxílio dos vereadores comunistas para solucionar tal situação. Para tanto, dirigiram-se à Câmara Municipal entrando em contato direto com a bancada comunista, representada pelo vereador Arlindo Antônio de Pinho, do qual receberam as primeiras orientações sobre a nova diretiva que deveria seguir. Foi ainda o vereador em causa quem indicou como procurador da associação a fundar-se o conhecido advogado comunista Heitor da Rocha Faria, o qual procurado iniciou imediatamente sua ação no sentido de ser organizada a associação, confeccionando seus estatutos e arregimentando o maior número possível de associados. Sua ação direta na associação está sobejamente comprovada sendo mesmo o principal mandatário da mesma como pode-se verificar pelas cópias fotostáticas que vão anexas: Da diretoria atual destacamos os seguintes militantes comunistas: Vice- presidente: Simplício Tavares da Silva; 1º secretário – José Bezerra Netto e o membro do conselho fiscal – José Paulino dos Santos. A fim de melhor orientar V.S quanto à situação, orientação e finalidade da Associação Pró-melhoramentos da Vila do Vintém, anexei alguns depoimentos de Diretores da mesma.

A ata de fundação da Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém aponta como o seu primeiro presidente José Pereira Castro, que não foi identificado como comunista nos arquivos pesquisados. Compreendemos que isso pode ser uma estratégia utilizada pelos fundadores da instituição para escapar da vigilância da qual estavam sendo alvo. Em todo caso, parece que a estratégia não funcionou, uma vez que, em 25 de novembro de 1947, o registro da Associação fora impugnado devido à presença de Simplício Tavares da Silva¹⁰⁹. O fato de José Bezerra Netto também não figurar como presidente da entidade também pode ser compreendido como uma estratégia para burlar o monitoramento do DOPS.

O documento em tela mostra uma importante participação dos comunistas na organização e legalização da Associação Pró-Melhoramentos, em que pese a ambiguidade dessa assessoria ter colocado os moradores no radar do DOPS, é inegável a contribuição dos membros do PCB para a fundação da primeira associação da Vila do Vintém.

No entanto, era membro da chapa da Associação Pró-Melhoramentos o morador da Vila do Vintém (que aparece na ficha do DOPS como Vila Dutra) José Paulino dos Santos. A sua vasta ficha nos arquivos do DOPS mostra intensa atividade nas fileiras comunistas, com ações em bairros como Rocha Miranda e na região da Leopoldina. Sua entrada no PCB é datada de 16 de setembro de 1947. O morador teria sido expulso do sindicato da construção civil por manifestar seu descontentamento com as ações do governo federal.

¹⁰⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Code n. 2.316. Fundo PolPol. Segundo o documento, Simplício Tavares da Silva era industriário. Na ficha, também consta que a impugnação da Associação ocorreu devido aos seus antecedentes político-partidários (comunistas).

NOME: N E T O - JOSÉ BEZERRA (II)

Idade: 4 Filiação: Alconha: Profissão:

Enderço: Rua Belisário Souza, 64 - Realengo

ANOTAÇÕES:

Em 20/8/48 - B.R. nº 152 - Gabinete - À frente de uma comissão de moradores de Realengo, o epigrafado avistou-se, hoje, com o deputado PEDRO POMAR, a fim de protestar junto ao mesmo contra a demolição de barracões que, conforme legou, vem sendo levada a efeito naquele subúrbio pela Prefeitura.-Comunismo-

Uma das fichas de José Bezerra Neto no DOPS. O morador da Vila Vintém tinha contatos variados dentro do PCB e atuava tanto através dos sindicatos quanto das associações de moradores.

Fonte: Fundo PolPol.

SILVA SIMPLICIO TAVARES DA

PROFISSÃO : Industriario

LOC TRAB : *Realengo*

RESIDENCIA : *Realengo*

HISTORICO :

9.5.47 - O marg. segundus documentos apreendidos por ocasião do fechamento do P.C.B. nesta data é Memoro EFETIVO do C.D. BANGU.

25.11.47 - Nesta data, foi impugnada o registro da "Associação Pró Melhoramento da Vila do Vintem, por achar-se o marg. figurando como vice-presidente desta, a não seja que se positivasse a sua exclusão em virtude de seus antecedentes politicos partidários (comunistas).

Ficha de Simplicio Tavares da Silva. Eleito vice-presidente da Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém.

Fonte: Fundo PolPol.

SANTOS-JOSÉ PAULINO DOS (Brasileiro, Alagôas, nasc. em 21 de Abril de 1903, casado, filho de Antonio Paulino dos Santos, e de Francisca Maria Conceição, Car. Prof. Nº 54.582)



PROFISSÃO : Pintor *(industrializado)*
LOC. TRAB. : Tinturas Brasil - Firma Alexandre Gross
RESIDENCIA : Rua Granito, 11 - Turiassu - *Ala. Santa (Fila de Santa Helena) Alagôas*

HISTORICO. O marg. e militante comunista estruturado na celula TAMANDARÉ
 Archive apreendido em 31.8.46

31.8.46 - O marg. - seg. índice alfabético apreendido nesta data - pertence ao Comité Distrital de R. Miranda, onde é Secretário de MASSA e ELEIÇÃO.

22.7.47 - ex. Ofício S/n. de 11/7/47, do Sind. dos Trab. na Indust. da Const. do R. de Janeiro, o marg. foi eliminado do seu quadro social por ter se manifestado pelo jornal "Trib. Pop.", contra os atos do Governo Federal.

16.9.947: O marg. seg. doc. apreendidos em 15.5.947, entrou para o P.C.B. em 29.7.945

5.3.48 Conf. public. da Imprensa Popular do dia 27.2.48, fez parte de uma comissão de ajuda aos grevistas da Leopoldina.

8.8.947 - Seg. Doc. apreendido, em militante comunista, sendo extruturado na Celula "Cabloco Joel", tem o cargo de Sec. Politico. 1245

Ficha de José Paulino dos Santos.

Fonte: Fundo PolPol.

S I L V A - VICENTE CORREIA DA		Filho de Antonio Correia da Silva e Rita Maria de Jesus. Nasc. 5.4.917. Solto-Baixa solteiro.
PROFISSÃO: Aeroviário-mecânico		
LOC. TRAB.: Cruzeiro do Sul-Loide Aereo Nacional		
RESIDENCIA: Rua Progresso, 22 - Moça Bonita-Atual Pa. Miguel Belizario de Souza, 167 Front.-Nº 43.656		
HISTORICO:		426
22.3.48:-	Seg. publ. da Imprensa Popular de 10.3.48, fez parte de uma Comissão que esteve na redação deste jornal para dirigir um apelo a seus companheiros para que não paguem o imposto sindical e ajudem um colega que foi preso nas Oficinas da TRIBUNA POPULAR e protestarem também contra as demissões em massa na Panair Brasil	
31.3.48:-	Seg. publ. da Imprensa Popular de ontem esteve na redação deste jornal a fim de protestar contra a sua demissão dos Serviços Aereos Cruzeiro do Sul, por pressão do Ministerio do Trabalho e do Presidente da Junta Governativa do Sindicato, em virtude de ter tomado parte em uma comissão que protestou contra o desconto do Imposto Sindical.	
23.7.50:-	DETIDO nesta data pelas autoridades do 27º D.P. quando, vendia, naquela jurisdição, exemplares da VOZ OPERARIA e angariava assinaturas para o COMITÊ DE PAZ. Encaminhado a esta Divisão foi recolhido a Sala de Detidos, pelo S.T.1, sendo solto 2 dias após.	
22.8.50:-	Solicitava nesta data, por seu procurador (nome ilegível) devolução de uma pasta de sua propriedade, contendo objetos de valor e que foi apreendida no dia 23 do mes proximo passado.	
6.10.50:-	Seg. publ. da Imprensa Popular desta data, foi preso e espancado na via pública em consequencia de haver se aproximado do local onde se efetuava uma diligencia visando prender o comerciante ANTONIO MOURA, estabelecido à rua Belisario Souza, 669-Realengo.	
3.10.50:-	DETIDO nesta data em Bangu quando em companhia de JAIME DOS SANTOS se entregava a sua propaganda politica como candidato de PRESTES. Foi regularmente PROCESSADO por esta DPS.	
27.3.951	: Segundo documentos apreendidos em 16.2.951, é socio da Liga Brasileira de Defesa das Liberdades Democraticas, contribuindo com Cr\$5.000	
16.12.52:-	Seg. Publ. da Imprensa Popular desta data, o marg. em entrevista concedida a este jornal, a propósito das eleições que se realizarão amanhã, no Sindicato dos Aeroviários, declarou que apóia inteiramente a Chapa Jorge de Brito e apelo aos meus companheiros para que façam o mesmo. As nossas eleições têm grande importância para as nossas lutas reivindicatórias etc, etc. Declarou ainda apóia a referida chapa por esta é composta de companheiros que mais se destacaram na greve de 1951. Não têm compromissos com ministérios ou patrões, etc, etc.	
23-1-953-	Seg. recorte de Imprensa Popular desta data o marg. esteve nesta redação para protestar contra a sua arbitrária prisão, dizendo tratar-se de uma represalia do Coronel Marcilio Gipson e do Tenente Calado, sendo o primeiro, Diretor sper-intendente do Loide-Aereo.	
19.2.53	:- Detido nas proximidades do Aeroporto no dia 18.11.1952, quando distribuía material de carater subversivo.	
8-5-959-	Nesta data solicitou verificação de antecedentes para fins de viagem ao Paraguai-Sv.	
		427
F. S. P. - D. P. S.		FICHA ARQUIVO - N.º 8

Ficha de Vicente Correia da Silva, morador da Rua Belisário de Souza. É possível observar um vasto histórico do militante comunista e um engajamento político que o colocou na miradas autoridades.

Fonte: Fundo PoiPol.

É necessário notar que essas práticas estavam presentes em uma favela distante daquelas situadas nas regiões mais valorizadas da cidade, mostrando que a organização dos seus moradores e o diálogo com diferentes forças políticas foi uma estratégia interessante no sentido de contribuir com a permanência e melhoria das condições de vida na Vila do Vintém.

Se a “redemocratização” no período do pós-guerra atingia, principalmente, as camadas médias da sociedade, o mesmo não se pode dizer dos favelados, uma vez que precisavam sempre se manter em alerta contra tentativas de remoção de suas casas. Por outro lado, o período de abertura colocou o parlamento como importante canal de diálogo. Nesse caso, os favelados e, especialmente, os moradores da Vila do Vintém souberam utilizar essas instâncias para buscar proteção, lutando pelos seus direitos.

Ainda hoje, é comum confundir o Estado com a sua atuação através do Executivo, todavia uma perspectiva mais ampliada nos leva à compreensão de que o Estado abrange demais organismos, como o Parlamento, o Judiciário e as forças policiais, bem como nos leva a entender a relação intrínseca com a sociedade civil, incluindo, à época, elementos como as associações, os comitês e os jornais como difusores de opinião.

Convivendo lado a lado, as práticas associativas e o controle da vida dos favelados foi uma tônica também na Vila do Vintém, no contexto dos anos 1940. Em todo caso, a resistência e a luta, o que envolveu também aspectos de negociação por parte destes, foram aspectos fundamentais para o cenário que se descortinaria nos anos 1950. Novos personagens entraram em cena, mas o medo do despejo e a luta pela permanência seriam elementos que continuariam a se fazer presentes na próxima década.

A luta dos moradores envolveria não apenas o Estado, mas também ocorreria contra interesses de grileiros de terras, cuja atuação no antigo sertão carioca era notória. A Vila do Vintém, situada em importante região que abrangia os bairros de Realengo e Padre Miguel, estava na mira de construtoras que viam na valorização do solo grande possibilidade de auferição de lucros. A luta política se tornava complexa, e os moradores logo perceberam a necessidade de conquistar novos aliados. Dessa forma, o próximo capítulo pretende apresentar o combate aos grileiros de terra e a luta pelo reconhecimento de suas moradias.

3. A Vila do Vintém em disputa: o combate aos grileiros e a busca por reconhecimento

O final da década de 1940 e o início da década de 1950 marcaram, na Vila do Vintém, um adensamento da luta por moradia por parte dos moradores da favela. Os personagens que ocuparam a cena no final da década de 1940 vão cedendo, paulatinamente, espaço para outros que continuam a defender os interesses dos moradores e aqueles que atuam no polo antagônico, ou seja, a de usurpação das terras para fins particulares.

O início dos anos 1950 marcam o retorno de Getúlio Vargas à Presidência. O fortalecimento do discurso nacionalista e uma maior abertura as reivindicações dos trabalhadores são características do período, embora seja preciso salientar que a figura de Getúlio, mesmo durante o período de Eurico Gaspar Dutra à frente da Presidência da República, jamais se enfraqueceu, sendo eleito Senador durante este espaço de tempo. O suicídio de Vargas em 1954 e a turbulenta chegada de Juscelino Kubitschek trariam momentos de profunda ebulição no cenário político, ao mesmo tempo que a política econômica provaria um adensamento das ideias desenvolvimentistas adotadas na década anterior.

O início da década de 1950 manteve uma característica marcante da década anterior: sob a figura de Vargas, continuavam a orbitar paixões nacionais e debates políticos com nova roupagem: se, antes, Getúlio conduzia o país a partir de uma ditadura, em tempos de democracia liberal, o getulismo voltava aclamado pelo voto popular, o que despertaria a ira das classes dominantes, configurando uma série de tentativas de desestabilizar o seu governo.

Com a extinção do PCB anos antes, os comunistas, que tinham as favelas como campo de defesa, acabam por se espriar para partidos como PTB, PSB e PRT. Por sua vez, os órgãos de Estado continuavam a monitorar as movimentações dos favelados, tentando, ao máximo, evitar que ganhassem corpo, manifestando-se como alternativa política.

Os anos 1950 marcam o surgimento de associações importantes como União dos Trabalhadores Favelados (UTF), que vai encampar uma série de reivindicações por reconhecimento da propriedade das terras por parte dos moradores. Além disso, os tribunais e os debates no âmbito do parlamento se configurariam como arenas de luta, nesse último caso, mantendo uma tendência que já se apresentava na década anterior.

A defesa das favelas também ganha a adesão de políticos de diferentes linhas políticas, como Tenório Cavalcanti¹¹⁰. Interessado em expandir o seu domínio político para além dos municípios pertencentes à Baixada Fluminense, o então deputado faz das favelas um campo de sua atuação, o que também deve ser levado em consideração para a análise da própria luta por moradia na Vila do Vintém, uma vez que Cavalcanti também foi um dos personagens procurados pelos favelados.

Esse conjunto de lideranças políticas das mais diversas matrizes acabou, cada um à sua maneira, por contribuir com os moradores, não olvidamos, certamente, das tensões que poderiam advir dessas contribuições que primavam, por assim dizer, por uma certa heterogeneidade. Em todo caso, há que se considerar que ela também poderia expressar uma diversidade nas opções políticas dos favelados, que procuravam diversos atores a partir de interesses que poderiam ir de aspectos muito imediatos e tomados por um certo pragmatismo, mas também por identificação com a forma escolhida por esses personagens para fazer política.

Os órgãos de imprensa vinculados tanto às atividades mais à esquerda, tanto aos parlamentares e movimentos sociais de orientação comunista, quanto aquele vinculado à figura de Tenório Cavalcanti, também precisam ser destacados, afinal de contas, a luta por hegemonia, para utilizar uma categoria gramsciana, depende da formação daquilo que se convencionou chamar de opinião pública. Logo, os aparelhos privados de hegemonia, como os jornais, cumpriam e cumprem, até os dias de hoje, a função de influenciar, no campo das ideias, a sociedade civil e, por conseguinte, a própria sociedade política.

Essa luta pode ser percebida na forma como esses órgãos noticiaram as ações da Vila do Vintém, havendo uma diferença entre um periódico, como a Imprensa Popular, que dava maior ênfase aos arranjos associativos dos moradores e destacava o trabalho da União dos Trabalhadores Favelados, e o

¹¹⁰ Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Palmeira dos índios (Alagoas) em 1906, fixando-se em Duque de Caxias no ano de 1927. Sua entrada na política ocorre em 1936 quando conquista uma vaga de Vereador na Câmara Municipal de Nova Iguaçu, concorrendo pela União Progressista Fluminense (UPF). Durante a década de 1930, esteve envolvido em diversos tiroteios com alto número de vítimas. Filiou-se à UDN em 1945, sendo eleito Deputado no Estado do Rio de Janeiro. Em 1950, foi eleito Deputado Federal, sendo reeleito nos pleitos de 1954 e 1958. Aumenta o seu prestígio ao fundar o jornal Luta Democrática em 1954, com uma linguagem extremamente popular. Em 1960, candidata-se a governador pelo PST (Partido Social Trabalhista) do Estado da Guanabara e fica em terceiro lugar. Os anos 1960, aliás, marcam uma aproximação de Tenório Cavalcanti com ideias de setores mais à esquerda, uma vez que este acolheu temas como as reformas estruturais. Tornou-se um crítico da administração Carlos Lacerda e tentou se colocar como um legítimo herdeiro do trabalhismo de Vargas. Com o golpe militar, teve seus direitos políticos suspensos em 13 de junho de 1964. Faleceu em 1987. Fonte: FGV; CPDOC.

jornal Luta Democrática, que centrava as suas matérias na figura de seu fundador, o deputado Tenório Cavalcanti, adotando um caráter mais personalista que elevava a sua figura a elemento central na luta por moradia nesta favela.

Inegavelmente, o constante crescimento da Vila do Vintém e a sua aparição cada vez mais constante no noticiário faziam com que tentativas de remoção ou de qualquer outro tipo de ataque fossem noticiadas nos periódicos, o que reverberava também no Legislativo. Os discursos parlamentares mostram que a preocupação com as favelas, incluindo a Vila do Vintém, era fruto de uma organização cada vez maior de seus moradores. Qualquer tentativa de remoção desses espaços causaria, certamente, constrangimentos de ordem política.

O crescimento da Vintém ganha os periódicos. A reportagem do jornal A Voz Operária, de 1953, intitulada “O inferno carioca”¹¹¹, ao abordar as condições de moradia da então capital federal, destaca as favelas como possibilidade de habitação, sobretudo aquelas situadas no subúrbio. O periódico cita a Vila do Vintém, ao lado de Jacarezinho e Mangueira, como uma das principais favelas suburbanas, estimando, porém sem citar fontes, a sua população em 5.000 pessoas. O periódico dava destaque ao seu rápido crescimento e à falta de infraestrutura quanto aos serviços básicos, por outro lado, além da luta por melhorias de cunho mais imediato, das ações em prol das melhorias na favela os anos 1950, uma série de conflitos envolveriam a própria possibilidade de existência da Vila do Vintém.

A luta dos moradores da favela se daria majoritariamente contra grileiros de terra. A venda de terrenos na localidade configurou-se como objeto de disputa, sendo necessária uma articulação política que pudesse garantir a vitória daqueles residentes entre Realengo e a antiga estação de Moça Bonita.

A questão da moradia na Vila do Vintém tinha, então, um importante pano de fundo: a questão das terras envolvendo o antigo sertão carioca. O processo de urbanização rural começa, timidamente, nos anos 1930 e se adensa entre as décadas de 1940 a 1960, trazendo uma série de conflitos e lutas pela terra com o envolvimento de grileiros e favelados. A questão fundiária na região é elemento fundamental e também fará parte da análise à que se propõe este capítulo, uma vez que a municipalidade era pressionada por diferentes atores com o objetivo de encaminhar as resoluções necessárias para o problema em questão. Nesse sentido, os diferentes movimentos de favelados, incluindo aquele da Vila do Vintém, tinham pela frente uma batalha difícil de enfrentar.

¹¹¹ Voz Operária, 24 de outubro de 1953, p. 6.

Portanto, pretendemos, neste capítulo, apresentar de que maneira ocorre a luta por moradia na Vila do Vintém nos anos 1950. Nosso interesse é apresentar como ocorreu este processo e como esteve articulado com ações judiciais que envolviam outras favelas da cidade. Se, nos anos 1940, a Vila do Vintém chamava a atenção por aparecer como contraste do moderno bairro dos operários, por estar sob constante ameaça de remoção, sendo alvo de ações por parte da Prefeitura, nos anos 1950, esta ameaça continua sob a égide do Judiciário, o que colocou os moradores em estado de constante alerta e mobilização.

3.1. O sertão carioca, os grileiros e os favelados: a luta pela terra e pelo direito a permanecer nos anos 1950

A zona oeste carioca, até hoje, é palco de conflitos que envolvem o uso e a ocupação do solo. Tais conflitos se associam à atuação de grileiros de terra e, geralmente, têm desdobramentos de ordem bastante violenta, sendo considerados a tônica quando se aborda a região. A luta pela terra na região não é recente. Último eixo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, a zona oeste, historicamente, tem nessa disputa uma de suas características principais, fato que auxilia na compreensão da formação desse espaço e das transformações pelas quais iria passar ao longo de diferentes décadas.

Santos (2012) afirma que, diferente da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, que se expandiu a passos lentos, de lote em lote, incorporando os distritos do Méier, Inhaúma e Irajá à zona urbana, a integração do sertão carioca se dá a partir da construção de loteamentos, verdadeiros bairros, o que ocorreu paralelamente à estocagem de enormes terras para fins especulativos. O autor afirma, inclusive, que esses loteamentos estavam poucos dispostos a dividir espaços com antigas lavouras.

No caso específico da região que envolve os atuais bairros de Realengo, Padre Miguel e Bangu, compreendemos que o processo de grilagem, dado o avanço da indústria e a urbanização inicial dessas localidades, acelerou a ocupação daquele espaço urbano, antecipando as lutas por moradia que aconteceriam nos distritos de Campo Grande e Santa Cruz.

Logo, esses conflitos fazem com que esta região da cidade seja mencionada nos jornais e nos debates parlamentares que serviram como documentos que sustentam esta tese. A recorrência da temática nos documentos,

durante o espaço temporal pesquisado para a realização desta pesquisa, nos chamou a atenção, merecendo a devida análise.

É fato que, até os dias de hoje, a zona oeste ainda apresenta, em sua paisagem, um certo ar de ruralidade e que determinados bairros da região mantêm um aspecto que remonta aos idos tempos quando a região ainda era produtora principal dos alimentos que iriam abastecer as zonas sul e central da cidade. Entretanto, o processo de urbanização foi agregando, aos poucos, uma mudança no perfil dos habitantes, mais ligados ao desenvolvimento industrial e às transformações pelas quais a cidade passava.

É apenas em meados dos anos 1960 que a ideia de zona oeste carioca se consolida de fato¹¹². Os anos anteriores ainda apresentam uma forte conotação de apelo ao rural para se referir à localidade que englobava uma vasta área que abrange bairros de Bangu a Sepetiba, passando por aqueles situados na região onde hoje se encontra o bairro de Jacarepaguá, não obstante, a nomenclatura utilizada para se referir a esta vasta gama de lugares era a de sertão carioca.

Santos e Dória (2013) assinalam que a atual zona oeste concentra, até os dias de hoje, o maior número de ações envolvendo litígio de terras no Estado do Rio de Janeiro, havendo casos de grilagem e indefinição da titularidade de terrenos que, ainda hoje, estão longe de serem elucidados. Essa disputa envolveria uma ampla gama de atores, como associação de moradores, movimentos sociais, secretarias de administração, empresas do ramo financeiro, imobiliário, da construção civil, além das forças policiais.

O uso e a apropriação do solo envolvem questões bastante particulares da formação social brasileira, uma vez que é possível, a partir da análise de sua ocupação em uma cidade como o Rio de Janeiro, compreender uma série de questões que representam bem a forma como a própria nação foi sendo construída. Elementos como a espoliação e utilização patrimonialista do Estado, no caso específico do Brasil, são questões que aparecem ao lidarmos com o tema, mas há também uma relação com aquilo que é o universal, ou seja, com a forma como a terra é pensada como mercadoria, fato que implicaria no desenvolvimento

¹¹² Vale pesquisar os escritos de Mansur (2013) ao abordar o nascimento da ideia de Zona Oeste. Segundo o autor, a influência viria de um curta-metragem, cujo nome é o mesmo que hoje denomina a vasta região carioca e que surgiu de uma iniciativa do Professor Moacyr Barros Bastos e de Miguel Borges, um dos nomes do cinema novo. Antes das películas principais, este curta era exibido em diversas sessões na localidade, tratava-se de uma obra de oito minutos que trazia depoimentos de moradores e um resumo da história local. O filme foi distribuído de graça para os cinemas da região, ficando em cartaz por três meses, servindo para consolidar a ideia de zona oeste, não mais do Estado da Guanabara, mas, sim, da cidade do Rio de Janeiro.

das cidades da periferia, sobretudo, quando temos como foco de análise a região do sertão carioca.

Lefebvre (1972) aponta, em tom de crítica, que o solo, nas relações capitalistas, não é regulado racionalmente, sendo amarrado à ideia de propriedade, ainda segundo as palavras do autor:

A razão está sobretudo na subordinação do solo ao mercado, que faz da terra um bem comercializável, dependente do valor de troca e da especulação e não do uso e valor de uso. O cordão umbilical que transportava a seiva e o sangue do organismo materno original para a progenitura, a comunidade dos seres humanos, transformou-se em corda, em atilho seco e rígido que entrava e o desenvolvimento dessa comunidade. É o entrave por excelência (Lefebvre, 1972, p. 152).

De acordo com o autor francês, outro ponto que envolve a utilização do solo e merece análise é que a não realização da reforma agrária trouxe elementos deletérios para diferentes países. De acordo com Lefebvre (1972, p. 156), “a reforma agrária não aflorou sequer em continentes imensos como a África e a América. Os grandes domínios (latifúndios) exercem uma influência que contribui para o caos político em que se debatem estes países”.

No modo de produção capitalista, segundo Costa (2014), a questão determinante na espacialização urbana, isto é, na produção do ambiente construído, é o acesso à terra. Uma alta taxa de apropriação da renda pelos proprietários da terra eleva o custo de vida para a força de trabalho. Há, portanto, uma luta pela terra que envolve trabalhadores e classe dominante, sendo que, para os últimos, é sempre válido lutar contra qualquer ideia que tenha como mote a função social da propriedade.

Lefebvre (1972) faz uma importante provocação ao lembrar que a propriedade do solo é mantida, de uma forma geral, como propriedade privada que, posteriormente seria suplantada pela propriedade imobiliária e monopolizada pela compra de terras por parte de uma burguesia enriquecida. Segundo o filósofo francês, o problema principal residiria na subordinação do solo ao mercado que faz da terra um bem comercializável, que dependeria da troca e comercialização e não do seu valor de uso.

Todavia e indo além dos limites da ideia lefebvriana, ao analisar o caso brasileiro, é preciso lembrar que a questão do uso e ocupação do solo não obedece necessariamente aos mesmos padrões apresentados em países centrais do capitalismo. No Brasil, por exemplo, a passagem do Império para a República “manteve a força política dos senhores da terra”, segundo Schwarcz (2019, p. 53) levando determinadas famílias a um longo período de mandonismo, o que envolvia, também, o acesso ao solo. Por outro lado, o surgimento das

autoconstruções, no caso, as favelas, sobretudo no século XX, traria novos elementos para pensarmos a questão, uma vez que iria inserir novos atores no cenário político, trazendo um tensionamento sobre a forma como o solo estava sendo ocupado na antiga capital.

Nesse sentido, de acordo com Kowarick (1980), a produção capitalista se organiza não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários, mas para realizar um excedente a ser apropriado de forma privada, sendo as autoconstruções um modo de subsistência, pois:

No caso da autoconstrução, que, na sua finalidade e essência, não deve ser entendida como uma forma de poupança, mas, enquanto solução de subsistência, cria-se um dos elementos – a moradia – indispensáveis como meio de vida, que acaba por se constituir uma nova fórmula que rebaixa o custo da reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos (Kowarick, 1980, p. 56).

O direito à propriedade no Brasil, segundo Corrêa (2012), perpassa por um sistema legal complexo e contraditório, sem falar na sua onerosidade, algo que se estabelece como distante da realidade econômica da população, o que acaba levando os moradores a apelar para iniciativas como as favelas, ou assentamentos urbanos, como a autora classifica, para assegurar o direito à moradia. Esses novos arranjos acabam por forçar ações políticas, por meio do tensionamento das ações que envolvem diversos atores, como favelados, grileiros, donos de imóveis regulares e o próprio Estado, que vão repensar determinadas normas, incorporando, em termos orçamentários, parte, mesmo que ínfima, das reivindicações dos moradores de favelas.

Por sua vez, Kowarick (2020) assinala que, desde os anos 1940 no Brasil, foi criado aquilo que se denomina como “Laissez-faire” urbano, algo que favorece a confecção de uma metrópole que visa, primordialmente, ao lucro advindo da especulação imobiliária financeira. Ao mesmo tempo, o autor também assinala aquilo que chama de “mais-valia urbana”, intervenções feitas no tecido urbano que conduzem à valorização dos terrenos ou das edificações, aumentando o lucro dos proprietários sem que eles realizem qualquer investimento.

Lefebvre (1999, p. 140) classifica a questão como uma “enorme extensão da atividade produtiva”, sendo algo que se realiza para aqueles que a inventam e fazem a sua gestão. Dessa forma, ao abordar o capitalismo, o autor reflete que:

Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. Esse é o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço.

Ao pensarmos o bairro de Realengo e adjacências, há que se considerar o projeto que o coloca como bairro moderno, e as melhorias em torno da habitação e das condições que a cercam, como saneamento e transportes. Mais uma vez, consideramos a linha férrea como um desses vetores e a novidade que representava a construção de um conjunto habitacional no bairro como algo que determina o valor da própria terra e dos imóveis já existentes, fazendo com que haja uma disputa ferrenha. Segundo Costa (2014, p. 53):

A disputa pela apropriação do caráter monopolista dessas características do ambiente urbano trava-se através de acirrados conflitos dentro e entre classes e facções e geram oportunidades para os proprietários, construtores, loteadores e mesmo indivíduos capitalizarem os lucros e rendas do monopólio.

A produção do espaço entra no circuito da mais-valia, a estratégia final seria o seu domínio e a luta contra a queda tendencial de lucro. Nesse sentido, as pessoas que vivem a cidade estariam sempre oprimidas, reduzidas à função de simples habitantes. Nesse caso:

Essa estratégia oprime o “usuário”, o “participante”, o simples “habitante”. Ele é reduzido não apenas à função do habitar (ao habitat como função), mas à função de comprador de espaço, realizando a mais-valia. O espaço torna-se o lugar de funções das quais a mais importante e velada é esta: formar, realizar, distribuir, de uma nova maneira, o sobreproduto da sociedade inteira (isto é, no modo de produção capitalista, a mais-valia global) (Lefebvre, 1999, p.141).

Ao vislumbrar a apropriação do solo como valor de uso, os favelados entram em rota de colisão com grileiros e o próprio Estado. A criação das favelas é, de certa forma, uma resposta que os trabalhadores dão à forma de mercadoria que o solo adquire na sociabilidade capitalista, sobretudo, quando tratamos de um país situado na periferia do sistema.

A prática da grilagem de terras, por sua vez, procura o uso do solo como forma de enriquecimento, sobretudo, pela forma de mercadoria que adquire, bem como a possibilidade de construção de habitações como forma de obtenção de lucro, sobretudo junto a segmentos da classe trabalhadora que vislumbram nesse bem uma possibilidade de subsistência. Em todo caso, a questão do uso do solo no antigo sertão carioca começa a ganhar tal proeminência que se transforma em destaque em diferentes órgãos, tanto da imprensa quanto do Judiciário.

A antiga zona rural da cidade seria palco de um conflito que envolveria agricultores, posseiros/favelados e os grileiros¹¹³. Vale lembrar que, até os anos 1960, a produção agrícola da região ainda era responsável por abastecer boa

¹¹³ Ver os trabalhos de Santos (2007; 2011).

parte da cidade, o que ensejava muita preocupação com o destino das terras. Assim, a invasão por grileiros expulsava, lentamente, os agricultores, tendo como efeito a criação de projetos de desapropriação, por parte de vereadores, para proteger a produção rural, ou mesmo, para manter sua base política¹¹⁴.

Pode se verificar um exemplo dessa situação nas terras que, atualmente, compreendem a Fazenda Coqueiro, situada nos bairros de Senador Camará e Santíssimo, considerada hoje a maior favela da região. Mais precisamente no ano de 1953, é possível perceber relatos de uma intensa briga que envolvia posseiros e grileiros, na qual o uso da violência como forma de expulsar os primeiros da terra era forma recorrente. De acordo com o jornal a Voz Operária¹¹⁵:

Eis um breve histórico da fazenda: mediante falsas escrituras, a Companhia Rural e Urbana, pertencente a um tubarão amigo e protegido de Getúlio Vargas, chamado Hermano Barcelos, comprou as terras da fazenda. Desde então, a existência dos posseiros passou a ser de sobressaltos, tendo que enfrentar constantemente os grileiros e a polícia a seu serviço. Até um posto policial foi criado em Santíssimo, para onde eram levados os lavrados espancados e processados, a fim de que assinassem documentos reconhecendo a propriedade dos grileiros sobre a terra. Apesar de tudo, a resistência nunca cessou.

A Câmara dos Vereadores também traz debates cruciais sobre a questão entre o final dos anos 1940 e os anos 1950. Exemplo disso é a sessão de 31 de julho de 1951¹¹⁶, em que o vereador Henrique Miranda discute o projeto de lei que tinha como objetivo desapropriar grandes áreas do “sertão carioca” visando arrendá-las aos posseiros, que estavam sendo constantemente ameaçados de despejo por grileiros de terra. O parlamentar, no uso da tribuna, afirmou haver contratos entre os grileiros e os bancos, que também se beneficiavam da ação.

Curiosa era, por exemplo, a situação que envolvia a Prefeitura e as terras da região. A matéria, de 15 de maio de 1952, do jornal O Correio da Manhã intitulada “O Estado adquire a peso de ouro o que pertence... ao Estado”¹¹⁷, mostra uma relação promíscua entre grileiros e o poder público.

De acordo com o periódico:

O Vereador João Luís de Carvalho fez ontem na Câmara Municipal, um relato ao mesmo tempo curioso e amargo no que se passa no chamado sertão carioca. Essa extensa região agricultável, de onde provém uns 40 por cento dos gêneros hortícolas consumidos pela população do Distrito Federal, acha-se apenas em parte cultivada, porque a maior área pertence a grileiros, ou sejam, indivíduos que dizem reter o domínio da terra para explorá-la em transações puramente

¹¹⁴ É o caso do Projeto de Lei apresentado por Miécimo da Silva (PSP) em 21 de maio de 1951, que desapropriou as terras da antiga Fazenda Santa Cruz, visando combater a ação dos grileiros. Câmara dos Vereadores, 1951, p. 1017.

¹¹⁵ Voz Operária, 13 de junho de 1953, p. 8.

¹¹⁶ Câmara dos Vereadores, 1951, p.1130

¹¹⁷ Correio da Manhã, 15 de maio de 1952, p. 5.

comerciais. Vendem e revendem grandes fazendas e sítios, objetivando unicamente a construção de núcleos residenciais que as valorizem no mercado imobiliário e, quando eles próprios não promovem a “urbanização” valem-se desta possibilidade para evitar, preliminarmente o cultivo do solo pois este lhe atralhariá no futuro, os negócios.

O periódico aponta para uma confusão em termos jurídicos, uma vez que os donos das terras, raramente, apresentavam documentos comprobatórios e a posse, quase sempre, ficava a cargo de agricultores e posseiros que, de uma hora para outra, acabavam sendo espoliados dos seus terrenos. A Prefeitura tentava intervir, quando do seu interesse, mas a intervenção acabava, em muitos dos casos, saindo caro.

Nos termos do jornal, a seguinte situação é descrita:

(...) Um senhor Frank Dodd, grileiro de nacionalidade desconhecida, acaba de vender à Prefeitura a fazenda Brasília, que incrível que pareça é de propriedade da União. A compra foi realizada por 10 milhões de cruzeiros, mas depois de terem sido ouvidos advogados da própria municipalidade. E mais: o Instituto dos Industriários também adquiriu terras em iguais condições na localidade de Santíssimo. Em resumo: despejam-se os lavradores e a Prefeitura e os Institutos pagam, a quem não é dono, quantias vultosas por terras que pertencem ao... Estado.

Durante os anos 1950, foram expressivos os debates que envolviam a questão do solo, grileiros de terra e o sertão carioca. Em reunião na Câmara de Vereadores em 10 de junho de 1955, o vereador Cipriano Lima fez um discurso sobre a grilagem de terras na região, sobretudo em Santa Cruz¹¹⁸. O parlamentar cobra providências das autoridades e aponta a existência de conflitos envolvendo moradores e grileiros, salientando que os primeiros estão sendo vítimas de um violento processo de espoliação

A sessão de 8 de agosto de 1955 da Câmara dos Vereadores destaca o debate feito pelo vereador Osmar Resende (PSD). Dessa vez, o jornal Diário de Notícias¹¹⁹ faz a cobertura do fato envolvendo grileiros na antiga zona rural:

O Sr. Osmar Resende voltou a focalizar da tribuna o caso da exploração de terras no sertão carioca pelos chamados “grileiros”. Estes, segundo o orador, continuam expulsando o povo humilde e trabalhador mediante sentenças que obtêm na justiça. O vereador dirigiu apelo aos vários juízes das varas cíveis para que meditassem sobre o grave problema da apropriação indébita de extensas áreas pela nefasta instituição de “grileiros”.

O discurso do vereador mostra uma característica importante presente na então capital do Distrito Federal, a de que a relação entre o legal e ilegal se

¹¹⁸ Câmara dos Vereadores, 1955, p. 1016

¹¹⁹ Diário de Notícias, 08 de agosto de 1955, p. 7.

constituía de maneira bastante tênue. A utilização do aparato do Estado para legitimar a ação de grileiros era uma prova de como a questão era complexa, com debates que envolviam uma miríade de atores em uma situação que parecia fugir ao controle, sobretudo do Executivo.

Nesse caso, mais uma vez, julgamos relevante destacar as particularidades da formação brasileira ao tratar da questão. Se, a partir da lógica do modo de produção capitalista, o uso da terra está condicionado à sua monetarização, o que ensejaria compreender que sua monopolização se daria apenas pela via do mercado, pode-se considerar que a simples negociação mercantil nunca foi o único caminho para o acesso às terras no Brasil. Existe um processo histórico de acesso à terra de maneira ilegal, no caso, a grilagem, o que, por meio de fraudes documentais e alianças de poderes políticos e econômicos, acaba por garantir a sua legitimação (Farias, 2020).

Pietro (2020) faz a seguinte provocação ao abordar a questão da grilagem de terras no Brasil: a de que a grilagem de terra se constitui no próprio fundamento da formação territorial brasileira, atravessando temporalmente todas as dimensões de análise sobre o país, incluindo cultura, sociedade, economia e política. O motor da economia política seria, então, baseado na extração e sujeição da renda fundiária e na concentração da propriedade privada da terra visando à reprodução dos latifúndios grilados para a mais-valia global advinda da dominação fundiária. Segundo a concepção do autor, a grilagem de terras é um fenômeno que constitui as relações sociais, econômicas e políticas do país, sendo fator decisivo para aliança de classes entre proprietários de terra e proprietários do capital que acabam por governar a nação.

A luta pela terra que opõe favelados e grileiros se apresenta como um capítulo da luta de classes. Os primeiros buscam o solo através de sua função como valor de uso, atuando sob a forma de não mercadoria, uma vez que o conjunto de necessidades fundamentais para a sua reprodução já é obtida via mercado, o que resulta no achatamento do seu poder de compra, por outro lado, os grileiros buscam a terra como oportunidade de negócio, agindo de forma mais ou menos parasitária, mas sempre buscando valorizar determinado terreno para garantir lucros a partir de aluguéis ou venda. Soma-se a isso o fato de a apropriação ter sido feita sem maiores custos, o que aumenta sua margem de lucro. Dessa forma, é preciso também considerar o papel que o Estado desempenha nesse jogo, pois:

Trocando em miúdos, os objetivos deste aliançamento que dirige o Estado capitalista no Brasil são: juridicamente legalizar a grilagem de terra e legitimá-la.

Trata-se, assim, não só de garantir leis que transformem grilos em propriedades privadas capitalistas, mas de produzir a ideologia da legitimidade social do sujeito-proprietário (os assim chamados conquistadores, desbravadores, donos, pioneiros e/ou bandeirantes) e da inviolabilidade da propriedade adquirida pelo suposto fruto do trabalho, do merecimento e do esforço pessoal e familiar. Esse processo reduz a figura do proprietário, oculta a história de genocídios e grilos operados e institui os que reivindicam a posse da terra para trabalho e moradia como invasores (Pietro, 2022, p. 134).

Esse estigma de invasor foi, e continua sendo até os dias de hoje, uma tônica quando uma favela é mencionada. Ao abrigar amplos segmentos da classe trabalhadora, bem como a população negra que ali se instalava, não faltaram motivos, dada a concepção elitista e racista de construção das cidades, para apontar estas populações como não sendo dignas de habitar uma série de localidades, levando os habitantes de favelas a desenvolverem um constante estado de alerta para fazer valer os seus direitos, sobretudo um dos direitos principais que é o direito à cidade.

Por outro lado, é fato que, para trabalhar de forma contra-hegemônica, os moradores de favelas souberam utilizar aliados importantes dentro do próprio aparelho estatal, o que poderia lhes garantir espaço para reivindicações e conquistas de direitos. A aproximação da classe política acabou por permitir que houvesse uma influência, ainda que com limitações em decisões que poderiam trazer melhorias para as favelas, no caso específico, para a Vila do Vintém.

A visita de Guilherme Romano, presidente do Serviço de Recuperação das Favelas, à Vila do Vintém em 04 de abril de 1952¹²⁰, mostra como a questão referente aos moradores dessa favela e aos grileiros de terra ganhava contornos decisivos. Junto ao político estava o Padre Francisco Pinto, que pretendia construir na localidade uma enorme igreja-escola. Em todo caso, no momento da visita, uma senhora, que se dizia dona do terreno, afirma que não tinha interesse de alugá-lo, mas apenas vendê-lo, que causou um breve conflito com os moradores, registrado da seguinte forma:

O terreno visado é um largo em pleno coração da favela, local excelente para a sua obra social. Mas a dona do terreno apareceu e disse que não interessava alugá-lo (medida projetada no início) e sim vendê-lo pelo preço de CR\$ 120 mil. Formou-se um ajuntamento no local, com favelados protestando e dizendo que toda aquela área pertence a Prefeitura, terminando com acusações de “grileiro” a quem quer que se diga dono de terras daquelas bandas. Foi quando se percebeu o primeiro grande problema da Vila do Vintém: saber quem são realmente os donos das terras ocupadas por aquela área.

¹²⁰ Tribuna da Imprensa, 04 de abril de 1952, p. 1.

O “grande problema da Vila do Vintém” seria decisivo para a sua continuidade como local de moradia de milhares de pessoas. A luta dos moradores da Vila do Vintém contra os grileiros ganharia contornos específicos e se arrastaria pelos tribunais. A entrada de novos personagens que tomariam a favela como campo de defesa também é aspecto que merece destaque. Os próximos capítulos da história da “Vintém” indicarão elementos relevantes de relação com os três Poderes, além de extrapolar os limites do município.

Exatamente contra quem se daria essa luta e de que maneira a permanência dos moradores da Vila do Vintém continuava ameaçada são os elementos que apresentaremos no próximo subitem.

3.2. A próxima batalha: a Casa Popular x a Vila do Vintém

A sessão da Câmara dos Vereadores do então Distrito Federal, em 28 de junho de 1955, traz como um de seus destaques a fala do vereador Geraldo Moreira (PTB) sobre a Vila do Vintém. Segundo o parlamentar, negócios escandalosos envolvendo a Prefeitura do Distrito Federal e possíveis credores colocavam em risco a vida de “vinte mil favelados”, uma vez que se encontravam ameaçados por uma ordem de despejo. Nas palavras do vereador: “Se a Prefeitura quiser evitar o despejo de vinte mil brasileiros, terá que pagar soma avultadíssima a terreno que lhes pertencia”¹²¹.

Ainda durante os anos 1940, nos jornais, começa a se alastrar uma série de propagandas de uma construtora intitulada Casa Popular Ltda. divulgando a venda de lotes na Vila do Vintém. O crescimento do bairro de Realengo e dos bairros adjacentes configurava-se como oportunidade de valorização do solo e de seu uso por uma série de especuladores.

A ação de grileiros de terra tem registro, pelo menos, desde a década de 1920. Aproveitando a fragilidade de leis, como o Código de Obras de 1937¹²² ou Decreto-Lei nº58 de 1937, que regulamenta os loteamentos, executaram uma série de ações judiciais tendo como mote a ocupação de terrenos nos quais viviam os favelados.

Sobre isso, Oliveira (2017) assinala:

¹²¹ Câmara de Vereadores, 28 de junho de 1955, p. 1100

¹²² O Código de 1937 é inspirado nas recomendações do Plano Agache. Um de seus pontos centrais seria a eliminação progressiva das favelas através da construção de cidades-satélite junto às áreas industriais.

Nos anos 1920, em meio à expansão urbana, tiveram início diferentes conflitos jurídicos em relação à propriedade dos lotes ocupados por favelas e reivindicados por “grileiros”, companhias imobiliárias e outros proprietários privados. Inúmeros grupos foram à justiça em ações de despejo coletivo, buscando “estabelecer a posse ou o domínio legal sobre terras de títulos ambíguos”. Companhias imobiliárias e outros proprietários privados. Inúmeros grupos foram à justiça em ações de despejo coletivo, buscando “estabelecer a posse ou o domínio legal sobre terras de títulos ambíguos”. Ao postular ilegitimidade de moradia e de propriedade do lote, classificando toda favela como invasão e algo antiestético dentro da cidade idealizada pelos urbanistas, o código de obras consolidava a fragilidade do direito à moradia para os pobres (Oliveira, 2017, p. 51).

Ao abordar o terreno das leis, sob a égide liberal burguesa, Antônio Gramsci avalia que, embora haja uma suposição de que o direito se constitui como expressão de toda a sociedade, isso não seria verdadeiro. Segundo o italiano:

O direito não exprime toda a sociedade (pelo que os violadores do direito seriam seres antissociais por natureza ou deficientes mentais), mas a classe dirigente, que impõe, a toda sociedade normas de conduta que estão mais ligadas a sua razão de ser e ao seu desenvolvimento (Gramsci, 2013, p. 249).

No caso específico da Vila do Vintém, a luta pela moradia expressaria uma luta contra as próprias normas estabelecidas até então, que, muito longe de beneficiar minimamente os favelados, acabava por tomá-los como “invasores” de terras, ganhando amplo apoio nas instituições do Estado e na imprensa empresarial da época.

No entanto, a abertura democrática, mesmo que de cunho liberal, e o conhecimento adquirido em lutas anteriores favoreciam que incidências fossem feitas com o intuito de reverter normas estabelecidas. O uso da política como ferramenta e a articulação supralocal são elementos significativos quando pensamos a batalha travada pelos moradores nos anos 1950.

O pano de fundo dessa luta que envolvia o uso e a apropriação do solo era a própria transformação do que se convencionou chamar de sertão carioca¹²³ em zona urbana. A invasão de terras, por parte de grileiros, trouxe processos de expulsão de moradores de diversas localidades da região de maneira bastante violenta, e os favelados se constituíam alvos em potencial dos grileiros, o que ao nosso ver constitui-se em um capítulo importante da história da hoje intitulada zona oeste carioca.

Se a paisagem se modificava lentamente, no entanto, isso não ocorria de maneira pacífica. O processo de urbanização do rural ganhava contornos de “faroeste¹²⁴” e implicava a ação do Estado que, em diversas ocasiões, agia de

¹²³ A zona rural ganha esse nome a partir de uma série de artigos escritos por Magalhães Corrêa para o jornal Correio da Manhã, entre 1931 e 1932, nos quais o naturalista desenvolve uma série de estudos sobre o local.

¹²⁴ Segundo o Diário de Notícias, ao noticiar conflitos no local.

forma a evitar maiores rusgas, concedendo vitórias parciais a favelados e posseiros ou atuando de maneira negligente, esperando o desenlace do conflito.

Desde o final dos anos 1940, diversos grileiros entraram com processos na Justiça se dizendo donos dos terrenos. Um de seus principais alvos eram as favelas que começavam a se estabelecer em diferentes locais da antiga zona rural. A possibilidade de um vasto contingente de terras a ser explorado fez com que resolvessem agir. A Vila do Vintém, mais uma vez, estava no radar. A matéria da edição 147, no ano de 1955, do jornal Gazeta de Notícias, em sua página 8, ao fazer uma cobertura da sessão da Câmara dos Vereadores do dia anterior, trazia a seguinte mensagem:

Desde 1947 estão em curso processos visando ao despejo de favelados. Os grileiros arvoram-se donos das terras, são os principais responsáveis. Ainda ontem o republicano trabalhista Waldemar Viana, abordando o problema, disse que mais de 10 mil pessoas serão despejadas na zona rural, compreendendo a Vila do Vintém e Sepetiba.

Os movimentos organizados em defesa do direito à moradia por parte dos favelados souberam entrar nessa disputa. Utilizando-se também dos canais legais, muitas favelas entraram com medidas judiciais, evitando o seu despejo, fato que, nem sempre, se configurava como medida eficaz, visto que a pressão exercida contra as favelas e os seus moradores por parte da opinião pública, às vezes, acabava por pender a balança para os grileiros. Entretanto, é inegável que, ao adotar tais medidas, os favelados acabavam por entrar em uma importante arena de disputa, exercendo formidável pressão junto aos órgãos públicos.

Logo, a garantia do direito à propriedade tornou-se uma das principais reivindicações dos moradores de diferentes favelas do Rio de Janeiro. Com isso, uma série de normativas foram criadas para colocar este aspecto como central na defesa de seus direitos. Todavia, é fundamental considerar que, para além da propriedade, já eram cobrados serviços públicos de qualidade e a melhoria do entorno nas favelas, o que incluía mercados, farmácias e obras de saneamento.

O estatuto de fundação da Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém expressava a preocupação não apenas dos moradores desta favela específica, mas de moradores de favelas de todas as partes da cidade. O seu programa de reivindicações aborda, por exemplo, a necessidade de 300 mil favelados e estabelecia os seguintes objetivos:

- a - defender o direito de todos contra terceiros que pretendem turbar a posse;
- b - obter que todos passem a ser proprietários das benfeitorias, adquirindo-as pelo justo valor;
- c - obter que a Prefeitura reconheça como ocupantes e lhes dê em

aforamento a referida área; d - obter, se possível, uma intervenção da Diretoria de Obras, para oficialmente a Prefeitura demarcar a área em lotes suficientes para uma família, permitindo melhor acomodação para todos e permitindo aforamento aos trabalhadores nas sobras; e - reconhecer as ruas e dar-lhes largura e formato, promovendo o serviço de escoamento das águas das chuvas; f - obter um posto policial, escola e um posto médico com serviços especializados com a infância, com a maternidade e tratamento de sangue além de socorros urgentes; g - obter um mercadinho ou posto de caminhão de gêneros agrícolas e o estabelecimento de comerciantes de gêneros alimentícios, fazendas, armarinhos, ferragens e farmacêuticos.

As reivindicações contidas no estatuto da Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém, nos leva a depreender também que havia uma articulação dos moradores desta favela específica com lideranças de outras favelas. Este importante aspecto colocava a Vila do Vintém no circuito dos lugares importantes da cidade, mesmo não estando situada em uma área fabril como era o caso do Jacarezinho, ou em uma favela como a Rocinha que experimentava um vertiginoso crescimento.

Por outro lado, se as favelas eram vistas como um problema para a municipalidade, os grileiros também representariam um incômodo ao poder público à medida que tornavam público o conflito fundiário em diversas partes da cidade, mais especificamente, no antigo sertão carioca. Uma das lutas seria travada entre grileiros e favelados ao final dos anos 1940 e durante os anos 1950.

Sobre os grileiros de terras, é possível verificar a sua existência nos aspectos que conformam o nascimento da Vila do Vintém. As Ruas Lomas Valentinas e Belisário de Sousa, principais logradouros da favela, são alvo de propaganda da mencionada Construtora chamada Casa Popular. Nessas propagandas, é possível perceber a venda de lotes nos locais com a promessa de aquisição de casa própria a preços módicos. É o que aponta a peça de publicidade veiculada no jornal Diário de Notícias, em 26 de outubro de 1947, p. 5.

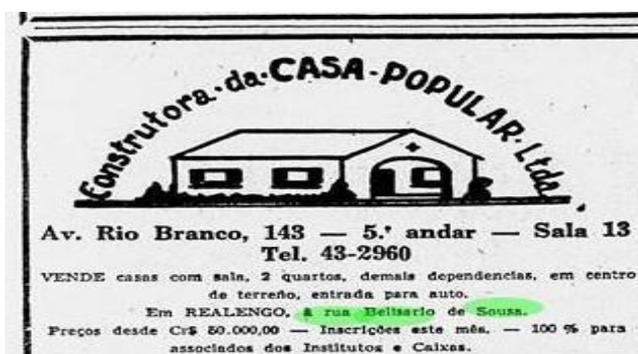


Figura 5: Propaganda da Construtora da Casa Popular
Fonte: Diário de Notícias - 1947

Outra propaganda, também veiculada no Diário de Notícias¹²⁵, apresenta mais detalhadamente a venda de casas na Vila do Vintém, destaque dado para associados dos institutos, caixas, militares da FAB, FEB¹²⁶ e Marinha. Parece-nos interessante observar que a propaganda das construções da Casa Popular ocorre no mesmo período de crescimento da Vila do Vintém, o que coloca, claramente, o terreno onde se encontra a favela como objeto de importante disputa. Outro ponto que nos chama atenção é para o próprio nome da construtora, uma vez que havia uma Fundação que também utilizava a mesma nomenclatura, o que pode ter se configurado como estratégia para vender as casas.



Figura 6: Propaganda da Construtora da Casa Popular.
Fonte: Diário de Notícias – 1947.

Os jornais foram utilizados em larga escala pela Construtora para fazer valer os seus negócios na Vila do Vintém. O Diário de Notícias, em sua edição de 18 de julho de 1947, trazia também uma propaganda sobre a venda de lotes na localidade, incensando a facilidade de pagamento e o fato de estar situado perto do conjunto dos industriários:

Rua Belisário de Sousa e Lomas Valentinas, junto às casas dos industriários. Vendemos lotes de terrenos e casas com 1 sala e 2 quartos, cozinhas, etc., com grande facilidade de pagamento, 100% para os associados dos Institutos e Caixas com pequeno sinal de reserva. Tratar na Construtora Casa Popular Ltda.

¹²⁵ 11 de novembro de 1947, p. 3.

¹²⁶ Força Aérea Brasileira e Força Expedicionária Brasileira.

É bastante significativo que a referência ao conjunto dos industriários apareça na peça de propaganda veiculada no periódico, nota-se que havia uma tentativa de trazer credibilidade ao empreendimento, mesmo que tivesse sido erguido de maneira absolutamente irregular. Curioso é que a Vila do Vintém parece ser o único lócus de atuação da Construtora, uma vez que não encontramos qualquer tipo de propaganda ou menção a construções em demais localidades do antigo sertão carioca ou do subúrbio em termos mais gerais.

Os preços módicos também eram uma arma que a Construtora utilizava para vender casas e lotes. Segundo divulgação feita no Jornal do Brasil, a Casa Popular Ltda. divulgava assim os terrenos à venda:

Pelo preço de aluguel, financiamento de 100% para associados dos Institutos e Caixas, você pode comprar um prédio de centro de terreno com uma sala, dois quartos e cozinha, a rua Belisário de Sousa, esquina de Lomas Valentinas, preços desde 50.000 Cruzeiros, com pequeno sinal de reserva (Jornal do Brasil, 1947, p.10).

Ainda sobre a Construtora, é possível perceber que os seus negócios acabaram não obtendo êxito. A nota publicada pelo periódico Diário Carioca¹²⁷ demonstra a existência de um pedido de concordata por parte da empresa, sendo que havia a existência de um passivo de CR\$ 1.042.000,20 a ser pago para os credores, e que a firma, localizada na Avenida Rio Branco se comprometia a pagar a dívida a partir de três prestações.

A concordata da Construtora, publicada em 09 de junho de 1950,¹²⁸ é uma peça que deve ser lida e analisada, uma vez que expressa a concepção daqueles que ocupavam os terrenos onde hoje se estabelece a Vila do Vintém. Nela consta que seja concedida uma concordata preventiva para o pagamento aos seus credores. Os motivos seguem descritos abaixo:

Sendo a firma de compra e venda de terrenos, adquiriu um terreno em Realengo à Rua Belisário de Sousa, esquina com a Rua Lomas Valentinas, conforme escritura passada em notas pelo tabelião Mozart Lago, e iniciou as atividades no sentido de lotear e construir no local prédios do tipo proletário para venda a preços módicos de CR\$ 55.000,00 a CR\$ 75.000,00. Entretanto alguns intrusos confessos entraram com um pedido de manutenção de posse contra a firma suplicante, ações que correm pela Quinta Vara Cível, impedindo a firma de desenvolver suas atividades desde julho de 1947, a firma suplicante aprovou licença proletária para levantar vinte e três prédios e iniciou as construções, mas teve que parar porque a ação dos seus inimigos, por meios até violentos e porque no local fizeram uma sociedade de comunismo (conforme processo em andamento na Delegacia de Ordem Política e Social), a vem impedindo de todos os meios e modos. Como a ação na Quinta Vara aguarda uma nova perícia a fim de constatar o abuso dos intrusos e em segunda fase entrar o julgamento, e como a documentação de compra da firma suplicante é boa, com registro no ofício de

¹²⁷ 10 de fevereiro de 1949, p. 8.

¹²⁸ Gazeta de Notícias, 1950, p. 10.

imóveis, e o pagamento do terreno foi integral, espera a suplicante da justiça que lhe reconheça os seus direitos para que possa prosseguir com os seus trabalhos e negócios iniciados. Além desse motivo, que foi o principal, há também que se considerar que a situação da praça e do país não favorece os negócios imobiliários como é público e notório, razão porque não obstante as atividades dos sócios de outros setores de produção não obtiveram contudo os resultados necessários.

A Construtora reconhece a dificuldade em continuar as suas atividades na Vila do Vintém e imputa a ação aos comunistas pelo fato de o terreno ter sido ocupado por pessoas que não faziam parte do plano da Construtora para a localidade. Tratando os favelados como intrusos, a peça jurídica é um exemplo de como a estratégia utilizada pelos moradores e suas instâncias representativas se articulavam politicamente. Recorrer ao Judiciário parecia, de fato, lograr êxito, uma vez que a Construtora tivera suas atividades paralisadas.

Outro ponto que merece ser destacado: a Construtora acompanhava de perto as diligências e o monitoramento feito pela Polícia Política junto à Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém. Como parte interessada, não seria de se estranhar que a própria Construtora fosse uma fonte de formação privilegiada junto aos órgãos da repressão, uma vez que a ação dos favelados orientados por parlamentares ligados ao Partido Comunista colocaria em risco os negócios da Construtora. Eliminá-los, aproveitando o discurso anticomunista e a preocupação do aumento dessa influência junto às favelas, poderia se converter em importante trunfo para a Casa Popular.

O documento também aponta para as dificuldades criadas pelos “intrusos” da Vila do Vintém. Ao mencionar o mandato de manutenção de posse impetrado pelos moradores da favela, a Construtora em sua concordata, mais uma vez aponta para ação dos favelados como um obstáculo à valorização do seu empreendimento. Outro detalhe relevante diz respeito à construção das casas. O plano inicial da Construtora era estabelecer uma linha de construções que abarca desde os bairros de Realengo até Bangu, deixando claro o seu plano para a região. Nesse caso, vale a reprodução:

Observando-se o balanço poderá chegar-se a conclusão de que não faltam à firma suplicada os meios para o bom êxito do seu negócio, tanto mais que a falta de casas cada vez mais se torna alarmante, e o objetivo da firma é o de fazer casas quando se vir livre das dificuldades que a manutenção de posse dos intrusos lhe criou. De fato 86 lotes de terreno de 225,50 m², tipo proletário em Realengo, junto ao logradouro que passa pelo Estádio do Bangu e a 10 minutos da estação de Realengo ou de Moça Bonita, por muito barato que se calcule o respectivo valor, representam um patrimônio que cobre muitas vezes o passivo da firma.

Uma reportagem do Diário da Noite¹²⁹ relata a crise de moradias na cidade, especialmente nos subúrbios e na antiga zona rural, mostra que, na Rua Lomas Valentinas, foram encontradas placas da Construtora em quatro casas, que se encontravam, porém, com obras paradas há mais de dois meses, o que mostraria o fracasso do empreendimento.

Buscamos maiores informações sobre a Construtora na Associação Comercial do Rio de Janeiro, mas lamentavelmente não obtivemos resultado. Em todo caso, as reportagens de jornal mostram que seu representante seria um senhor chamado Alexandre Escudero Pires, fato que aparece de forma reiterada nos periódicos consultados. Há menção a este nome em períodos posteriores na luta por moradia na Vila do Vintém, no qual o mesmo é apontado como um grileiro violento e que se apropriou de forma indevida dos terrenos ali situados. Na propaganda da Casa Popular, também nos chama atenção o fato de a Prefeitura do antigo Distrito Federal aparecer como entidade que referenda a lisura do negócio vendido pela empresa, o que poderia ser uma estratégia para agregar confiabilidade ao empreendimento.

Nesse caso, Silva (2010, p. 175), ao comentar sobre as favelas nascidas no subúrbio, assinala que há um duplo processo que envolve grilagem de terras e a intervenção do próprio Estado na malha urbana, uma vez que:

(...) cabe indicar que esses processos, que dão origem ao desenvolvimento da favela suburbana, envolvem ações de grilagem e intervenções do próprio Estado, no decorrer dos anos 1940-1950, sempre associadas às transformações da cidade, em especial nas áreas do litoral norte e área oeste. O primeiro constitui uma região que concentra vários projetos de expansão de atividades industriais e do porto, e a abertura da Avenida Brasil em 1946, mas também para onde a prefeitura remaneja os favelados de outras áreas (próximas ou não) para parques proletários e assentamentos cada vez mais ao norte, como Vigário Geral. A segunda sofre um processo de transformação do rural em urbano sendo considerada, especialmente a partir dos anos 1960, o grande vetor de expansão da cidade (e de seu mercado).

Muitas favelas cresceram a partir de ações de empresários do ramo imobiliário, tanto aqueles que operavam na esfera formal quanto aqueles que agiam na informalidade. A superação desse momento inicial não significou o fim da atividade imobiliária no interior das favelas, Pestana (2022) considera que, naquelas favelas situadas em regiões distantes das áreas mais valorizadas da cidade, a sua presença pôde contribuir com a melhoria da infraestrutura, potencializando a atuação do capital incorporador em dada região.

¹²⁹ 19 de setembro de 1949, p. 9.

Somado a isso, a atuação de grileiros de terra concorreu, de maneira decisiva, para colocar as favelas no radar. O caso da Vila do Vintém mostra como o Estado atuou em conluio com essa categoria com a finalidade de agir para derrubar autoconstruções, colocando-se, em muitos casos, ao lado dos invasores que utilizavam de influência junto ao poder público para, por intermédio da força, cobrar taxas ou divulgar construções irregulares como se regulares fossem.

Ao mesmo tempo, os moradores de favelas como a Vila do Vintém estavam cercados por um contexto, que, de acordo com Bittencourt (2013, p. 64) envolvia: “Um cenário de pobreza, especulação imobiliária, grilagem, contestação de propriedades de terra da União e particulares, além de um padrão de informalidade nos contratos de compra ou aluguel”. Dessa forma, mesmo a chance de pagar aluguel não traria qualquer possibilidade de segurança aos moradores, uma vez que estavam expostos, de forma frequente, às ações violentas de grileiros, de proprietários de “trocas de donos”.

Ao determinar o que é formal ou informal, o próprio Estado faz escolhas quanto a quais grupos vai defender prioritariamente. Se, de acordo com as leis da época, as favelas eram tidas como uma subversão do urbanismo dito formal, as

edificações de grileiros encontravam, no mesmo Estado, as condições necessárias, para, inclusive, a partir da lei, garantir os lucros advindos de suas construções. A ambiguidade das leis levava a uma série de ações que tinham as favelas como alvo, mas que poderiam, a partir de um discurso “técnico”, mas altamente preconceituoso e higienista, garantir que invasores extremamente violentos, no caso dos grileiros, tivessem acesso às terras. Igualmente informais, os grileiros contavam com o beneplácito das autoridades, com a diferença de que esse tipo de informalidade se expressava através de privilégios de classe e raça.

Maricato (2003) afirma que padrões modernistas detalhados de construção do solo, presente em leis de saneamento, códigos de obras, leis de parcelamento de solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra, escancarando a simbiose entre modernização e atraso. Ao mesmo tempo, a autora afirma que:

Não se trata de um “Estado paralelo” ou universo partido. A realidade é bem mais complexa. Uma ambiguidade entre o legal e o ilegal perpassa todo o conjunto da sociedade, a qual não escapa, mas ao contrário, ganham posição de destaque, as instituições públicas (Maricato, 2023, p. 155).

Todavia, sobre esse último aspecto, vale lembrar que a informalidade, categoria à qual os favelados foram submetidos, pode ser compreendida para além das normativas do Estado, devendo ser entendida a partir de uma série de

práticas que podem, inclusive, fortalecer aspectos associativos, de luta pela moradia, apropriação do solo e do direito à cidade em um aspecto mais amplo.

Ao falar do urbanismo informal, é preciso reconhecer que poderia aparecer como solução para os favelados, mas também como um desafio. Dessa forma, cabe ressaltar:

O urbanismo informal resolve necessidades urgentes, fornece uma incubadora de solidariedade comunitária e mobilidade social, e proporciona às pessoas marginalizadas um espaço de autonomia, agência e resistência. No entanto, também reforça práticas altamente injustas envolvendo direito, governação e distribuição de recursos públicos. Mais perversamente, a necessidade de proteger a urbanidade informal canaliza a energia política e social dos residentes para a defesa das próprias fontes de governança urbana que impulsionam a sua marginalização cívica e econômica. A informalidade é, nesse sentido, uma “solução” tanto para os privilegiados quanto para os marginalizados (Fischer, 2023, p. 5).

Utilizando-se de canais legais, a Construtora partiria para uma ofensiva junto aos favelados da Vila do Vintém. Alegando ser dona dos terrenos, foram veiculadas notícias em diversos periódicos cariocas, com o intuito de apresentar sua versão dos fatos. Em nota publicada em 19 de agosto de 1948, um de seus representantes, que atendia pelo nome de Ignácio Moncorvo de Lima e Silva, procura a redação do jornal para contrapor a denúncia, feita pelos moradores da Vila do Vintém, de que a Construtora havia ocupado ilegalmente o terreno onde estava sendo erguida a favela. Explica o representante que a empresa teria exposto ao fiscal da prefeitura as plantas e o alvará de obras da ação que executava no local e que, quando da derrubada dos primeiros barracos da favela, o representante havia se limitado a “assistir”.

A guerra nos tribunais também ganhava fôlego: a matéria publicada pelo Jornal do Commercio, em agosto de 1947, destaca que a Construtora Casa Popular teria entrado com uma ação na 5ª Vara Cível do Distrito Federal, mais precisamente com um Interdito proibitório. A ação da Construtora nos permite depreender que os alvos eram os novos habitantes da localidade que estavam “atrapalhando” os seus negócios e que precisavam urgentemente ser despejados. Seus representantes também buscaram o Parlamento: durante a sessão de 21 de junho de 1949 da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, é apresentada, como um de seus destaques, a leitura de uma carta enviada pela Construtora para ser lida pelo Presidente da Assembleia, o vereador Oswaldo Moura Brasil¹³⁰.

¹³⁰ À época, filiado ao PSD.

Nesse documento, os donos da Construtora apontavam ser proprietários do terreno onde se localiza a favela¹³¹.

Ao que tudo indica, a Construtora, tentaria, anos mais tarde, retomar suas atividades na Vila do Vintém, talvez observando o crescimento da favela e a possibilidade de ali auferir lucros com os moradores. Os proprietários da Construtora tentariam novamente fazer valer o direito de propriedade sobre o local, mesmo com falência decretada, como demonstra a publicação do jornal A Noite¹³², que acusa os moradores da Vila do Vintém de ocupar terrenos alheios, mais precisamente, aqueles de propriedade da Construtora da Casa Popular. Segundo a matéria, um barbeiro chamado Durval Gomes, um operário chamado Sabino da Silva Magalhães e o advogado comunista Heitor da Rocha Faria estariam mancomunados para impedir o reinício do empreendimento, executando ali a construção de uma série de casebres. A matéria acusa os comunistas, algo já bastante em voga desde os anos 1940. Vale a reprodução:

Os acusados preparam o plano na Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém, de formação comunista, e ali, na Rua Lomas Valentinas, levantam os casebres por ordem do advogado, sem licença, nem autorização das autoridades municipais, avolumando-se neles, com as famílias. Os barracos são construídos durante a noite, para evitar a ação da polícia municipal e recebem números fantásticos.

A publicação ainda acusaria Rocha Faria de receber dinheiro pela ocupação de cada barraco e também de enfrentar os funcionários da Prefeitura quando acionados para derrubá-los. Nos documentos pesquisados em diferentes arquivos, não foi possível encontrar semelhante acusação ao advogado comunista, quanto ao que tange especificamente à Vila do Vintém. Em todo caso, entendemos ser importante apresentar esta narrativa por parte da Construtora uma vez que os argumentos utilizados contra os moradores encontravam eco em boa parte da Sociedade Civil e do próprio Estado, fato que colocava a “Vintém” na berlinda. Nesse conflito, os jornais eram utilizados em larga escala também pela Construtora, sobretudo aqueles de caráter mais conservador. As acusações mais recorrentes eram de “invasão dos terrenos” e suborno, além da vinculação das lideranças ao comunismo e a atividades de caráter “subversivo” em geral.

Entendemos que o conflito entre favelados e grileiros de terra é um dos pontos centrais da questão habitacional na então capital federal, nas primeiras décadas do século XX. A municipalidade agia de maneira ambígua com

¹³¹ Jornal do Brasil, 22 de junho de 1949, p.8

¹³² A Noite, 10 de outubro de 1953, p. 9.

orientações diferentes entre o Executivo e o Legislativo. Por sua vez, o Poder Judiciário acabava sendo pressionado pelos dois lados, grileiros e favelados, o que colocava os moradores em uma espécie de “ilegalidade tolerada” nas palavras de Fischer (2007, p. 430). Ainda segundo a autora:

Em inúmeros casos, a ameaça de despejo judicial provocava protestos dos moradores das comunidades e a mobilização política de vereadores e até de deputados federais. Os resultados variavam. Em algumas raras ocasiões, o governo municipal ordenou a expropriação da favela; mais frequentemente, a Câmara Municipal aprovava leis de desapropriação que nunca encontravam apoio e financiamento da prefeitura. De qualquer maneira, no final, o resultado era praticamente o mesmo. As expulsões ocorriam raramente ou de maneira parcial; e seu preço político era muito alto diante da organização e da bem respaldada oposição dos moradores. Todavia, os residentes raramente recebiam títulos e a maioria vivia com o medo constante de que seu período de tranquilidade política um dia tivesse fim sob a fúria da violência policial ou o fogo de um incêndio provocado. A situação ilegal de suas casas os colocava numa zona da ilegalidade tolerada; ficavam nas suas comunidades, mas não podiam reivindicar seus direitos de cidadania numa cidade em que sua permanência representava só um momento de trégua (Fischer, 2007, p. 430).

A figura do grileiro de terra, por sua vez, na sua relação com as favelas era problematizada por alguns periódicos, uma vez que agiam no sentido de privilegiar os seus lucros em detrimento de qualquer tipo de preocupação com as condições de vida dos habitantes que viviam, logo:

Os jornais faziam referências constantes aos presumidos proprietários dos terrenos onde estavam implantadas as favelas. Vários deles eram apenas grileiros que a imprensa daquela época havia cognominado de “tubarões das favelas”. À imagem do “Monsieur Vantour na França, o proprietário imobiliário que privilegiava o ganho financeiro em detrimento das condições de vida dos locatários e que ficou célebre através das caricaturas de Daumier, a figura do grileiro povoou o imaginário popular no Rio de Janeiro, tanto em relação às favelas quanto em relação aos loteamentos do subúrbio (Gonçalves, 2013, p. 180).

A luta pela Vila do Vintém extrapola o âmbito municipal. O debate sobre as favelas ganharia destaque nacional, sendo alvo também de articulações que ocorreriam no âmbito da câmara dos deputados. Dessa forma, a próxima sessão vai mostrar a luta pelo direito à moradia na Vila do Vintém a partir dos periódicos e dos debates parlamentares.

3.3. A batalha se prolonga

Os debates envolvendo as favelas conquistam definitivamente o parlamento nos anos 1950, além da Câmara dos Vereadores, a Câmara dos

Deputados também assume o protagonismo quando o assunto era a questão habitacional envolvendo milhares de favelados. A capital da República, ainda vitrine das tentativas de embelezamento e reordenamento naquilo que concerne às cidades, tinha, por outro lado, o crescimento das favelas e centenas de ordens de despejo como um de seus principais debates.

O agora deputado Breno da Silveira, na ocasião filiado ao PSB, destaca sua preocupação com a batalha judicial que envolvia favelados e grileiros. Apela, então, para uma saída negociada e assinala que a situação havia saído do controle na capital da República. O discurso do parlamentar na tribuna da Câmara, em 15 de junho de 1954¹³³, mostra que o assunto sempre fora tratado pelo Executivo sem que os principais interessados fossem ouvidos: os próprios favelados. Vale reproduzir parte do discurso:

Faz poucos dias eu trazia ao conhecimento da Câmara um problema de tanta relevância, pois chega a quase 450 mil o número de favelados no Distrito Federal. Estes sofriam a consequência da má orientação dos poderes públicos e muitas vezes da própria justiça, porque até hoje as organizações do governo que se dispuseram a estudar o assunto, sempre foram de cúpula e jamais foram capazes de sentir as aflições dos interessados em toda a sua magnitude. Dizia eu que as sentenças judiciais, muitas vezes são dadas em cima da perna, sem que os juízes das diversas varas cíveis conheçam o problema social em sua gravidade.

O discurso de Breno da Silveira nos chama muito a atenção, uma vez que o agora deputado tenta mostrar, em sua fala, que o problema não se limitava ao aspecto jurídico e que uma sequência de despejos poderia trazer consequências graves para a cidade. Ao alertar o Executivo e o Judiciário, o pessebista trazia o conflito para o cerne da questão social, colocando a política como possibilidade de negociação e mediação do conflito. O segundo período Vargas abria uma possibilidade na qual canais importantes eram abertos para a defesa dos interesses dos favelados. A criação do Serviço de Recuperação das Favelas em 1952, pelo Prefeito João Carlos Vital, era um exemplo de como a municipalidade começava lentamente a encarar a questão, não mais como mero caso de polícia, além do mais a questão das favelas não se resumia apenas ao Rio de Janeiro, uma vez que cidades como Recife e Porto Alegre também apresentavam um crescimento exponencial de autoconstruções.

De acordo com Leeds & Leeds (1978, p. 205):

Pela primeira vez, o fenômeno das favelas era vinculado a estabelecimentos semelhantes em outras partes do país – mocambos no Recife e Vilas de Maloca em Porto Alegre. A Comissão Nacional do Bem-Estar Social, nessa época, parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, realizou uma série de

¹³³ Câmara dos Deputados: Brasil, 1954, p. 3.913.

conferências de âmbito nacional cujas conclusões gerais eram de que as favelas constituíam um problema nacional e deveriam ser vistas a partir de seu aspecto social, econômico e legal; estudos deveriam ser feitos no contexto de um planejamento de escala nacional.

Além do caráter nacional, mesmo com a tensão política que marca o segundo governo Vargas, é possível observar que uma flexibilização no trato com as favelas, uma vez que houve ampliação das possibilidades de negociação (Leeds e Leeds, 1978; Lima, 1989; Silva, 2005). O custo político de eventuais remoções seria bastante elevado, o que levou a uma série de ações negociadas entre favelados, políticos e grileiros, tendo como fundo as instituições pertencentes à democracia liberal.

Ao mesmo tempo, a abordagem a respeito das favelas, sobretudo por veículos de imprensa de cunho mais conservador, como o *Correio da Manhã*, continuava a tratar as favelas como chagas sociais. Atuando também pelo flanco moral, os periódicos cobravam soluções por parte do poder público, incluindo os entes federais, com a finalidade de removê-las da paisagem¹³⁴. As reportagens de periódicos, como o *Correio da Manhã*, procuravam, de alguma forma, fazer uma crítica ao processo de industrialização atrelando-o ao crescimento das favelas, uma vez que, segundo Martins (2015, p. 11), havia uma “tentativa de associar o mal que representa a favela ao processo de industrialização e aos benefícios trabalhistas ofertados ao operário industrial”. Além disso, segundo o autor, a industrialização, de acordo com os periódicos, também seria falha uma vez que não conseguiria abrigar em sua totalidade a mão de obra que vinha do campo, levando os trabalhadores a optar por habitações provisórias.

A questão do campesinato também era recorrente quando o assunto abordado eram as favelas. Havia tanto nos materiais produzidos pelos jornais quanto nos discursos e propostas parlamentares, a produção de uma ideia de que o binômio industrialização/urbanização seria insuficiente para lidar com a crise da moradia. De acordo com as perspectivas hegemônicas dessas instituições, as favelas estariam longe de se apresentar como solução. Na Câmara dos Vereadores e dos Deputados, ainda persistiam projetos de lei e iniciativas que tentavam extinguir as favelas, exemplo disso pode ser encontrado, nos Anais da Câmara dos Deputados, de 21 de abril de 1950, um projeto de lei do deputado

¹³⁴ Em matéria de 7 de março de 1950, o *Correio da Manhã*, ao criticar uma fala do então Presidente Eurico Gaspar Dutra sobre o protagonismo dos municípios, aborda o estado de penúria em que se encontravam e que, além disso, em que pese o desenvolvimento do país, o desenvolvimento das metrópoles era absolutamente problemático, sendo as favelas uma de suas principais expressões. Segundo o jornal, esses seriam locais onde as pessoas padeciam de “promiscuidade e fome”, além de sofrer com o desemprego e ações da polícia.

Baeta Neves (PTB), que propunha, por exemplo, a promoção da extinção das favelas e a conseqüente fundação de colônias agrícolas no Rio de Janeiro, lugar para onde os moradores deveriam ser levados.

O debate adentra os anos 1950 com uma clara divisão sobre o destino das favelas, sobretudo na Câmara dos Vereadores do antigo Distrito Federal. É possível observar que os debates parlamentares se dividem entre aqueles que ainda apregoavam a extinção das favelas e aqueles que entendiam que cabia ao Estado uma ação mais efetiva para favorecer as melhorias na infraestrutura desses locais, reconhecendo-os como parte integrante da cidade. Ao mesmo tempo, apesar dos debates, poucas eram as ações realmente efetivas.

Um exemplo disso é o discurso do vereador Gladstone Chaves de Mello (UDN) em junho de 1952. Mostrava contrariedade diante da possibilidade de investimento da Prefeitura em construções para os favelados. Alertando para uma suposta acomodação dos moradores de favelas, o vereador estabelece, em seu discurso, que:

Sr. Presidente, na comissão de justiça assinei com restrições o parecer que conclui pelo substitutivo, porque tenho, em relação aos problemas das favelas, ou melhor, em relação às razões apresentadas, algumas objeções de fundo, algumas divergências de princípio e não poderia calar quando o projeto é apresentado a deliberação do plenário. Assim, não posso entender como só a condição de favelado pode dar ao cidadão um direito, um favor de receber de mão beijada, pode-se assim dizer, uma casa para morar, uma vez que os favelados receberão casa para morada contra a prestação de um módico aluguel, quando tantos outros habitantes desta cidade, de condição humilde, lutam bravamente para conseguir manter um teto decente em boas ou regulares condições de habitabilidade e nunca seriam favorecidos com um projeto como esse.

Em todo caso, mesmo com posições contrárias de alguns parlamentares, havia um indicativo de mudanças nos debates. A habitação como um direito começa lentamente a entrar no léxico quando a questão eram as favelas. O fato de a municipalidade se colocar reticente com relação à derrubada de diferentes favelas e à mudança de postura frente aos moradores é algo que pode ser considerado como uma importante vitória.

Ao abordar as perspectivas dos favelados a partir de uma ideia de resistência e controle em seu aspecto histórico, Burgos (2012) caminha na direção de pensar que, em que pese o movimento dos favelados ter se constituído em importante processo de organização coletiva, essa organização também trouxe um viés de acomodação que seria confortável tanto para moradores de favelas quanto para o Estado, já que o que estava em negociação era a possibilidade de permanecer, em alguns casos, em áreas valorizadas da cidade, ao mesmo tempo

que havia uma espécie de submissão ao controle parcial ou total do Estado, através do aparato policial ou de uma cooptação política dos seus membros.

Todavia e indo em direção oposta ao pensamento do autor, consideramos que, em vez de submissão dos favelados ao controle do aparato estatal, o que houve, na verdade, foi uma tentativa de incorporação a essas instâncias, colocando-as como objeto de disputa. Trata-se, ao nosso ver, de uma direção tática e estratégica por parte de diferentes movimentos de luta por moradia no âmbito dos anos 1940 e 1950, com o intuito de fazer valer os seus direitos. Tanto é que esses movimentos acabaram por lograr êxito em batalhas importantes cujo foco era a remoção ou a permanência dos favelados nos locais ocupados. É evidente que a redemocratização trouxe, mesmo que de forma parcial e limitada, a possibilidade de penetração em instituições que poderiam servir como defesa dos seus interesses. Torna-se ainda mais necessária a compreensão do movimento de lutas dos favelados a partir do viés da “ocupação do espaço”, se formos considerar que havia, e há até os dias de hoje, um estigma sobre esses locais, pesando o fato de abrigar os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, além da dimensão racial que também deve sempre ser lembrada.

Ao mesmo tempo, entendemos que a presença de segmentos ligados ao partido comunista, apesar de o PCB ter sido extinto em 1947, também foi elemento decisivo para a atenção que o poder público deu às favelas. Espalhados por frentes parlamentares, em partidos políticos como o PTB ou em associações de defesas por direitos, as ideias comunistas provocaram não apenas uma espécie de tensionamento com relação à disputa pelas favelas, como também fez, mesmo de maneira conservadora, que o Estado resolvesse agir, bem como a Sociedade Civil, sobretudo a partir das instituições vinculadas à Igreja Católica.

A Vila do Vintém pode ser, ao nosso ver, considerada como um relevante objeto de análise para a compreensão das questões já listadas, uma vez que a referida favela vai apresentar uma disputa ideológica importante, além da questão que envolve o uso e a ocupação do solo e as mediações que foram feitas pelo aparato estatal. Sua entrada no circuito como uma das principais favelas da cidade, mas ainda pouco lembrada, é algo digno de nota e de reflexão, já que apresentou uma experiência associativa significativa e utilizou os canais institucionais disponíveis com eficiência.

Os anos 1950 marcam uma série de disputas judiciais. A partir dessas disputas, foi possível perceber, sobretudo a partir da ideia de expansão rumo aos subúrbios, planos mais efetivos que incluíssem a provisão de moradia para setores mais amplos da classe trabalhadora. As políticas residuais em torno da

questão da moradia favoreceram que, em diversos pontos da cidade, a questão do uso e da ocupação do solo fosse resolvida a partir de uma condução que podemos chamar de duvidosa por parte do poder público.

Um exemplo disso é a chamada “indústria da desapropriação”. Gonçalves (2013) afirma haver um imbróglio que envolvia grileiros e favelados. Muitas das vezes, utilizando recursos bastante violentos, os grileiros acabavam por expulsar os moradores de favelas de seus locais de moradia, ou impediam que acessassem serviços públicos, sendo um dos exemplos o corte de bicas d’água em algumas favelas. Os conflitos fundiários acabavam, segundo o autor, indo parar na Justiça, onde havia uma resposta dos favelados. Nesse caso e conforme já demonstrado em nossas reflexões, os favelados provaram ter um bom conhecimento do sistema jurídico que tratava do acesso ao solo no Rio de Janeiro, fato que fez com que processos se arrastassem por anos. Por sua vez, por parte do poder público, esperar o desenlace dos conflitos em favor dos grileiros também poderia ser compreendido como uma estratégia para manter padrões urbanísticos que excluíssem a população favelada do direito à cidade, Oliveira e Pandolfi, por exemplo, (2019, p. 224) afirmam que “essa indústria da desapropriação contava com a boa vontade das autoridades públicas em seu projeto de ‘desfavelar’ e ‘embelezar’ a cidade maravilhosa”.

Um dos elementos que advém desse contexto bastante conflituoso é a chamada Lei das Favelas, promulgada em 1956. Os litígios, sobretudo a partir da segunda metade dessa década, acabaram por promover as favelas ao *status* de questão sociopolítica da cidade e, até mesmo, do país, visto que a problemática ultrapassava os limites da municipalidade e acabava por se apresentar como algo que deveria ser debatido em todo o território nacional. Os debates sobre as favelas acabaram por ganhar a Câmara dos Deputados. Constituiu-se em algo muito discutido por parlamentares ao longo de 1955 e 1956 (Gonçalves, 2013), a lei acabou sendo produzida em decorrência desse contexto.

É fundamental citar os objetivos da Lei das Favelas (Lei n. 2875), ou seja, a abertura de créditos especiais visando à melhoria das habitações dos favelados, o que envolveria a participação de entidades e do próprio Estado, o que ocorreu em relação à Cruzada São Sebastião, do Distrito Federal, ao Serviço Social contra o Mocambo no Recife e às Prefeituras de São Paulo e Vitória. É importante citar que, de acordo com Gonçalves (2013), havia a previsão de aporte financeiro

somente para o projeto da Cruzada São Sebastião, mas, após pressão de parlamentares, houve a inclusão das outras cidades¹³⁵.

É preciso especialmente chamar a atenção para dois artigos da Lei n. 2.875 que foram pensados para beneficiar os favelados, mas que, posteriormente, foram utilizados contra eles, sobretudo nos anos 1960, dada a ambiguidade do texto. O artigo 5º estabelecia que “Durante o prazo de dois anos, a contar da data de publicação desta lei, não será executado nenhum despejo contra moradores de favelas do Distrito Federal”, já o artigo 6 estipulava que “É assegurado aos moradores de favelas a permanência em suas habitações, no caso de não serem beneficiadas com os créditos especiais de que trata a presente lei”. A questão que se coloca é que essa lei acabou por proporcionar, nos anos 1960 e 1970, que houvesse remoções em massa de favelados, a partir desse último item, uma vez que bastava alguma previsibilidade de deslocamento deles para algum conjunto habitacional em determinada área da cidade para que as remoções ocorressem seguindo o rito jurídico.

Sobre isso, Gonçalves (2013, p.192) escreve que a lei “(...) acabou tornando a ocupação dos favelados ainda mais precária e provisória”, já Cunha (2018, p. 142) demonstra que:

No entanto, não foi uma preocupação da lei criar uma alternativa juridicamente coerente para tratar de uma questão que levava à reflexão sobre problemas mais complexos do que a simples mudança física de moradia, mas todo um contexto de convivência, afetividade entre as pessoas e o local, além de uma interferência nos costumes dos mesmos (...)

Entre os parlamentares, também não havia certeza sobre a eficácia da Lei, que foi fruto de alguns debates. Em discurso¹³⁶ proferido na Tribuna da Câmara e publicado em 12 de julho de 1956, Bruzzi de Mendonça (PRT-DF)¹³⁷ faz uma série de críticas à Lei de Favelas, dizendo ser fruto de demagogia e que acabaria por não resolver os problemas dos favelas. Em seguida, transcreve-se trecho da fala:

¹³⁵ O discurso do deputado trabalhista Floriano Rubim (ES) mostra como representantes de outros Estados acabaram por se mobilizar para incluí-los na Lei. Segundo o parlamentar, “deixar as principais capitais do país, as cidades populosas de nossa terra, a braços com idêntica situação seria, vamos dizer, passar pela rama do problema, sem atacá-lo a fundo na sua verdadeira origem. Por isso, pensando assim, apresentei naquela oportunidade a emenda que ora defendo e que recebeu o número 13, dando à Prefeitura do Espírito Santo, a importância de CR\$ 20 milhões para iniciar a urbanização de favelas naquela localidade (...)” (Câmara dos Deputados: Brasil, 1956, p. 5.798).

¹³⁶ Câmara dos Deputados, 1956, p. 5.430.

¹³⁷ Eleito Deputado Federal pelo Distrito Federal no pleito de 1954, com o apoio do PCB, todavia rompe com o partido em 1957 após tecer críticas ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Tentou se reeleger em 1958 pela Aliança Democrática Nacionalista, que agregava além do PRT, o PSB, o PL e o PTN, obtendo apenas a vaga de suplente. Concluiu seu mandato na Câmara em 1959. Fonte: FGV/CPDOC.

Deixamos bem claro, portanto, que o projeto não irá melhorar as condições de vida dos favelados, mas apenas justificará gastos abusivos, irregulares e ilegais já efetuados. Entretanto, para que não se diga que sou sistematicamente contra a assistência aos favelados votarei pelo projeto na esperança de poder suplementá-lo com as emendas que eu e outros Deputados apresentamos. Com efeito, mediante tais emendas, o projeto aí sim teria alguma utilidade, mas como foi apresentado, singelamente, é obra demagógica sem qualquer sentido prático e constitui até malversação do dinheiro público.

De qualquer maneira, é fato que os debates em torno da questão envolvendo os favelados e o direito à moradia acabaram por fazer com que os diferentes órgãos do Estado iniciassem, mesmo que timidamente ou com equívocos como foi a Lei das Favelas, uma revisão de suas normativas. A pressão exercida por movimentos populares colabora para o quadro, à medida que aproveitava das possibilidades do período democrático para colocar em voga as suas pautas, sobretudo no campo habitacional.

Entre 1947 e 1955, a luta política envolveu um forte apelo ao Judiciário através de mandados de segurança e reintegração de posse, a luta dos favelados segundo Gonçalves (2013, p. 180), mostra que eles:

(...) organizavam-se rapidamente. Contrataram advogados e pressionaram politicamente o poder público para evitar os despejos. Eles eram muitas vezes apoiados por políticos (vereadores, deputados e até mesmo senadores), pela imprensa, assim como pelas diversas associações ativas nas favelas naquela época (UTF, Fundação Leão XIII, Cruzada São Sebastião). Os favelados também organizaram passeatas em frente à Câmara dos Vereadores para exigir a desapropriação das favelas ameaçadas.

Pestana (2016, p. 99) afirma, porém, que “o aprofundamento em diversas frentes de atuação não significou o fim das ameaças de despejo”, pelo contrário, em muitos casos, o tensionamento causado pela associação aos comunistas acabava por colocar as favelas no radar, o que fazia com que novas táticas fossem adicionadas, segundo o autor:

Nesses embates que prosseguiram os anos subsequentes, os favelados continuaram a empregar suas antigas táticas, como o envio de telegramas a autoridades (quase sempre ainda enfatizando a sua pobreza, mas também a sua condição de trabalhadores, chegando a evocar em alguns casos, um direito à cidade). A eles, adicionaram, porém, a prática de realizar, em última instância, grandes manifestações públicas em frente às sedes dos poderes da república como fizeram em 1951, os moradores do morro do Simão junto a câmara municipal. Por vezes, quando todos os mecanismos falhavam em produzir resultados favoráveis e os despejos tornavam-se iminentes era empregada até mesmo a existência física às investidas dos encarregados de executá-los. Ainda na conjuntura do pós-democratização, ações diretas mais ousadas passaram a ser frequentes também para a obtenção de serviços urbanos ausentes em certas favelas, como testemunham diversas instalações clandestinas de bicas d'água levadas a cabo pelos favelados.

Os Anais da Câmara dos Deputados, mais precisamente em 09 de fevereiro de 1954¹³⁸, apresentam o deputado Breno da Silveira externando sua preocupação com o despejo dos moradores do Morro da União. O parlamentar, em seu discurso, está aflito com o destino da favela e alerta para as dimensões políticas do despejo. Vale a reprodução:

(...) E o que acontece, Senhor Presidente, é que milhares de pessoas estão em uma situação delicada, numa situação de nervosismo, sem saber como se orientar, sem saber como agir, restando-lhe somente a confiança no poder legislativo. Sr. Presidente, da tribuna trago o meu protesto, fazendo, ao mesmo tempo, um apelo ao executivo municipal, no sentido de sustar o mandado de despejo que atinge dolorosamente a milhares e milhares de pessoas.

A pressão exercida pelos movimentos de favelados e as representações parlamentares junto aos órgãos municipais e também àqueles pertencentes à administração federal parecia lentamente surtir efeito. A segunda metade dos anos 1950 marcaria um momento marcante na luta dos favelados com a continuidade dos debates, importantes movimentos de reivindicação por moradia e, até mesmo, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a titularidade das terras onde se instalava boa parte das favelas cariocas. Esses elementos são levados em conta quando se trata da história da Vila do Vintém. A favela do antigo sertão carioca entraria em um momento decisivo de sua existência, com a possibilidade de remoção ou de permanência nas terras que beiravam duas estações de trem. É necessário salientar que, junto aos favelados, outros personagens entram em cena prometendo apoio à causa. A próxima seção pretende apresentar como a Vila do Vintém se organizou em momentos decisivos, além dos debates travados em diferentes instâncias decisórias e que envolviam as favelas como um todo.

3.4. “Em defesa do meu barraco vou até o inferno”, a Vila do Vintém reage

Novos personagens em cena, surgem desdobramentos de antigas reivindicações, seria a definição do ano de 1955 quando o assunto é a Vila do Vintém. A metade da década de 1950 seria marcada por momentos decisivos na história dessa favela, em que a luta dos moradores parecia chegar ao fim.

O recrudescimento da luta que envolvia os moradores e a Casa Popular se constitui como fato decisivo. Outro fator marcante são os personagens que saíram em defesa da favela em conluio com os moradores. Sob os mais variados

¹³⁸ Câmara dos Deputados, 1954, p. 506.

interesses, não deixa de ser interessante verificar que, mais uma vez, os favelados souberam utilizar os canais disponíveis a seu favor.

Continuando uma tendência que já estava presente na década anterior, é possível verificar que atores de diversas matrizes ideopolíticas estavam em campo quando o assunto era a Vila do Vintém. Essa disputa seria percebida na forma como diversos organismos tanto do Estado quanto da Sociedade Civil se referiam à mobilização dos favelados, bem como à forma como se apresentavam como possíveis aliados dos moradores, logo, essa composição heterogênea dos apoios é um ponto que, novamente, merece a devida atenção.

Nesse caso, foi possível perceber que figuras como o então deputado Tenório Cavalcanti se aproximaram da favela a partir de 1955. O jornal Luta Democrática, de sua propriedade, era um dos meios de comunicação utilizados pelos moradores. As reportagens do jornal mostram o parlamentar como uma figura de fácil acesso aos moradores da Vila do Vintém e como alguém que estava empenhado em lutar pelos seus direitos. Há uma busca incessante, ao nosso ver, pela construção simbólica de uma figura que se empenhava na luta dos favelados e que se colocava como aliado na luta que empreendiam.

Um exemplo pode ser a matéria do jornal Luta Democrática¹³⁹ na qual é noticiado um comício relâmpago na Vila do Vintém, assistido por cerca de 4 mil pessoas. Segundo o periódico, o parlamentar bradou contra os grileiros de terras e discursou sobre a necessidade de urbanização das favelas, sendo ovacionado pelos favelados.

A matéria intitulada “Querem expulsar os moradores da Vila do Vintém”, publicada pelo jornal Luta Democrática, de 01 de abril de 1955, apresenta uma visita dos favelados à redação daquele jornal, apontando uma tensa relação dos moradores com quem se dizia dono da terra, bem como as propostas para uma possível permanência deles no local. Vale a reprodução de trechos relevantes:

Encravada entre Padre Miguel e Realengo, enorme área denominada Vila do Vintém, pertencente à Prefeitura do Distrito Federal que há anos abriga milhares de favelados. De uns tempos para cá surgiu uma firma denominada Casa Popular Ltda., que tem como representante o Sr. Alexandre Escudero Pires se arrogando em proprietária da referida área, inclusive, já tem planta de loteamento que abrange os terrenos situados entre as Ruas Belisário de Sousa e Lomas Valentinas. Os moradores da favela vêm, desde então, sofrendo toda sorte de ameaças e coação, a fim de que, pelo processo de intimidação, abandonem seus lares erguidos há mais de 20 anos. Quarta-feira última, em vista dos processos usados não terem dado o resultado esperado, a Construtora da Casa Popular enviou ao local o seu representante que se fazia acompanhar de 8 guardas municipais. Desta feita, após novas ameaças de despejo, o Sr. Alexandre Escudero Pires apresentou nova proposta: a organização venderia aos favelados

¹³⁹ 22 de dezembro de 1955, p. 7.

lotes de 6 x 10 por 20 mil cruzeiros, o que seria vendido em módicas prestações. Mais uma vez os moradores exigiram que se apresentassem os documentos, que não apareceram. A ordem de despejo não existe e ao que tudo indica trata-se de grosseira chantagem. Todavia, o representante da companhia deu um prazo aos moradores da Vila do Vintém. Esperarão até dia 05 próximo quando farão descer sobre os favelados o peso de sua autoridade (Luta Democrática, 1955, p. 4).

A reportagem, que mais parece ter sido produzida nos anos 1940 quando barracos foram derrubados na Vila do Vintém, relata, dessa vez, uma tentativa de extorsão. O fato de o dono da Construtora estar acompanhado de 8 guardas municipais também é aspecto que vale o destaque, pois é possível que estivessem também interessados na valorização dos terrenos e na possibilidade de auferir lucros a partir da situação que envolvia a Vila do Vintém.

A ameaça aos moradores, a partir de ações violentas, também é outro aspecto que pode ser percebido. Isso acabava fazendo com que, rapidamente, se organizassem buscando a sua defesa. Era bastante comum que detentores de falsos títulos de propriedade utilizassem a violência como método de intimidar moradores de diferentes favelas.

Outro ponto importante da reportagem é que a comissão de moradores que procurou a redação do jornal Luta Democrática parecia não estar vinculada diretamente a algum tipo de organização comunista, apresentando, inclusive, características de uma possível dissidência. A matéria do periódico, de 01 de abril de 1955, p. 4, traz acusações dos moradores contra os comunistas. Entendemos ser necessário realçar:

Curioso é que em 27 de setembro de 1947, foi fundada por moradores a Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém, que tem de acordo com os estatutos como principal objetivo, defender o direito de todos, contra terceiros que pretendem turbar a posse. No entanto, homens que fazem parte da diretoria da Associação colocaram-se ao lado de grileiros, procurando com subterfúgios enfraquecer a resistência dos favelados.

Não se deve olvidar, certamente, da linha editorial do jornal, tão pouco esquecer que o seu fundador, na figura do controverso político Tenório Cavalcanti, trazia à época uma perspectiva ideopolítica bastante distinta daquelas defendidas pela Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém. De qualquer forma, não deixa de ser interessante verificar que, também, nos anos 1950, a favela continuava no radar de diferentes representações. Curiosamente, embora em uma perspectiva bastante distinta das ideias emanadas por organizações mais à esquerda, é fato que as reportagens construídas por jornais como Luta Democrática auxiliavam na construção de um discurso que colocava os favelados como as reais vítimas das ações dos grileiros, sobretudo na questão mais

imediate, que era a defesa das casas na Vila do Vintém. Por outro lado, de inspiração claramente comunista, ou pelo menos nos anos iniciais de sua constituição, a Associação Pró-Melhoramentos era, em termos específicos da Vila do Vintém, um elemento crucial na disputa estratégica das direções políticas que seriam adotadas pela favela, logo a contestação de suas ações era parte do tabuleiro político da época, o que nos leva a compreender que, de forma endógena, a Vila do Vintém também fervilhava nos debates políticos e na construção da direção que iria tomar.

Não conseguimos verificar nos documentos analisados nos Anais da Câmara dos Deputados a presença de Tenório Cavalcanti como principal elemento articulador das ações dos moradores da Vila do Vintém¹⁴⁰, sendo o seu jornal o principal vetor de informações sobre a luta dos favelados por moradia. Em todo o caso, julgamos crucial destacar que o político oriundo da Baixada Fluminense também tinha a “Vintém” como foco, compreendendo, provavelmente, o crescimento dessa favela e o adensamento das lutas impetradas pelos moradores como elementos que poderiam lhe auferir popularidade. A reportagem do jornal Luta Democrática informa, por exemplo, em 1 de abril de 1955, que “O deputado Tenório Cavalcanti, convidado para defender a causa dos favelados da Vila do Vintém, aceitou a incumbência e está estudando o caso detalhadamente”.



Figura 7: Comissão de Moradores da Vila do Vintém presente na redação do jornal Luta Democrática. Fonte: Luta Democrática - 01 de abril de 1955.

¹⁴⁰ Embora seja importante citar que Tenório Cavalcanti foi um dos participantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que envolveu as favelas cariocas no ano de 1955, o fato de ter sido membro desta instância pode ter sido um fator importante na defesa da propriedade dos moradores da Vila do Vintém. Os desdobramentos desta CPI serão abordados ao longo deste capítulo.

Silva (2012), ao realizar uma reflexão sobre a prática política de Tenório Cavalcanti, nos dá algumas pistas do interesse do “homem da capa preta” por uma favela do antigo sertão carioca:

Ao contrário do campo lacerdista, o campo tenorista se firmou, fundamentalmente, em espaços de fronteira: Duque de Caxias, a Baixada Fluminense, as favelas e o sertão carioca. Nesse sentido, colocava a noção de capitalidade e cidade cosmopolita como o outro. Pode-se dizer que o tenorismo representava o sertão da metrópole. Quando Tenório Cavalcanti começou a se firmar no debate político nacional, tentou levar as representações simbólicas desses espaços fronteiriços para o debate político. Esse movimento ficou mais claramente evidenciado durante as eleições durante o governo do Estado da Guanabara, porém não se limitou a esse período nesse sentido, Tenório utilizou o movimento inverso ao de Chagas Freitas, indo da periferia para o centro (Silva, 2012, p. 48).

Em sua tese, o autor também demonstra que as questões envolvendo posseiros e grileiros era um dos principais pontos de incidência política do deputado, o que também pode explicar a aproximação dele com os moradores da Vila do Vintém. Tenório Cavalcanti também esteve próximo no que diz respeito à luta por moradia dos moradores do Morro do São João e da Favela do Mangue em Duque de Caxias, somente para citar dois exemplos¹⁴¹. Também de acordo com Silva (2012, p. 222): “Tenório Cavalcanti tentou se identificar com o voto dos favelados. Boa parte de seu capital político foi direcionado para conquistar esse eleitorado”.

A aproximação de Tenório Cavalcanti e de outras figuras ligadas à política junto aos moradores da Vila do Vintém estava ligada à real ameaça de despejo que os favelados estavam sofrendo. Particularmente no ano de 1955, no mês de junho, jornal Luta Democrática noticia que foi expedido um mandado de despejo pela 5ª Vara Cível¹⁴², o que coloca em risco milhares de moradores da favela. O tema mobilizou a imprensa, o Parlamento e, obviamente, os moradores da Vila do Vintém, uma vez que a expulsão estava próxima.

A preocupação com o possível despejo dos moradores da Vila do Vintém também foi expressa na sessão da Câmara dos Vereadores do dia 28 de junho de 1955¹⁴³ noticiada pelo jornal Imprensa Popular. O vereador Valdemar Viana, outro político que seria procurado pelos moradores para fazer valer seus interesses, sobe à tribuna para defender os favelados da Vila do Vintém, segundoo político, cerca de dois mil moradores¹⁴⁴ da favela estavam ameaçados de

¹⁴¹ Segundo o jornal Luta Democrática, nas edições de 14 de abril de 1954, 27 de julho de 1960 e 5 de maio de 1960.

¹⁴³ Imprensa Popular, 1955, p. 8.

¹⁴⁴ Impressionante é a variação do número de favelados residentes na Vila do Vintém nos discursos parlamentares da época. Os números variam de duas a quinze mil pessoas, segundo o parlamentar.

despejo, o que deveria ser resolvido o mais rápido possível pelas autoridades já que, de acordo com o parlamentar eles não tinham um local para continuar a vida.

O periódico também apresenta, naquela mesma data, uma reportagem cujo título era “O Dono da Vila do Vintém, se existe, é a Prefeitura”. Nela consta que o proprietário da Construtora Casa Popular havia conseguido um mandado de notificação do juízo da 5ª Vara Cível no qual os favelados tinham duas opções: ou comprar os terrenos ou se mudar do local. A matéria, também, mostra que a notificação citava, nominalmente, 20 pessoas, mas que não estabelecia os limites da área que deveria ser desocupada. De acordo com o periódico:

Esta área abrange as Ruas Lomas Valentinas, Belisário de Sousa e Mesquita. E ali não existem apenas duas dezenas de barracos e sim o aglomerado onde moram centenas de favelados. Basta dizer que numa planta arranjada pelo grileiro foi feito um levantamento de quase 100 lotes, os quais estão sendo impugnados ao preço mínimo de 60 mil cruzeiros. Isso quer dizer que o grileiro Pires ampliou os seus pretensos domínios por sua conta e risco (Imprensa Popular, 1955, p. 12).

A Imprensa Popular noticiava em 24 de junho de 1955: “O grileiro Pires se diz dono de importante área daqueles terrenos em Realengo, mas nunca apresentou título de propriedade a ninguém” e que ele havia loteado os lotes por conta própria.

Trata-se de grilagem – dizia-nos por telefone – o correspondente de Realengo. E adiantava: um tal de Alexandre Escudeiro Pires vem tentando avançar nos terrenos da Vila do Vintém e já foi derrotado na justiça em lutas passadas, apareceu agora exigindo a mudança dos posseiros, alegando decisão do Supremo Tribunal Federal (Imprensa Popular, 1955, p. 12).

Além das Ruas Lomas Valentinas e Rua Belisário de Sousa, o jornal também aponta a Rua Mesquita, uma das principais ruas da Vila do Vintém, como alvo dos grileiros de terra. A reportagem afirma que a Construtora estava dividindo os terrenos em lotes e que, com isso, estava acelerando o processo de venda. Outro destaque é para os métodos violentos dos grileiros. Segundo a matéria:

Aquela enorme área pertence à PDF está dividida em 5 partes, sendo que a mais importante, compreendendo as Ruas Belisário de Souza, Lomas Valentinas e Mesquita é o da grilagem. Ali, desde 1947, a Associação Pró-Melhoramentos vem lutando contra o grileiro Alexandre Escudeiro Pires, representante de uma firma que se intitula pomposamente de Companhia Construtora da Casa Popular Ltda. A firma se diz proprietária dos terrenos, porém até hoje não apresentou títulos de propriedade a ninguém. Conversamos com pessoas que moram no local há mais de 20 anos e nunca conheceram donos daqueles terrenos, sendo unânimes em afirmar que Pires depois da falência da Construtora (veio fazer vida em Realengo). O grileiro emprega capangas e alguns testas de ferro na favela, numa constante campanha de intimidação para quebrar o ânimo de luta dos favelados (Imprensa Popular, 1955, p. 12).

A matéria chega a citar tentativas de extorsão por parte dos grileiros. Uma moradora da Vila do Vintém chamada Emília Conceição cita à reportagem que teria recebido uma proposta de mudança sob a bagatela de 8 mil cruzeiros e que até “caminhão de mudança já estava preparado para levar a sua família”. Uma outra moradora cujo nome era Mara Senhorinha dos Santos que também afirma ter recebido proposta do grileiro, dizendo que ele lhe prometera 15 mil cruzeiros caso deixasse o terreno na Vila do Vintém, o que a moradora classificava como um insulto, já que ela havia levado 20 anos para construir a sua casa.

Fato é que, segundo as matérias dos periódicos, os moradores da Vila do Vintém tinham o prazo de 60 dias para deixar o local, caso contrário suas casas seriam derrubadas. Na iminência do conflito, a opção que se apresentava para o povo da Vintém seria resistir fisicamente à tentativa de derrubada de suas casas e apostar no viés associativo, sobretudo nas articulações supralocais que poderiam garantir uma penetração em instituições de destaque.

Cabe, a título de registro, ressaltar um trecho da sentença publicada anos mais tarde, em matéria do jornal Tribuna da Imprensa, em 15 de janeiro de 1960, na página 5. O Juiz da 5ª Vara Cível notifica os favelados da seguinte maneira:

Notificamos os ocupantes do terreno em litígio, conforme planta e fls, 64, e bem assim a todos os demais que ali, posteriormente ao interdito, sorrateiramente ali se instalaram, como medida preliminar de execução, Código do Processo Civil artigos 885, item I 887, 993, 998 e 999. De fato, tratando-se de intrusos que poderão promover a título de escândalo e propaganda subversiva, situações capazes de convulsionar a justiça, etc.

Nesse ponto, nos chama a atenção uma possível participação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF) no processo que envolvia os moradores e a Construtora da Casa Popular. As reportagens destacam uma aproximação entre a Vila do Vintém e o advogado Antoine de Magarinos Torres, como uma estratégia para que permanecessem no local onde residiam.

O fato de o órgão que noticiava a aproximação estar vinculado aos comunistas também deve ser levado em conta, afinal, poderia estar havendo, assim como ocorreu com o jornal Luta Democrática e Tenório Cavalcanti, um superdimensionamento por parte da Imprensa Popular, já que o advogado Magarinos Torres era ligado ao Partido Comunista. Era mais um movimento utilizado pelos moradores da favela do então sertão carioca para fazer valer seus direitos. Assim, julgamos relevante dedicar algumas páginas para contextualizar a formação dessa entidade e a atuação de Antoine Magarinos Torres.

A UTF nasce representando a organização dos moradores contra os despejos e as arbitrariedades cometidos pelo Estado, sendo notória a influência

de Magarinos Torres (Amoroso; Gonçalves, 2016). Surge a partir da mobilização dos moradores frente à ação de despejo movida pela Borel Meuron Ltda. contra os habitantes do Morro do Borel (Gomes, 1980). A entidade logo ganha um caráter supralocal e passa a orientar a ação de favelados de outras áreas da cidade, sendo a reivindicação principal a desapropriação dos terrenos ocupados pelas favelas (Lima, 1989). Neste contexto, diversas ações na justiça são movidas com o apoio deste movimento, além de mobilizações nas ruas reivindicando sobretudo o direito à moradia.

De acordo com Lima (1989, p. 80), a UTF, apesar de ter nascido no Morro do Borel, acabou por conquistar uma caráter supralocal, à medida que acabava por congrega moradores de diferentes favelas “unidos em torno de uma reivindicação principal: a desapropriação dos terrenos”. Ainda segundo Amoroso e Gonçalves (2016) e Pestana (2016), a solidariedade com moradores de outras favelas pode ser percebida quando moradores despejados pelo arrasamento do Morro de Santo Antônio foram abrigados no Borel por uma estratégia da UTF.

A UTF também tinha uma estratégia para arregimentar novos filiados, festas eram organizadas em diferentes favelas com o intuito de apresentar a entidade aos moradores, também se propunha a instalar diferentes postos da UTF nas favelas contendo “ambulatório médico, departamento jurídico, departamento cultural e recreativo, dirigido por diretorias provisórias” (Lima, 1989, p. 83).

No entanto, a memória da atuação da UTF e de Magarinos Torres junto aos favelados de diferentes localidades não é percebida positivamente de maneira unânime, sua ação acabava por ir além do escopo estabelecido inicialmente. No caso do Borel, assumindo funções de regulação interna da favela, já, no caso da favela Parque União, localizada no Complexo da Maré, Magarinos teria coordenado o loteamento, além de ter, segundo Amoroso e Gonçalves (2016, p. 715), “estabelecido o controle sobre quais indivíduos poderiam se instalar como moradores da favela.

Nos anos 1950, a batalha no campo judicial envolvendo as favelas continuava forte devido ao grande número de ações que envolvia grileiros, proprietários e favelados, entretanto, a dimensão política, uma vez que se abria importante flanco para atuação dos movimentos, era estratégia bem aproveitada pela UTF, pois, segundo o autor:

Diante deste quadro, a UTF representou a afirmação de um novo padrão de enfrentamento das ofensivas dos agentes do capital pelos trabalhadores favelados, enfatizando sua dimensão política, mais do que os aspectos técnicos envolvidos na disputa pela posse das terras. Se, evidentemente, foram mantidas as ações no campo judicial, as mesmas passaram a ser, mais do que os aspectos

técnicos envolvidos nas disputas pela posse de terras. Se, evidentemente, foram mantidas as ações no campo judicial, as mesmas passaram a ser, cada vez mais, de intensas mobilizações nos espaços públicos, com destaque para a sede de órgãos governamentais tanto do executivo, quanto do legislativo. Tais manifestações expressavam claramente a compreensão de que o aparato estatal era suscetível a eventos “externos” e buscavam contrapor a pressão exercida pelos contatos e recursos financeiros dos supostos proprietários dos terrenos, a publicização da causa dos favelados como forma de pressionar os magistrados, parlamentares, gestores, etc., a agirem em seu favor (Pestana, 2016, p. 103).

A UTF também difunde como estratégia política aquilo que Oliveira (2018, p 359) vai definir como um associativismo específico: os Centros dos Trabalhadores Favelados (CTF). O autor explica que:

Ainda que algumas entidades fossem fundadas com diferentes nomes em seus estatutos – “Associações Pró-Melhoramentos”, “Centros Pró-Melhoramentos”, “Associação de Moradores”, procurava-se, no espaço público, dar certa unidade a essas associações reconhecendo-as como “Centro de Trabalhadores Favelados”, “diretórios da UTF”, “centros da UTF” ou “centros da União”.

Além disso, a UTF também tinha no radar a realização de um congresso de favelados, congregando moradores de favelas de diferentes partes da cidade. A identidade de trabalhador era um elemento utilizado à exaustão pela entidade, já que, a partir dessa construção, seria possível unificar as lutas dos favelados, em que pesem as questões pontuais que poderiam eventualmente separá-los. Outro ponto importante é quem além da defesa das moradias, a urbanização das favelas também aparecia como pauta a ser defendida pelo movimento.

A congregação de diferentes favelas em um movimento que centralizava as decisões pode ser compreendida quando se faz a leitura dos estatutos da UTF. Representantes de diferentes favelas da cidade estavam presentes na realização da assembleia que aprovou o documento. Realizada em 21 de dezembro de 1957, a reunião agregou representantes de favelas, como Rocinha, Vidigal, Praia do Pinto, Mangueira e Maré. Entendemos também que é de suma importância citar que a Vila do Vintém compareceu à reunião.

Com a Vila do Vintém na berlinda, todo apoio conquistado era de suma relevância. Assembleias foram feitas com a presença de personalidades do campo político, com vistas a definir as estratégias que seriam utilizadas pelos moradores contra a Casa Popular. De acordo com os jornais, especialmente a Imprensa Popular, as assembleias eram bastante concorridas, sendo fato político de destaque para a história da referida favela.

O jornal Imprensa Popular, em matéria publicada em 28 de junho de 1955, em sua página 8, notícia, por exemplo, importante ação dos moradores da Vila do Vintém. Nota-se, a partir da realização de uma assembleia encabeçada pela

Associação Pró-Melhoramentos, a articulação dos moradores da Vila do Vintém com a UTF e deputados da bancada comunista com a intenção de fazer valer os seus direitos. Vale breve reprodução da matéria:

Acompanhamos a assembleia dos favelados, anteontem. Perto de 1000 pessoas espalhavam-se na Rua Lomas Valentinas, pois a sede da associação estava inteiramente lotada. Só o livro de presença registrou quase 200 assinaturas. Um serviço de autôfalantes transmitia o desenrolar dos trabalhos que eram presididos pelo Sr. Vicente Correia da Silva da comissão dos favelados. Estiveram presentes ao ato o Sr. José Maria Paula, advogado da União dos Trabalhadores Favelados, Sr. Amauri Ribeiro, representante do MNPT, e o vereador Valdemar Vianna. Em suas intervenções os moradores firmaram posição em não arredar pé dos seus barracos.

Na reportagem publicada pela Imprensa Popular, fato curioso é a presença de Vicente Correia da Silva como liderança dos moradores. Observando os personagens dos anos 1940 que estavam presentes, o morador da Vila do Vintém é o único que ainda permanecia em destaque nas páginas dos jornais comunistas. Não se sabe, ao certo, quais foram as estratégias adotadas por Vicente Correia da Silva, mas é fato que havia legitimidade na sua liderança junto aos demais moradores e aos agentes externos à Vila do Vintém. É sempre preciso lembrar que os arranjos associativos nesta favela estavam sendo vigiados de perto por órgãos ligados à repressão e que suas principais lideranças eram alvos constante de diligências que culminaram em prisões absolutamente arbitrárias. A partir desses elementos, não deixa de ser surpreendente que um personagem como ele tenha sido tão longo como representante da Vintém.

Aliás, outro ponto que merece atenção é que a prática política de personagens favelados, como Correia da Silva, não se limitava à favela onde residiam. A construção da identidade de trabalhador, algo que estava absolutamente em acordo com aquilo que apregoava a UTF, também pode ser um indicativo de como essas lideranças conseguiam se articular em outros espaços. O mérito consistia em ampliar o leque de possibilidades de alianças, fortalecendo as lutas dentro das favelas.

De acordo com a ficha do DOPS, o líder da Vila do Vintém também era aeroviário¹⁴⁵, o que pode ser comprovado pela matéria do jornal Última Hora, de 8 de dezembro de 1951. Há um destaque para a fala de Vicente Correia da Silva quando apela para a unidade de aeroviários e aeronautas e os conclama para participar de uma greve geral. O destaque dado às falas do morador da Vila do

¹⁴⁵ Conforme já exposto no capítulo 1.

Vintém o apresenta como figura bastante articulada e que estava à frente de lideranças de diferentes movimentos.

O poder de articulação do morador da Vintém fica latente à medida que foram consultadas algumas matérias de jornal. A *Imprensa Popular*, em edição de 30 de junho de 1955, p. 8, mostra importante ação capitaneada por Vicente Correia da Silva, com o subtítulo de “Reagem os favelados”. A matéria narra a movimentação dos moradores, da qual se reproduz o trecho:

Em vibrante assembleia realizada dias atrás os favelados elegeram uma ampla comissão de defesa que imediatamente iniciou a mobilização de todos os moradores na favela, pois sabem que a finalidade do grileiro é acabar com os terrenos de toda a Vila. A comissão de defesa, que é presidida por Vicente Correia da Silva, já esteve em contato com parlamentares das câmaras Federal e Municipal. Em companhia do vereador Geraldo Moreira, os favelados estiveram revendo o processo na 5ª Vara Cível, tendo aquele vereador declarado que pelo preço incrivelmente baixo dos terrenos, tudo leva a crer que se trata de uma grande negociata de grileiros para se apossarem dos valiosos terrenos da Vila do Vintém. Na favela existem pessoas que foram morar ali, com suas famílias, já há mais de vinte anos e que nunca conheceram os donos da terra. Também afirmam que não é a primeira vez que ali aparecem aventureiros dizendo-se proprietários dos terrenos.

Dadas as articulações feitas pelos moradores da Vila do Vintém, ficava claro que a expulsão dos terrenos não seria tarefa fácil. Figurando entre as mais importantes favelas do Rio de Janeiro, a sua extinção traria um ônus político não apenas à municipalidade, mas também à esfera federal. Não custa lembrar que, nos anos anteriores à mudança da capital, os debates locais e nacionais se fundiam para o bem ou para o mal, acabando os parlamentares por arcar com essa complexa construção política, sendo instados a agir. Por outro lado, essa forma de fazer política permitia também que fossem feitas articulações que ultrapassavam as meras questões imediatas ou de caráter local, o que poderia ser um trunfo nas mãos dos diferentes movimentos de favelados.

Alguns dias depois, mais precisamente em matéria cujo título era “Parlamentares visitarão hoje a Vila do Vintém”¹⁴⁶, a *Imprensa Popular* noticia que nova assembleia seria realizada na Associação Pró-Melhoramentos,

A seguir, reproduzimos a informação:

Esteve em nossa redação um grupo de favelados da Vila do Vintém, a fim de nos convidar para sua reunião de hoje, às 13 horas, em defesa de seus barracos sob ameaça de destruição e despejo. Ao ato de hoje comparecerá o deputado Eurípedes Cardoso de Menezes, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, e ainda o Sr. Magarinos Torres, advogado

¹⁴⁶ 2 de julho de 1955, p. 2.

da União dos Trabalhadores Favelados. Comunicam-nos os favelados que o deputado Bruzzi Mendonça seria convidado a tomar parte nas manifestações.

A costura política feita pelos favelados iria, pouco a pouco, ampliar o espectro de alianças necessárias para a defesa da Vila do Vintém. No campo da Câmara dos Deputados, os moradores souberam construir relevantes adesões, e uma delas, como podemos notar a partir da reportagem, foi a do parlamentar Eurípedes Cardoso de Menezes¹⁴⁷, à época filiado ao PSD.

O fato de Cardoso de Menezes constituir-se como deputado federal mostrava que o debate nacional sobre as favelas atingia também a Vila do Vintém. O seu trânsito em diferentes comissões ao longo da vida parlamentar também é um indicativo de que a sua escolha obedecia a critérios nada aleatórios por parte dos favelados. Mais uma vez, as estratégias utilizadas se consistem em elementos decisivos para a história desta favela específica.



Figura 8: Eurípedes Cardoso e os moradores da Vintém.
Fonte: O Globo - 12 de dezembro de 1955.

¹⁴⁷ Como deputado federal, Cardoso de Menezes teve 5 mandatos divididos entre PSD e ARENA, além de ter cumprido mandato de vereador pelo Rio de Janeiro também pela ARENA entre 1977 e 1978. Fonte: www.camara.leg.

Mas por que exatamente os moradores da Vintém foram buscar o apoio de Cardoso de Menezes? Ora, além de figurar como significativa representação parlamentar no âmbito da Câmara Federal, o então deputado do PSD seria convocado a dirigir uma Comissão de Inquérito que poderia servir como forma de proteger os favelados de diferentes localidades, a intitulada CPI das Favelas.

O contexto da época ainda marcava, no âmbito parlamentar, as já conhecidas comissões de favelas destinadas a “resolver” tal problema. Há a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a questão das favelas do Distrito Federal. O grande volume de ações no âmbito da Justiça que envolviam favelados e grileiros, além do custo político de um possível despejo acabavam por pesar na conta dos parlamentares.

O Legislativo torna-se uma das principais arenas incluindo os favelados, possíveis proprietários de terras e o Estado. Entre 1947 e 1954, foram produzidos cerca de 23 projetos de lei e mensagens cujo interesse recaia na questão das favelas. A CPI das favelas¹⁴⁸ é, portanto, fruto dessas mobilizações, tendo como objetivo investigar os despejos e discutir as disputas pela posse dos terrenos nas favelas cariocas (Oliveira; Pandolfi, 2019; Oliveira, 2021).

Instaurada em 22 de março de 1955¹⁴⁹, a CPI cujo nome oficial era Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a legitimidade dos títulos de propriedade dos morros em que se acham instaladas as favelas do Distrito Federal, Seria, portanto, uma resposta a dezenas de processos que tramitavam na Justiça.

A luta política dos favelados torna-se foco da preocupação por parte dos parlamentares, A possibilidade de um conflito de maiores proporções preocupava sobremaneira representações de diferentes espectros. Logo, a força política desse segmento é um dos elementos que, ao nosso ver, levam à instalação da CPI como uma possibilidade de saída negociada com os moradores de diferentes favelas. Julgamos aqui ser importante reproduzir alguns elementos da justificativa para a sua instalação:

Recentes decisões judiciais têm trazido sobressaltos à população dos morros cariocas, em cujas favelas se refugiam cerca de quinhentas mil pessoas, em condições precaríssimas de higiene e segurança. Problemas de toda sorte e da maior gravidade se multiplicam e se acumulam, desafinado o legislador interessado em cumprir fielmente o mandato que o povo lhe outorgou. Constituindo, como é notório, a favela carioca, um desrespeito à dignidade da

¹⁴⁸ Buscamos, através de requerimentos junto à ALERJ, acesso às atas e aos relatórios produzidos pela CPI, entretanto, não foram encontrados documentos referentes a esta comissão. Os discursos parlamentares, sobretudo aqueles proferidos pelo Presidente da CPI das favelas, nos dão indícios importantes sobre como foi desenvolvido o trabalho dos parlamentares.

¹⁴⁹ Câmara dos Deputados, 1955, p. 9.

pessoa humana, é natural que se torne, como vai acontecendo, um foco permanente de descontentamento e de agitação social (Anais da Câmara dos Deputados, 1955, p. 9).

O texto que justifica a CPI é permeado por elementos racistas e classistas, uma vez que continua a reproduzir o espaço da favela como o lugar da precariedade e da insalubridade, além disso, ainda vigorava, à época, a ideia da favela como espaço transitório (Gonçalves, 2013; Oliveira; Pandolfi, 2019). Todavia essa concepção já não encontrava eco nas próprias demandas dos favelados, uma vez que a permanência nos locais era pauta dos movimentos criados para defendê-los. A CPI das favelas poderia se constituir, então, como espaço relevante para firmar uma posição política que levasse à consolidação destes lugares.

A CPI acabou sendo utilizada por moradores de diferentes favelas, suas estratégias incluíam abaixo-assinados e passeatas. Segundo Oliveira (2014, p. 281) os favelados “Requereram a agilização dos processos de desapropriação, entregaram documentos comprovando posse, denunciaram as arbitrariedades praticadas pelos “donos” dos terrenos e reclamaram “melhoramentos”. Ainda segundo o autor, as reivindicações dos favelados também levavam em conta aspectos do cotidiano das favelas, indo além daquilo que estava proposto na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em todo caso, o texto que justifica a instalação da CPI é claro com relação ao objeto da sua existência, ou seja, a confusão que compreendia os títulos de propriedade nas favelas cariocas. Como se desconfiava de que muitos terrenos eram, na verdade, e públicos, havia enorme dificuldade para desapropriá-los, o que tornava latentes os conflitos envolvendo a população que residia nas favelas. Sobre isso, o texto que justifica a instalação da CPI, em sua página 9, afirma que:

Releva considerar, outrossim, consoante afirmativa do Sr. Presidente da Comissão de Favelas da Prefeitura do Distrito Federal que a própria municipalidade tem encontrado sérias dificuldades em promover a desapropriação dos terrenos em que se encontram localizadas numerosas favelas em virtude de pairarem dúvidas sobre os títulos de propriedade dos que se apresentam enquanto donos daqueles imóveis. Há mesmo a possibilidade de pertencerem muitos deles à própria União ou à própria capital federal, pelo que se afigura de interesse público a designação da comissão de inquérito que temos a honra de requerer (Anais da Câmara dos Deputados, 1955, p. 9).

Em torno das estratégias dos favelados também giravam os nomes que poderiam defendê-los com mais afinco não apenas na CPI, mas nos debates travados no Parlamento, bem como nas mediações necessárias para as ações que envolviam o Judiciário. Dessa forma, é primordial listar o nome dos

componentes da Comissão, já que vão aparecer, nas páginas dos jornais e nos debates travados em torno da CPI, como personagens importantes das reivindicações dos moradores da Vila do Vintém.

O diário do Congresso Nacional de 22 de março de 1955¹⁵⁰ aponta a seguinte composição: Eurípedes Cardoso de Menezes (PSD), Bruzzi Mendonça (PRT), Marcos Parente (UDN), Aurélio Viana (PSB), Leônidas Cardoso (PTB), Chagas Freitas (PSP), Nita Costa (PTB), Rafael Correia (UDN), Áureo de Melo (PTB), Queiroz Filho (PDC) e Tenório Cavalcanti (UDN). No caso específico da Vila do Vintém, Eurípedes Cardoso de Menezes, Bruzzi Mendonça e Tenório Cavalcanti, o último, mais pela via dos jornais, apareceriam como elementos que aproveitaram do estabelecimento da CPI para sair em defesa da favela. Foram acionados também parlamentares da Câmara de Vereadores.

A fala da moradora Palmira Rodrigues, atingida por ação movida pela Construtora da Casa Popular, dá o tom da necessidade de articulação por parte da Vintém, bradando: “Em defesa do meu barracão vou até o inferno!” e apresentava à reportagem da Imprensa Popular alguns papéis que guardava em sua residência provando a posse do terreno¹⁵¹. Casos como o de Palmira Rodrigues não eram isolados, uma vez que as reportagens mostram que grande área da favela estava sujeita a desaparecer. Para isso, foram marcadas reuniões com as representações para, através da CPI das favelas, agilizar o processo de desapropriação da Vila do Vintém, visto que corriam contra o tempo, pois o processo que tramitava na 5ª Vara Cível os colocava em posição desfavorável.

A reportagem da Imprensa Popular mostra um encontro dos moradores da Vintém com parlamentares da Câmara dos Vereadores e Câmara dos Deputados, incluindo os vereadores Geraldo Moreira e Valdemar Vianna, além do deputado Eurípedes Cardoso de Menezes, em 28 de junho de 1955¹⁵². Uma comissão de moradores se reuniu para levar aos parlamentares suas reivindicações, segundo consta na matéria:

São centenas de famílias sujeitas a ficar ao relento, enquanto o grileiro se prepara para avançar sobre os grileiros de toda a vila. No palácio Tiradentes, a comissão foi recebida pelo deputado Eurípedes Cardoso de Menezes, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que acertou com os posseiros medidas para sustar o despejo. O encontro com os parlamentares foi uma resolução tomada na assembleia dos favelados, realizada domingo último, na sede da Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém. Outra importante resolução tomada na assembleia foi o envio de dois memoriais à câmara dos vereadores e ao prefeito, pedindo a desapropriação dos terrenos. (...) Após o encontro com o presidente da

¹⁵⁰ Câmara dos Deputados, 1955, p. 1.335.

¹⁵¹ Imprensa Popular, 28 de junho de 1955, p. 8.

¹⁵² *Idem*.

Comissão Parlamentar de Inquérito, os posseiros dirigiram-se à câmara dos vereadores, onde foram recebidos por Geraldo Moreira e Valdemar Vianna. O vereador Geraldo Moreira acertou com os favelados um encontro hoje, às 8 horas, à Rua da Conceição 8, para uma posterior consulta aos autos da questão na V Vara Cível.

A pressão dos moradores da Vila do Vintém parecia ser realmente o melhor caminho a ser tomado. Os trabalhos na CPI começam a tomar vulto. Logo a favela do antigo sertão carioca entraria na pauta como caso a ser estudado pelos parlamentares. Em todo caso, a dificuldade de acesso a documentos foi uma tônica dessa comissão, sendo que, em alguns casos, os discursos dos parlamentares deixavam claras as dificuldades em continuar os trabalhos, dado o estado precário em que os documentos eram encontrados, o que poderia dificultar possíveis tomadas de decisão quanto ao imbróglio entre favelados e grileiros¹⁵³.

Os documentos analisados mostram que houve, por parte dos moradores da Vila do Vintém, através das representações parlamentares, uma importante incidência junto ao Judiciário para, pelo menos, postergar o despejo que continuava iminente. Tanto os periódicos quanto o Diário Oficial da Câmara trazem informações relevantes. A publicação de 8 de julho de 1955, nos Anais da Câmara dos Deputados¹⁵⁴, aponta uma fala do Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes. Vale a reprodução:

Sr. Presidente, valho-me do ensejo para comunicar que a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada a fim de verificar a legitimidade dos títulos de propriedade dos terrenos em que há favelas no Rio de Janeiro, auxiliada por eficientes assessores, está trabalhando interna e eficientemente no desempenho de sua tarefa. Ainda ontem, à vista de documentada informação de um de seus assessores, conseguiu do juiz da 5ª Vara Cível a suspensão, por cento e vinte dias, do despejo de cerca de vinte mil favelados na chamada Vila do Vintém em Realengo.

¹⁵³ Exemplo é o discurso de Eurípedes Cardoso de Menezes em 8 de junho de 1955, nas tribunas do Congresso Nacional. Segundo o deputado que presidia a CPI das Favelas, as diligências feitas aos arquivos do Ministério da Fazenda acabavam por encontrar documentos que estavam absolutamente desprotegidos, além do livro índice que estava com páginas arrancadas. Câmara dos Deputados, 1955, p. 3.140.

¹⁵⁴ p. 7.388.



Figura 9: Moradores da Vila do Vintém se encontram com o Presidente da CPI das Favelas.

Fonte: Imprensa Popular - junho de 1955.

O jornal Luta Democrática¹⁵⁵ também noticia o fato, destacando a participação de Tenório Cavalcanti como um dos membros da CPI das favelas. É necessário salientar que houve, por parte da Comissão, a costura de um acordo que envolvia a Construtora da Casa Popular com o intuito de estabelecer uma trégua que suspendia, pelo menos temporariamente, o despejo. Não é possível dizer exatamente qual é o tipo de acordo, mas acreditamos que a Construtora esperava ser indenizada pelos terrenos dos quais dizia ter a propriedade. Este pode ter sido um dos argumentos nas tratativas que envolveram o parlamentar, os moradores e a Casa Popular. A matéria retrata o fato da seguinte forma:

Depois de entendimentos dos favelados da Vila do Vintém de um lado e da Construtora da Casa Popular "Ltda.", a Comissão Parlamentar de Favelas, após calorosos debates, nos quais se destacou o deputado Tenório Cavalcanti, conseguiu adiar para três meses o despejo ordenado pela Justiça naquele morro.

Entendemos também ser importante replicar o requerimento enviado pela CPI, na figura de Eurípedes Cardoso de Menezes, ao Juiz da 5ª Vara Cível, publicado também no jornal Luta Democrática:

¹⁵⁵ Luta Democrática, 3 de julho de 1955, p. 2.

Meritíssimo Doutor Juiz: Tendo ouvido a firma “Construtora da Casa Popular Ltda., ré nas ações possessórias em que são autores Pedro Correia Peroba e outros, e que teve ganho de causa no Supremo Tribunal Federal que reconheceu a propriedade e julgou improcedente a ação, determinando desocupar a área em questão, vem a Comissão Parlamentar de Inquérito que tenho a honra de presidir, solicitar a Excelência, com pleno assentimento da referida firma a suspensão da execução, em pelo menos cento e vinte dias, a fim de que se chegue a uma composição amigável com os atuais ocupantes para que estes possam lotes da urbanização aprovadas pela Prefeitura ou transferir-se sem atropelos para local adequado.

De acordo com o documento exposto, a urbanização da Vila do Vintém também passa a fazer parte das tratativas que envolviam o poder público, o que representa um importante avanço na luta dos moradores. Por outro lado, a possibilidade de remoção continuava no radar. Em que pesem as dificuldades encontradas pela CPI das favelas, a articulação de moradores da Vila do Vintém com os parlamentares desta Comissão acabou por permitir que projetos de lei fossem promulgados no intuito de proteger os moradores das favelas.

Oliveira (2013) afirma, ao abordar a CPI das favelas, que um dos seus méritos foi o de inserir o debate fundiário das favelas em nível federal. Além disso, todo o contexto que abarca os anos 1950 acabou, segundo o autor, por proporcionar o “surgimento de um ator”, no caso, os movimentos que compreendiam os favelados e o direito à moradia. Ainda segundo Oliveira (2013, p. 283), “Havia um deslocamento do legislador no espaço social, fazendo-o aceitar parte das reivindicações e justificativas morais para o direito à moradia”.

Ainda de acordo com essa linha de raciocínio, Fischer (2023) recorda que havia uma tensão especial entre o poder público e o poder privado nas zonas urbanas. Dado o contexto, isso poderia fortalecer aqueles que não estavam inseridos em um sistema de direitos políticos. Cabe a reproduzir a reflexão:

A tensão entre público e privado era especialmente acentuada nas zonas urbanas. Nas cidades, mesmo as pessoas sem direitos políticos poderiam ter um acesso surpreendente amplo ao poder estatal. A existência de uma esfera pública expansiva e a rivalidade amarga entre redes concorrentes abriram espaço para a agência popular e mesmo para a cidadania, e o acesso mais amplo à educação diminuiu o impacto excludente para o voto. Para os mestres das casas grandes (literais e figurativas), a perpetuação do domínio patriarcal e patrimonial tornou-se cada vez mais difícil com a rápida urbanização após o final do século XIX (Fischer, 2023, p. 15).

Logo, a possibilidade de um relativo aumento do poder de negociação dos favelados implicaria vitórias parciais, importantes, porém, quando o caso era a Vila do Vintém. A imprensa popular também noticiaria a trégua de 120 dias envolvendo

a Vintém e a Casa Popular, sob mediação da CPI das favelas. O periódico, em sua edição de 5 de julho de 1955, p. 8, aponta a situação da seguinte maneira;

O juiz da 5ª Vara Cível por iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito e da União dos Trabalhadores Favelados, mandou sustar por 4 meses o despejo que pesa sobre os moradores da Vila. Essa vitória é mais uma etapa da luta que os favelados da Vintém vêm mantendo contra o grileiro Pires, que se diz dono daqueles terrenos entre Realengo e Padre Miguel.

O periódico, ainda, aproveita a matéria para situar o leitor sobre as relações da Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém e UTF ao afirmar que havia sido aprovado, em assembleia, um voto de louvor à Comissão Parlamentar de Inquérito e para José Maria de Paula Lopes, advogado da União dos Trabalhadores Favelados, que estaria responsável diretamente por trabalhar nas demandas dos moradores da Vintém, orientando os procedimentos necessários à defesa contra os grileiros de terra.

A Vila do Vintém teria, portanto, 120 dias decisivos para o seu destino. A conjuntura da época mostra que a balança poderia pender favoravelmente aos favelados, visto que souberam utilizar dos flancos de uma democracia burguesa que encontrava, no período do pós-guerra, uma melhora substancial de espaços reivindicatórios, acolhendo, parcialmente, as necessidades dos favelados. Por outro lado, ainda pesava o estigma de que as favelas representavam, junto à opinião pública, uma ideia ainda recorrente de sua eliminação do espaço urbano. Em todo caso:

Dos primórdios da favela até os anos 1930, quando os favelados ainda não dispunham de uma organização e mesmo ainda estavam se constituindo enquanto uma categoria, as remoções puderam ser feitas sem maiores custos políticos. A conjuntura do pós-guerra e a efervescência política do período (1945-1964) teve forte impacto no movimento social de favelas, quando surgiram várias associações de moradores estruturando um movimento de favelas articulado e disputado pelas grandes forças políticas do período, o que acabou por tornar as remoções um ônus político muito grande, mais difícil de ser feito. Somente na Ditadura Militar, com o uso intenso da repressão, foi possível o maior programa remocionista que as favelas assistiram (Brum, 2006, p. 29).

Por fim, além da conjuntura política já apontada nesta tese, cabe sempre lembrar que estamos abordando, em nossa pesquisa, uma favela nascida no antigo sertão carioca, o que, ao nosso ver, também é elemento que deve ser considerado quando o assunto é a luta política nas favelas. Longe dos centros políticos e econômicos de decisão, em que pese haver um início de expansão da cidade para esta região, a luta dos moradores da Vila do Vintém se tornava mais

árdua, uma vez que os esforços se davam também para romper com a invisibilidade de uma favela recém-nascida e em uma região então longínqua.

Os meses de trégua com a Construtora mediados pelos parlamentares acabaram por terminar. O mês de outubro de 1955 pode ser considerado como um dos mais importantes para a história da Vila do Vintém, afinal de contas ele traria consigo o veredito das lutas impetradas pelos moradores, afinal de contas, despejo ou permanência, ainda que de forma precária, dos moradores?

As respostas não tardaram a vir, ainda no início de outubro de 1955, a Imprensa Popular publica uma matéria intitulada “Os favelados preparam a festa da Vitória”¹⁵⁶. Entendemos ser interessante reproduzir alguns trechos do material encontrado:

Os moradores da Vila do Vintém estão preparando uma grande festa, feita para comemorar a vitória que obtiveram com a desapropriação dos terrenos da favela pela PDF, cartazes e bandeirolas estão sendo preparados e listas de contribuições percorrem os barracos, angariando contribuições para custear os festejos. Nossa reportagem esteve em contato com os membros da comissão de defesa dos moradores da Vila, constatando o entusiasmo com que está sendo preparada a festa que se realizará na próxima semana. Serão enviados convites aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que se realizará na próxima semana. Serão enviados convites aos parlamentares, notadamente aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que serão homenageados pela atuação que desenvolveram em defesa dos favelados, quando da ameaça de despejo que pairava sobre os moradores da Vila.

O discurso de Eurípedes Cardoso de Menezes na Câmara dos Deputados, publicado em 8 de outubro de 1955 nos Anais¹⁵⁷, mostraria que a festa dos moradores da Vila do Vintém teria razão de ser, indicando que, ao menos, naquela ocasião, uma vitória substancial fora conquistada. A estratégia de pressionar as autoridades públicas e o acordo feito para suspender o despejo mostraram-se eficazes. Vale reproduzir um trecho do discurso do parlamentar do PSD:

Depois de exaustivos estudos que só poderiam ser feitos por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, concluiu a comissão incumbida de investigar a legitimidade dos títulos de propriedade dos terrenos em que estão situadas as favelas do Distrito Federal que uma parte da chamada “Vila do Vintém”, no Realengo, onde moram 25.000 favelados, foi adquirida por um autêntico grileiro. Não se poderá provar, entretanto, a má-fé dos atuais proprietários, protegidos aliás, por uma sentença do Supremo Tribunal Federal, já passada em julgado e cuja extensão foi sustada por 120 dias pelo juiz da 5ª Vara Cível, a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito. Terminando esse prazo amanhã tendo de se respeitar a decisão irrecorrível, apesar de se haver concretizado a apropriação indébita daquelas terras; não se podendo admitir o despejo coletivo, os favelados, que tangidos pela necessidade, ali se abrigaram também de boa-fé e por falta de instrução e de recursos materiais não defenderam em tempo os seus direitos – resolveu a Comissão Parlamentar de Inquérito, de comum acordo com o ilustre

¹⁵⁶ Imprensa Popular, 13 de outubro de 1955, p. 7.

¹⁵⁷ Câmara dos Deputados, 1955, p. 7.388.

procurador geral da Prefeitura, o Dr. Filadelfo Azevedo, solicitar ao Prefeito Alim Pedro a desapropriação daquela área. Respeita-se destarte a decisão do Supremo Tribunal Federal, devolvendo-se a tranquilidade à numerosa população da favela da Vila do Vintém, que esperamos, seja em breve incluída no plano de urbanização do que o Sr. Arcebispo D. Hélder Câmara já principiou a executar na favela Praia do Pinto.

Exatamente no dia 10 de outubro de 1955, após reunião da Comissão que representava a CPI das favelas, liderada por Eurípedes Cardoso de Menezes, da deputada Nita Costa e da assessora Alayde Urich de Almeida com o Prefeito Alim Pedro, resolveu-se decretar a desapropriação da Vila do Vintém. A notícia, publicada nos jornais *A Noite* e *Imprensa Popular*, destacava que a medida cessaria os conflitos nessa favela, devolvendo a tranquilidade aos moradores. Dias depois, mais precisamente, em 14 de outubro, o jornal *A Noite*¹⁵⁸ noticiava que uma comissão de moradores da Vila do Vintém compareceu ao Palácio Guanabara para congratular o Prefeito Alim Pedro¹⁵⁹, agradecendo-lhe a desapropriação do terreno.

Já mencionamos que várias favelas foram desapropriadas, dado o contexto da época, já que a solução para os conflitos que envolviam os favelados e os supostos donos dos terrenos tinha se tornado uma questão política de difícil solução. Todavia, o próprio Deputado Cardoso de Menezes, em discurso proferido em 08 de junho de 1955, havia declarado que, em diligência feita por membros da CPI das favelas, no Ministério da Fazenda acreditava que “numerosos morros ocupados por milhares de favelados não pertencem a particulares, mas à União¹⁶⁰”. Logo, a balança, ao menos naquele contexto específico, penderia a favor dos favelados, especialmente dos moradores da Vila do Vintém.

Durante o discurso de Cardoso de Menezes na Câmara dos Deputados, D. Hélder Câmara¹⁶¹ esteve presente, o que não foi mera obra do acaso. Naquela sessão, o parlamentar comunica a necessidade de desapropriação da Vila do Vintém. Mais uma vez, a Igreja Católica dedicaria especial atenção às favelas. A

¹⁵⁸ *A Noite*, 14 de outubro de 1955, p. 18.

¹⁵⁹ Vale ressaltar que Alim Pedro também foi presidente do IAPI, mais precisamente em 1946, momento em que a Vila do Vintém cresce exponencialmente ao lado de um dos conjuntos construídos em Realengo. Apesar de não haver documentação que nos permita afirmar com exatidão que o então prefeito do Distrito Federal conhecia de forma mais profunda esta favela, é de supor que o mesmo ao menos sabia da sua existência e acompanhou o seu período de expansão.

¹⁶⁰ Câmara dos Deputados, 1955, p. 3.140.

¹⁶¹ A trajetória de D. Hélder Câmara é marcada por distintas vinculações políticas. Pilleti e Praxedes (1997 *apud* Ávila, 2022) apresentam três períodos: a juventude marca a sua adesão ao movimento integralista brasileiro, após 1936 há uma espécie de período de “transição de ideias”, e o pós-64 marca definitivamente sua adesão aos Direitos Humanos e à defesa das camadas mais pauperizadas da sociedade. A aproximação de D. Hélder Câmara das favelas, no caso específico da Vila do Vintém, ou a partir da criação da Cruzada São Sebastião, são elementos importantes para pensarmos o seu caminho político, que iria desembocar em uma atuação mais próxima dos favelados.

Vila do Vintém, talvez expressão máxima do crescimento da cidade rumo ao antigo sertão carioca, era, desde a década anterior, alvo de ações institucionais como, por exemplo, a Fundação Leão XIII. A favela, que margeava a linha do trem, representava também para a Igreja uma dimensão estratégica no tabuleiro político que abrangia esses espaços da cidade. Consideramos, sem colocar em segundo plano, a luta dos favelados, o que também pode ter sido um elemento importante para a municipalidade considerar a desapropriação.

A reportagem do jornal *A Noite*, cujo título era “Pelo cristão favelado”, mostra uma peregrinação de D. Hélder Câmara e Eurípedes Cardoso de Menezes às favelas do Distrito Federal, tendo a Vila do Vintém como um de seus destinos finais. Houve a celebração de uma missa comandada pelo arcebispo em “agradecimento” à desapropriação dos terrenos onde se encontra a favela. Milhares de moradores, segundo a reportagem, acompanharam o evento, o que, realmente, comprova a significância da Vila do Vintém¹⁶².

A ideia de urbanização das favelas conduzida por D. Hélder Câmara também é elemento que precisa ser destacado, uma vez que a ideia ganha força a partir da sua visita a diversas favelas da cidade. É provável, por exemplo, que esse tenha sido o motivo da aproximação de Eurípedes Cardoso de Menezes do então arcebispo da Igreja Católica, já que a figura de D. Hélder poderia lhe garantir ganho político significativo e, até mesmo, uma aproximação com movimentos de diferentes favelas, o que poderia se converter em louvável trunfo eleitoral.

A popularidade de D. Hélder Câmara era tamanha que se cogitava, à época, que o religioso disputasse a candidatura a Prefeito da cidade, fato que, posteriormente, foi rechaçado pelo arcebispo. Em todo caso, sua preocupação com as favelas era elemento que o aproximava de vastos contingentes populacionais, conferindo-lhe bastante popularidade. Pela via do consenso, havia uma possibilidade de combate à “ameaça vermelha”, disputando os corações e mentes dos moradores de favelas. Exemplo disso é a entrevista, 1 ano depois da visita à Vila do Vintém, ao jornal *O Globo*¹⁶³, em que D. Hélder Câmara, se mostra preocupado com a ação comunista. Salienta, visando evitar qualquer tipo de “sabotagem vermelha”, que o Teatro São Caetano, local onde seria realizado, em 6 de janeiro de 1957, o Congresso Geral de Representantes de Favela, aberto às autoridades e à imprensa escrita e falada.

Na pós-desapropriação, a Vila do Vintém continuaria, junto a outras favelas da cidade, a figurar de maneira constante em congressos, tanto é que, ao lado da

¹⁶² *A Noite*, 31 de outubro de 1955, p. 23.

¹⁶³ *O Globo*, 29 de dezembro de 1956, p. 11.

favela Curral das Éguas, situada também em Realengo e Mallet, ambas no antigo sertão carioca, a Vintém estaria presente no Congresso Geral de Representantes de Favela de 1957. Os problemas envolvendo as favelas e, especificamente, a Vintém continuariam a existir, e isso envolveria, desde questões de segurança pública até problemas de saneamento e iluminação. Para isso, os moradores continuariam, nos anos posteriores, a estabelecer novas ações no sentido de luta pelo direito à cidade.



Figura 10: Dom Hélder Câmara e Eurípedes Cardoso participam de missa junto aos moradores da Vila do Vintém, celebrando a desapropriação da área.

Fonte: A Noite - 31 de outubro de 1955.

Dessa forma, a desapropriação da Vila do Vintém era apenas mais uma batalha que os moradores tiveram que travar com a finalidade de preservação da localidade. O final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 vão mostrar que a relação dos favelados com o Estado continuaria sujeita a avanços, mas também a alguns retrocessos. A própria desapropriação da favela, em que pese toda a festa pela conquista, ocorreu de maneira problemática, estando sujeita a idas e vindas, como demonstraremos no próximo capítulo, ou seja, os moradores da Vintém tiveram que permanecer vigilantes para manter suas casas.

Em que pese a garantia de permanência dos moradores da Vila do Vintém no local onde residiam, os problemas relacionados à infraestrutura urbana permaneciam no âmbito desta favela. Neste caso e levando em consideração o seu exponencial crescimento, as autoridades passam a colocar a Vila do Vintém como uma de suas prioridades, elemento que merece ser analisado.

Os anos 1960 apresentariam uma mudança substancial no cenário político nacional. No que diz respeito ao âmbito local, não seria diferente. Com isso, as favelas do recém-criado Estado da Guanabara passariam por intervenções que mudariam definitivamente a sua paisagem. É importante destacar que a Vila do Vintém seria uma das localidades que ganharia destaque neste novo contexto, sendo fruto de nossa análise no próximo capítulo.

4. A Vila do Vintém agora é uma ex-favela? O início dos anos 1960 e a urbanização em regime de mutirão

No início dos anos 1960, as cidades brasileiras apresentavam uma série de dilemas para as administrações que estavam à frente do Estado. O inchaço das metrópoles, o seu crescimento desordenado, a criação e o crescimento das favelas eram elementos que desafiavam a gestão do espaço urbano.

Destaca-se o acelerado processo de urbanização pelo qual o país passava, apontando uma tendência que iria se consolidar uma década mais tarde, ou seja, o número de pessoas vivendo nas áreas urbanas superaria o de pessoas vivendo nas zonas rurais. Em 1960 já se verificava por exemplo que 45% da população brasileira já viviam na zona urbana, contra 55% na zona rural. Os anos 1970 apontavam para 56% da população vivendo nas cidades e 44% vivendo no campo¹⁶⁴. Sobre as favelas, o censo do Estado da Guanabara produzido em 1960, apontava que viviam nestes espaços 335.063 pessoas, sendo recenseadas 147 favelas, o que pode ser considerado um aumento notável já que no censo de 1950 a população estimada foi 169.305 habitantes em 58 favelas, o que representaria um aumento de 97% no número de moradores¹⁶⁵.

No tabuleiro político, a entrada em cena dos favelados no jogo possibilitava elementos importantes para compreendermos a ação do Estado, visto que sua mobilização era algo que deveria ser considerado no momento da promulgação de qualquer política visando estas localidades. Donos de um nada desprezível capital político, os favelados tinham uma experiência acumulada por décadas, sabendo utilizar-se dos canais que se colocavam à sua disposição.

O início dos anos 1960 é marcado por debates importantes sobre a reforma urbana, ou seja, questionou-se de que maneira as ações do Estado poderiam adequar a estrutura das cidades a um processo cada vez mais rápido que incluía o binômio industrialização/urbanização. Sem dúvidas, esta era uma necessidade que se colocava frente àqueles que pensavam no planejamento estatal. Neste caso, entender como as favelas seriam incluídas nestas ações também era tarefa que competiria àqueles que estavam à frente da máquina pública.

¹⁶⁴ Fonte: IBGE.

¹⁶⁵ Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1960. Favelas da Guanabara. p. 6.

Especialmente no recém-criado Estado da Guanabara¹⁶⁶, tais questões apareciam como elementos centrais, inclusive porque, com a nova configuração que a outrora capital do país adquirira, era necessário trazer respostas de maneira ágil aos novos desafios que se colocavam. Vale lembrar que tínhamos, a partir dos anos 1960 um cenário novo, uma vez que, pela primeira vez, a administração pública poderia contar com uma autonomia político-administrativa que, até então, encontrava-se ausente no antigo Distrito Federal. Também é preciso considerar que o primeiro governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em sua política abertamente oposicionista ao governo João Goulart, acabou por utilizar esse elemento para se articular com forças externas, o que acabou, inclusive, exercendo influência nas fontes de financiamento das reformas urbanas na Guanabara, atuando como um dos motes de sua administração.

Neste caso não podemos esquecer do contexto político que envolvia o país no pré-1964. Pelo flanco da esquerda o PCB continuava atuante como em décadas anteriores mesmo estando em um contexto de ilegalidade, todavia passava a dividir protagonismo com partidos como o PC do B e o PTB liderado por Leonel Brizola. Pandolfi (1995) ressalta que neste cenário o PCB havia perdido o monopólio de representação das esquerdas no Brasil, o que acabou levando o partido a uma situação ambígua, pois se por um lado precisava radicalizar o discurso, incentivando o movimento popular a avançar no processo revolucionário, por outro lado o partido permanecia fiel a um modelo de revolução nacional e democrática, ou seja, a linha política neste caso deveria caminhar no sentido de formar um ampla frente com forças progressistas que se opunham ao imperialismo e ao latifúndio, realizando assim uma revolução democrático-burguesa.

Pelo flanco da direita, uma figura que emerge em décadas anteriores ganha destaque no período: Carlos Lacerda. Dono de irretocável oratória, o político e jornalista dividiria opiniões e chegaria ao comando do então novo Estado da Guanabara. Um dos maiores expoentes do anticomunismo, Lacerda torna-se um dos maiores inimigos de partidos como o PCB. Segundo Chaloub (2018), seus discursos apresentavam o comunismo como uma espécie de patologia e que poderia a qualquer tempo se tornar uma epidemia, seu vocabulário de acordo com o autor trazia um forte viés sanitário, já que ressaltava o caráter maléfico desta “doença”.

Estes elementos se colocam enquanto importante pano de fundo para compreender as ações do Estado junto às favelas neste período histórico,

¹⁶⁶Criado pela Lei 3.752/1960, também conhecida como Lei San Tiago Dantas. O novo Estado ocuparia justamente a área do antigo Distrito Federal.

sobretudo porque estes espaços acabam por ser atravessados pelas dinâmicas mais amplas da luta política que ocorria naquela ocasião, e isto não seria diferente na Vila do Vintém,

Pretendemos, portanto, nas próximas sessões, apresentar os debates em torno da reforma urbana no Brasil, para, *a posteriori*, verificar como o governo de Carlos Lacerda, sobretudo em seus dois primeiros anos, a partir das ideias de José Arthur Rios, desenvolveu a chamada operação-mutirão, que representou uma experiência-piloto, sendo a Vila do Vintém um de seus carros-chefe.

Julgamos necessário trazer essa experiência em termos de urbanização visto que ela é parte relevante da história desta favela. Além disso, consideramos que, no âmbito dos debates e produções acadêmicas, ainda é pouco discutida esta etapa que compreende o início dos anos 1960. Trazer à tona a Vila do Vintém como uma das favelas pioneiras nesta proposta é tarefa urgente e que pode contribuir para a compreensão de parte importante de sua história, bem como das próprias favelas do Rio de Janeiro.

4.1. Os anos 1960, a reforma urbana e as favelas

Urbanizar a cidade? Urbanizar as favelas? A transferência da capital para Brasília marcava uma necessidade de reinvenção, colocando a tarefa urgente de repensar as vocações do Estado recém-criado, adequando-o aos novos tempos. No âmbito nacional, a eleição de Jânio Quadros e sua posterior renúncia, por sua vez, são elementos fundamentais no período, uma vez que, a partir desses fatos, a luta política se torna incessante, mobilizando setores à esquerda e à direita, trazendo rebatimentos também para a própria relação do Estado na antiga capital com as favelas.

Aa mudança da capital para Brasília não significa, porém, que temas que perpassavam o cotidiano da Guanabara deixassem de ser vistos como uma questão nacional. Aliás, até os dias de hoje, mantém-se uma vocação para debater as questões do Rio de Janeiro como uma espécie de representação do país, fruto do tempo em que ocupou o posto de centro político.

Se os anos 1940 e 1950 mostram uma efervescência política e uma conquista de melhorias importantes a partir de uma abertura, mesmo com os canais democráticos limitados. Os anos 1960 vão apresentar um aumento dessa efervescência e uma tentativa cada vez maior dos setores ligados aos

trabalhadores de continuar a alargar esses espaços. Entretanto, a reação dos setores conservadores e o consequente aguçamento da luta de classes acabam culminando no golpe civil-militar de 1964, o que traria impactos especialmente para os favelados, uma vez que esses canais estariam obstruídos pela própria natureza do novo regime que ali se instalara.

O contexto de guerra fria também pressionava movimentos de diferentes perspectivas ideológicas a atuar. A revolução cubana, ocorrida em 1959, abria as portas para a possibilidade de implementação do socialismo na América Latina, algo até então inédito, e a figura de Che Guevara despontava como herói da juventude, por outro lado, o Estado norte-americano se mobilizava para evitar que o Brasil se tornasse uma “nova China”. A renúncia de Jânio Quadros e a consequente chegada ao poder de João Goulart abriam portas para que nomes ligados aos movimentos dos trabalhadores ocupassem parte da burocracia estatal. Por sua vez, o campo da sociedade civil apresentava um recrudescimento das lutas no campo e um tensionamento cada vez maior face às chamadas reformas de base. Nesse caso, o campo conservador agia deliberadamente através do financiamento de think tanks¹⁶⁷, sobretudo a partir da ação estadunidense, visando à formação de uma opinião pública que viesse a rechaçar as reformas pretendidas pelo Presidente João Goulart, criando também as condições para a sua deposição. Se, por um lado, tínhamos as lutas do campo representadas pelas ligas camponesas e o trabalho dos comunistas, as ações da UNE junto aos estudantes e o CPC¹⁶⁸ através do teatro que visava “conscientizar” o povo das situações de opressão, por outro lado, empresários, a cúpula militar, o governo estadunidense e setores consideráveis da Igreja Católica e da sociedade civil como um todo se uniam para preparar um golpe do qual sairiam vitoriosos, mergulhando o país em uma ditadura que duraria 21 anos.

Durante o período, pelo menos, na primeira metade da década de 1960, entre os inúmeros debates que tomavam conta do país, aquele cujo mote era o espaço urbano não ficaria de fora, logo, discutir o futuro das cidades, e, sobretudo, das favelas, também se colocava como uma temática importante na ocasião.

Para Gonçalves (2013, p. 205), o início dos anos 1960 marca a entrada na cena política da “possibilidade de reformas estruturais da sociedade brasileira, incluindo, nesse diapasão, uma nova reflexão sobre a ocupação do espaço urbano”, sendo a questão urbana fruto de um intenso debate político. Souza e

¹⁶⁷ Exemplos são o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

¹⁶⁸ Centro popular de cultura, também vinculado à UNE.

Rodrigues (2004) retratam, por exemplo, a despeito de ter havido maior destaque para a reforma agrária nos anos 1950 e 1960, que os debates sobre a chamada reforma urbana também ganharam espaço nesta conjuntura, havendo um encontro em Quitandinha – Petrópolis (RJ)¹⁶⁹ para se debater, especificamente, este assunto. Apesar da pouca repercussão, o encontro foi considerado um marco, sobretudo quando a temática envolve a questão da moradia, já que esse foi o foco principal da atividade.

Bonduki (2018) também destaca que o termo reforma urbana surge no governo João Goulart, como uma versão urbana daquilo que se convencionou denominar “reforma agrária”. O termo, segundo o autor, passa a designar um conjunto de medidas que visavam ao combate à especulação em terras ociosas.

Ainda sobre a reforma urbana e o encontro em Quitandinha, Bonduki e Kouri (2010) assinalam que os arquitetos acabaram por tomar a frente do debate, capitaneando as discussões em torno das questões urbana e habitacional. De acordo com os autores, embora o diagnóstico sobre o problema habitacional não tenha sido necessariamente inovador, apresentou-se uma série de propostas para o enfrentamento do problema urbano e habitacional. A prioridade era enfrentar os problemas derivados da renda da terra e os entraves causados pela propriedade privada do solo urbano. Considerou-se haver necessidade de um planejamento coordenado das cidades com a disponibilização de áreas de interesse social para a construção de habitações. Um dos pressupostos principais debatidos no encontro era de que a habitação se configura como um direito fundamental para o padrão de vida e que o Estado seria responsável por enfrentar o problema.

Ainda sobre a temática da reforma urbana e sua incorporação ao conjunto mais amplo de reformas debatidas durante a primeira quina dos anos 1960, Fernandes (2019) aponta que os registros sobre a temática datam dos anos 1920, se adensam nos anos 1930, mas é sobretudo nos anos 1960 que o debate ganha maior fôlego no Brasil. Contribui, para isso, o contexto da América-Latina, sobretudo a experiência cubana, que reformula o conceito de reforma urbana¹⁷⁰, além das contribuições dos partidos comunistas e socialistas, proporcionando, com isso, a permanência, reconfiguração e atualização da pauta.

¹⁶⁹ Bonduki e Kouri (2010) demonstram que, além do encontro em Petrópolis, também foi promovido um encontro em São Paulo, no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), nos dias 29, 30 e 31 de julho de 1963.

¹⁷⁰ Fernandes (2019, p. 50) situa que “(...) a partir da experiência cubana no início dos anos 1960, é inaugurada uma nova modalidade de designação do processo reformista, onde a cidade tem papel protagonista, sem abandonar, no entanto, seus vínculos com o campo. Assim, a reforma urbana passa a congrega problemáticas anteriores – nomeadas, por exemplo, como reforma social, reforma fundiária, reforma de habitação, mesmo que fortemente tensionada por esta última –, além de reafirmar e renovar muitas de suas pautas”.

O artigo de Ribeiro e Pontual (2009) destaca que a reforma urbana passa a ganhar destaque nos editoriais das revistas dedicadas a debater o ambiente urbano. De acordo com as autoras, as cidades eram, de maneira costumaz, comparadas a um organismo vivo e, ao mesmo tempo, doente, à medida que os centros urbanos eram considerados “deteriorados” e as cidades sofriam de uma espécie de “gigantismo”. As cidades deveriam, portanto, passar por uma série de intervenções que possibilitariam melhorar os “problemas de circulação”, buscando dar um sentido mais humano e orgânico ao crescimento dos núcleos urbanos.

Nesse bojo, pensar as cidades neste novo processo histórico se constituía enorme desafio, uma vez que a ampliação do processo de industrialização e a urbanização, sobretudo nas metrópoles, não era isenta de contradições, o que acabava por se refletir no espaço urbano. Após os anos 1950, podem ser percebidas quedas nas taxas de mortalidade, acompanhadas de um aumento da taxa de natalidade. No entanto, segundo Godoi e Deus (2009, p. 137), isso ocorria de maneira heterogênea já que, enquanto algumas áreas estavam se especializando, acumulando capitais e possibilitando investimentos, outras ainda eram consideradas fronteiras.

Especialmente no Estado da Guanabara, a nova década aponta para uma importante transformação do espaço urbano, adequando-o às exigências que deveriam ser cumpridas, já que a mudança da capital para Brasília apontou a necessidade de adequação deste território aos novos tempos. Nesse caso, seu primeiro governador, Carlos Lacerda, aproveitaria a necessidade para, a partir de uma série de intervenções na malha urbana, vender a figura de gestor moderno e antenado com as possibilidades que o contexto político e econômico trazia. Assim, consideramos que pensar as obras públicas como elemento que traz visibilidade poderia ser considerado como aposta importante.

Não custa lembrar, apesar de ter perdido o protagonismo político para a recém-criada Brasília, que as terras governadas por Lacerda carregavam ainda um relevante *status* político. Logo, ainda pensando o recém-criado Estado como uma vitrine, trabalhar pela transformação do Estado e também das favelas, atuando para “resolver” este “problema”, poderia converter-se em marca política de destaque. Vale ressaltar que o ex-governador da Guanabara se projetava como figura de alcance nacional e que seu mandato poderia servir de vitrine para as eleições de 1965, pois, segundo Perez (2007, p. 196), “O urbanismo do governo

Lacerda é o projeto de afirmação da Belacap¹⁷¹ no cenário nacional. É também uma aposta de que o Rio de Janeiro continuaria sendo a capital de fato”.

Ao analisar a figura de Carlos Lacerda, Chaloub (2018) ressalta, em que pese a construção de uma lógica que remetia ao liberalismo a partir de seus discursos, que sua campanha e posterior passagem pelo Governo da Guanabara acabaram por fortalecer a imagem do político que primava pela administração pública e pela gestão, buscando provocar uma reversão da ideia de político que funcionava eficazmente apenas na oposição. Nesse ponto, a Guanabara, a partir de suas ações, seria uma espécie de modelo para o país

Ainda segundo Perez (2007), havia uma necessidade de recuperação da infraestrutura da cidade, na qual se abria um importante flanco sob o qual o novo governo poderia agir. Esse representaria um dos elementos que auxiliaria a reverter o processo de esvaziamento, recuperando o *status* da antiga capital.

Essa política nada mais era do que unir o útil ao agradável. A cidade estava no “osso”: o país crescia aceleradamente há, pelo menos, duas décadas, pondo em marcha uma transformação urbana caracterizada por um descompasso entre a forte demanda de serviços de infraestrutura e a lenta oferta da mesma por parte do poder público. Por parte de especialistas e por parte do cidadão corrente, era unânime a opinião de que era absolutamente necessária a reforma da infraestrutura, sem a qual a cidade pararia. Sem modernizar a cidade, dificilmente, para não dizer impossível, o novo estado teria condições de evitar um esvaziamento econômico (Perez, 2007, p. 184).

Nesse ponto, segundo Oakim (2023), houve uma modificação no sistema de transportes, a abertura e construção de túneis e viadutos, a construção da adutora do Guandu, além da ampliação da rede de esgotos com a construção de dutos, figurando como realizações de vulto. Ao analisar as intervenções que marcaram o espaço urbano naquele período, a autora destaca a importância conferida à atual Zona Oeste carioca, o que se atrelava à posterior erradicação das favelas¹⁷². Vale destacar:

(...) a remoção das favelas e a construção de conjuntos habitacionais nos subúrbios da Zona Oeste, foram, sem dúvida, as mais marcantes e polêmicas. Erradicar as favelas significava, também, a construção de habitações não somente para a população transferida, como também nas áreas que se tornariam vagas após a remoção, criando para o capital imobiliário e industrial uma oportunidade de investimento altamente lucrativa (Oakim, 2023, p. 5).

A tese de Santos (1990) aponta também uma questão de relevo: a indústria, naquele cenário, era demandante por intervenções na estrutura das

¹⁷¹ Como se convencionou chamar o novo Estado, já que Brasília era denominada de “Novacap”.

¹⁷² Embora a erradicação das favelas não seja o objeto desta tese, entendemos ser importante destacá-las em algumas citações, uma vez que é fato marcante deste mandato.

cidades e Estados. Especialmente na Guanabara, esse setor estava concentrado em atividades pouco dinâmicas e advindas de setores tradicionais, o que acabava por resultar em pequenas e custosas alternativas, resultando na instalação de suas sedes em locais situados no entorno da Guanabara, no antigo Estado do Rio de Janeiro, ou com a sua transferência para locais mais distantes. Havia particularmente, uma motivação no investimento das ações na atual Zona Oeste, uma vez que representava uma região que ainda se encontrava escassamente ocupada, além de se apresentar como futura área residencial e que, também, poderia abrigar bairros operários.

Nesse ponto, ao pensar sobre a concepção de urbanização vigente no governo Lacerda, Perez (2007, p. 197) afirma que:

Esse momento da vida da cidade incorporou um significado de modernidade, conceito que então se expressava concretamente pelas vias expressas, pela abertura de novos túneis e viadutos bem como da ampliação de serviços de transporte público (o ônibus no lugar do bonde, os projetos para o metrô etc.). O modelo que servia de inspiração não era mais Paris ou outra capital europeia, como fora na reforma realizada no início do século, mas a dinâmica das grandes cidades americanas, orientadas pelo pragmatismo e funcionalismo.

Outro ponto de destaque é que o próprio espaço em que, atualmente, se situa a região da Zona Oeste, se configura, a nosso ver, como um elemento que oportunizaria ao capital imobiliário a possibilidade de investimentos, aproveitando a expansão dessa região no governo Lacerda, ou seja, a região conquistaria importância na nova administração, incluindo a sua principal favela. De acordo com a análise de Perez (2007), houve, durante essa época, um alargamento das artérias da cidade, possibilitando o deslocamento da população para novas regiões. A zona oeste, segundo o autor, entraria nesta equação como região beneficiada, uma vez que as distâncias entre centro, zona sul e subúrbio se encurtariam. As transformações encontrariam força através do componente social já que beneficiaria justamente a população suburbana.

É claro que não podemos deixar sempre de lembrar que as transformações também acabam por beneficiar a lógica do capital, uma vez que, se a cidade cresce rumo aos subúrbios e, especialmente para a Zona Oeste, seria necessária a criação de um moderno sistema de transportes, com a ampliação da malha rodoviária para transportar o maior número de pessoas e em menor tempo para as regiões centrais da cidade, favorecendo a circulação. Para isso, o Estado acaba por assumir um papel preponderante, visto que é o responsável por dotar as cidades de infraestrutura para uma circulação mais rápida da forma mercadoria, incluindo os trabalhadores inseridos nesta lógica. Logo, é preciso pensar que a

retórica liberal empregada por Lacerda em seus discursos não se compatibilizava com as demandas da realidade, a partir da própria inserção do Brasil e, por conseguinte, do Estado da Guanabara na lógica capitalista. Assim, era necessária a construção de condições para que o sistema de acumulação prosperasse.

A construção da chamada Belacap passava também pelas favelas, e o governo Carlos Lacerda traria uma política voltada para esses espaços, em que, *a priori*, houve um esforço para urbanizar diferentes localidades, adequando-os à remodelação pela qual o novo Estado passava.

Consideramos determinante apontar que a Vila do Vintém fazia parte desse plano, o que aponta esta favela como uma das mais importantes da Guanabara, sendo fundamental, portanto, identificar em que bases ocorreu o início de sua urbanização, o que constitui um dos marcos históricos para pensarmos esta favela.

4.2. As favelas e a operação-mutirão: a comunidade em voga

O conservador Carlos Lacerda seria eleito governador do Estado em 1960, reforçando o alcance nacional de sua figura e beneficiando o seu partido: a UDN. Sua política para as favelas, por um lado, promoveu a urbanização de algumas situadas no subúrbio, mas, por outro, foi marcada por uma brutal repressão aos favelados, caracterizando-se também pela chamada “onda remocionista”, que articulou remoções de favelas importantes, como Pasmado e Esqueleto, situadas nas zonas sul e norte, respectivamente. Obedecendo a orientações internacionais, a direção política de Lacerda acabou por criar grandes conjuntos habitacionais na zona oeste da cidade, como a Vila Kennedy e Vila Aliança, a partir do investimento do Estado norte-americano, (Bemergui, 2019)

Importante salientar que, no processo eleitoral, Lacerda acabou por ser apoiado por diversas lideranças no âmbito das favelas, o que não quer dizer que o apoio tenha sido de ampla maioria, mas fato é que o então deputado pela UDN sabia do potencial político dos favelados. Estar ao lado deles, pelo menos, em período eleitoral lhe garantia considerável número de votos, já que esses espaços representavam um expressivo contingente populacional da cidade em 1960¹⁷³.

¹⁷³ O censo de favelas do Distrito Federal, produzido pelo IBGE em 1960, aponta 147 favelas, com um total de 335.063 moradores.

Exemplo disso é a nota publicada no jornal Diário de Notícias¹⁷⁴ divulgando que Lacerda percorreria em campanha as seguintes favelas: Vila do Vintém, Pavão, Chapéu Mangueira, Catacumba, Parque Proletário da Gávea, Praia do Pinto, Rocinha, Esqueleto, Inhaúma, Baixa do Sapateiro, Santa Marta, Saúde e Parada de Lucas. O periódico também ressalta a organização dos favelados a partir de um chamado setor de favelas, que funcionaria no comitê central da campanha chefiado por um Sr. José de Almeida Neto, também conhecido como Zezinho da Praia do Pinto.

Era nítida a tentativa de aproximação de Carlos Lacerda com os favelados. Nesse contexto, a Vila do Vintém receberia cuidados especiais do futuro governador da Guanabara. O antigo sertão carioca seria alvo das ações do novo governo a partir da urbanização promovida pelo governo do Estado.

As ações junto à Vila do Vintém merecem, portanto, uma análise mais apurada, à medida que mostram, em um primeiro momento do governo Lacerda, o direcionamento das políticas para as favelas a partir de uma perspectiva de urbanização. Entender as concepções que estavam por trás da ação do Estado é algo que pode desvendar, por exemplo, a relação com as associações de moradores e o seu interesse em urbanizar uma favela do antigo sertão carioca. Ademais, a compreensão de como ocorreu esse processo também é algo que interessa e que será abordado neste item.

Mais precisamente em 30 de maio de 1960¹⁷⁵, Lacerda escolheria justamente essa favela para dar início a sua campanha. A escolha, ao nosso ver, não parece nada aleatória, uma vez que retratava a intenção de expansão para aquela região da cidade. Isso significava a própria relação com as favelas, compreendendo-as como espaços relevantes¹⁷⁶. A prioridade dada à Vintém na campanha se confirmaria posteriormente com o desenvolvimento de algumas políticas voltadas para as favelas, local específico como uma espécie de piloto.

Em um outro flanco, Tenório Cavalcanti, que também era candidato ao governo da Guanabara, se apressava em conquistar os votos da Vila do Vintém, talvez tentando aproveitar-se dos momentos anteriores quando tentou articular sua atuação política com a CPI das favelas, atuando supostamente em prol dos favelados. O jornal Luta Democrática¹⁷⁷ mostra Cavalcanti na Vila do Vintém para

¹⁷⁴ Diário de Notícias, 1 de maio de 1960, p. 12.

¹⁷⁵ Segundo reportagens do Jornal do Brasil e Tribuna da Imprensa.

¹⁷⁶ Anos mais tarde, mais precisamente em 1964, Carlos Lacerda admitira que a UDN precisava manter a proximidade com a população e que o primeiro passo para vencer uma eleição seria conquistar o voto das favelas. Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Discurso de Carlos Lacerda proferido em 28/01/1964. Evento gravado sob fita de rolo BR RJ AGCRJ.CL.FAM. 1.166

¹⁷⁷ Luta Democrática, 1 de julho de 1960, p. 2.

a inauguração da pedra fundamental da escola popular na Rua Belisário de Sousa. A luta pelo cargo de governador prometia ser árdua, e a Vila do Vintém aparecia como um dos focos da campanha noticiada pelos periódicos da época.



Figura 11: Recepcionado por um samba, Carlos Lacerda inicia sua campanha ao governo da Guanabara na Vila do Vintém. Fonte: Jornal do Brasil - 31 de maio de 1960.



Figura 12: Destaque para o início de campanha de Carlos Lacerda no sertão carioca com visitas a Campo Grande, Guaratiba e Vila do Vintém. Na foto, o futuro governador com os moradores.

Fonte: Tribuna da Imprensa, 30 de maio de 1960.

A primeira eleição no recém-criado Estado da Guanabara seria decidida de maneira bastante apertada, com a vitória de Carlos Lacerda. Enquanto o candidato da UDN conquistou 37,00% dos votos, o segundo colocado, Sérgio Magalhães do PTB, obteve 34,59%, ao passo que Tenório Cavalcanti do PST, em votação nada desprezível, angariou 23,10%¹⁷⁸, o ex-prefeito Mendes de Moraes amargou a última posição com 5,3% dos votos, concorrendo pelo PSD. Tínhamos, naquela ocasião, no panorama político que se desenhava no Estado da Guanabara, uma UDN ainda bastante afeita às camadas médias da sociedade, mas com a intenção de se popularizar junto aos segmentos dos trabalhadores, a representação do trabalhismo ainda bastante significativa na figura de Sérgio Magalhães e de Tenório Cavalcanti, que, como já demonstrado no capítulo anterior, vinha de uma construção de considerável base política na Baixada Fluminense e buscava alargar os seus domínios para as favelas e o sertão carioca. Esse quadro expressava de alguma forma o jogo político no início dos anos 1960 e traria implicações para os favelados.

As ações do início de mandato trazem alguns elementos para pensar o plano traçado pela nova gestão, em relação às favelas, e mais especificamente em relação a Vila do Vintém. Foi, assim, anunciado a possibilidade de urbanizá-las, a partir da relação direta entre Estado e moradores.

Necessário é destacar que, assim que foi empossado, Carlos Lacerda nomeou, em um primeiro momento, José Arthur Rios¹⁷⁹ para coordenar os trabalhos na recém-criada Coordenação de Serviços Sociais, órgão cuja finalidade era a promoção de melhoramentos nas favelas, sobretudo através do regime de mutirão, em que os favelados seriam a própria força de trabalho visando às melhorias em seus locais de moradia. O primeiro momento, cujo final é em 1962, é imprescindível para entendermos o próprio processo de urbanização da Vila do Vintém, que ocorre com as características do trabalho coordenado por Arthur Rios. Posteriormente, após sua demissão, o governador do Rio de Janeiro passaria a

¹⁷⁸ Segundo o Tribunal Superior Eleitoral. Resultados – Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br).

¹⁷⁹ O trabalho de Lopes (2018) é uma importante fonte para compreendermos a trajetória e as ideias de José Arthur Rios. Após retorno da Louisiana State University, em fins dos anos 1940, Rios passa a defender, com ênfase, a chamada Sociologia Rural, enfrentando, no entanto, uma série de dificuldades para inserir-se no meio acadêmico. Importante salientar que, ainda de acordo com o autor, José Arthur Rios, antes de se converter em secretário do governo Lacerda, acaba por encontrar inserção nas escolas de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e no Departamento do Serviço Social da Indústria (SESI), em Juiz de Fora. Vale sempre lembrar que, ao assumir o cargo na gestão Carlos Lacerda, Arthur Rios já contava com importante experiência ao lidar com a temática das favelas. Vide sua participação no trabalho desenvolvido pela SAGMACS.

adotar uma política violenta de remoções, atingindo milhares de favelados. Segundo Brum (2011, p. 75), a demissão de Arthur Rios, em maio de 1962, trouxe um importante ponto de inflexão, pois “Se antes a linha era a urbanização de favelas, com apenas algumas removidas (ou parte delas), a partir deste momento, a linha passou a ser a remoção das favelas, com raras sendo urbanizadas”.

Em um primeiro momento, o governador do Estado da Guanabara apostou na reabilitação do SERFHA¹⁸⁰. O órgão acabou por tentar uma aproximação entre favelados e o Estado, colocando-se como substituto das ações que eram feitas pela Igreja Católica. De acordo com Burgos (2016, p. 31), “(...) o SERFHA procurou, entre 1961 e 1962, a aproximação com as favelas, estimulando inclusive a formação de associações de moradores onde estas não existiam – até maio de 1962, criaram-se 75 associações”.

Iniciava-se, nesse contexto, a operação mutirão, que iria, segundo a ótica do novo governador, resolver, de uma vez por todas, a questão das favelas. Nesse caso, é preciso compreender em que bases estava assentada a operação, além disso, julgamos fundamental entender os seus principais pressupostos e como a Vila do Vintém passaria a fazer parte do ambicioso projeto proposto pelo governo da Guanabara.

A matéria publicada pelo Correio da Manhã¹⁸¹, intitulada “Operação Mutirão vai transformar as favelas em lembrança histórica”, apontava a transformação das favelas em vilas a partir da nova proposta do Estado. A reportagem mostra que as favelas seriam transformadas e que isso aconteceria a partir do arruamento e da instalação de rede de esgoto e iluminação. O papel do Estado se limitaria a prestar assessoria técnica e fornecer material, enquanto os moradores forneceriam a mão de obra necessária. A Vila do Vintém seria, junto com a Praia do Pinto, a primeira favela eleita pelo novo governador do Estado para um ambicioso plano de urbanização.

Com a pomposa manchete “Rios começará com a Vintém e Pinto a fazer uma lembrança do passado”, o Jornal do Brasil¹⁸² anunciava o plano do secretário de governo para as favelas do Estado, começando pelas duas citadas no título da reportagem. Vale a reprodução dos primeiros parágrafos da reportagem:

A operação mutirão que transformará as favelas em vilas “deixando seu atual nome como lembrança do passado”, foi lançado ontem pelo Coordenador dos Serviços Sociais da Guanabara, Sr. José Arthur Rios com a assinatura de termos

¹⁸⁰ Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas. Segundo Burgos (2006), o SERFHA foi criado durante o mandato de Negrão de Lima na Prefeitura do antigo Distrito Federal, entre os anos de 1956 e 1957, nomeado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek.

¹⁸¹ Correio da Manhã, 24 de junho de 1961, p. 5.

¹⁸² *Idem*.

de compromisso entre o SERFHA e as Associações de Moradores das favelas Vila do Vintém e Praia do Pinto, as primeiras que serão beneficiadas pela operação.

“Os favelados entrarão com a mão de obra e assim, trabalhando juntos, conseguiremos elevar o seu nível social, pois eles, mais do que ninguém, desejam sair desta situação”, declarava Arthur Rios no lançamento da campanha. Estavam presentes, na ocasião, representantes da Vila do Vintém e da Praia do Pinto. Subjaz também a ideia de uma atuação a partir da cooperação entre Estado e favelados, pois, segundo a fala de Arthur Rios: “Todos os órgãos do governo e as entidades particulares”.

O periódico *Luta Democrática*¹⁸³ também fez a cobertura do evento. O jornal aponta, *a priori*, que governo e favelados estão trabalhando juntos para resolver o problema das favelas. No entanto, a matéria traz ressalvas com relação ao sucesso da empreitada, colocando em xeque as reais intenções do governo: a reportagem traz os seguintes dizeres:

Prevê o plano, que contará com a mão-de-obra dos favelados, o arruamento das favelas para evitar o seu crescimento, canalização de águas e esgotos, calçamento das ruas, iluminação e outros melhoramentos. Manifesta-se novamente a favor dos favelados, portanto, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas. Mas, teima em mencionar apenas a Vila do Vintém e a Praia do Pinto? Estarão extintas as demais?

Sobre as ações de Arthur Rios junto às favelas no primeiro momento do governo Lacerda, é preciso destacar que estavam de acordo com suas concepções como sociólogo, uma vez que era adepto da ideia de desenvolvimento de comunidade. De acordo com Vianna (2022, p. 6):

(...) se embasava na criação de centros cívicos, centros sociais e centros comunitários, visando à participação de membros da comunidade. Entendendo a comunidade como uma unidade, caracterizada pela integração, a participação teria um caráter funcional voltado à estabilidade e ao consenso.

Ainda segundo a ideia de desenvolvimento de comunidade, é preciso salientar que, especificamente, nas favelas um de seus pilares principais eram entendidos da seguinte maneira: “(...) se apresentou na formação de centros sociais e em projetos de sua erradicação ou de sua urbanização, canalizando-se em atividades de melhoria ou criação de infraestrutura urbana pela ajuda mútua (Ammann, 2009, *apud* Vianna, 2022, p. 6).

¹⁸³ *Luta Democrática*, 23-24 de julho de 1971, p. 3.

As ideias que eram defendidas por Arthur Rios tinham a ver com o pressuposto da integração a partir de uma espécie de solidariedade entre os moradores e com o Estado. Logo, os conflitos ou qualquer outra ação que motivassem um confronto aberto contra o Estado ou grupos dominantes seriam devidamente rechaçados. Julgamos oportuno fazer essa observação, uma vez que ela mostra a direção política que a nova gestão pretendia implementar às favelas, mantendo-as sob controle, acompanhando de perto suas lideranças.

A partir dessa concepção, cujos pontos centrais eram a ajuda mútua e a colaboração, há um conjunto de pressupostos que sustentavam essa prática e que estavam bastante em voga naquele período. Devem ser compreendidos:

A comunidade [é] a maior fonte de recursos para a promoção de suas melhorias; as soluções dos problemas [estão] na participação voluntária dos moradores e na integração da comunidade com a sociedade [é] obra do governo local e da sociedade por meio de suas instituições (Bemdoc, nov. 1965, *apud* Vianna, 2022, p. 9).

Ao abordar as ideias de Arthur Rios para as favelas, a tese de Lopes (2018) traz um ponto de destaque. De acordo com a sua visão, as favelas eram constituídas, em última instância, a partir de “párias rurais” que acabavam por migrar para os grandes centros urbanos, fruto da desintegração do latifúndio brasileiro. Focando no aspecto comportamental dos novos moradores da cidade, Rios destacava, por exemplo, que eram vistos como alguém ainda despreparados para viver no meio urbano, uma vez que carregavam as deficiências sanitárias e educacionais do meio rural. Por outro lado, o sociólogo destaca que, já no relatório Sagmacs, era possível vislumbrar a importância dada às formas de solidariedade no âmbito das favelas, o que era visto como algo positivo, logo “A capacidade associativa das favelas deveria ser valorizada em planos de recuperação, idealmente centrados em melhorias de infraestrutura (urbanização) e na promoção do acesso à propriedade dos imóveis por seus habitantes” (Lopes, 2018, p. 204).

Leeds e Leeds (1978) corroboram essa análise ao apontar a perspectiva adotada por Arthur Rios. Na análise dos autores, ao citar o sociólogo que estava à frente da operação, observa o emprego da palavra *mutirão*, que teria origem em uma espécie de Brasil rural, cujo significado remetia à solidariedade de vizinhança e ajuda mútua. Nesse sentido e ainda de acordo com os autores, durante o ano de 1961, realizou-se uma série de encontros entre o poder público e os representantes de favelas para pensar os problemas legais que atingiam diferentes localidades.

É curioso notar que, ao falar sobre as favelas no início de 1961, Carlos Lacerda dava alguns indícios de que a sua compreensão sobre esses lugares era próxima àquela defendida por Arthur Rios: “Ele diz que considerava a favela um estágio de evolução da cidade, formada por gente do interior e que se instalou nas residências”¹⁸⁴, ou seja, como um enclave rural no meio de um conglomerado urbano, como uma espécie de etapa anterior à evolução que seria completa com a urbanização definitiva desses espaços.

Tal perspectiva também pode ser observada em outros discursos de Lacerda durante o mandato, uma vez que, ao falar das favelas, “(...) não as considerava um gueto e sim um quisto rural em plena vida urbana”¹⁸⁵. Além disso, o Governador da Guanabara também afirma que seria importante integrar os seus moradores à cidade através do desenvolvimento de um sentimento de pertencimento.

Anos mais tarde, o próprio Arthur Rios, ao comentar os postulados do relatório Sagmacs, deixava claro que a ideia de capacidade associativa e desenvolvimento de comunidade lhe era absolutamente cara.

Não queremos embarcar na atual denominação pedante de “comunidade” que arrepiá os pelos de sociólogos e antropólogos. Se levarmos em conta a idade, a duração da favela, seria válida a denominação de “comunidade ecológica”, ou seja, de grupos e associações ligadas por movimentos solidários como o mutirão ou por atividades específicas, e até obedientes a lideranças caracterizadas. Em suma, certas favelas, com o passar do tempo, assumem uma organização social e um padrão ecológico que em condições normais de urbanização (água, esgoto, luz elétrica e segurança) poderiam levá-las ao formato de bairro como outro qualquer (Rios, 2012, p. 45).

Era nítida a intenção de Arthur Rios sobre o que denominava transformação das favelas. Os jornais davam destaque à “Operação Mutirão” e, sobretudo, à fala do secretário para converter favelas em ex-favelas. As favelas, segundo a manchete do Jornal do Brasil, “Fariam parte do passado”. Nesse ponto específico, nos chama a atenção o fato de as favelas serem compreendidas por parte do poder público e parte da mídia empresarial como algo não pertencente à cidade, como se não estivessem ainda integradas ao desenvolvimento econômico daquele contexto, então, sua modernização passaria pela sua extinção e consequente transformação em bairros populares.

¹⁸⁴ Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Discurso de Carlos Lacerda aos favelados no Palácio Guanabara, proferido em 01/06/1962. Evento gravado sob fita de rolo BR RJ AGCRJ.CL.FAM.1013.

¹⁸⁵ Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Discurso de Carlos Lacerda, 1961/1963. Evento gravado sob fita de rolo BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.266.

O discurso de Carlos Lacerda, proferido no Palácio Guanabara em 01 de junho de 1962¹⁸⁶, mostra como a questão da transformação das favelas em bairros e a relação com as Associações de Moradores ainda estavam alinhados, até então, com o discurso de Arthur Rios, pois, segundo a transcrição:

(...) ele então conclui que seu ideal de governo, no que diz respeito à política de habitação popular era que as favelas se tornassem bairros, com representação junto às regiões administrativas”, Lacerda ainda endossa que “Reconhece que não iria fazer tudo de uma vez só e que seria natural que houvesse divergências internas nas favelas e que isso era assunto dos representantes das Associações de Moradores.

A Vila do Vintém não mais correria o risco de remoção nos anos 1960. No entanto, continuava no foco das autoridades, dessa vez, porém, isso implicaria servir como oportunidade de investimento através de um processo de urbanização, bem como apresentar-se como vitrine do novo governo naquilo que diz respeito às favelas. Num primeiro momento, entendemos que transformar as favelas em ex-favelas, a partir de uma noção de que a constituição daquele espaço obedecia a um desrespeito aos padrões urbanísticos hegemônicos, também era uma das concepções vigentes no governo Carlos Lacerda. Logo, a urbanização e a “organização” do espaço seriam suficientes para uma espécie de elevação do *status* do local.

Outro ponto que merece destaque é que, ao nosso ver, a escolha de Carlos Lacerda por iniciar a urbanização em favelas como a Vila do Vintém pode significar um contraponto aos anos de influência comunista e trabalhista naqueles locais, ou mesmo da aproximação de políticos como Tenório Cavalcanti.

Em que pese a tentativa de construção de uma hegemonia mais à direita através de iniciativas como a Fundação Leão XIII, fato é que a figura de Lacerda como representante deste espectro político ainda era vista com ressalvas. Utilizar da máquina do Estado para promover a reversão de sua imagem junto aos mais pobres poderia converter-se em importante trunfo pensando em períodos eleitorais futuros.

Um ponto de destaque no processo de urbanização das favelas é a relação do Estado com as associações de moradores, já que essas organizações eram vistas como fundamentais para cooperar com a operação-mutirão. Todavia, é nítido o fato de que essa ideia acabou por produzir uma hipertrofia dos poderes dessas instituições, mesmo que elas não estivessem, pela sua própria natureza,

¹⁸⁶ Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Evento gravado em fita rolo e digitalizado sob o número BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.013.

preparadas para as tarefas que passariam a lhes ser delegadas pelo novo governo. Nesse sentido, não é de se espantar, por exemplo, que novas associações tivessem que ser criadas para que dessem conta das demandas a elas dirigidas.

Nos primeiros anos de governo Lacerda, a ideia inicial consistia em transformar o morador em uma espécie de parceiro do Estado. As melhorias para as favelas seriam discutidas e realizadas paulatinamente, porém, sem o caráter reivindicatório de anos anteriores. É preciso ressaltar também que novas associações foram criadas já de acordo com uma espécie de enquadramento proposto pela gestão do Estado. Segundo Lima (1989, p. 100), “Deve-se observar que só poderiam contar com recursos públicos as favelas organizadas, o que provocou um efeito multiplicador sobre o número de associações existentes”.

Isso fica claro quando apresentamos o termo que estabelece a parceria entre o Serpha e as associações. Ao abordar o caráter da parceria, uma série de exigências são feitas às associações para a sua colaboração com o Estado¹⁸⁷:

1. Prestigiar a associação de moradores e nada fazer na favela ou Vila Operária sem prévio aviso e entendimento.
2. Cooperar na urbanização da favela recolhendo quaisquer contribuições dos residentes para a melhoria local, responsabilizando-se pela utilização de tais contribuições e submetendo-se à supervisão da coordenação.
3. Contribuir para a substituição progressiva dos barracos por construções mais adequadas e cooperar através da mobilização de trabalho para a realização de outros trabalhos de emergência na favela – OPERAÇÃO AUTOAJUDA – conforme os planos técnicos e a orientação desta coordenação.
4. Cuidar das contribuições e melhorias feitas na favela.
5. Solicitar a autorização da Coordenação para a melhoria das casas, com a especificação das necessidades de reparo e manutenção.
6. Impedir a construção de novos barracos, vindo, quando necessário, a esta coordenação apoio policial.
7. Cooperar com a coordenação para realocar os moradores removidos das favelas.
8. Encaminhar à coordenação as necessidades e reivindicações das favelas relativas a serviços públicos, manutenção, saneamento, polícia e higiene.
9. Na favela, manter a ordem, o respeito à lei e, de um modo geral, garantir o cumprimento das determinações da Coordenação e do Governo.

¹⁸⁷ A Tribuna da Imprensa, 24-25 de junho de 1961, p. 6.

10. Dirigir todos os pedidos de assistência médica, hospitalar e educacional para a coordenação.

Esse controle sobre as favelas ganha vulto nos anos 1960 e é bem descrito por Grynszpan e Pandolfi (2002). Descrevem que, através do SERFHA e da própria Fundação Leão XIII, houve um forte estímulo à criação de diversas associações, sendo que a ideia final era transformá-las em instrumentos de controle e barganha. Em todo caso, o abandono posterior do governo Lacerda da política de urbanização e a aposta em uma ação de cunho remocionista acabaram por afastar essas associações do poder público.

Outro ponto relevante é aquele trazido por Pestana (2016) ao ressaltar que a Coordenação de Serviços Sociais se colocava como “filtro” das questões trazidas pelos moradores, o que acabava por reforçar-lhes certa estigmatização, já que eram compreendidos como incapazes de lidar com a burocracia estatal.

Nesse caso, Pestana (2016), a partir dessa relação, desenvolve a ideia de “controle negociado”, uma vez que a relação proposta por Arthur Rios seguiria, em linhas gerais, os moldes estabelecidos pela Fundação Leão XIII e pela Cruzada São Sebastião, já que havia uma limitação da participação dos favelados através de um rigoroso controle sobre suas deliberações.

Ao fazer um balanço do período de Arthur Rios e a política adotada para as favelas pela gestão Lacerda nos dois primeiros anos de governo. Gonçalves (2013) aponta importantes contradições, uma vez que se foram realizadas melhorias, eliminando também uma série de intermediários que se aproveitavam das questões envolvendo às favelas. No entanto, houve uma subordinação das Associações de Moradores ao Estado, nas palavras do autor:

Essa política instaurou uma espécie de “controle negociado” que, ao consolidar a favela como categoria social subalterna, produziu um modelo de integração social bastante fragmentado e certamente muito hierarquizado. Esse modelo inverteu o próprio objetivo destas associações, transformando-as, de certa forma, em representantes do poder público junto à população. Em troca da lealdade e da cumplicidade dos líderes locais, a administração local oferecia pelo menos a promessa da urbanização parcial da favela (Gonçalves, 2013, p. 214).

Ainda sobre a relação com as associações de moradores, julgamos relevante reproduzir um trecho da entrevista de Arthur Rios aos pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz, em 2006¹⁸⁸. Embora embasado por um discurso de caráter “técnico” e que negava a dimensão política, fica nítida a preocupação com a relação entre as associações de moradores e os partidos situados em um

¹⁸⁸ Mais precisamente, Nísia Trindade Lima, Marcos Chor Maio e José Leandro Cardoso.

espectro mais à esquerda e que a atuação junto a esses segmentos significaria uma importante disputa. Nas palavras do sociólogo e ex-secretário de Lacerda:

Porque na realidade, eu estava levando a favela para o Lacerda. A favela era o PTB, o PC do B e eu, sem esse objetivo explícito, sem nada a fazer a esse objetivo político, na realidade, eu estava trazendo. Havia manifestações de favelas, já a favor do Lacerda, coisa que ele nunca tinha tido.



Figura 13: Arthur Rios junto aos representantes da Vila do Vintém e Praia do Pinto apresenta plano de mutirão para as favelas. Fonte: Diário Carioca, 24 de junho de 1961.

A lógica do mutirão, encabeçada por Arthur Rios, trazia um certo viés que se pretendia “técnico”. No entanto, é inegável que a sua ação acabava por render benesses, em termos políticos, a Carlos Lacerda. Aproximar-se dos favelados, sobretudo com o discurso de transformação de favelas em “ex-favelas”, poderia converter-se em importante trunfo para o político da UDN.

Nesse caso, segundo a análise de Lima (1989, p. 106):

A linha administrativa seguida por Carlos Lacerda até esse momento oferece indícios claros da busca de apoio entre as camadas populares o que, em alguns casos, não foi de todo ineficaz. Em muitas favelas o governador conseguiu apoio entre dirigentes de associações, inclusive cabos eleitorais atuantes para a campanha de sucessão ao governo (...).

Embora houvesse, no discurso oficial, uma espécie de empoderamento das favelas através das associações de moradores, consideramos que essa perspectiva, além dos limites claros já apontados, como a incapacidade desses organismos em lidar com as diferentes demandas às quais eram submetidos, também esbarrava na própria relação com o Estado. Se Arthur Rios tinha a esperança de, através dessa nova roupagem, eliminar a utilização das favelas de maneira clientelista por parte dos políticos, é fato que isso não ocorreu, pois

continuaram a se aproximar desses espaços, inclusive a partir da roupagem pensada pelo novo governo.

Nesse ponto, nos parece inegável que a atuação política de Arthur Rios junto às representações das favelas acabou por encontrar acolhida em importantes movimentos organizativos, provocando uma divisão entre os favelados. Segundo Pestana (2016, p. 232):

Paralelamente ao estabelecimento de novas associações de favelados, esforçando-se por mantê-las afastadas daquelas já existentes e coletivamente mobilizadas, a equipe de José Arthur Rios conseguiu suscitar divisões entre aqueles que já vinham atuando em conjunto.

Os periódicos da época enfatizavam a ação do governo da Guanabara junto às favelas, que seriam urbanizadas e devidamente integradas à cidade. O regime de mutirão proposto pelo sociólogo Arthur Rios iria resolver o problema “elevando a condição social dos favelados”. A aposta do novo governo, pelo menos em um primeiro momento, destacava algumas favelas específicas, entre elas a Vila do Vintém.

De acordo com Pestana (2016, p. 225), o tema adquirira posição estratégica para Carlos Lacerda, já que:

Sua abordagem inicial passava por mudanças mais significativas ao sistema de controle negociado então vigente. Por meio de uma reorganização administrativa, Lacerda alçou o aparato estatal à condição de gestor prioritário desse controle, deslocando as entidades ligadas à Igreja Católica da posição de destaque até então por elas ocupada. Dessa forma, o governador aproximava de si, a gestão daquelas áreas tão sensíveis, buscando aprofundar um deslocamento político iniciado, pelo menos em sua campanha eleitoral naquele posto.

Ao pensarmos a relação do Estado com as associações é de se supor que, com isso, a atividade mais reivindicatória da Associação Pró-Melhoramentos fosse perdendo força, e seus personagens mais aguerridos sendo substituídos, paulatinamente, o que não significava, porém, que as reivindicações não estivessem mais presentes, porque é possível, inclusive, afirmar que essa nova etapa permitiu, em certas ocasiões, a garantia de algumas melhorias para a favela, já que se descortinava uma relação de maior proximidade com o Executivo.

Uma reflexão precisa ser feita neste ponto: o fato de uma aproximação maior com o poder público, no caso específico do início dos anos 1960 com o governo Lacerda, não pode ser interpretada como alguma espécie de capitulação por parte dos moradores e de suas lideranças. Não é de hoje que há uma desconfiança dos favelados com relação aos políticos de diferentes matrizes ideológicas, sendo as relações entre moradores de favelas e a classe política

pautada por certa dose de pragmatismo. Se, nos anos anteriores, essa relação foi marcada por um considerável arco de alianças, na conjuntura dos anos 1960, participar dos mutirões do Estado significaria, de certa forma, utilizar de parte de sua estrutura para garantir significativas melhorias, como saneamento, iluminação e arruamento.

A dissertação de Lima (1989) colabora com a reflexão ao demonstrar por exemplo, como determinadas lideranças mesmo vinculadas a partidos como o PTB, e, portanto, oposição ao governo Lacerda, tiveram que camuflar suas posições políticas sob pena de não conseguir as melhorias necessárias para as favelas em que viviam. Neste caso a estratégia foi conduzida mesmo com ressalvas, pelo fato que essa aproximação poderia trazer os benefícios necessários para as favelas que representavam.

No caso específico da Vila do Vintém, é preciso lembrar também que a sua desapropriação não aconteceu sem problemas. Reportagens de periódicos apontam que após 1955¹⁸⁹, mesmo em menor número, continuavam as ordens de despejo e a busca dos moradores em preservar as suas casas¹⁹⁰. Logo, o ato de aproximar-se do poder público, garantindo as condições para a urbanização da favela pode ser interpretado também como uma garantia da possibilidade de permanência no local, uma vez que o processo de melhorias poderia auxiliar ainda mais na legitimidade daquele espaço¹⁹¹.

Além disso, em que pese toda a luta pela manutenção da posse dos terrenos, concomitante a isso tínhamos antes mesmo dos anos 1960 importantes debates que ocorriam na Vila do Vintém e que mencionavam a necessidade de melhorias na localidade. A reportagem do Diário da Noite¹⁹² mostra, por exemplo, que a questão da água era um debate importante e que envolvia a Vila do Vintém, apresentando as reivindicações dos favelados e destacando o crescimento e a importância da favela, o periódico trazia a seguinte questão:

A Vila do Vintém, localizada entre as estações de Realengo e Padre Miguel, é a mais populosa dos subúrbios, possuindo uns dez mil barracos. Para abastecer de água aquelas famílias pobres, cujas mulheres na maioria, são lavadeiras da zona

¹⁸⁹ O Globo, de 22 de dezembro de 1955, p. 6, aponta que famílias continuavam no desalento devido à demora no processo de desapropriação da favela.

¹⁹⁰ Ainda sobre a desapropriação, embora tenha havido um grande movimento durante os anos 1950, que culminou com a desapropriação feita pelo então prefeito Alim Pedro, verificamos que o decreto redigido pela Prefeitura teve que ser feito novamente. O imbróglgio durou até os anos 1960 quando, de fato, os moradores da Vintém conseguiram a desapropriação do terreno. As reportagens da época mostravam que os problemas, sobretudo aqueles ligados aos aspectos que envolviam a urbanização da favela, estavam na ordem do dia, ganhando os discursos parlamentares e as reportagens dos jornais.

¹⁹¹ O Governo Carlos Lacerda acabaria por decretar a área como de utilidade pública (Jornal do Brasil, 1962, p. 4).

¹⁹² 27 de novembro de 1956, p. 3.

sul, foram instaladas bicas públicas. Mas há dias que o líquido não chega às torneiras. As lavadeiras estão, assim, com um sério problema,

Cooptando ou não os moradores, é fato que transformações notáveis surgiram na Vila do Vintém. Havia uma ideia de transformação da Vila do Vintém em um bairro, no qual os moradores participariam de maneira decisiva. É o que pretendemos tratar no próximo subitem.

4.3. “Aos homens de pouca fé”: A Vila do Vintém agora é uma ex-favela?

A operação-mutirão chegava à Vila do Vintém. O discurso oficial mostrava que as obras andavam a todo vapor e que a participação dos moradores era um dos principais pilares que davam sustentação à ousada empreitada. Em discurso proferido em 04 de dezembro de 1961, já com a operação-mutirão em andamento, Lacerda defenderia a importância da atuação em regime de cooperação entre moradores e o Estado, visto que nem sempre a burocracia da administração pública poderia estar presente na resolução daquilo que ele classificava como “resolução de pequenos problemas”. É necessário resgatar parte do discurso, pois nele Lacerda aborda, segundo a sua ótica, os avanços obtidos na Vila do Vintém:

Discorre sobre a importância das administrações regionais para resolver pequenos problemas locais, que não precisavam ser resolvidos pelo governador. Diz que além de um administrador regional competente, seria preciso que a população colaborasse. Cita o exemplo da Favela Vila do Vintém, em Padre Miguel, onde dois mil voluntários estavam ajudando o Governo do Estado nas obras de água e Esgoto¹⁹³.

Outro ponto importante levantado pelos periódicos dizia respeito à questão do saneamento. Começavam a ser mais frequentes a visita de representantes do Estado no sentido de tentar propor soluções para os problemas levantados pelos moradores. A reportagem do jornal O Globo de 16 de novembro de 1961¹⁹⁴ mostra

¹⁹³ Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Discurso de Carlos Lacerda em 04/12/1961. Evento gravado sob fita de rolo BR RJAGCRJ. CL.FAM.1.206.

¹⁹⁴. Embora a reportagem cite a Vila do Vintém como pertencente a Bangu, nada mais falso, como já devem ter percebido os leitores desta tese. Todavia, cabe apontar os equívocos quando a Vila do Vintém era retratada pela mídia empresarial, em alguns casos, como uma favela pertencente a este bairro, em outros casos, sendo confundida com um morro, mesmo situada em terreno plano. Entendemos que essas confusões dizem respeito ao próprio lugar que a favela ocupa na cidade, ou seja, a atual zona oeste e o antigo sertão carioca, sendo colocados, em muitos casos, em uma posição secundária e de pouco valor.

a visita de representantes da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN) e do Secretário de Saúde do Estado da Guanabara a Vila do Vintém.

O Secretário de Saúde da Guanabara, Sr. Marcelo Garcia e o presidente da Suesan, engenheiro Ernaldo Craco Peixoto, estiveram ontem (foto), na Favela do Vintém, em Bangu, examinando as condições sanitárias locais. Após a visita, decidiram estudar imediatamente a regularização do curso de um Rio que atravessa a favela, e a implementação de uma rede de esgotos, para impedir a poluição de águas que ali se verifica, principalmente quando as águas pluviais fazem transbordar o Rio que corre por uma tela aberta.

O Executivo também tratava de colocar seus nomes à frente dos trabalhos nas favelas aproveitando o impulso político que estas ações poderiam trazer. A matéria publicada pelo jornal O Globo¹⁹⁵, cujo título é “Vai ser iniciado o saneamento das favelas cariocas”, na qual se destaca a nomeação de um “Prefeitinho”, no caso o Engenheiro do Estado Fernando Dias, designado para chefiar os trabalhos de saneamento da Vila do Vintém. Segundo a matéria:

A primeira providência tomada pelas autoridades estaduais foi a designação do jovem e competente Engenheiro do Estado, Fernando Dias, para chefiar os trabalhos de saneamento da Vila do Vintém, que vão desde o arruamento e a melhoria dos casebres até as instalações das redes de água e esgotos. O “Prefeitinho” da favela terá liberdade plena para execução da experiência-piloto, ficando diretamente ligado à Suesan e à Secretaria de Saúde.

O clima de otimismo parecia tomar conta dos discursos oficiais quando o assunto era a Vila do Vintém. Carlos Lacerda, ao comentar as obras na favela, iria além e apontaria o processo de urbanização como uma espécie de “milagre” que ocorria na localidade¹⁹⁶:

(...) que os homens de pouca fé acreditavam ser um milagre o que na verdade não chega a ser um milagre, sendo apenas o resultado de uma confiança recíproca: a vila estava recebendo água e esgoto em toda a sua extensão. Assinala que o Estado, através da Suesan, estava gastando 300 milhões de cruzeiros em material que 2000 moradores, que se inscreveram voluntariamente para trabalhar estavam dando com o seu trabalho o equivalente a 15 milhões de cruzeiros de mão de obra.

A Vila do Vintém tornou-se um modelo piloto do mutirão, que permitiu baratear os custos desta mão-de-obra à partir de um discurso de solidariedade e da necessidade de embelezamento da favela da zona rural. A entrevista do representante da Fundação Leão XIII ao jornal Diário de Notícias,¹⁹⁷ ao citar a Vila do Vintém, traz elementos sobre a questão:

¹⁹⁵ O Globo, 20 de dezembro de 1961, p. 22.

¹⁹⁶ Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Exposição de Carlos Lacerda aos favelados em 01/06/1962. Evento gravado em fita-rolô e digitalizado sob o número BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.013.

¹⁹⁷ Diário de Notícias, 7 de dezembro de 1962, p. 8

O Sr. Romeu Loures falou, também, sobre a operação mutirão, cuja principal característica é evitar que a ação do governo seja tomada como sendo meramente paternalista. Daí contar com a ajuda dos favelados na realização das obras. O mutirão é um esforço coletivo para melhorar a favela com o apoio de todos. A Vila do Vintém, em Padre Miguel, está em fase de conclusão, uma obra que representou uma grande experiência. Com CR\$ 30 milhões em materiais, um engenheiro e um projeto, o Estado obteve a colaboração de quase dois mil moradores cujo trabalho voluntário corresponde a CR\$ 13 milhões em mão de obra, inclusive instalação de serviços de água e esgoto.

A Vila do Vintém estava sendo rapidamente urbanizada, o que era mais um aspecto relevante e que faz parte da história da favela. Tínhamos, a partir desse quadro, um marco, ou seja, a consolidação da Vintém no mapa das favelas mais importantes do então Estado da Guanabara. Havia, também, a produção de um discurso que colocava a Vila do Vintém como uma ex-favela e um bairro “moderno” e “operário”, isso seria massificado, sobretudo, pela mídia corporativa em consonância com aquele reverberado pelo governo Lacerda. Os jornais da época dedicaram páginas de destaque para mostrar como a Vintém seria o piloto da paulatina transformação das favelas em bairros, contando, principalmente, com o empenho dos próprios moradores nas transformações daquele espaço.

É fundamental apontar que a própria Constituição do recém-criado Estado da Guanabara trazia, em seu artigo 66, a preocupação em atacar a questão das favelas: “A lei criará um órgão especial incumbido de estudar os problemas da habitação popular, principalmente do tipo favela, bem como de planejar e executar, em coordenação com os diferentes órgãos, estaduais ou não, suas soluções”. O documento expressava a clara intenção de acabar com as favelas, compreendendo-as como um espaço transitório e inadequado aos padrões modernos. A transformação em Vilas Operárias seria a solução pensada como resolver a questão. O parágrafo 2 do mesmo artigo previa que:

As favelas serão assistidas e higienizadas, provisoriamente, com a criação de escolas primárias, centros médicos, centros recreativos e de orientação profissional e doméstica. Será estimulada a criação de Vilas Operárias, com total isenção de impostos para as favelas irrecuperáveis (Guanabara, 1961, p. 26).

No capítulo 1, discutimos a construção do bairro de Realengo como “moderno” e “operário” e como a favela aparecia quase como a sua antítese, sendo alvo de ações na justiça e de ameaças constantes de remoção. Passadas quase duas décadas, a ideologia do “moderno” e “operário” abraçava também a Vila do Vintém, como se a própria condição de favelado fosse um impeditivo ao alcance de uma espécie de novo patamar social, segundo o discurso oficial.

Digna de nota é a matéria do periódico *O Jornal*¹⁹⁸, intitulada “Favelados transformam a Vila do Vintém em moderno bairro”. A reportagem destaca o trabalho dos moradores, “melhorar o aspecto da favela”, e a adesão deles à “operação mutirão”, ao citar trechos de entrevistas com os moradores:

Com um ar alegre e cheio de confiança os unidos e otimistas favelados da Vila do Vintém dizem: não se admirem do nosso trabalho agora, deixem para fazê-lo depois, quando a nossa querida favela estiver transformada em um bairro pobre diferente, com água encanada, luz elétrica e ruas asfaltadas, além de árvores bonitas.

O discurso do líder do governo na Assembleia Legislativa, Amaral Neto, em 3 de maio de 1962¹⁹⁹, corrobora a ideia de transformação em ex-favelas, colocando a Vila do Vintém como um dos alvos do governo. O parlamentar salienta que as favelas seriam transformadas paulatinamente em “Vilas Operárias dotadas de boas condições de higiene”. Novamente citando a Vila do Vintém, o deputado afirma que a favela já possuía naquela altura uma rede de escoamento das águas pluviais e que o abastecimento de água potável estava em plena construção.

O mutirão que abrangia a Vila do Vintém contou com diferentes fontes de financiamento, sendo destacado de maneira frequente por Carlos Lacerda em seus discursos. A preocupação com a mão-de-obra do morador também era um elemento que aparecia com frequência nestas ocasiões.

Essa preocupação decerto angariava questões políticas e econômicas. A cooperação traria a ideia de trabalho em conjunto e ao mesmo tempo facilitava a economia dos cofres públicos. É possível perceber em discursos do ex-governador da Guanabara sua preocupação com as receitas que iriam subsidiar os melhoramentos em favelas como a Vila do Vintém, isto incluiria, para além dos recursos internos através do aumento de impostos, uma aposta em relações bilaterais com países como os Estados Unidos. Ao analisar os planos de Lacerda, Oakim (2023) explica que o anticomunismo do governador da Guanabara e sua aproximação com o governo norte-americano, funcionaram como elementos facilitadores, o que seria provado, mais tarde, com a construção dos conjuntos da Vila Kennedy e Vila Aliança.

Carlos Lacerda também aproveitava o espaço que lhe era concedido pela mídia empresarial para de maneira habilidosa ressaltar os seus feitos junto às favelas, ao comentar sobre elas no Programa Mesa-Redonda de Gilson Amado na TV Continental, o Governador da Guanabara destaca que estavam sendo

¹⁹⁸ Edição de 04 de agosto de 1962, p. 10.

¹⁹⁹ Câmara dos Deputados, 1962, p. 250.

realizadas obras nas favelas do Catumbi, Pavão/Pavãozinho e na Vila do Vintém. Durante a entrevista, também é dado destaque para os recursos, que segundo Lacerda, advinham do Fundo do Trigo²⁰⁰. É preciso destacar que embora houvesse uma expectativa por parte de Rios na utilização deste fundo para urbanizar as favelas, o acordo com o governo da Guanabara só foi assinado em junho de 1962, após a sua demissão. (Lima, 1989).

Porém, era nítida a aproximação com os norte-americanos e o uso das favelas no tabuleiro político. A reportagem do Jornal do Brasil²⁰¹ na qual Carlos Lacerda anuncia o aporte de 1 bilhão de cruzeiros para uma “reforma urbana” na Guanabara é uma demonstração desta proximidade e de como a questão da urbanização era vital neste contexto. Acompanhado do embaixador dos Estados Unidos Lincoln Gordon, o governador da Guanabara diz que:

Concluindo, disse o Governador, que aqui hoje começa a reforma urbana. Mas ainda mais importante, hoje, continua o nosso esforço para que o povo saiba de que isto quem lhe dá é a liberdade, a liberdade que permitiu ao povo trabalhador dos Estados Unidos ter o que emprestar aos seus irmãos, para a segurança de todos os homens livres, lá no seu país, aqui no nosso país, e em toda parte do mundo em que ainda haja homens querendo ser e parecer livres.

²⁰⁰ Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Entrevista feita em 26/04/1962. Evento gravado em fita rolo e digitalizado sob o número BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.107.

²⁰¹ Jornal do Brasil, 13 de maio de 1962, p. 4.



Figura 14: Obras na Vila do Vintém entre 1960 e 1965.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - 05/12/1960 a 11/10/1965.

A reportagem do periódico *O Jornal*²⁰², ao cobrir o programa de urbanização da Vila do Vintém também, traz destaque para os valores envolvidos na operação, bem como do regime de trabalho dos moradores. O curioso é que o governador da Guanabara aparece na reportagem como alguém que “dá um crédito de confiança aos favelados”.

O governador dando um crédito de confiança aos favelados, lhes entregou CR\$ 60 milhões de material e um engenheiro da Suesan, Fernando Dias, para que o progresso idealizado fosse transformado em realidade. E foi em 25 de janeiro que a vida da Vila do Vintém começou a mudar, as ruas passaram a ser abertas e a receber manilhas, sendo logo depois fechadas para levar calçamento. (...) As oito da manhã os moradores da Vintém já se cumprimentavam dentro das valas ao mesmo tempo em que colocam uma manilha de esgoto ou um cano de água, e só se despedem depois das 20 horas, para iniciarem no dia seguinte o seu trabalho, que antes do fim do ano não mais permitirá que chamem a Vila do Vintém de favela.

²⁰² *O Jornal*, 04 de agosto de 1962, p. 10.

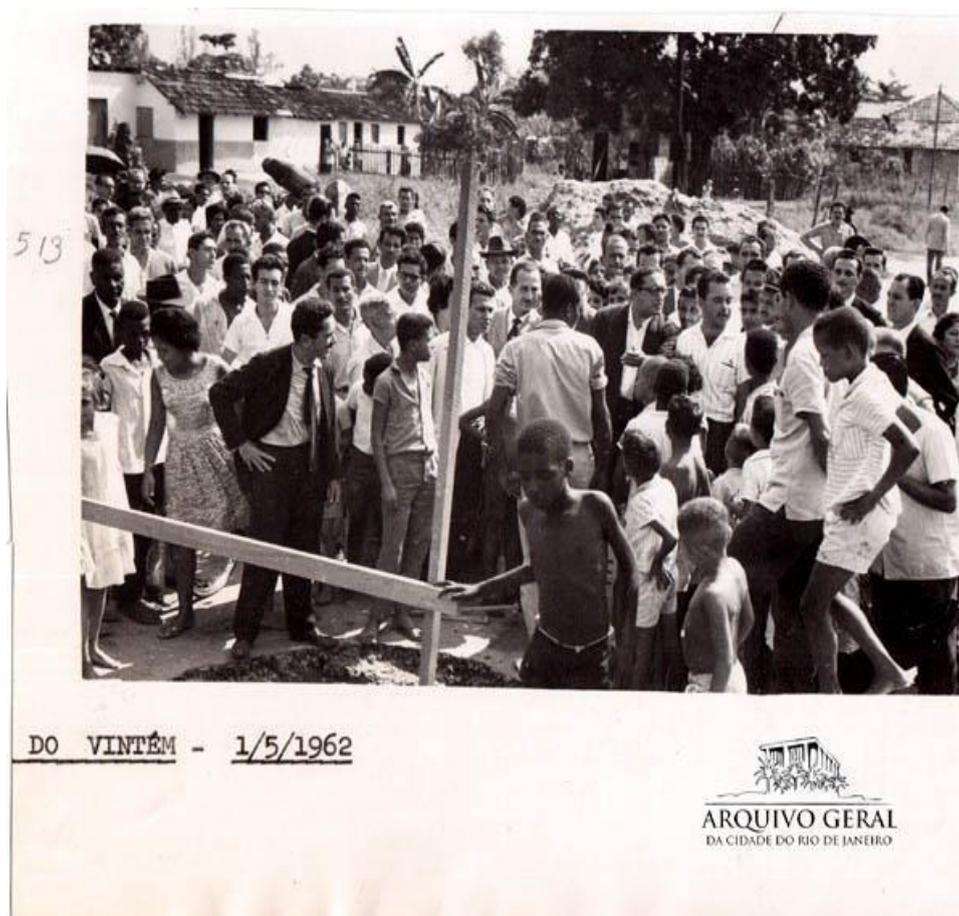


Figura 15: Carlos Lacerda visita a Vila do Vintém no 1º de maio. Sua presença para acompanhar as obras na favela seria algo costumaz nos primeiros anos de governo.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – 1/05/1962.

Uma das estratégias de Carlos Lacerda para cacifá-lo como nome para disputar a sucessão presidencial de 1965 era utilizar o programa de urbanização para aproximá-los de diferentes lideranças, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo. A Vila do Vintém serviria, segundo as ideias de Lacerda, como um exemplo do sucesso do programa de urbanização de favelas, sendo apresentada a autoridades de outros países. O *Correio da Manhã*²⁰³ mostra que a Prefeita de Porto Rico, Felisa Rincon de Gautier, estivera na Vila do Vintém acompanhada de Lacerda para ver de perto o processo de urbanização da favela. Vale o registro:

O Prefeito de Porto Rico, Sra. Felisa Rincon De Gautier, visitara na manhã de hoje a favela da Vila do Vintém, em Padre Miguel, que está sendo urbanizada pelo governo estadual com a participação pessoal de seus próprios habitantes. A Sra. Felissa Rincon de Gautier apreciará detalhes da operação-mutirão, que consiste no fornecimento de material e assistência técnica pelo poder público, encarregando os moradores da mão de obra e da execução das tarefas do programa.

²⁰³ *Correio da Manhã*, 12 de junho de 1962, p. 6.

A Vila do Vintém, através da operação-mutirão, teria destaque no discurso das autoridades ao longo do mandato como uma espécie de êxito da proposta e exemplo a ser seguido pelas demais favelas. A matéria da Tribuna da Imprensa²⁰⁴ destaca, com exagero, que a Favela Vila do Vintém está virando um bairro. A reportagem ressalta aspectos de arruamento, além de luz e esgoto, que contavam com a intensa participação dos favelados. Segundo o periódico, “Para alargar as ruas do bairro, os moradores da Vila do Vintém fizeram o alinhamento de outras nove vias, recuando casas e os últimos barracos existentes”.

Dois anos depois, já no final do mandato de Carlos Lacerda e em que pese a real necessidade de melhorias na Vila do Vintém, é possível perceber que o plano para a Vintém não apenas fora superdimensionado como beirava o devaneio. As questões que atingiam a favela permaneciam na ordem do dia e, mesmo com a tentativa de, através dos jornais, apresentar uma outra realidade, ficava latente que uma série de questões estruturais que extrapolaram os limites dessa favela contribuíram para a continuação dos problemas em que a Vila do Vintém estava imersa, mesmo com a tentativa de apresentar uma espécie de “nova realidade”. Reportagens de jornal deixavam claras as contradições do processo de urbanização e acabavam por apontar os imensos desafios pelos quais favelas como a Vila do Vintém passavam.

“A Vila Vintém sem crimes, quer melhorias e um novo nome”, dessa maneira, o jornal O Globo²⁰⁵ faz o esforço de apresentar uma nova paisagem, passados 4 anos do início da operação-mutirão. A Vila do Vintém mudaria de nome e, livre da criminalidade, despontaria como um novo bairro. Muito mais no campo do desejo do que, propriamente, um retrato da realidade, a reportagem mostra o seu ponto de vista sobre a favela após o início da operação-mutirão.

A Vila do Vintém, cujos moradores estão tranquilos quanto à segurança de suas famílias, pois o crime ali não mais existe, reclama, agora, do poder executivo providências que julga necessárias à total normalização de sua vida: construção de uma escola, melhoria da rede de esgoto e extinção do verdadeiro pântano que se formou, com a água das chuvas na parte mais antiga. No programa da Vila do Vintém está incluída, como medida a ser adotada prioritariamente, a mudança de seu nome, para acabar com a má fama que indesejáveis e marginais espalharam sobre o local. A Associação Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém já prepara o seu plano de ação, o qual através da sua nova diretoria da entidade, será divulgado no sábado, na Escola de Samba Unidos de Padre Miguel por ocasião da feijoada que será oferecida ao governador do Estado ao secretário de Serviços Sociais e à imprensa.

²⁰⁴ Tribuna da Imprensa, 11 de março de 1963, p. 5.

²⁰⁵ O Globo, 23 de março de 1965, p. 7.

A reportagem acaba por demonstrar que, mesmo com a urbanização, não havia rompido com os problemas pelos quais uma favela passava. Os problemas em torno das questões que envolviam o saneamento, por exemplo, continuavam a assolar os habitantes da Vila do Vintém, enchentes no local eram comuns, deixando os moradores entregues à própria sorte. A matéria ainda destaca a dificuldade para o acesso à escola por parte das crianças que residiam na favela. Conforme já demonstrado no trecho replicado acima, outra questão que a reportagem faz questão de destacar era a respeito de uma possível mudança de nome da Vila do Vintém, entendido como algo pejorativo e que fazia parte de um passado que se almejava deixar para trás. A nova Associação Pró-Melhoramentos recém-eleita pretendia modificar o nome da favela para Vila Bom Jesus, pois o nome original seria “(...) considerado prejudicial devido ao grande número de ocorrências policiais”.

Como podemos inferir da reportagem, a operação-mutirão deixaria as suas lacunas, os problemas relativos a saneamento, com a ocorrência de enchentes no local continuavam a prejudicar o cotidiano dos moradores. A possível mudança de nome, em que pese o destaque dos jornais, especialmente O Globo, não seria suficiente para atender os desejos de transformação de uma favela em uma vila ou bairro operário. Muito mais do que um desejo do antigo governador e da própria mídia corporativa, ficava claro que seriam os moradores, através de sua luta política, aqueles que, mais uma vez, lutariam para manter a Vila do Vintém como uma favela importante do Rio de Janeiro.

Gonçalves (2024) também aponta uma necessidade que estava expressa já nos anos de nascimento e de expansão da Vila do Vintém, mas que permanece até os dias de hoje, a de construir políticas que, de fato, dialoguem com a história e a tipologia das favelas. A respeito disso, o autor destaca:

O risco ao propor projetos de urbanização de favelas é que tais iniciativas possam cair na velha ambição de superar as supostas características negativas destes locais. São posturas obviamente muito distintas daquelas relacionadas com as políticas de remoções, mas que podem partir de premissas parecidas: a ideia de que precisamos superar as favelas e fazer desses espaços bairros ditos formais. Ora, sociologicamente falando, as favelas já são bairros, onde grupos heterogêneos compartilham o cotidiano e constroem laços de sociabilidade pela proximidade de suas moradias. Enfim, não se trata de eliminar as favelas por meio de remoções, tampouco pela urbanização, mas dialogar com as potencialidades destes espaços e enfrentar seus desafios (Gonçalves, 2024, p. 62).

Muito mais fruto de um desejo das autoridades e da cobertura da mídia empresarial, essa mudança acabou por não se realizar em muitos locais. As desigualdades que continuavam a ser expressas no espaço urbano, a

descontinuidade de políticas habitacionais e a interrupção das reformas de base pretendidas por João Goulart são apenas alguns dos aspectos que continuaram a conformar cidades extremamente desiguais. Assim, mais importante do que modificar o nome de uma localidade ou modificar o seu “status”, é compreender como a permanência de uma favela pode garantir o direito à habitação enquanto um elemento constituinte do direito à cidade.

Aliás, sobre isso, Gonçalves (2024) também disserta que os saberes populares nascidos nas favelas acabam por se manifestar em múltiplas dimensões, que acabam por ser incorporadas pelo próprio Estado. De acordo com o autor, práticas como bater uma laje, construir uma escada ou instituir serviços coletivos de captura de água acabam por ser institucionalizados pelo Estado através de projetos de mutirão, ou seja, a inovação parte dos próprios moradores, sendo incorporada *a posteriori* pelo poder público. Entendemos que a Vila do Vintém constitui em importante exemplo da questão.

A mudança de nome para Vila Boa Esperança ficou restrita às reportagens dos jornais, não havendo indícios de utilização desse nome por parte dos moradores, tampouco a Vila do Vintém foi transformada em uma ex-favela, sendo este o *status* que a localidade guarda até os dias atuais.

E se o nome Vila do Vintém passa por uma ressignificação ao ser apropriado com orgulho por aqueles que lá vivem, o fato de transformar aquele espaço em bairro ou vila operária também ficou para trás, o que não significa que seus moradores não lutem de maneira cotidiana por melhorias até os dias de hoje. A realidade atual traz uma série de outras lutas que, mais relevante do que nomear uma localidade como favela ou bairro, trazem consigo a necessidade de se repensar a cidade, tendo como eixo o desenvolvimento da própria Zona Oeste Carioca, sobretudo, a partir de favelas como a Vila do Vintém.

5. Considerações finais

Escrever sobre um lugar tão importante da zona oeste carioca carrega uma responsabilidade, afinal de contas, a produção do espaço urbano, nessa região específica, ainda é pouco discutida, sobretudo quando abordamos o tema favela. Certamente, há várias “Zonas Oestes”, tratando-se, portanto, de região heterogênea, principalmente, quando a comparamos às áreas de planejamento 4 e 5, sem sombra de dúvidas, um elemento que devemos levar em conta quando pensamos esses espaços.

Desde o início desta pesquisa, destacamos que não houve pretensão de nossa parte em fazer as vezes de historiador, uma vez que o autor da tese não reúne o cabedal de conhecimentos que os profissionais dessa área possuem. Esta é uma tese de um programa de pós-graduação em Serviço Social, escrita por alguém que, justamente por ser um Assistente Social, transitou e trabalhou em favelas, fato que suscitou as inquietações que levaram à construção desta tese e que contribuiu também para a escolha dos autores que dela fizeram parte.

Foi, inegavelmente, um hercúleo desafio investigar o processo de formação da Vila do Vintém. Não havia dúvidas de que a localidade era profícua na produção de personagens de destaque. Não é por acaso, por exemplo, que a Vintém abriga duas escolas de samba, além de diversas atividades culturais. Entendemos que não há produção de uma favela com focos de resistência como esses sem que haja figuras relevantes por trás.

Dessa forma, a partir da construção desta tese, procuramos investigar o processo de formação e urbanização da Vila do Vintém, entendendo como essas ações ocorreram, principalmente, a partir das lutas impetradas por seus moradores. Nesse ponto específico, fomos conduzidos pelo material, descoberto paulatinamente, no decorrer da pesquisa para enfatizar a luta por moradia que mobilizou os moradores dessa favela. Tal elemento esteve presente, de maneira significativa, a partir das reflexões que tentamos trazer neste trabalho.

O percurso de pesquisa trouxe agradáveis surpresas, uma vez que foi possível reconstruir um intenso processo de lutas que envolviam a moradia no seu interior. Logo, perceber a existência de personagens significativos em uma favela do antigo sertão carioca foi um dos pontos-chave deste estudo.

Procuramos demonstrar como o bairro de Realengo, fruto de uma construção que primava pelos prismas de modernidade e cidade operária, estava consagrado como um dos focos no que concerne à expansão da cidade. Nesse

contexto, é possível compreender que a Vila do Vintém era um fruto direto desse momento. A partir do seu nascimento e crescimento, apresentava um intenso movimento em Realengo e nos bairros adjacentes, o que acabou por se expandir, por exemplo, para a vizinha Moça Bonita, depois renomeada como Padre Miguel.

No entanto, na razão inversa do bairro moderno e operário, a Vila do Vintém era retratada como sua antítese, como algo que atrapalhava a passagem dos transeuntes, como lócus da sujeira e da doença, em suma, como uma paisagem estranha à modernidade, como algo que, a partir dessa construção, não deveria estar ali.

Aqui abrimos um breve parêntese. Durante o processo de busca por arquivos, nos impressionou, sobretudo a partir da consulta nos periódicos na hemeroteca digital, o número de reportagens que destacava a Vila do Vintém como lugar da violência, de crimes, da barbárie. Muitas eram as notícias sobre assassinatos a sangue frio, crimes e jogatina, o que nos levou a pensar um primeiro filtro para a análise dos resultados, afinal de contas, também percebemos que, para além desses elementos, a Vila do Vintém apresentaria aspectos muito relevantes que deveriam ser fruto de nossa análise.

Não é apenas a violência que faz a favela, ela é muito mais do que isso, pode ser, também, o local dos arranjos políticos e de práticas que, inclusive, o Estado pode incorporar. Nesse ponto, nos pareceu interessante apresentar como isso ocorreu na Vila do Vintém, entre os anos 1940 e 1960. Gostaríamos de insistir neste ponto: trata-se de uma favela do antigo sertão carioca que, a partir da luta de seus moradores, ganhou destaque e proeminência, adquirindo o *status* de favela importante na cidade do Rio de Janeiro.

Especialmente nos capítulos 1 e 2, é possível compreender que o movimento político dos favelados tem um viés endógeno, o que pode ser comprovado por sua própria organização. Havia, porém, um viés exógeno, à medida que essa organização não se restringiu à própria favela. Os moradores se contataram, se articularam com movimentos de favelados espalhados por toda a cidade, o que auxiliou na construção da visibilidade necessária à Vila do Vintém. Não foi apenas com outros movimentos de favelados que os moradores da Vintém estabeleceram intensa articulação. Dentro do aparelho do Estado, representações parlamentares foram procuradas para realizar as ações necessárias à manutenção da favela, o que foi também um dos pontos de destaque.

A partir daí, a Vila do Vintém foi alvo de uma disputa que envolvia diferentes espectros políticos: comunistas de um lado, udenistas e Fundação Leão XIII tinham a favela como foco, todavia, os moradores não assistiam, de maneira

passiva, aos acontecimentos, pelo contrário, foram protagonistas da série de lutas que tinham como base as questões do uso do solo e moradia.

O contexto da luta pela terra no antigo sertão carioca opôs grileiros e favelados, o que constitui a tônica do capítulo 2. Levando em conta que a grilagem é um dos elementos que conformam a própria construção do país e que isso não se apresenta de maneira diferente em um lugar como o Rio de Janeiro, é digno de nota o que foi feito pelos moradores para defender suas casas.

Neste capítulo, há uma história cheia de reviravoltas, entrada em cena de novos personagens, como Tenório Cavalcanti, e saída de outros que estavam presentes nos anos 1940. Para além das questões apontadas no parágrafo anterior, nos chama atenção também a resistência dos moradores às investidas, por vezes, violentas dos grileiros, antecipando, de certa forma, um *modus operandi* por parte dos últimos que, até os dias atuais, assolam a região.

Os anos 1960 marcam mudanças profundas não apenas no país, mas também no antigo Distrito Federal, que acaba por perder o *status* de capital da República. A criação do Estado da Guanabara e a eleição de Carlos Lacerda indicariam um novo cenário para localidades como a Vila do Vintém. A necessidade de adequação do novo Estado ao prisma da urbanização, a tentativa de transformá-lo em uma Belacap e as pretensões políticas do novo Governador, incluindo o cenário nacional, colocavam as favelas como um ponto relevante.

Nesse quesito, o capítulo 3 procura demonstrar de que maneira todo esse contexto acaba por influenciar nas mudanças empregadas junto à Vila do Vintém. O processo de urbanização, iniciado por José Arthur Rios, contou com ampla participação dos moradores, o que estava de acordo com as próprias convicções do sociólogo. Vistas como um enclave rural no meio urbano, as favelas deveriam passar por um rápido processo de urbanização, adequando-as a uma nova realidade, transformando-as em vilas ou bairros operários.

Ao analisarmos reportagens e discursos sobre a Vila do Vintém nos anos 1960, verificamos um exagerado otimismo a respeito de ações, tais como a operação-mutirão, tanto da parte da mídia empresarial como de parlamentares e do Governador do Estado, otimismo que não se confirmou, já que os problemas que envolviam a infraestrutura da favela continuaram em momentos posteriores.

A Vila do Vintém continuou a ser uma favela. O início da urbanização e outras tentativas, como a mudança de seu nome, não modificaram o seu *status*. Ela carregou todas as virtudes e os problemas de ser uma favela e continuou a lutar ao longo de diferentes décadas para que as melhorias necessárias fossem realizadas.

Os anos 1970 mostram um aumento das notícias nos jornais, que ressaltavam a violência na localidade, ao mesmo tempo que as reportagens apontavam para a contínua necessidade de melhorias em termos de infraestrutura na Vila do Vintém²⁰⁶. Já os anos 1980 apresentam uma aproximação da Associação de Moradores da localidade com as teses apresentadas pela via do trabalhismo, havendo uma aproximação com Leonel Brizola, Governador do Rio de Janeiro entre 1982-1986 e 1991-1994. Tal aproximação não ocorreu sem contradições e tensões, mas também é um aspecto que pode ser objeto de estudo em futuros trabalhos.

Atualmente, a Vila do Vintém continua a ser uma das favelas mais importantes da Zona Oeste carioca e da própria cidade do Rio de Janeiro. As lutas impetradas pelos moradores nas décadas pesquisadas nesta tese continuam relevantes, perpassando o cotidiano dos moradores. No entanto, os arranjos associativos e a forma como essas lutas ocorrem no contexto atual merecem a devida reflexão, configurando-se como elementos que podem ser investigados por futuros pesquisadores.

Procuramos, portanto, construir parte de um processo histórico de uma favela importante do Rio de Janeiro. Esperamos que, com isso, tenhamos estimulado outros pesquisadores a se debruçarem sobre a temática. Compreender o desenvolvimento dos bairros suburbanos, sobretudo da zona oeste, bem como de suas favelas, é tarefa que consideramos urgente e fundamental.

²⁰⁶ Os periódicos apontam, por exemplo, o verdadeiro infortúnio pelo qual passavam moradores de favelas, como a Vila do Vintém, em épocas de fortes chuvas. Ver, por exemplo, a reportagem do Correio da Manhã, de 14 de janeiro de 1971, p. 14.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP/Zahar, 1988.

ABREU, M. H. E. **Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo**. Campinas: Papel Social, 2016.

ALBERNAZ, M. P.; DIÓGENES, M. **Impactos do planejamento urbano na localização das indústrias das cidades**. *In: Acervo*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan-abr 2023. Espaços urbanos e metropolização no Brasil (1940-1970).

ALFONSIN, B. de M.; LANFREDI, E. S. O direito à moradia digna: de direito fundamental à transformação em ativo financeiro. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU**, Belo Horizonte: Fórum, v. 7, n. 12, p. 85-104, 2021.

ALMEIDA, R.G.; GONÇALVES, R. Da degeneração ao subdesenvolvimento: a favela carioca e seus significados sócio-históricos. *In: Pensando as favelas cariocas. v. II: história e questões urbanas*. AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario; GONÇALVES, Rafael Soares (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Pallas, 2022.

ALVAREZ, I. A. P. Produção do espaço em tempos de crise. *In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PÁDUA, R. F. de (orgs.). Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOROSO, M; GONÇALVES, R. S. O advogado e os “trabalhadores favelados”: Antoine Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e 1960. *In: Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 2016.

ANDRADE, L. A. G.; AZEVEDO, S. **Habitação e poder: da fundação da casa popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2011.

ARAÚJO, M. P.; SALLES, E. **História e memória de Vigário Geral**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

ARAVECCHIA-BOTAS, N. C. **Entre o progresso técnico e a ordem política arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI**. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI:10.11606/T.16.2011.tde-05092011-141742. Acesso em: 28 set. 2021.

ARAVECCHIA-BOTAS, N. C. e KOURY, A. P. A cidade industrial brasileira e a política habitacional na era Vargas (1930-1954). *URBANA*, v. 6, nº 8, jun. 2014-Dossiê: **Cidade e Habitação na América Latina** - CIEC/UNICAMP.

ARAVECCHIA-BOTAS, N. C. **Estado, arquitetura e desenvolvimento: A ação habitacional do IAPI**. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.

ÁVILA, M. O. Dom Hélder Câmara em “Um olhar sobre a cidade”: Política e Injustiças Sociais. *In: Anais do XVIII Encontro Nacional de História da ANPUH-PR: Nação, povos e territórios - Configurações e reconfigurações*, Foz do Iguaçu, 2022.

BARBOSA, J. L. O direito à moradia: horizontes do sentido do habitar a cidade. *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. de (org.). **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

BARROS, J. D. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BECKER, H. S. **Truques da escrita: para começar teses, livros e artigos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

BENEVIDES, M. V. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENMERGUI, L. Habitação e Guerra Fria: a perspectiva transnacional para o estudo da favela carioca. *In*: **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario; GONÇALVES, Rafael Soares (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Pallas, 2021.

BIENENSTEIN, G.; BIENESNTEIN, R.; SOUSA, D. M. M. **Universidade e luta pela moradia**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

BITTENCOURT, D. L. **“O morro é do povo”**: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas. 2012, 169f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BONDUKI, N; KOURI, A. P. **Das reformas de base ao BNH: as propostas do seminário de habitação e reforma urbana**. *In*: *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 120.02.

BRASIL. Lei n. 2875, de 19 de setembro de 1956. Autoriza o poder executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, respectivamente de Cr\$50.000.000,00, Cr\$20.000.000,00, Cr\$50.000.000,00 e Cr\$20.000.000,00 para auxiliar a Cruzada São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Mocambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Vitória, na melhoria da condição de habitação dos favelados, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1 – 24/9/1956, Página 18121. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRUM, M. S. **“O povo acredita na gente”**: Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. 2006. 217f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BRUM, M. S. **Cidade-Alta: história, memória e o estigma da favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. 2011. 361.f. tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BRUM, M.S.; KRAUS, P. Encontro marcado: a favela enquanto objeto da pesquisa histórica. *In*: **Favelas cariocas ontem e hoje**. MELLO, M. A. S. [et.al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BRUM, M. S. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 28, 2012.

BRUM, M. S.; GOMES, A. Favela e a questão étnico-racial: a gênese do apartheid brasileiro. *In: Pensando as favelas cariocas v. II. História e questões urbanas*. AMOROSO, M.; BRUM, M. S.; GONÇALVES, R. (orgs.). Rio de Janeiro: Ed-PUC-Rio: Pallas, 2022.

BURGOS, M. B. B. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In: Um século de favela*. ALVITO, M.; ZALUAR, A. (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BURGOS, M. B. B. Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade. *In: Favelas cariocas ontem e hoje*. MELLO, M.A.S. [et al...]. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.

BURGOS, M. B. B. Favela como problema público. *In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. de (org.). O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARDOSO, I. C. C. O espaço urbano e a Re-Produção das Relações Sociais no Pensamento de Henri Lefebvre: Contribuições a Teoria Social Crítica. **Libertas** (UFJF Online), 2011.

CARLOS, A.F.A. A privação do urbano e o “Direito à cidade” em Henri Lefebvre. *In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PÁDUA, R. F. de (org.). Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, W. R. **Saúde e Política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936)**. 2012. Dissertação – (Mestrado em História) – Departamento de História – UFF. Rio de Janeiro. 2012.

CAVALLIERI, F.; LOPES, G. P. Índice de Desenvolvimento Social – IDS: comparando as realidades microurbanas do Rio de Janeiro. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, v. 8, abr. 2008.

CELLARD, A. A análise documental. *In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHALOUB, J. O liberalismo de Carlos Lacerda. *In: DADOS-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, 2018.

CORREA, L; VISCO, N.T. “Falam as eleitas do povo”: vereadoras e comunistas, a atuação política das mulheres do PCB no Rio de Janeiro (1946-1948). *In: Revista Mundo do Trabalho*, Florianópolis, 2022.

COSTA, M. de F. O cercamento jurídico da terra como necessidade da especulação imobiliária / The "Legal Land Fence" as a part of the practice of building speculative business. **Revista De Direito Da Cidade**, 1(2), 52–70. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/11250>.

COSPITO, G. Hegemonia. *In: Dicionário Gramsciano*. LIGUORI, G; VOZA, P. (orgs). São Paulo: Boitempo, 2017.

CORTADO, T. **À Beira da Cidade: Política e poética da urbanização do Jardim Maravilha, loteamento “proletário” da Zona Oeste carioca**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, M. B. C. **A Rocinha em construção: a história social de uma favela na primeira metade do século XX**. 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, PUC-Rio, 2019.

CRUVINEL, A. C. F. **Cidade de Deus, entre a ficção e realidade: um projeto da Aliança para o Progresso para o Estado da Guanabara**. *In: XX ENAPUR*, Belém, 2023.

CUNHA, E. da. **Os sertões**. São Paulo: Círculo do Livro, 1953.

CUNHA, T. G. L. Remoções de favelas durante o Governo Carlos Lacerda (1960-1965): propriedade para os pobres ou favorecimento para os ricos? *In: Revista Convergência Crítica. Dossiê Histórias e Boêmia*, n. 12, 2018.

DAS, V; POOLE, D. El Estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. *In: Cuadernos de Antropologia Social*, num 27, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2008.

D’ANDREA, T. **Contribuição para o desenvolvimento do conceito periferia e sujeitas e sujeitos periféricos**. *In: Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, 2020

DESBOI, L. **A odisseia do cinema brasileiro: da Atlântida à Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DIAS, A. O espaço como actante: a heterogeneidade territorial da favela do Jardim Batan e seus arredores. *In: Rio a Oeste: modos de habitar e fazer a cidade*. ARAÚJO, F; DAVIES, F.A. (orgs). Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Censo de favelas: Aspectos gerais**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1949.

DINIZ, R. **Categorias e pesquisa: algumas linhas introdutórias**. *In: A História Oral na pesquisa em Serviço Social*. Martinelli, M. L. [et.al.]. São Paulo: Cortez, 2019.

DUARTE, A. L. Organização popular e democracia: a experiência dos comitês democráticos e populares e a eleição municipal de 1947 em São Paulo. *In: Trabalhadoras e trabalhadores: capítulos de história social*. POPINGS, F; AMARA, D. (Orgs.). Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

ESTADO DA GUANABARA. **Constituição do Estado da Guanabara**. Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

FARAGE, E. **Estado, território e cotidiano no conjunto de favelas da Maré**. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

FARIAS, C. S. Cadeia dominal: uma leitura da grilagem e da constituição da propriedade privada capitalista das terras. *In: A grilagem de terras na formação territorial brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

FERNANDES, A. O urbanismo como política (1935-1945): formulações e experiências. *In: Urbanismo na era Vargas: a transformação nas cidades brasileiras*. Niterói: EDUFF, Intertexto, 2012.

FERNANDES, A. Reforma urbana no Brasil: inquietações e explorações acerca de sua construção enquanto campo e política. *In: LEME, M. C. S. (org.). Urbanismo e política no Brasil nos anos 1960*. São Paulo: Annablume, 2019.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, N. N. O conceito carioca de subúrbio: um raptó ideológico. *In: Revista da FAU UFRJ. Ano 2010, número 2*. Rio de Janeiro: UFRJ.

FERREIRA, L. F. G. **A batalha do Rio: uma perspectiva geográfica da representação das favelas cariocas no correio da manhã**. *In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos*. São Luís, 2016.

FISCHER, B. Historicizando a governança informal. *In: Acervo: Espaços urbanos e metropolização no Brasil. (1940-1970)*. Rio de Janeiro, 2023.

FISCHER, B. Partindo a cidade maravilhosa. *In: Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. CUNHA, O. M. G.; GOMES, F. S. (Orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FREIRE, A. **Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

FREIRE, A. Liderança e negociação na Capital Federal: Augusto de Vasconcelos – o “Dr. Rapadura”. *In: Revista do arquivo geral do Rio de Janeiro. Ano 2020, número 19*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral.

FURTADO, M. **À Cidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

GIANNOTTI, E.; GONÇALVES, R. S. “La guerra fría en las favelas y las poblaciones, 1945-1964. Una disputa entre comunistas y Iglesia Católica”, *Izquierdas*, 49, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa?** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, G. **Gilberto Gil: todas as letras**. Carlos Rennó (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GODOI, C. N.; DEUS, J. B. A urbanização no Brasil e as diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo. *In: Caminhos da geografia*. Uberlândia: v. 30, n. 10, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. v. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRANOU. **Capitalismo e modo de vida**. Porto: Afrontamento, 1975.

GONÇALVES, R.; BAUTÉS, N.; MANEIRO, M. A. informalidade urbana em questão. *In: O Social em Questão*, n. 42. Rio de Janeiro: EdPuc, 2018.

GONÇALVES, R. Da política de contenção à política de remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas. *In: Favelas cariocas ontem e hoje*. Mello, M. A. S. [et. al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GONÇALVES, R. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Palas: EdPUC, 2013.

GONÇALVES, R. Às margens da cidade, às margens da história? Pelo direito à memória dos trabalhadores das favelas cariocas. *In: Marques, A. J., Stampa, I. e Troitiño, S. Trabalhadores, arquivos, memória, verdade, justiça e reparação*. 1ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018, p. 209-225. *In: http://www.memoriasreveladas.gov.br/images/PDF/mundo-dos-trabalhadores_web.pdf*.

GONÇALVES, R. Censos e favelas cariocas: Evolução de um conceito censitário. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Nova Série, 2020.

GONÇALVES, R. Aspectos materiais da informalidade como recurso urbano: o caso das favelas do Rio de Janeiro. *In: Caderno de Geografia. v. 31. n. 64*. PUC-Minas. Belo Horizonte: 2021.

GONÇALVES, R. Trabalhadores e as favelas cariocas: o caso da favela da Praia do Pinto no período do segundo pós-guerra. *In: POPINIGIS, F.; AMARAL, D. Trabalhadores e trabalhadoras: capítulos de história social*. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2022.

GONÇALVES, R. Favelas: espaços de fronteira. *In: Direito à cidade no Rio de Janeiro*. BALBI, D.; RODRIGUES, T. (Orgs.) Petrópolis: Bem Cultural, 2024.

GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, A de C; FERREIRA, J. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *In: Revista Estudios del HISiR - CONICET*. Argentina, año 8, n. 20, 2018.

GRYNSZPAN, M; PANDOLFI, D. Poder público e favelas: uma relação delicada. *In: Cidade, história e desafios*. OLIVEIRA, L. L. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GRYNSZPAN, M; PANDOLFI, D. Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. *In*: GOMES, Angela de Castro (org). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2015.

HARVEY, D. **Para entender o capital: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: Distrito Federal**. Parte XVI – Distrito Federal. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: Distrito Federal**. Série XXIV. Tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: Distrito Federal**. Série XXIV. Tomo II. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1960**. Favelas do Estado da Guanabara VII recenseamento geral do Brasil (Série Especial, v. IV). Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS DE MERCADO (IPEME). **A vida mental dos favelados do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: IPEME, 1958.

KAYSEL, A. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. *In*: **Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. CODAS, G.; VELASCO e CRUZ S.; KAYSEL. A (orgs). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

LAMEGO, A. P. **Viajantes estrangeiros na Zona Oeste carioca no século XIX**. Porto Alegre: Editora FI, 2018.

LEANDRO, G. (Gaia). **Direito à cidade e Questões raciais**. COLETIVA (Dossiê 24), Direito à cidade, 2019.

- LEEDS, A; LEED, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1978.
- LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. São Paulo: Editora Ulisseia, 1972.
- LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Porto Alegre: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço. **Revistas Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, 2013.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2016.
- LEITE, T. **Metodologia científica: Métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.
- LENCIONI, S. Metropolização. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020, p.173-178.
- LEOPOLDI, M. A. P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. *In: O tempo do nacional – estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado novo: Segunda república (1930-1945)*. DELGADO, L. A. N; FERREIRA, JORGE (Orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- LIMA, N. V. T. **O movimento dos favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-1973)**. Rio de Janeiro. 1989. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). IUPERJ, 1989.
- LINS, A. J. P. S. Ferrovia e segregação espacial no subúrbio: Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro. *In: 150 anos de subúrbio carioca*. Oliveira, M. P.; Fernandes, N. N. (org). Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ: EDUFF, 2010.
- LIRA, A. P. A. **Folha do Povo: a voz popular no jornalismo recifense (1935-1960)**. *In: V Congresso Internacional de História e Mídia*. São Paulo: Intercom, 2007.
- LOPES, N. **Dicionário da hinterlândia carioca: antigos “subúrbio” e zona rural**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- LOPES, T. C. **Comunitarismo, sociologia rural e diplomacia cultural nas relações Brasil-EUA: ciência e reforma social em T.Lynn Smith e José Arthur Rios (1930-1950)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.
- MACHADO DA SILVA, L. A. A continuidade do “problema da favela”. *In: Cidade: história e desafios*. LIPPI, L. (Org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. P. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. *In: Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

MANGABEIRA, W. Lembranças de Moscouzinho (1943-1964): Estudo de um conjunto residencial operário. *In: Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

MANSUR, A. L. **O velho oeste carioca: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro** (de Deodoro a Sepetiba) – Do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009. v. 1.

MANSUR, A. L. **O velho oeste carioca: mais histórias da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro** (de Deodoro a Sepetiba) – Do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011. v. 2.

MANSUR, A. L. **O velho oeste carioca: outras histórias da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro** (de Deodoro a Sepetiba) – Do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2016. v. 3.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *In: Estudos avançados* n. 17, 2023.

MARCIATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, L. C. dos P. Urbanização, industrialização e favelas: o Rio de Janeiro na imprensa carioca no segundo governo Vargas. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 53, 2015.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOURELLE, T. **Pedro Ernesto Batista: Um projeto político inovador – De interventor federal a primeiro Prefeito eleito do Rio de Janeiro**. *In: Revista AEDOS*. Rio Grande do Sul, 2019.

MOTA, M. S.; PEIXOTO, F. C. “O continuum rural-urbano na formação da zona oeste do município do Rio de Janeiro” *In: IX Seminário de história da cidade e do urbanismo*. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

NASCIMENTO, F. B. Lar e família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. *In: Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: EESC-USP, 2016.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993.

OAKIM, J. O plano doxíadis e a capitalidade da Guanabara. *In: Revista Acervo: Espaços urbanos e metropolização no Brasil (1940-1970)*. Rio de Janeiro, 2023.

- O' DONNELL, J. G. **A invenção de Copacabana: Cultura urbana e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o Urbano no Brasil. *In: Revista Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Debates Urbanos*. São Paulo: Cortez, 1982.
- OLIVEIRA, M. A. S. A. de. **Zona Oeste revisitada: memória, patrimônio e identidade**. Rio de Janeiro, Lamparina, FAPERJ, 2016.
- OLIVEIRA, M. A. S. A. de. Zona Oeste do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. *In: Iluminuras*. Porto Alegre, v.18. 2017.
- OLIVEIRA, S. S. R. A Câmara Municipal do Rio/DF e a política para as favelas. *In: Anais XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- OLIVEIRA, S. S. R. **“Trabalhadores favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte**. 2014. Tese (Doutorado em História Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, FGV, Rio de Janeiro, 2014.
- OLIVEIRA, S. S. R. Associativismos de trabalhadores favelados no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte (1954-1964). *In: Estudos Históricos*, v. 31, n. 65, Rio de Janeiro, 2018.
- OLIVEIRA, S. S. R.; PANDOLFI, D. C. “Dr. Magarinos Torres Filho”: a formação social das classes médias e a luta das esquerdas no Rio de Janeiro (1940-1950). *In: Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* n. 16, 2019.
- OLIVEIRA, S. S. R. Informalidade urbana, classe trabalhadora e raça no Rio de Janeiro: a história dos censos de favelas (1948-1960). *In: Revista de História*. São Paulo: USP, 2021.
- OLIVEIRA, S. S. R. As “Batalhas do Rio”: as metáforas de guerra e as políticas para as favelas cariocas (1946-1961). *In: Sociologias*. Porto Alegre, n. 23, 2021.
- OSÓRIO, M. **Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. Rio de Janeiro: Senac, 2005.
- PANDOLFI, D. **Camaradas e companheiros: História e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PANTA, M. **População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil**. *Acervo*, v. 33, n. 1, 2020.
- PEIXOTO, F. C. Ordenamento territorial e a Zona Oeste do Rio de Janeiro: um breve olhar sobre a construção do território carioca durante a primeira metade do século XX. *In: Oculum Ensaios. Revista de Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas*. 2006.
- PEREIRA, B. **Estrela que me faz sonhar: Histórias da Mocidade**. GUAZELLI, E; MOTTA, A. A. (Orgs). Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2013.
- PEREZ, M. D. **Estado da Guanabara: Gestão e estrutura administrativa do Governo Carlos Lacerda**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS), 2005.

PESTANA, M. M. **A união dos trabalhadores favelados: a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)**. Rio de Janeiro: EDuff, 2016.

PESTANA, M. M. O racismo como ferramenta de deslegitimação da ação coletiva subalterna: os debates sobre remoção de favelas no Rio de Janeiro (1945-1962). *In: Subalternos em movimento: mobilização e enfrentamento à dominação no Brasil*. PESTANA, M. M.; COSTA, R. M. C; Oliveira, T. B. (orgs). Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PESTANA, M. M. O que o marxismo tem a dizer sobre as favelas cariocas? Indicações para uma agenda de pesquisas baseadas no materialismo histórico. *In: Pensando as favelas cariocas: memórias e outras abordagens teóricas*. AMOROSO, M.; BRUM, M.; GONÇALVES, R. (orgs). Rio de Janeiro: Ed-PUC-Rio, Pallas, 2022.

PICALUGA, I. F. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PIETRO, G. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. *In: A grilagem de terras na formação territorial brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

PINHEIRO, M. C. de O. **Dos comitês populares democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964): uma história comparada**. 2014. Tese (Doutorado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, IH, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

POLLACK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *In: Estudos Históricos*, n. 2. 1989.

PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REIS, P. C. dos. **A *communitas* capitalista banguense no contexto de modernização conservadora: o discurso do progresso e da ordem na cidade do Rio de Janeiro (1888-1919)**. Rio de Janeiro, 2020, 259 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional.

REIS, P. C. dos. Imagens refletidas de uma *comunnitas* capitalista: Os discursos acerca da Fábrica Bangu e sua Vila Operária. *In: Subúrbios: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro*. Carneiros; Mattoso (Orgs.). Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RIBEIRO, V; PONTUAL, C. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. *In: Arquitectos*. São Paulo, Vitruvius, 2009.

RIOS, A. J. **Entrevista realizada por Nísia Trindade Lima, Marcos Chor Maio e José Leandro Cardoso**, 2006.

RIOS, A. J. Aspectos humanos das favelas cariocas – 50 anos: uma avaliação. In: **Favelas cariocas ontem e hoje**. Mello. M. A. S. dos [et. al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Sagmacs (1960). Aspectos Humanos da Favela Carioca. **O Estado de S. Paulo**. 13 e 15 de abril de 1960. São Paulo.

SANTOS, L. S. A história dos conflitos de terra no sertão carioca (1940-1964): Aspectos de uma memória camponesa na região. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo: 2011.

SANTOS, L. S. “A terra de nossos filhos”: o movimento de luta por terra no sertão carioca (1945-1964). In: **Hispania Nova, Revista de História contemporânea**, n. 7, 2007.

SANTOS, L. S. Expansão urbana e mercado imobiliário e conflitos de terra no antigo sertão carioca. (1940-1964). In: **Confluence**, v. 4. Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Moderne. Università di Bologna, 2012.

SANTOS, L.S.; DORIA, R. S. Do sertão carioca ao metropolitano: as disputas por terra na zona oeste do Rio de Janeiro (1940-2010). In: **Mneme - Revista de Humanidades**. Natal: UFRN, 2013.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Osal** – Observatório Social de América Latina, ano 6, n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARCZ, L. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COSTA, R. S. R. **A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

SCOTT, J. Exploração normal, resistência normal. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, 2011.

SILVA, C. A. S. **A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.

SILVA, C. A. F. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

- SILVA, J. de S. (org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, M. L. P. **Favelas cariocas: 1930-1964.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SILVA, M. L. P. A favela e o subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela. *In: 150 anos de subúrbio carioca.* Oliveira, M. P. Fernandes, N. N. (org). Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ: EDUFF, 2010.
- SINGER, A. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do governo Dilma (2011-2016).** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SIQUEIRA, R. A. S. **A política no loteamento: um estudo sobre mediação na Zona Oeste carioca.** Tese. (Doutorado em Sociologia) – Institutos de Estudos Sociais e Políticos, UERJ, Rio de Janeiro, 2013.
- SOUTO DE OLIVEIRA, J; MARCIER, M. H. “A palavra é: favela”. *In: Um século de favela.* ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs). Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- SOUZA, M. L; RODRIGUES, G. B. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004.
- SOUZA, P. F. G. F. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013.** São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2018.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TORRES, P. H. C. “Avenida Brasil - Tudo passa quem não viu?": formação e ocupação do subúrbio rodoviário no Rio de Janeiro (1930-1960). *In: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais (REBEUR).* v. 20. n. 2, 2018.
- VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela: do mito a favela.com.** Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- VELHO, O. **As ciências sociais a partir das margens.** *In: Áltera – Revista de Antropologia.* João Pessoa: 2015.
- VERÍSSIMO, A. A. **Parcelamento do solo na cidade do Rio de Janeiro: um estudo sobre a produção informal da década de 40 aos anos 90.** Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- VIANA, C. G. A. Realengo e a escola militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano. *In: Revista Mosaico.* FGV: Rio de Janeiro, 2009.
- VIANA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- VIANA, R. A. Desenvolvimento e ciências sociais: as agências sociais nas favelas na década de 1960: *In: Análise/Análisis. História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* 2023.